

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Carla Fernandes Carrilho**

**As transformações teórico-políticas no Serviço Social do Brasil e de Portugal entre 1974  
e 1995: convergências entre percursos?**

**Juiz de Fora**

**2022**

**Carla Fernandes Carrilho**

**As transformações teórico-políticas no Serviço Social do Brasil e de Portugal entre 1974  
e 1995: convergências entre percursos?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social e Sujeitos Sociais.

Orientadora: Professora Doutora Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

**Juiz de Fora**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Carrilho, Carla Fernandes.

As transformações teórico-políticas no Serviço Social do Brasil e de Portugal entre 1974 e 1995: convergências entre percursos? / Carla Fernandes Carrilho. -- 2022.

174 p. : il.

Orientadora: Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022.

1. Serviço Social Brasil e Portugal. 2. Dimensão teórico-metodológica. 3. Dimensão político-organizativa. 4. Revista Intervenção Social. 5. Diálogos. I. Eiras, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra, orient. II. Título.

**Carla Fernandes Carrilho**

**As transformações teórico-políticas no Serviço Social do Brasil e de Portugal entre 1974  
e 1995: convergências entre percursos?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras** - Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Carmelita Yazbek**  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alcina Maria de Castro Martins**  
Instituto Superior Miguel Torga

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Mônica dos Santos**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 25/01/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 23/02/2022, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcina Maria de Castro Martins, Usuário Externo**, em 24/02/2022, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Mônica dos Santos, Usuário Externo**, em 24/02/2022, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carmelita Yazbek, Usuário Externo**, em 18/05/2022, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-U f ([www2.ufr.br/SEI](http://www2.ufr.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0656616** e o código CRC **7754383C**.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho, que tenho a alegria de compartilhar com vocês, é fruto de um contínuo crescimento pessoal e profissional. Para este crescimento pude contar, ao longo do Mestrado, com importantes contributos que fizeram essa jornada ser mais leve.

Assim, destaco os meus sinceros agradecimentos:

A Deus, pois sem ele nada seria possível.

Aos meus pais, Clodoaldo Elifas Carrilho e Rosilene Aparecida Fernandes, os quais sempre foram a minha base, meu norte e a minha força. Trabalharam incansavelmente para me permitir sonhar esse sonho junto com eles.

Ao meu irmão, Hugo Fernandes Carrilho, por sempre estar ao meu lado, por me encorajar e por todo zelo comigo.

Ao meu namorado, César Cláudio Ferreira, por estar comigo em todos os momentos, por tamanho companheirismo, paciência, dedicação e por tanto amor.

À minha avó, Margarida de Carvalho, com quem pude aprender a ser forte durante as adversidades.

A toda a minha família e amigos, os quais cada um possui um espaço em meu coração.

À pesquisa sobre “Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória” e, especialmente ao subgrupo “interlocuções internacionais”, que estou vinculada desde meados de 2016, o qual me recebeu muito bem e foi onde tudo começou.

À minha orientadora, Profa. Dra. Alexandra Eiras, que deu cor e luz a este trabalho. Além de ter sido muito paciente e dedicada ao processo de orientação, merece minha gratidão por tamanha sutileza ao repassar seus conhecimentos. Faltam-me palavras para expressar sua importância nesse processo. Fique sabendo que me espelho muito em você!

À querida Profa. Dra. Cláudia Mônica dos Santos, que me recebeu com tanto carinho no subgrupo de pesquisa, por toda motivação, por acreditar em seus alunos e por acreditar na importância da investigação em Serviço Social. Foi através de seu incentivo que escrevi o meu primeiro artigo e também participei pela primeira vez de uma mesa coordenada.

À admirada Profa. Dra. Maria Carmelita Yasbek, por se mostrar tão solícita perante a construção do conhecimento, com a vinculação de materiais e por sua presença ativa no processo de qualificação e defesa da minha dissertação de Mestrado. É uma grande honra tê-la nessa trajetória acadêmica, seus esforços constituem um verdadeiro legado ao Serviço Social!

Às estimadas Prof<sup>as</sup> Dras de Portugal, Alcina Maria de Castro Martins e Maria Emília Freitas Ferreira, que durante os simpósios da pesquisa sempre se mostraram disponíveis ao diálogo, à vinculação de materiais e à interação entre países. Certamente, o acesso a suas produções teóricas foi de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho, pois elas se constituem como referências ao Serviço Social português.

Agradeço a todos os professores da Pós-Graduação, por todo compromisso e dedicação ao dividirem seus conhecimentos, em especial, ao Professor Emérito José Paulo Netto, o qual sempre me atendeu prontamente após suas aulas e me trouxe uma lista de bibliografias sobre historiografia de Portugal e sobre a profissão nesse país.

Agradeço também à professora Carina Berta Moljo, que me recebeu com imenso carinho na disciplina de Fundamentos Teórico-Methodológicos II para o estágio de docência. Foram muitos os ensinamentos, contribuições e incentivos que recebi, os quais guardarei para sempre.

Agradeço à instituição, aos profissionais da Universidade Federal de Juiz de Fora e a todo o departamento de Serviço Social.

É por isso que caracterizo esta pesquisa como um trabalho coletivo, pois sem as mãos de pessoas importantes para me direcionarem eu não saberia como discernir o caminho.

A todos, o meu muito obrigada!

## RESUMO

A presente dissertação, no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, tem por propósito analisar as transformações ocorridas no Serviço Social brasileiro e no Serviço Social português no que se refere ao posicionamento político-organizativo e teórico-metodológico no quadro dos anos de 1974 a 1995, na busca por identificar as convergências entre estes percursos. Para alcançar o referido objetivo, por meio de uma análise qualitativa, de cunho bibliográfico, foram feitos três principais movimentos. São eles: observação do processo histórico dos países; compreensão do Serviço Social diante das conjunturas históricas e suas transformações teórico-políticas (1974-1995); e, por fim, identificação e exposição das semelhanças/interações entre a profissão no Brasil e em Portugal. Para o desenvolvimento deste estudo foi feita uma amostra intencional das publicações da *Revista Intervenção Social*, de Portugal. Criada em 1985, expressão do Serviço Social português e de suas transformações nesse processo histórico, a revista constitui um grande acervo de pesquisa. Dessa forma, foram analisadas 12 edições, publicadas até o período final de 1995, que compreende a delimitação de pesquisa desta dissertação. Em relação à profissão no Brasil, por existir uma vasta produção que subsidia a temática sobre posicionamento político-organizativo e teórico-metodológico no período em análise, foi feita uma revisão bibliográfica. A partir desses movimentos, que conduzem a pesquisa e elaboração desta dissertação sobre a convergência entre o Serviço Social brasileiro e o português, foi possível perceber o quanto a profissão se encontra em permanente movimento e transformação diante da dinamicidade das relações sociais. A conexão do Serviço Social de ambos os países com este período histórico possibilitou o desprendimento de uma mera narração de fatos cronológicos, ou seja, favoreceu a compreensão do Serviço Social na história, bem como seu posicionamento e ação diante do jogo das relações sociais contraditórias. Não obstante, a tentativa de compreender a profissão à luz desse passado histórico, juntamente com os diálogos internacionais, possibilita recriar forças para o alcance de um ideal de democracia.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Brasil. Portugal. Dimensão teórico-metodológica. Dimensão político-organizativa. *Revista Intervenção Social*. Diálogos.

## ABSTRACT

This dissertation, written as part of the Master's Degree in Civil Services from the Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, its acronym in Portuguese), aims to analyze the transformations affecting Social Services in Brazil and Portugal, especially the political-organizational and theoretical-methodological stances among the workforce from 1974 until 1995, seeking to identify the convergences between these paths. In order to reach this goal, through the use of qualitative analysis of a bibliographical nature, three lines were followed. The observation of the historical processes of the countries; understanding Social Services through its historical context and its theoretical-political transformations (1974-1995); and, finally, through identifying and outlining the similarities/interactions between the profession in Brazil and in Portugal. This study used intentional sampling from the Portuguese journal *Revista Intervenção Social*. Created in 1985, the publication covers the Portuguese Social Services and it shows the transformations in this historical process, constituting an important research source. Thus, 12 editions were analyzed, all of them published until the end of the period of 1995, which constitutes the delimitation of this study. As for the profession in Brazil, since there is a wide range of publications with the intended stances, namely political-organizational and theoretical-methodological, we carried out a bibliographical review. Following the aforementioned steps, it was possible to understand how much the profession under scrutiny with this study is undergoing continuous movement and transformation facing the dynamism of social relations. The connection between Social Services in both countries within the time period selected made it possible to go beyond a mere narration of chronological facts, which enabled the understanding of social services throughout history, as well as its stances and actions when faced with contradictory social relations. Notwithstanding, the attempt to scrutinize the profession in light of this historical past, together with promoting international dialogue, paves the way for the creation of forces to reach an ideal of democracy.

**Key-Words:** Social Services. Brazil. Portugal. Theoretical-Methodological Dimension. Political-Organizational Dimension. *Revista Intervenção Social*. Dialogue.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	– Classificação das produções segundo a área temática .....	67
Imagem 2	– Distribuição das produções segundo os Programas de Pós- Graduação em Serviço Social .....	68
Quadro 1	– Autores mais citados na <i>Revista Serviço Social e Sociedade</i> .....	71
Imagem 3	– Temáticas abordadas (1979-1989) .....	72
Imagem 4	– Serviço Social: movimentos acadêmicos e profissionais .....	114
Imagem 5	– Constituição das estruturas organizativas de liderança dos movimentos .....	115
Imagem 6	– Aquisições Jurídicas .....	117
Quadro 2	– Protocolo de questões exploratórias para análise das revistas .....	122
Quadro 3	– Edições da Revista <i>Intervenção Social</i> .....	122
Quadro 4	– 34 publicações analisadas .....	123
Quadro 5	– Temáticas presentes na Revista <i>Intervenção Social</i> .....	126
Quadro 6	– Autores portugueses frequentes nas fontes bibliográficas .....	127
Quadro 7	– Autores brasileiros frequentes nas fontes bibliográficas .....	127
Quadro 8	– Programa de estágios Ano letivo de 1974/75 .....	146
Quadro 9	– Programa de estágios Ano letivo 1975/76 .....	147
Quadro 10	– Programa de estágios Ano letivo de 1976/1977 .....	148
Imagem 7	– Áreas de atuação dos campos de estágios .....	149
Quadro 11	– 1º Mestrado PUC-SP/ISSSL – Plano Curricular e docentes .....	161
Quadro 12	– Doutorado – Plano Curricular e docentes .....	161

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social
ACP	Ação Católica Portuguesa
AI – 1	Ato Institucional nº 1
AI – 2	Ato Institucional nº 2
AI – 5	Ato Institucional nº 5
ANAS	Associação Nacional dos Assistentes Sociais
APSS	Associação de Profissionais de Serviço Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CDCAC	Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica
CDE	Comissão Democrática Eleitoral
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CELATS	Centro Latino-americano de Trabalho Social
CF	Constituição Federal
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CPCISS	Conselho Português de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CPIHTS	Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DC	Desenvolvimento de Comunidade
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FEP	Faculdade de Economia da Universidade do Porto
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
GNR	Guarda Nacional Republicana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEL	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
ISS	Instituto de Serviço Social
ISSS	Instituto Superior de Serviço Social
ISSSL	Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa
JSN	Junta de Salvação Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro

MEC	Ministério da Educação
MFA	Movimento das Forças Armadas
MUD	Movimento de Unidade Democrática
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCF	Partido Comunista Francês
PCP	Partido Comunista Português
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	Partido dos Trabalhadores
PUA	Pacto de Unidade e Ação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
UCISS	União Católica Internacional de Serviço Social
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNL	Universidade Nova de Lisboa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1974 A 1995: PROCESSOS DE RUPTURA COM O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL</b> .....	20
2.1	O CONTEXTO ESTRUTURAL BRASILEIRO: DITADURA CIVIL MILITAR E O PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA .....	20
2.2	O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: PERCURSO HISTÓRICO .....	31
2.3	O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL LATINO-AMERICANO: LEGADO DE INTERAÇÕES .....	36
2.4	A DIMENSÃO POLÍTICO-ORGANIZATIVA DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE A AUTOCRACIA BURGUESA: OBSTÁCULOS NO CAMINHO DE RUPTURA .....	42
2.4.1	<b>Avanços político-organizativos na perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional</b> .....	51
2.5	AVANÇOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: A RECUSA DO CONSERVADORISMO .....	60
2.5.1	<b>O debate interno da dimensão teórico-metodológica na produção acadêmica brasileira</b> .....	63
<b>3</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL (1974-1995): POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO, ORGANIZAÇÃO, CONQUISTAS E INQUIETAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b> .....	75
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: DA DITADURA SALAZARISTA A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS .....	75
3.2	O SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS: PERCURSO HISTÓRICO .....	86
3.3	SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS, PERSPECTIVAS E CONQUISTAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS .....	94
3.3.1	<b>As inquietações político-organizativas do Serviço Social português, a partir das entrevistas contidas no banco de dados do subgrupo “Interloquções Internacionais”</b> .....	95
3.3.2	<b>A inserção dos assistentes sociais portugueses na cena política: o programa SAAL</b> .....	100

3.3.3	<b>Luta dos assistentes sociais no campo da formação profissional: o alcance da licenciatura .....</b>	105
3.4	A DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS: CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM COM A REALIDADE .....	117
3.4.1	<b><i>Revista Intervenção Social: instrumento de debate, encontro e informação..</i></b>	120
3.4.2	<b>O Serviço Social português no pós-1974: a formação em transformação e seus impactos na dimensão teórico-metodológica .....</b>	134
3.5	A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS PARA O ÂMBITO POLÍTICO-ORGANIZATIVO E TEÓRICO-METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS .....	143
4	<b>O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL (1974-1995): CONVERGÊNCIAS, PARTICULARIDADES E PERSPECTIVAS .....</b>	151
4.1	BRASIL E PORTUGAL: SEMELHANÇAS E PARTICULARIDADES DIANTE DOS PROCESSOS DITATORIAIS .....	151
4.1.1	<b>As convergências do avanço neoliberal no Brasil e em Portugal: naturalização da política de retrocesso .....</b>	153
4.2	SERVIÇO SOCIAL BRASIL E PORTUGAL (1974-1995): IDENTIFICAÇÃO DAS CONVERGÊNCIAS E PARTICULARIDADES A PARTIR DAS ANÁLISES APRESENTADAS .....	155
4.3	PROTOCOLO DE INTERCÂMBIO ENTRE ISSSL E PUC-SP: A IMPORTÂNCIA DESTA CONVERGÊNCIA ENTRE OS PERCURSOS .....	160
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	164
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	166

## 1 INTRODUÇÃO

Ultrapassar as fronteiras do Serviço Social em âmbito brasileiro para nos debruçarmos na compreensão de outra realidade sócio-histórica, como é o caso de Portugal, é algo desafiador e complexo, mas também muito inspirador. Sabemos que, nos dias atuais, fazer pesquisa se constitui como resistência contra os ditames do capital, haja vista os inúmeros retrocessos no que tange ao ensino, à pesquisa e à extensão em cenário mundial, bem como nas instâncias do Brasil e de Portugal.

Não são diferentes seus impactos para o Serviço Social, o que tem sido debatido por muitos estudiosos, docentes e profissionais da área. Dessa maneira, conectar o Serviço Social com o processo histórico que foi vivenciado em ambos os países, principalmente entre os anos 1974 e 1995, como explicaremos mais adiante, é de grande importância para repensarmos a profissão rumo a uma agenda anticapitalista.

O interesse em refletirmos não somente sobre o Serviço Social brasileiro, como também sobre o Serviço Social português, originou-se da vivência em um subgrupo de pesquisa ainda durante o curso de graduação em Serviço Social. A pesquisa, intitulada “Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”, conta com uma rede internacional de pesquisadores e possui vários subgrupos. Nosso vínculo se deu com o subgrupo que aborda os aspectos das “interlocuções internacionais” entre o Movimento de Reconceituação latino-americano e países europeus (1960 a 1980), abrangendo Portugal, Espanha e Reino Unido. Foi a partir desse momento que as indagações sobre como a profissão do Serviço Social se expressou no cenário português começaram a florescer, haja vista a aproximação com bibliografias sobre a historiografia de Portugal e sobre a profissão, além das contribuições dos simpósios realizados pelo subgrupo de pesquisa e das reuniões grupais que, por sua vez, tiveram a participação de estudiosos portugueses da área.

Sabemos que Brasil e Portugal, localizados na América do Sul e na Europa, respectivamente, possuem particularidades que se apresentam em seus aspectos demográficos, econômicos, políticos, populacionais e sociais, mas, apesar das diferenças, é importante atentarmos que estes dois países estão historicamente relacionados, mais especificamente desde 1500, com o processo de colonização efetivado pelos conquistadores portugueses nas terras do que conhecemos hoje por Brasil. A interação entre esses dois territórios era favorável economicamente à Portugal, sendo baseada na exploração e na dependência. Em 1822 Portugal perdeu sua principal colônia: o Brasil. Embora o processo de independência brasileira tenha

ocorrido sob o domínio da nobreza portuguesa, ainda assim houve impacto político e econômico para a Coroa Portuguesa, que se beneficiou diretamente das riquezas extraídas do Brasil durante três séculos. A partir desse momento, teve início no Brasil a fase imperial, que teve fim em 1889, com a Proclamação da República.

Naquele período, o que se assistia em Portugal era um cenário de profundo descontentamento com a monarquia vigente devido ao panorama de crise econômica e, principalmente, devido ao grande interesse da elite portuguesa em estabelecer melhores relações com a economia internacional. Com isso, depois de inúmeras tentativas de destituir a monarquia constitucional, foi na madrugada de 05 de outubro de 1910 que se conseguiu tal fato e o regime de caráter republicano foi implementado em Portugal.

Podemos assinalar que o objetivo do Brasil e de Portugal, logo no início do século XX, era se desenvolverem no âmbito da economia capitalista, tal como vivenciado pelos países centrais. No entanto, conforme Fernandes (1975), a revolução burguesa no Brasil emergiu de forma tardia e em meio a uma economia majoritariamente colonial e manufatureira. Assim, a burguesia brasileira não foi capaz de superar os modelos de organização econômico/social anteriores para se desenvolver amplamente como feito pelos países centrais. Tal fato conformou na estrutura da sociedade brasileira a necessidade de combinar modelos arcaicos e modernos para que a economia pudesse se desenvolver, levando a uma profunda heterogeneidade na forma de organização desta sociedade. Em suma, essa dinâmica de capitalismo dependente gerou um Estado fortemente interventor na dinâmica econômica e extremamente autoritário no processo de intervenção sócio-política, que veio a desembocar em seus processos ditatoriais.

Percebemos que não é diferente do cenário português, em que a condição de subordinação ao capital central já demonstrava indícios, desde meados do século XIX, devido às artimanhas liberais para concentrar os objetivos da alta burguesia, os da média/pequena burguesia e os dos camponeses em uma única base para conseguir a modernização do país. Com isso, em Portugal, bem como no Brasil, fez-se necessário conviver com uma profunda heterogeneidade estrutural, que se traduziu nas formas de organização social, na dependência das tecnologias e nos desenvolvimentos econômico e político conforme os interesses dos mandos centrais.

Além do mais, com a instauração da ditadura salazarista, Portugal mergulhou em um profundo atraso no que tange ao desenvolvimento do país, uma vez que se manteve isolado do mercado internacional devido à política nacionalista de Salazar.

Diante do exposto, podemos destacar que economicamente os dois países possuem um desenvolvimento na periferia do capitalismo. Também vivenciaram longos períodos ditatoriais;

a saber: Brasil nos anos de 1937 a 1945 e de 1964 a 1985, e em Portugal foram quarenta e oito anos consecutivos, mais especificamente de 1926 a 1974. Ademais, durante seus processos ditatoriais, esses países tiveram uma grande interação de exilados. Repressão, tortura, mortes, censura, pobreza extrema, analfabetismo, endividamento do setor público, altos impostos, são umas das inúmeras marcas dos processos ditatoriais de ambos os países. Cabe destacar, também, que a instauração da democracia em Portugal se deu por meio de uma Revolução, e no Brasil aconteceu através do que conhecemos por transição democrática. Não obstante, para que a democracia fosse consolidada, esses dois países tiveram um grande protagonismo popular.

Como mencionamos, o lapso temporal deste estudo compreende os anos de 1974 a 1995. Essa delimitação se traduz por ser um período de muitas transformações sociais, políticas e econômicas, tanto na geopolítica mundial, como nas realidades do Brasil e de Portugal. No cenário mundial, juntamente com o contexto da Guerra Fria<sup>1</sup>, houve nesse momento uma profunda crise do capital, que atingiu as formas de conceber as relações profissionais, os mercados de trabalho, a produção e o padrão de consumo. Sabemos que foram drásticos os rebatimentos na realidade da classe trabalhadora global e, principalmente, na realidade desses dois países. De acordo com Harvey (1993), flexibilização foi a palavra-chave desse período para as economias centrais. Nelas, foram adotadas estratégias de flexibilização do processo de produção, o que foi extremamente rentável para o capital, haja vista que diminuíram os custos de produção, aumentaram a exploração sobre os trabalhadores e, por conseguinte, dificultaram o processo de organização deles.

Conforme Yazbek (2001), o discurso do direito foi substituído pelo discurso humanitário da filantropia, o que promoveu uma crise do sistema capitalista gerando mudança social regressiva e se expressando de distintas formas na realidade social dos sujeitos.

---

<sup>1</sup> De acordo com Hobsbawm (1994), foi o período marcado por um conflito iminente entre os EUA e União Soviética – 1945 a 1991. Gerações inteiras conviveram com medo do lançamento da bomba atômica que, por sua vez, não passou de uma guerra ideológica. Nenhum dos países pretendia invadir os territórios alheios, pois se jogasse a bomba seria o fim da humanidade. Mas ambos alimentaram essa possibilidade diária. O Muro de Berlim, construído em 1961, foi um grande símbolo da Guerra Fria além da apocalíptica bomba atômica. Este muro, que durou até 1989, separava a parte oriental e a ocidental da cidade de Berlim e simbolizava a divisão do mundo em dois blocos: socialistas e capitalistas. Foi um longo período de conflito entre estes dois grandes polos com uma disputa eminente para se afirmar qual sairia vencedor dessa grande disputa, que era de cunho econômico, armamentista, tecnológico e ideológico. Em suma, ainda de acordo com Hobsbawm (1994), a União Soviética não conseguiu acompanhar a revolução pós-industrial principalmente no que tange ao campo das tecnologias de informações, sendo este o grande fator para o seu desmoronamento em 1991. Com isso, os EUA fizeram de tudo para sair com a imagem de vencedores, mas a queda da União Soviética aconteceu por ela mesma, por uma incapacidade de acompanhar a economia mundial capitalista.

Circunstância que agravou drasticamente as relações de trabalho e, sobretudo, a efetivação dos direitos dos trabalhadores.

Ao adentrar no campo do Serviço Social nesse período, podemos considerar que, diante desse cenário, foram consolidadas grandes transformações no interior da profissão, diferenciando-a das bases iniciais<sup>2</sup> da formação profissional. Cabe destacar que tanto o Serviço Social Português quanto o brasileiro tiveram sua emergência e institucionalização nos anos de 1930, pautados, principalmente, na doutrina social da Igreja Católica.

Conforme apontado por Yamamoto (2014) e por Martins (2010), o Serviço Social se encontrava atrelado a um *ethos* profissional baseado em reforçar os bons costumes e a moral, assim como também em ensinar hábitos higienistas e a importância do bem comum. Seu objetivo principal era reforçar o reajustamento dos indivíduos através de uma visão moralizante e culpabilizadora diante de sua condição de exploração para que fosse garantida a ordem social, tão desejada para a manutenção do sistema capitalista.

Vale ressaltar, inclusive, que o Serviço Social brasileiro e o Serviço Social português possuíram influências do Serviço Social norte-americano, do chamado Serviço Social de caso, do Serviço Social de grupo e do Serviço Social de comunidade. Outro ponto importante é que, no decorrer dos anos 1960, com o avanço das Ciências Sociais, uma parcela de profissionais do Serviço Social de ambos os países passou a não se identificar com as bases iniciais da profissão, haja vista o contexto de grande efervescência social no cenário mundial, destacando-se o Maio francês de 1968<sup>3</sup>.

No que diz respeito ao contexto latino-americano, o Serviço Social vivenciava o Movimento de Reconceituação que, por sua vez, segundo Simionatto (2019, p. 15), "colocava-se como um dos marcos mais importantes de revisão crítica da profissão no continente latino-americano".

Diante desse quadro, tanto o Serviço Social brasileiro, em seu Processo de Renovação, quanto o Serviço Social português, beberam, mesmo que em graus diferentes, das fontes

---

<sup>2</sup> Em Portugal, ditadura e corporativismo.

<sup>3</sup> Segundo Hobsbawm (1995), o Maio de 1968 foi um movimento insurrecional de estudantes e não um movimento da esquerda formal. Este movimento conseguiu convergir uma série de tendências e adeptos mesmo sem um centro de comando. No primeiro momento, o que se tinha era uma insatisfação pedagógica com as mudanças propostas pelo governo de Charles De Gaulle. Para os estudantes, as reformas causariam prejuízos ao ensino e à aprendizagem dos franceses. A resposta do governo aos movimentos foi através de muita repressão e caça às lideranças. Assim sendo, devido ao cenário de repressões, o movimento teve cada vez mais amplitude, extrapolando os marcos de Paris, tornando-se um movimento nacional e, logo depois, ganhando ramificações em toda a Europa e nas Américas.

provenientes da Reconceituação, o que não deixou de repercutir para os rumos da profissão nesses países.

No que tange ao Brasil, foi um momento de muita interação, mas que ficou um pouco silenciado devido ao contexto da ditadura civil-militar brasileira. Entretanto, a partir de meados dos anos 1970, novos rumos emergiram para a realidade social do país e para a profissão. O novo momento de abertura política desembocou na transição democrática, que aconteceu em 1985. No Serviço Social, diante desse cenário, consolidou-se sua posição favorável à defesa da classe trabalhadora, com uma notória posição de ruptura contra o capital dominante.

No que concerne a Portugal, Martins (2002) descreve que ecos do Movimento de Reconceituação chegaram à realidade portuguesa em maior escala após a Revolução dos Cravos, em 1974. Esses materiais se constituíram como fonte de estudos e como fonte de atualização sobre o que a profissão vivenciava na América Latina. Consideramos importante destacar, também, conforme Santos e Martins (2016), que logo nos primeiros momentos do processo revolucionário as assistentes sociais começaram a se identificar como “trabalhadoras sociais”, uma vez que, para se colocarem como profissionais aptas ao mercado de trabalho, queriam romper com as práticas da assistência alinhada com a ditadura.

Podemos apontar que foi, principalmente, a partir de 1970 que Brasil e Portugal estabeleceram melhores interlocuções no que tange à profissão, com maior intercâmbio de fontes e produções teóricas, como também a entrada de José Paulo Netto, um renomado professor brasileiro do Serviço Social, em situação de exílio em Portugal. A partir de 1980, a cooperação entre as universidades do Brasil e de Portugal para a realização e a fomentação do curso de Mestrado e Doutorado em Serviço Social foi, igualmente, algo importante para o crescimento da profissão na realidade de ambos os países.

Sabemos que todo esse percurso histórico e os impactos para a profissão no Brasil se encontram amplamente analisados, existindo uma vasta produção bibliográfica. Entretanto, no que se refere a Portugal, segundo Martins (2010), o processo de investigação em Serviço Social possui um caráter tardio. Sendo assim, ainda são poucos os estudos consistentes sobre a profissão diante desse período histórico. Contudo, a vivência de uma revolução de caráter popular/socialista dentro do país é o que traz a interrogação sobre como o Serviço Social se apropriou desse marco, visando a alavancar a profissão rumo a diluir as forças conservadoras nela enraizadas e para se posicionar de forma crítica frente à exploração a que os trabalhadores se encontravam submetidos.

Sendo assim, o desenvolvimento deste trabalho partiu da análise do cunho político-organizativo e teórico-metodológico presente na profissão no Brasil e em Portugal, no quadro

histórico de 1974-1995, com destaque para as convergências entre percursos. Um importante material utilizado para compreendermos a profissão em Portugal foi a *Revista Intervenção Social*, criada nos anos de 1985, que se constitui como um grande instrumento de pesquisa. Analisamos um total de 12 edições até os anos de 1995. Através de amostra intencional, selecionamos as publicações que possuem verossimilhança com a temática abordada. Dessa forma, identificamos 34 publicações de cunho variado – artigos, pareceres, planos de estudos e dossiês, que remetem à profissão em cunho teórico-político diante desse período histórico.

Nesse sentido, a discussão sobre o Serviço Social brasileiro inserido no quadro histórico dos anos de 1974 a 1995, permite-nos identificar os nexos que a profissão estabeleceu com o Serviço Social português. Desse modo, utilizamos a revisão bibliográfica para apreender as transformações político-organizativas e teórico-metodológicas da profissão no Brasil, utilizando materiais – revistas, livros, teses e artigos –, considerando a produção acadêmica já existente que envolve uma gama considerável de textos sobre esses temas.

Nesse vasto campo de materiais, cabe destacarmos algumas das principais fontes de recursos. São elas: Netto (1986,1993, 2005, 2014, 2015, 2017), Iamamoto (2001, 2013, 2014, 2017, 2021), Abramides (2009, 2016, 2017, 2019), Yazbek (2001, 2017) Santos (2016, 2021) Eiras (2017, 2016, 2019), Coelho (2018), Bravo (2009, 2019), Paula (2009, 2016) entre outros.

Além disso, inserimos as publicações oriundas do debate atual da referida pesquisa sobre “Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”, a qual já promoveu a publicação de importantes artigos e, em 2021, do livro intitulado *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*.

Ademais, outra importante fonte de dados é a produção de Kameyama (1998) – *A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social* –, que nos possibilitou compreender o conteúdo das dissertações e teses produzidas na área de Serviço Social no Brasil dentro do quadro histórico deste trabalho.

Visando a enriquecer nosso arcabouço teórico também utilizamos as análises de Eiras *et al* (2019) e de Santos (2009), que trazem um balanço das publicações na revista *Serviço Social e Sociedade* (criada em 1979) também diante do marco temporal desta dissertação.

Diante do exposto, é importante destacarmos o caminho que conduziu a estrutura desta dissertação, sendo três principais movimentos de pesquisa. São eles: 1 – no capítulo intitulado *O Serviço Social brasileiro no período de 1974 a 1995: Processos de ruptura com o Serviço Social Tradicional*, observamos os condicionantes históricos, políticos e econômicos do Brasil e a ênfase do Serviço Social diante desse processo, com a identificação de suas transformações

político-organizativas e teórico-metodológicas; 2 – no capítulo *O Serviço Social em Portugal (1974-1995): Posicionamento ético-político, organização, conquistas e inquietações teórico-metodológicas* foi feito o mesmo movimento de pesquisa em relação a Portugal e ao Serviço Social inserido em tal país; 3 – Trouxemos a apresentação das convergências e particularidades entre os percursos da profissão no Brasil e em Portugal. O capítulo ficou designado como: *O Serviço Social no Brasil e em Portugal (1974-1995): Convergências, particularidades e perspectivas*. Cabe frisar que a identificação da dialética entre a profissão no Brasil e em Portugal se fez presente em todo o processo da dissertação, haja vista que ao buscar compreender o Serviço Social na história de ambos os países foi possível identificarmos a conexão entre o Serviço Social Brasil e Portugal em suas histórias.

Contudo, este trabalho também se enquadra na tentativa de manter viva a articulação/diálogo entre a profissão em diferentes países. Inclusive, manter a articulação e o diálogo se constitui como um instrumento de resistência no cenário atual, levando em consideração como o mundo do capital tem usado todas as suas artimanhas para que não se reconheçam uns aos outros como classe trabalhadora, como partícipes do gênero humano.

Ao realizarmos as articulações, é possível identificarmos as convergências entre as realidades vivenciadas e, com isso, fomentar alternativas, processos de luta. Conforme descrito por Eiras (2016, p. 10), “estamos no mesmo barco”. Portugal, tal como o Brasil, vivencia o desemprego, a pobreza, a miséria, dentre outras refrações da questão social. Sabemos que esses países possuem especificidades: o Brasil atualmente possui cerca de 210 milhões de habitantes<sup>4</sup>, enquanto Portugal possui aproximadamente 10,29 milhões de habitantes<sup>5</sup>, números bem discrepantes, mas não podemos olhar para essa realidade de forma fragmentada e isolada. É necessário conectá-la a um todo, a uma estrutura de dominação maior que transpassa a realidade desses países e compreenda a geopolítica mundial.

Sendo assim, o intercâmbio de ideias, experiências e avanços científicos traz a possibilidade de estabelecermos verdadeiros processos de resistências contra esse modelo de sociedade erigido pelo capital. É um esforço coletivo necessário para que se possa repensar a profissão em face das contradições sociais, rumo ao alcance do ideal de democracia.

---

<sup>4</sup> Ver em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2021.

<sup>5</sup> Ver em: <https://www.ine.pt.Statistics>. Acesso em: 21 out. 2021.

## **2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1974 A 1995: PROCESSOS DE RUPTURA COM O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL**

### **2.1 O CONTEXTO ESTRUTURAL BRASILEIRO: DITADURA CIVIL MILITAR E O PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA**

Para adentrar no período autocrático burguês brasileiro, que foi vivenciado mais especificamente entre os anos de 1964 a 1985, consideramos necessário realçar que a conjuntura histórica desse país foi seriamente marcada pela instabilidade, seja em âmbito político, econômico ou social. Tal característica se encontra intrínseca na estrutura da formação social do país, o que tem reproduzido um desenvolvimento econômico periférico e um modelo político instável, que não consegue se desenvolver amplamente sem resquícios anteriores. Tal fato reflete na relação de produção e na conformação das classes, excluindo severamente as massas dos processos decisórios devido aos interesses do capital central. Antes de ocorrer o golpe de 1964, como descrito nos estudos de Netto (2014), o Brasil também havia passado por uma ditadura nos anos de 1937, que foi marcada por um golpe de Estado executado pelo próprio presidente, Getúlio Vargas. Tal período foi marcado por moldes ditatoriais com uma forte propaganda anticomunista, nacionalista e extremamente autoritária, que perdurou até os anos 1945.

Cabe destacar, ainda sobre Vargas, que o presidente foi deposto devido ao golpe de Estado, retornando ao poder em 1951, pelo voto direto, sob o auge do populismo, e o seu projeto nacionalista ganhou força devido à criação da Petrobrás. Contudo, o ano de 1954 foi marcado por seu “suicídio”. Diante desse cenário, acentuou-se a instabilidade econômica e política na república populista com a entrada de vários governantes em pouco período de tempo, cujos nomes são: Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

De acordo com Netto (2014), a entrada na década de 1960 marcou uma nova fase da realidade brasileira, na qual se experimentava uma onda de crescimento econômico e o setor industrial superava a agricultura. Também nesse período, grande parte da população do campo migrava para os centros urbanos. No entanto, o crescimento urbano se propagou de maneira muito desigual, localizou-se principalmente no Sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo. Outro fator importante é a desigual distribuição de renda e, por conseguinte, a concentração de propriedades conforme explicitado no seguinte trecho: “Dos 70 milhões de brasileiros, somente

pouco mais de 3 milhões possuíam terras, destes, 2,2% detinham 58% da área total agricultável” (NETTO, 2014, p. 26).

Ainda conforme o autor, Jânio Quadros foi eleito presidente do país em 1961, através do voto direto, até então restrito a uma pequena parcela da população. Para vice-presidente foi eleito João Goulart. Podemos apontar que Jânio Quadros, no cargo de presidente, promoveu medidas desnecessárias e sem nenhum contributo para a sociedade, o que ocasionou uma grande instabilidade ao governo e uma grave crise econômica, levando à sua renúncia após sete meses de mandato.

Mesmo diante de vários empecilhos gerados pelo congresso conservador, João Goulart assumiu o cargo de presidente em 1961, com os poderes extremamente reduzidos devido à instauração de um governo parlamentarista. De acordo com Netto (2014), Jango (como o presidente era popularmente conhecido) não tinha horizonte socialista e era um político de longa caminhada, típico reformista comprometido com os avanços sociais, empenhado com os trabalhadores e com a democracia.

Como descrito por Netto (2014, p. 31-44), os aspectos antidemocráticos já pairavam na realidade brasileira, haja vista as manobras conservadoras para impedir Jango de governar com amplos poderes. Entretanto, com o apoio da população e através de um plebiscito que contou com 9.457.448 a favor do presidencialismo contra 2.073.582 para a continuidade do parlamentarismo, o regime presidencialista foi reinstaurado em janeiro de 1963 e, por sua vez, garantiu a Jango um maior poder para governar o país na tentativa de cumprir seus compromissos com o povo.

Assim, Jango propôs amplas reformas durante seu mandato, dentre as quais destacamos: reforma de base – estrutura econômica e social, reforma universitária, reforma urbana e a temida reforma agrária. Os compromissos assumidos por Jango foram originários da influência dos movimentos sociais (estudantis, operários, comunitários e sindicais) nos anos 1960 e, principalmente, do movimento das Ligas Camponesas em prol da reforma agrária e de melhores condições de vida no campo.

Segundo Netto (2014), durante o governo de Jango, o número de entidades dobrou no país. Também houve um crescimento das organizações coordenadoras de trabalhadores. Podemos destacar, como principais, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que tinha por objetivo promover a manutenção do movimento sindical brasileiro (orientando e coordenando), e também a criação do Pacto de Unidade e Ação (PUA), que exerceu uma ação integralizada com o CGT, com as organizações sindicais e com as diferentes lutas dos trabalhadores, além de ter um protagonismo importante para o plebiscito no retorno do modelo presidencialista.

Outro ponto importante descrito por Netto (2014) foi a elevação do número de greves, muitas em caráter nacional, cujo horizonte de luta ultrapassava o viés estritamente econômico, tendo um claro compromisso político com a promoção de mudanças na estrutura social.

De acordo com o autor, o movimento rural teve grande protagonismo na cena de luta, juntamente com o crescimento da camada estudantil em prol da reforma de base. Vale ressaltar que estudantes universitários conseguiram reverter a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) que advinha desde 1930 com um viés direitista. Para tanto, através de um novo viés mais progressista, pôde fortalecer o protagonismo para alcançar as reformas político-econômicas.

Sabemos que as características de Jango assombravam a burguesia dominante, que temia perder seus privilégios. Além do mais, estando em meio à Guerra Fria, o temor ao comunismo propagado pelos Estados Unidos da América (EUA) contra a União Soviética era uma ameaça constante ao capitalismo. A chantagem imperialista, a fim de demonstrar a superioridade mundial mediante o terror atômico, perdurou por anos na geopolítica mundial.

Na tentativa de barrar as reformas democratizantes, a direita conservadora passou a se mobilizar para afastar toda e qualquer “influência comunizante”, como era propagado no período. Nesse cenário, a imprensa, juntamente com a Igreja, foi de suma importância para manipular a opinião pública contra o “perigo vermelho”. Segundo Netto (2016, p. 48), os meios de comunicação apresentavam Jango como um “corrupto”, como um político que violava os direitos da família e dos cristãos, como um propagador das maquinações socialistas, entre outros. Cabe destacar que, para se assegurar, Jango obtinha somente o apoio da imprensa governamental e de alguns jornais e boletins que eram promovidos pelos estudantes e intelectuais e que ainda não possuíam muita divulgação.

Em 13 de março de 1964, Jango, convidado pelos trabalhadores, foi às ruas participar da luta pelas reformas de base com o apoio também dos movimentos estudantis e do Partido Comunista do Brasil (PCB), reunindo mais de 200 mil pessoas. Jango fez um amplo discurso e apontou a necessidade de acabar com os privilégios do desenvolvimento econômico, de desapropriar as terras localizadas às margens da rodovia federal e destiná-las aos trabalhadores rurais, bem como a necessidade da revisão constitucional (NETTO, 2014).

Contudo, o golpe já estava sendo orquestrado com o apoio dos EUA, sob o contexto da Guerra Fria, travada entre os EUA e a União Soviética desde 1945. Netto (2014), apoiado em Florestan Fernandes, discorre que as forças armadas brasileiras foram manuseadas para instaurar a “autocracia burguesa” através da mistura de golpismo civil e militar. Desse modo, em 31 de março de 1964 tiveram início as manobras para depor Goulart no dia seguinte. Sem

o apoio dos militares, o presidente não obteve outra saída a não ser entregar o poder e pedir asilo político em Montevidéu, capital do Uruguai. Sendo assim, teve início o período mais sombrio da história do país, com um severo regime ditatorial mantido pelo silêncio da sociedade através de brutal violência.

De acordo com Coimbra (2000), para a manutenção da doutrina de segurança nacional, logo nos momentos iniciais da tomada do poder, foi instaurado o primeiro Ato Institucional nº 1 (AI – 1). Em 11 de abril de 1964, o General Humberto Castelo Branco tomou posse da presidência. Esse decreto foi criado para legitimar as ações do governo, que tinham por presunção afastar os funcionários públicos que tivessem algum tipo de ligação com o comunismo. O mesmo aconteceu com diversas organizações, sobretudo, com as dos trabalhadores, tais como a CGT e a PUA, devido às ameaças de promoverem greves em defesa da liberdade democrática. Além disso, a sede da UNE foi incendiada, e editoras e jornais, fechados.

Assim sendo, a estrutura totalitária que assumiu o poder através do golpe de Estado tem em seu seio características estruturais que reforçam a exclusão das massas e intensificou os aspectos latentes da formação social brasileira. Tal conjuntura levou a uma verdadeira degradação das condições de vida da classe trabalhadora, principalmente devido à supressão dos direitos civis, políticos e sociais mantidos pelo silenciamento da sociedade.

Para a manutenção do cenário de histórica desigualdade, Netto (2014) discorre que a ditadura civil militar implementou uma drástica política econômica de arrocho salarial e, para mantê-la, o bloco militar elaborou uma Lei de Greve, que foi promulgada em junho de 1964. Tal medida proibiu a organização dos trabalhadores de vários setores da sociedade. Ademais, na tentativa de elevar o crescimento da economia, o país facilitou a entrada de empresas e indústrias estrangeiras, que perceberam no Brasil as condições necessárias para a lucratividade, devido ao baixo custo da força de trabalho, à exoneração de impostos e à inexistência de greves.

Como descrito por Netto (2016, p. 84): “a tutela militar assegurou as condições políticas para realização dos projetos da grande burguesia, do latifúndio e do imperialismo”, ou seja, as Forças Armadas garantiram a governabilidade necessária ao serviço do grande capital. No entanto, podemos apontar que esse braço repressor do governo não se encontrava homogêneo e alinhado aos mesmos interesses, pois havia divergências corporativas. As duas linhas principais eram: os militares da “Sorbonne” e os da “linha dura”.

Netto (2014) esclarece que os homens vinculados à “Sorbonne” tinham Castelo Branco como seu principal líder, eram pertencentes à elite intelectual dos militares, principalmente oficiais, suas ações iam além das tarefas profissionais, detinham uma ação voltada para o

conservadorismo, um posicionamento estratégico-elitista e pretendiam passar o governo para os civis. Já o grupo da “linha dura” era formado pelos militares médios, defendiam que era preciso manter a ditadura por um longo período para mudar o Brasil e afastar qualquer ameaça comunista. Esses militares “linha dura” tinham uma visão mais estreita, um pensamento direitista, tendo um caráter puramente técnico, sendo violentos ao extremo, e seu líder era Costa e Silva. Podemos considerar que o ponto em comum entre os grupos era o de promover a segurança nacional, assemelhando-os à doutrina norte-americana.

A aliança entre Brasil e EUA estava cada vez mais evidente. Assim sendo, o Brasil chegou a destinar mais de mil soldados para fortalecer a intervenção dos EUA na República Dominicana nos anos 1965. Outro traço a demarcar, conforme explicitado por Netto (2014), foi a solidariedade de Castelo Branco à ditadura salazarista em Portugal.

O autor descreve que com o impedimento da eleição de forma democrática, os próprios militares em conselho ficaram incumbidos do processo decisório para ocupar o cargo ditatorial de Castelo Branco. O ditador, sem sossego em seu último mandato, buscou travar a ascensão de Costa e Silva para o seu cargo, haja vista que Costa e Silva era vinculado à vertente “linha-dura”. No entanto, Costa e Silva tinha um grande apoio: entre quatro exércitos, três comandos estavam a seu favor. Assim, os “Sorbonne” foram perdendo a sua efetividade devido ao avanço dos militares da “linha-dura” com uma política altamente repressiva. Castelo Branco, sem saída, teve que aceitar a sucessão.

Podemos considerar, de acordo com Coimbra (2000), que dentre os atos institucionais impostos pela ditadura, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que foi instaurado no governo do General Costa e Silva, em 1968, foi o decreto preponderante para a afirmação da soberania militar dentro do âmbito social brasileiro. A partir disso, a ditadura civil militar foi instituída sem disfarce, com o claro terrorismo de Estado. Muitos líderes políticos, sindicais e intelectuais perderam seus direitos políticos, foram todos cassados, exilados e, muitos, até assassinados. De forma similar ocorreu com os movimentos e com as organizações comunitárias, estudantis e de trabalhadores, que foram impedidos de se articularem, além de muitos organismos que foram fechados. A população convivia com o controle severo dos meios de comunicação, com a inflação e com o arrocho salarial.

Consideramos que houve um grande intervalo na voz atuante do povo com o pós-1964. Esse povo, que se expressava através de um sindicalismo classista/combativo, teve que conviver com um sindicato que se tornou centro de oferta de serviços assistenciais e de serviços de saúde, com uma clara política de conciliação com o capital. Ademais, a sociedade brasileira também experienciou a diminuição da efetividade das entidades representativas e dos

movimentos sociais como um todo, além de sentir muitas vezes o peso da repressão em sua pele. Antunes (1985, p. 75) caracterizou esse período como “a longa noite do sindicalismo brasileiro”, pois, como afirmado anteriormente, a instauração da ditadura burguesa obstaculizou todo o processo de organização da classe trabalhadora através de um claro terrorismo de Estado.

Outro ponto importante, segundo Netto (2014), é que todos os partidos de esquerda foram colocados na ilegalidade. Muitos líderes do PCB foram duramente reprimidos, torturados e postos em situação de presos políticos, ou mesmo assassinados, mas os governos ditatoriais nunca admitiram a existência das torturas. No entanto, mesmo estando na ilegalidade, o PCB não deixou de intervir sobre a ditadura civil militar, fez ações na calada da noite, atos clandestinos para que todos conhecessem o que estava se passando no Brasil, a fim de reunir forças contra tal barbárie.

Como descrito por Netto (2014, p. 136) o “AI-5 significou, em termos imediatos, o fechamento de praticamente todas as possibilidades políticas legais para atividade das forças de oposição”. Não obstante, com a passagem do governo de Costa e Silva para o governo de Garrastazu Médici, esse cenário de mordagens para com a sociedade foi ainda mais intensificado.

Destacamos que, com o avanço do regime autocrático burguês, o condomínio militar foi se mostrando cada vez mais instável e heterogêneo em suas bases. Assim, diante de uma luta travada por dois meses, Médici, vinculado à “linha dura”, foi eleito indiretamente para o cargo de presidente de 1969 a 1974, quando passaria o cargo para o general Ernesto Geisel, também eleito de forma indireta.

Segundo Netto (2014), o governo de Médici foi caracterizado pelo advento do crescimento econômico, não visto desde 1964 com a grave crise inflacionária. Essa onda de crescimento que perpassava o país estava vinculada a uma política bem própria da ditadura civil militar através da criação do Programa de Ação Econômica do Governo, no mandato de Costa e Silva, que atuava principalmente com o intuito de combater a inflação, de alavancar os investimentos estatais, de parer a discrepância entre o desenvolvimento regional (norte e sul) e de atrair os investimentos externos.

Ainda em consonância com o autor, o período conhecido pela expressão imprópria de “milagre econômico”<sup>6</sup> foi sentido por extratos bem específicos da sociedade, como uma denominação bem identificada. Destacamos que não havia nenhum saldo para a população brasileira, uma vez que atender às suas necessidades básicas estava longe dos objetivos do bloco

---

<sup>6</sup> Por essa razão utilizamos o termo entre aspas.

militar. Mesmo diante do crescimento econômico, a exploração da força de trabalho se acentuava e a taxa de analfabetismo se elevava, em consonância com os altos índices de concentração de renda, de concentração fundiária, de abertura ao comércio externo e de uma política clara de privatização dos serviços públicos e, principalmente, do setor da saúde e da educação.

A esse respeito, nas palavras de Netto (2014, p. 154), “era evidente que os trabalhadores foram lesados, em óbvio benefício do patronato”. Muitas foram as artimanhas para mascarar o crescimento econômico do restante da população, para que não surgissem reivindicações por melhorias de salários, devido ao panorama de crise estrutural do capital, além da instabilidade promovida pelo contexto ideológico da Guerra Fria e da crescente movimentação social depois da vivência do Maio de 1968, emblemático na França, mas marcante em diferentes países, inclusive nos EUA.

O fim do “milagre econômico” aconteceu em meio ao governo do ditador Ernesto Geisel logo na entrada dos anos 1974. Cabe destacar que Geisel era vinculado à “Sorbonne”, sendo um pouco mais flexível para discutir sobre democracia. Na verdade, a possível abertura democrática era uma necessidade, pois, com o fim da falsa idealização de expansão econômica, diminuiu drasticamente o apoio dos setores médios à ditadura. No entanto, a proposta de Geisel não era qualquer abertura, o objetivo era uma abertura lenta, gradual e segura, para não favorecer a oposição; um processo de abertura que levasse vários anos, e que os direitos fossem estabelecidos de forma gradativa e segura, com o intuito de não ameaçar os trilhos da lógica ditatorial.

Vale mencionar que o governo Médici experienciou o apogeu do crescimento econômico, entretanto, no governo de Ernesto Geisel foi justamente o contrário, haja vista que foram sentidos o fim e as consequências advindas desse período. A título de exemplo, uma dívida externa grandiosa, juntamente com o cenário de crise econômica em âmbito mundial.

Na tentativa de tirar o país da crise, Geisel implementou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, sendo um típico molde do I Plano Nacional que não deu certo. Geisel também procurou incentivar novos empréstimos, consumo, importações, além de fortalecer o incentivo para que grandes empresas/indústrias trouxessem suas filiais para o Brasil. Não obstante, buscou trazer novas fontes de energia com a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), com o intuito de diminuir a dependência exclusiva ao petróleo. Houve também a construção de obras faraônicas, muitas não terminadas, além da importação de tecnologias atrasadas através da compra de usinas nucleares da Alemanha, sem desenvolver fontes próprias

e modernas. Em suma, esse emaranhado de acordos, de compras e de obras só contribuiu para acentuar uma grave crise econômica no país.

Nos anos de 1974 foram liberadas as eleições parlamentares e, logo nos momentos iniciais, através da pressão do parlamento, foi posto fim à censura prévia dos meios de comunicação. Entretanto, cabe destacar que a censura não havia sido eliminada por completo, havia muitos casos de repressão, e até mesmo de mortes, as quais o governo buscava acobertar a fim de diminuir o repúdio da população que, por sua vez, já se mostrava inquieta com os rumos da ditadura civil militar.

Nos anos 1977, o bloco militar, estando profundamente ameaçado, começou a criar estratégias para manter um panorama de estabilidade do governo, através do prolongamento do mandato de Geisel, para despertar menos agitação social e fugir da necessidade de discutir a sua sucessão; com isso, o mandato presidencial passou a ter seis anos de duração. Na tentativa de passar um ar mais democrático, instituem-se rapidamente governadores, prefeitos e senadores. No entanto, não era a população brasileira quem votava, eles eram eleitos por um colégio eleitoral.

Como explicitado por Netto (2014), ao adentrar nos anos 1978, o AI-5 foi extinto após uma década operando em prol da política própria da ditadura: o terrorismo de estado. Entretanto, com o fim do pilar da ditadura, o clima de insatisfação social começou a tomar conta do país, pois a população estava extremamente fatigada com tamanha exploração e privação. Agora era possível ocupar as ruas, em grande passo, no sentido da redemocratização. Amplos setores da sociedade se mostraram de forma consonante com os trabalhadores, como uma parcela da Igreja Católica, por exemplo, volta a atenção para pobres, passando a atuar mais de perto nas comunidades<sup>7</sup>, o que possibilitou o fomento de uma concepção política crítica diante da realidade vivenciada, apoiada na teoria marxista que, por sua vez, também levou a juventude católica e membros eclesiais a sofrerem as penas do regime.

No entanto, era um cenário popular incontrolável pela ditadura, as ruas do país se tornaram palcos de greves, de movimentos e de lutas do povo, que tinha sede de democracia. Uma das greves mais emblemáticas foi a do grande ABC paulista, chegando a reunir milhares de trabalhadores, de diversos setores, tais como: professores, metalúrgicos, bancários, entre outros. Essa grande unidade de luta promoveu o retorno de diversas entidades sindicais, do

---

<sup>7</sup> Este crescente posicionamento de parcela da Igreja Católica, muito adveio das novas reflexões surgidas a partir do Concílio Vaticano II na década de 1960, que ficou marcado por ser uma reflexão global do papel da igreja no mundo, posteriormente contribuiu para direcionar a Teologia da Libertação na América Latina nos anos de 1970 e 80, com suas formulações de teológicas progressistas, com expressões no Brasil (Barroco, 2005).

movimento estudantil, comunitário e, principalmente, do movimento trabalhista que culminaria, posteriormente, na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1980.

De acordo com Netto (2014), o protagonismo do movimento dos trabalhadores contribuiu, com vigor, para que os rumos do projeto ditatorial fossem atropelados pelo processo de democratização do Brasil. Esse cenário, favorável para a classe trabalhadora, foi lapidado no governo de Geisel e se consolidou sob o mandato do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que foi o último presidente da ditadura civil militar brasileira e teve o maior mandato da história, de 1979 a 1985, concluindo o processo de abertura política.

Ainda de acordo com o autor, o processo de abertura democrática veio a se consolidar no mandato de Figueiredo, com um governo militar extremamente desgastado, desprestigiado e amedrontado. O Brasil, nesse instante, enfrentava uma séria crise econômica, com uma inflação exorbitante, elevadas taxas de desemprego, uma população sem acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico e com um quadro crônico de desnutrição por parte das crianças, chegando a 26%. Em suma, a população brasileira não tinha o mínimo necessário para uma digna sobrevivência, enfrentava uma situação de pobreza generalizada.

Para que o objetivo de uma transição lenta e gradativa fosse mantido, uma das primeiras ações foi a Lei da Anistia, em meados de 1979, que permitiu o retorno de exilados políticos. Com isso, muitos exilados regressaram ao país, com o intuito de fortalecer o movimento crescente contra a ditadura, como é o caso de Leonel de Moura Brizola e Luís Carlos Prestes, além de muitos intelectuais, artistas, músicos e professores.

Netto (2014) discorre que, em dezembro de 1979, foi aprovada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que permitiu a criação de novos partidos políticos, até então impedida, desde 1965, com o AI-2. A abertura para novos partidos mostrou-se útil para promover a passagem do governo, mas, principalmente, para dissolver a oposição, que estava bem coesa no partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro), já que o MDB e o Arena (Aliança Renovadora Nacional – partido apoiador do regime) eram os únicos partidos desde a instauração da ditadura burguesa.

Mesmo perante o clima de abertura democrática, muitos militares não estavam de acordo com a transição e, sendo assim, começaram a promover uma série de atentados terroristas em locais públicos, o que levantou ainda mais repúdio da população contra o regime, principalmente contra os militares da “linha dura”, que eram os responsáveis por tais atrocidades.

Conforme Netto (2014), nas eleições diretas para senadores, em 1982, o condomínio militar pôde perceber o quanto a população estava aguerrida em prol da democracia. Foi uma

eleição significativa, com mais de 58 milhões de eleitores expressando a sua opinião através do voto. Os candidatos da oposição ao regime tiveram êxito em muitos estados, sobretudo, naquelas localidades mais populosas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para mais, o clima de euforia era tão grande que o deputado Dante de Oliveira se empenhou para implementar a emenda Dante de Oliveira, em 1984, que propunha eleições diretas para a presidência da república com o intuito de colocar fim à ditadura. Diante disso, a campanha pelas “Diretas Já” tomava conta do país com uma enorme mobilização nacional e com inúmeras personalidades políticas a seu favor. Entretanto, a emenda foi barrada no Congresso Nacional.

Em suma, permaneciam as eleições indiretas, mas, para ser uma transição segura, optaram por eleger candidatos civis, que mantiveram uma boa relação com o regime ditatorial. Tancredo Neves foi o mais votado entre o conselho burguês, pois transitava em ambos os lados do bloco militar, no entanto, morreu antes de tomar posse como presidente. A população, por sua vez, ficou pasma com o ocorrido, pois via na figura de Tancredo a possibilidade da democratização do país. Diante desse fato, em 1985, quem assumiu o governo foi seu vice, José Sarney, que também foi apoiador do regime.

O Brasil, como um país que possui heterogeneidade estrutural, mais uma vez usou seus acordos políticos para transfigurar o processo ditatorial em abertura democrática. De acordo com Netto (2014), o fim da autocracia burguesa nada teve de golpista ou revolucionário como aconteceu em Portugal com a Revolução dos Cravos, em 1974. Assim sendo, foram aproximadamente 21 anos de regime civil militar até a posse de José Sarney, em 1985. Nas mãos de Sarney ficou a tarefa de fazer a democratização do país, mas sem que a elite perdesse seus privilégios oligárquicos.

Segundo Netto (2014), o então presidente civil, que mantinha relações amigáveis com o regime militar, já sabia o que iria enfrentar ao assumir o governo, o que não presumia era a grande dificuldade para recuperar a economia brasileira. Como primeira medida, Sarney implantou o Plano Cruzado, em 1986, na tentativa de frear a inflação, que já chegava a quase 2.000% em 12 meses, e diminuir a taxa do endividamento externo, que já passava os 54% (antes do golpe de 1964 era de 15,7%). Assim sendo, podemos considerar que o saldo do regime foi muito diferente do que foi prometido pelo condomínio militar, haja vista a grave crise econômica que o Brasil vivenciava.

Cabe apontar que, na vigência do governo Sarney, foi implementada uma série de planos econômicos. O primeiro deles foi O Plano Cruzado I, que tinha por objetivo controlar a inflação e promover o crescimento econômico, através do congelamento dos salários e da inflação, entre outras medidas. Este plano atraiu a simpatia da população devido a alguns resultados em relação

à estabilização dos preços para o consumo. Dessa maneira, o partido de centro do presidente Sarney, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), ganhou popularidade e venceu eleições para grandes cargos na política brasileira. Posteriormente, constituiu-se a maior bancada para a elaboração da Constituição Federal de 1988.

Cabe destacar que o Plano Cruzado fracassou devido ao descongelamento dos preços. Com isso, o governo fomentou a criação de outros planos econômicos, a saber: Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão. Os planos tinham por objetivo controlar a inflação, estagnar os salários, elevar o crescimento econômico e, principalmente, segundo Netto (2014, p. 261), “impedir a liquidação do modelo econômico herdado pela ditadura”.

Para que a democratização do Brasil acontecesse, na Assembleia Constituinte de 22 de setembro de 1988, que contou com 559 participantes e teve como diretor Ulysses Guimarães, foi elaborada uma nova Constituição para reger o país. Ao final da Assembleia, após votação, foi aprovado o texto final da nova Constituição brasileira. Nessa Constituinte havia setores conservadores e progressistas, além de ampla participação do povo brasileiro. Cabe destacar, conforme Filho e Gurgel (2016), a importância dos movimentos sociais organizados para a efetiva mobilização popular, com o intuito de garantirem a sua participação na construção da Constituição Federal brasileira, haja vista que, diferentemente do que se passava nos países centrais nos anos 1980, o Brasil vivenciou um grande ardor das forças democráticas da sociedade civil. Dessa forma, em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal, o que significou pela primeira vez, parâmetros de equidade e de direitos sociais universais em uma legislação brasileira.

Conforme explicitado por Piana (2009), a Carta Constitucional de 1988 afirmou conquistas e avançou nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da previdência social, entre outros. Iamamoto (2006, p. 263) também descreve que:

A Carta Constitucional de 1988 trouxe uma ampliação do campo dos direitos sociais, sendo por isso reconhecida como a ‘Constituição cidadã’. A normatização desses direitos abre novas frentes de lutas no zelo pela sua efetivação, preservando o princípio de universalidade em sua abrangência a todos os cidadãos.

De acordo com Piana (2009), até a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, não se tinha no Brasil um instrumento jurídico-político que direcionasse para uma formação mínima de um Estado de Bem-Estar social. Certamente, se a CF fosse aplicada conforme seu padrão rígido, teria-se no Brasil, tal como na Europa, a garantia dos direitos basilares com qualidade para a sobrevivência. Porém, no início dos anos 1990 o país assistiu a uma grande

onda neoliberal, atacando efetivamente os direitos estabelecidos na CF de 1988 que, por sua vez, foram conquistados através de muita luta.

Dessa forma, com o apoio norte-americano, através do consenso de Washington, segundo Behring e Boschetti (2009), consolidou-se o processo de contrarreforma no país. Esse movimento de contrarreforma direcionou suas ações para entregar o patrimônio público 25% nas mãos do capital, através da privatização, na busca por mercantilizar o que era direito dos cidadãos. O Estado, por sua vez, para desvalorizar as conquistas de 1988, adotou como discurso principal que a crise foi causada devido ao aumento de gastos sociais, por isso, a necessidade de empregar reformas. Em função desse fato, há uma grande ambiguidade entre o constitucional e o real.

## 2.2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: PERCURSO HISTÓRICO

Antes de adentrar nas transformações que ocorreram no Serviço Social brasileiro em meio ao processo de abertura democrática do país, é importante realizarmos um breve retorno histórico no percurso da profissão diante dessa realidade.

Sendo assim, ao remetermos ao início no século XX, conforme apontado por Yamamoto e Carvalho (2014), de forma embrionária, a generalização do trabalho livre logo fez transparecer a verdadeira face diante do aspecto contraditório entre os que produzem a riqueza e os que se apropriam dela, principalmente, em uma sociedade marcada pelo escravismo, tal como é a realidade do Brasil.

Cabe destacar que a intenção da camada dominante era modernizar o país. Para isso, iniciou-se um novo processo através da importação de maquinários e de mão-de-obra qualificada para operar as novas tecnologias. No entanto, a economia do país ainda era eminentemente agrária, as engrenagens modernas ganharam mais força depois da década de 1930. Diante dessa nova, mas com aspectos antigos, conformação de dominação social, tornou-se evidente que o trabalho livre não era nada universal, haja vista que os trabalhadores negros não tiveram o mesmo status de cidadania dos trabalhadores brancos.

A mão-de-obra negra ficou à mercê na sociedade, não conseguindo ocupar nem os precários postos de trabalho, visto que eram destinados principalmente à mão-de-obra branca e qualificada. Essa força de trabalho sobressalente, predominantemente negra, começou a se amontoar nos locais mais dispersos da sociedade, não tendo condições mínimas de sobrevivência. Diante disso, era alvo constante das ações caritativas da Igreja Católica, mas, principalmente, do braço repressivo do Estado.

Dessa forma, a exploração abusiva a que os trabalhadores eram submetidos, fez com que esse contingente começasse, ainda que de forma incipiente, a demonstrar sua indignação diante das mazelas recebidas (como salário) e das condições extremamente precárias em todas as esferas de sua vida. Sabemos que a igreja e o Estado passaram a atuar juntos no contingenciamento das expressões da questão social<sup>8</sup>, principalmente nos centros urbanos industriais, através dos laços de solidariedade política e ideológica, para favorecer o projeto de dominação burguesa.

Foi diante desse cenário que decorreu a implementação do Serviço Social na realidade brasileira, haja vista a pressão feita por parte do operariado pelo reconhecimento de sua cidadania social. Cabe destacar que o setor empresarial nascente também exercia pressão no Estado pela necessidade de criar mecanismos e instituições que pudessem promover os trabalhadores a um padrão ético e moral, que correspondesse às exigências do trabalho fabril.

Dessa maneira, o Serviço Social, imanado principalmente por grupos e frações da classe dominante e por intermédio da Igreja Católica, começou a atuar de forma a reajustar esses indivíduos ao meio social, visto que o conjunto das desigualdades apresentadas não era reconhecido como fruto de uma sociedade contraditória, e sim por questões morais, individuais, psicológicas e espirituais. Assim sendo, as respostas frente às expressões da questão social eram permeadas por uma ação conservadora, culpabilizadora e de responsabilização dos indivíduos por sua condição.

Para manter a imagem de um Estado benfeitor, foi criado nos anos 1930, através dos primeiros decretos provisórios, o Ministério do Trabalho. A criação do Ministério veio como uma ação para fortalecer o discurso da importância da proteção ao trabalhador. Entretanto, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), o real objetivo era coibir totalmente a mobilização dos trabalhadores, através da integração de reivindicações à estrutura corporativista estatal, com o intuito de se manter a paz social necessária ao desenvolvimento capitalista.

Já o engajamento da Igreja, de acordo com os autores, fez-se devido aos seus interesses no desenvolvimento social, uma vez que já tinha perdido a sua supremacia, em decorrência do processo de laicização do Estado. Dessa forma, devido ao temor comunista, a Igreja, agora aliada do Estado, adotou um protagonismo especial para a manutenção e a reprodução dos antagonismos de classe.

---

<sup>8</sup>“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO, 2014, p. 83-84).

Conforme Yamamoto e Carvalho (2014), a Igreja Católica assumiu o papel principal no trato das refrações da questão social, através do fomento das obras caritativas e assistenciais, advindas do apoio da elite feminina burguesa. As ações da igreja foram fundamentadas, principalmente, através da Encíclica “*Rerum Novarum*”, publicada em maio de 1891, pelo Papa Leão XIII, e que continha as diretrizes baseadas no espírito cristão corporativista e harmônico no que tange às classes sociais.

Podemos destacar também, que as novas instituições sociais surgiram com um maior poder de articulação entre os diferentes setores, maior aporte de recursos e contatos a nível estatal em relação às antigas obras de caridade, ou seja, maior eficiência técnica no planejamento das obras assistenciais. Desse modo, com a mobilização da Igreja, juntamente ao movimento católico leigo e da Ação Social, além da participação do Estado, deu-se o surgimento do Serviço Social.

De acordo com Yamamoto e Carvalho (2014) houve, em 1932, a criação do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo) com o incentivo e o controle da igreja, através do “Curso Intensivo de Formação para Moças”, a cargo das Cônegas de Santo Agostinho. Além disso, para ministrar o curso como convidada da escola de Bruxelas, Mlle Adèle Loneaux. As atividades do CEAS se orientaram para a formação técnica dos quadros da ação social e para difundir a doutrina social católica.

Diante dos esforços desse grupo e do apoio da Igreja Católica foi criada, em 1936, a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo<sup>9</sup>. Como descrito por Yamamoto e Carvalho (2014), logo nesse início de fundação, tornou-se evidente a demanda por quadros habilitados para atender outros tipos de carências, além das atividades do CEAS, principalmente necessidades estatais, que foram vistas pelas precursoras como conquistas primordiais, tais como o trabalho junto à Diretoria de Terra, a Colonização, a Imigração e, em 1939, o contrato com o Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo.

No que tange ao Serviço Social no Rio de Janeiro, este surgiu em 1937, a partir de formas variadas de iniciativas, pois a participação das instituições públicas emergiu de forma intensa, além da administração federal, juntamente com a igreja e com o movimento laico. Ainda nesse mesmo ano, segundo Yamamoto e Carvalho (2014), surgiu o Instituto de Educação Familiar e Social, composto pelas Escolas de Serviço Social e Educação Familiar, por iniciativa do Grupo de Ação Social e, em 1938, a Escola Técnica de Serviço Social, por iniciativa do Juízo de Menores. Já em 1940, ocorre a entrada do curso de Preparação em Trabalho Social na

---

<sup>9</sup>Atual faculdade de Serviço Social da PUC-SP.

Escola de Enfermagem Ana Nery e, em 1944, a Escola de Serviço Social, como desdobramento masculino do Instituto Social.

Cabe destacar que essas escolas eram destinadas às moças da sociedade, de característica idônea, de boa família e que tinham por premissa cooperar com a moral e com os bons costumes. No entanto, com o aflorar da classe operária, o número de profissionais não estava sendo suficiente para atender toda a demanda. Desse modo, era preciso incentivar a adesão ao curso através da destinação de bolsas de estudos, com os cursos intensivos para auxiliares sociais e, também, com a possibilidade da entrada de estudantes dos setores médios urbanos.

No que tange às atividades desenvolvidas, estas se perpassavam pela elaboração de inquéritos familiares, pesquisas e atuação sobre as condições de moradias, de situação sanitária e econômica do operariado. Também havia o Serviço Social nas empresas, com atividades de cooperativismo, ajuda mútua e organização de lazeres educativos e de benefícios da legislação social; e o Serviço Social médico, com atuações ligadas à puericultura e à profilaxia de doenças transmissíveis e hereditárias.

A institucionalização da profissão nos anos 1940, de acordo com Paula (2016), apontou para a categoria profissional a necessidade de uma base técnico-científica que acompanhasse as novas exigências do mercado de trabalho. Dessa maneira, o conservadorismo católico começou a ser tecnificado com a importação dos estudos norte-americanos, especialmente de Mary Richmond, para a resolução dos “problemas sociais”, através de uma análise apoiada na psicologia e na sociologia. Assim, a formação do Serviço Social brasileiro foi permeada pelas concepções de Serviço Social de Caso<sup>10</sup>, Serviço Social de Grupo<sup>11</sup> e Serviço Social de Comunidade<sup>12</sup>. Tal conjunto técnico-científico tinha por objetivo remediar as “deficiências” dos indivíduos e das coletividades, sem tocar nas bases estruturais originárias de tais causas.

---

<sup>10</sup>De acordo com Vieira (1982, p. 52), o Serviço social de caso era voltado para compreensão da personalidade do sujeito, ou seja, uma compreensão individual e isolada do todo social. Um trabalho exercido pelo assistente social com um caráter clínico de tratar os indivíduos ajustando-os às suas problemáticas.

<sup>11</sup>Já o Serviço Social de Grupo, ainda de acordo com Vieira (1982), tinha por objetivo exercer a interação entre os sujeitos, de forma a promover a solidariedade entre os mesmos, para se autocorrigirem diante das exigências do contexto histórico no que tange as normas, os valores, condutas de um bom operário.

<sup>12</sup>No que tange o terceiro método, Serviço Social de Comunidade, Paula (2016) discorre que este foi intensificado mais tarde na conjuntura do país, com uma nova roupagem dos modelos anteriores para corresponder à necessidade do DC, que se espalhou a partir dos anos de 1950 através da política desenvolvimentista. Em suma, o objetivo era de promover a manutenção da paz social entre o Estado e a Sociedade, através de uma abordagem coletiva e imediatista na solução dos “problemas sociais”. Vale ressaltar que o discurso de psicologização, de culpabilização e responsabilização estavam sempre presentes para promover o reajustamento dos indivíduos ao meio social, ou seja, promover a reforma moral dos trabalhadores.

Conforme Fernandes (1975), foi na entrada dos anos 1950 que se deu a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Nesse período, tem-se uma forte entrada do capital estrangeiro no Brasil para fomentar o processo de desenvolvimento industrial e a consolidação da aliança ao imperialismo, haja vista a ameaça socialista com pós Segunda Guerra Mundial. Como explicitado por Paula (2016), foi em meio à propagação da ideologia desenvolvimentista que o Serviço Social foi inserido no Desenvolvimento de Comunidade (DC), tendo por objetivo elevar o desenvolvimento econômico e social das pequenas localidades, de forma imediata, para se manter a harmonia social necessária à manutenção do sistema capitalista.

O lapso de 1960 foi marcado por crises econômicas e por muita efervescência social no âmbito brasileiro, como também na geopolítica mundial. Perante esse contexto, emerge no interior da profissão uma pequena parcela de profissionais que, segundo Barroco (2005), vinculou-se à participação política, ampliando a consciência social e começando a promover forças contrárias à ordem burguesa, além da influência do movimento de Reconceituação latino-americano que, por sua vez, contribuiu significativamente para que a profissão no Brasil se aproximasse da teoria social de Marx e reconfigurasse seu compromisso com a classe trabalhadora.

Dessa forma, veremos a seguir a importância do Movimento de Reconceituação latino-americano para o Serviço Social brasileiro, além de realçar seu protagonismo para os demais países do mundo.

### 2.3 O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL LATINO-AMERICANO: LEGADO DE INTERAÇÕES

O movimento de Reconceituação latino-americano, como descrito por Simionatto (2019, p. 15), constitui-se como um grande e importante marco de revisão crítica do Serviço Social no continente. Para compreendê-lo, consideramos necessário sintonizá-lo no quadro das crises e transformações do capitalismo diante do “breve século XX”.

Dessa forma, foi a partir dos anos 1960<sup>13</sup>, com um contexto permeado por cisões políticas, econômicas e sociais em âmbito mundial, por conseguinte, na América Latina que se originou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, sendo este um marco decisivo da

---

<sup>13</sup>Estiveram no bojo dessa história: Guerra Fria, ditaduras militares, protestos, greves e revoltas, crises econômicas, revoluções socialistas e contrarrevoluções.

crítica ao tradicionalismo na profissão perante ao continente. Segundo Iamamoto (2014, p. 206), este marco implicou uma contestação global da profissão, que trouxe para cena questionamentos em “seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”. Ademais, Ortiz (2010, p. 162) também aponta que:

A Reconceitualização questionava o papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição do subdesenvolvimentismo dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático-liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses da população [...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, que está fundamentada no grande monopólio internacional.

Nesse sentido, conforme Iamamoto (2014), imperava na América Latina um amplo movimento de recusa às importações de teorias e métodos alheios a sua realidade, existia uma efetiva luta contra as amarras do imperialismo norte-americano. No que tange à profissão, o que percebemos é um notório posicionamento crítico diante do chamado Serviço Social de caso, grupo e comunidade.

Além disso, conforme Iamamoto (2014), o objetivo era fomentar o pensamento social latino-americano como forma de alcançar sua própria história. Foi diante desse contexto, impulsionado pelas lutas sociais que impactaram não somente as universidades, mas também as ciências sociais, uma parcela da Igreja Católica e setores populares, que o Serviço Social buscou se amparar, como forma de promover seu processo de revisão.

Conforme Eiras, Yazbek e Santos (2017, p. 24), é diante dessa ambiência histórico-cultural e sociopolítica que o Serviço Social traz para suas lutas a “defesa de projetos de transformação social”. Percebemos que isso muito se articula com o florescimento da Teologia da Libertação, que se constitui como a primeira aproximação de parte da Igreja Católica com o âmbito das Ciências Sociais, principalmente no que tange à incorporação do marxismo como base para amparar a vivência dos cristãos com os trabalhos populares e para a leitura dessa realidade. A esse respeito, Lowy (1989, p. 15), descreve que: “O marxismo apareceu aos olhos dos teólogos da libertação como a única teoria capaz de oferecer ao mesmo tempo uma análise precisa e sistemática das causas da pobreza, e uma proporção precisa e radical do método para sua abolição”.

Do mesmo modo, temos perante esse cenário, segundo Iamamoto e Silva (2021, p. 40), as influências da proposta de “educação como prática da liberdade”, de Paulo Freire, com obras

reconhecidas internacionalmente. Conforme explicitado por Eiras, Yazbek e Santos (2017, p. 24), os assistentes sociais também foram muito “inspirados pela educação para a libertação e pelo método de alfabetização de Paulo Freire”.

Outrossim, os profissionais do Serviço Social, também foram influenciados pelo debate latino-americano crítico de compreensão de sua própria situação perante a economia internacional – Teoria da Dependência. Sua formulação contou com contribuições de intelectuais como “Cardoso e Falleto (1970), Ruy Mauro Marini (1973), Florestan Fernandes (1973), Octavio Ianni (1993) e entre outros” (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p. 41).

Podemos considerar que essas novas influências latino-americanas marcaram decisivamente a Reconceituação do Serviço Social. Segundo Paula (2016), os assistentes sociais tinham sede pelo entendimento sobre a formação estrutural dos países latino-americanos, principalmente, no que tange à relação de dependência – econômica, política e social –, dos países centrais. Essa necessidade advinha do fato de os profissionais perceberem que sem a compreensão da realidade seria impossível compreender a história da profissão, uma vez que ambas estão imbricadas.

Conforme Netto (2005), diante da funcionalidade da profissão frente a expressões da questão social, temos um quadro de profundo questionamento por parte dos estudantes, docentes e profissionais. Cabe destacar, como explicitado por Paula (2016, p. 97), que a Reconceituação foi um processo heterogêneo, de múltiplas dimensões, no entanto, seu ponto de unidade entre os diversos profissionais foi a luta contra o tradicionalismo na profissão, além da “luta contra o subdesenvolvimento do continente”. Em consonância, Iamamoto (2001) discorre que:

Esse perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de denúncia – de autocrítica e de questionamentos societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (IAMAMOTO, 2001, p. 207).

Dessa forma, como descrito por Netto (2015, p. 191-192), a primeira expressão da Reconceituação, tem seu marco em 1965, no *I Seminário Regional Latino-americano de Serviço Social* em Porto Alegre - RS, Brasil, com a presença de 415 participantes de diferentes localidades. Outros seminários aconteceram: Uruguai (1966), Argentina (1967), Chile (1969), Bolívia (1970) e Brasil (1972 – novamente em Porto Alegre). Nesses seminários, foi colocada em xeque a legitimidade da profissão para a construção de um Serviço Social Latino-americano,

com uma ação voltada para a luta dos “de baixo”, através da apropriação de aportes teórico-políticos capazes de decifrar a realidade contraditória e de afastar a concepção de neutralidade que adentrava no discurso da profissão. Paula (2016, p. 95) também nos afirma que:

A preocupação do Movimento de Reconceituação foi a construção do próprio Serviço Social, buscando a formulação de um novo projeto profissional, atento às particularidades latino-americanas. Os profissionais buscaram criar um projeto profissional capaz de se contrapor ao pensamento conservador – especialmente ao campo do positivismo e do funcionalismo – buscando para isso novos fundamentos teórico-metodológicos e prático-interventivos para Serviço Social, no campo da tradição marxista.

A partir desse instante é possível percebermos a aproximação com algumas temáticas e categorias ligadas aos pensadores e militantes marxistas. Cabe realçar, de acordo com Baptista (1986, p. 44), que essa busca não foi aleatória, infundada, todo o quadro sócio-histórico forneceu elementos centrais para a gênese dessa “virada”. Esse cenário, aliado à forte pressão dos movimentos populares organizados, mobilizou forças internas no âmbito do Serviço Social, o que levou à necessidade de renovação de sua prática e de angariar novas respostas que pudessem atender às pressões sociais sob um novo prisma, sob um novo posicionamento.

Cabe destacar, segundo Baptista (1986) que as novas formulações tinham aproximação à temática marxista, não pela via das fontes originais, mas por um estudo e análise de textos de intelectuais de esquerda das ciências sociais, ou seja, era uma leitura de intérpretes do marxismo, devido às condições concretas de seus países.

Ao adentrar nos anos de 1970, o ambiente da Reconceituação sofre mudanças. Netto (2005) discorre que a heterogeneidade do movimento começou a ficar mais aparente, o que fez surgir grupos distintos no caminhar desse processo. De um lado, conforme o autor, estavam os reformistas-democratas com ideais desenvolvimentistas; e de outro, os radical-democratas, que defendiam a “superação da exploração-dominação nativa e imperialista” (NETTO, 2005, p. 10).

Ainda conforme o autor, nenhum dos dois grupos teve propostas concretas para a profissão devido à realidade de intensa supressão de liberdade e dos espaços políticos, vivenciada principalmente pelos países do Cone Sul. Toda e qualquer alternativa democrática que se apresentasse, era considerada como ameaça à supremacia norte-americana. Podemos considerar que todo esse contexto, entrecortado pelas ditaduras militares, obstaculizou a unidade/interação dos profissionais perante a Reconceituação, o que repercutiu na continuidade do movimento, uma vez que muitos protagonistas “experimentaram o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrossaram as listas dos ‘desaparecidos’ nas ditaduras” (NETTO, 2005, p. 10).

É importante caracterizarmos, conforme apontado por Netto (2005), que o movimento também possuiu alguns equívocos, tais como: dissolução dos limites existentes entre a profissão e o militatismo; a recusa da produção acadêmica produzida por outras localidades do mundo; além da aproximação à tradição marxista sem apropriação das fontes originais, o que corroborou para uma leitura enviesada da realidade, tendenciando para o ecletismo.

Cabe destacar, segundo Netto (2005), que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social perdurou por aproximadamente uma década – de 1965 a 1975 –, no entanto, suas reflexões e seus confrontos teóricos foram irreversíveis para a erosão do Serviço Social “tradicional”. Foi a partir desse momento que a tradição marxista passou a ter relevo no âmbito da profissão, como podemos corroborar com o seguinte trecho:

Depois da Reconceituação, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais [...]. Criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional (NETTO, 2015, p. 193-195).

De maneira complementar, Netto (2005, p. 10) ainda descreve que a “Reconceituação permaneceu como um capítulo inconcluso: asfixiada pela maré montante das ditaduras latino-americanas”. No entanto, ainda conforme o autor, foi capaz de ter sua curva ascendente por quase uma década, além de fornecer as bases necessárias para a erosão do Serviço Social tradicional.

Sendo assim, consideramos de grande importância salientar alguns de seus legados. Conforme Iamamoto e Santos (2021, p. 46):

- a- O reforço da perspectiva continental no Serviço Social, valorizando a unidade latino-americana;
- b- O fortalecimento das formas gremiais e acadêmicas de representação de assistentes sociais;
- c- A revisão crítica e inovadora da formação acadêmico-profissional;
- d- O reconhecimento e elucidação da necessária e inconfessa dimensão política do Serviço Social à direita ou à esquerda;
- e- A interlocução do Serviço Social com as Ciências Sociais – especialmente em suas expressões críticas – e a descoberta do potencial teórico e político da tradição marxista;
- f- O impulso à produção teórica e o reconhecimento do estatuto intelectual do/a assistente social enquanto pesquisador/ a e produtor / a de conhecimento, os quais se materializarão com a expansão da pós-graduação *stricto sensu*;
- g- A ultrapassagem do senso comum e a fundamentação do Serviço Social em suas relações com o Estado e a sociedade de classes na defesa dos direitos e de projetos de classes subalternas;

- h- A recusa à naturalização das desigualdades e da apreciação moralizadora da questão social, do assistencialismo e do desenvolvimentismo;
- i- O reconhecimento de competências e atribuições do/a assistente social no campo das políticas públicas (com ênfase na política social), na sua gestão, formulação, financiamento e avaliação.

Podemos considerar, conforme Yamamoto e Santos (2021), que o Movimento de Reconceituação possuiu uma grande amplitude latino-americana, além dos ecos que foram sentidos nas demais latitudes do mundo, uma vez que tem expressões na Espanha e em Portugal, principalmente.

Outro ponto a destacar, é a chama da esperança que foi acesa a partir da rebeldia histórica dos assistentes sociais diante da Reconceituação. A esse respeito, nas palavras de Yamamoto (2006, p. 05):

[...] na América Latina, os assistentes sociais há muito acenaram a bandeira da esperança – essa rebeldia que rejeita o conformismo e a derrota – contradizendo a cultura da indiferença, do medo e da resignação que conduz à naturalização das desigualdades sociais, da violência, de preconceitos de gênero, raça e etnia. E conseguiram manter viva a capacidade de indignação ante o desrespeito aos direitos humanos e sociais de homens e mulheres, crianças, jovens e idosos das classes subalternas com os quais trabalhamos cotidianamente.

No que tange ao Serviço Social brasileiro, devido ao contexto político-militar de 1964, as influências latino-americanas foram muito restritas, reaparecendo com mais força somente nas décadas seguintes. Sendo, assim, capaz de se colocar como uma referência primordial para solidificar a perspectiva crítica em direção aos interesses da classe trabalhadora no bojo da profissão no Brasil. Nesse sentido, Scheffer *et al.* (2021, p. 98) descrevem:

Embora entendidos como processos distintos – mas articulados dialeticamente pelo enraizamento do Serviço Social nos traços sócio-históricos comuns do continente e pela intensa articulação profissional desencadeada – a renovação do Serviço Social no Brasil<sup>14</sup> e o Movimento de Reconceituação se articulam, em sua dinâmica, contradições e confrontos de projetos societários e profissionais alimentados pelas lutas sociais do período, evidenciando tendências em disputa sobre conciliação, reforma e transformação societária.

Como forma de demonstrar a amplitude do Movimento de Reconceituação latino-americano, cabe destacar os ecos que foram sentidos em Portugal e a sua importância para esse país. Dessa forma, conforme Ferreira (2021), a partir dos anos de 1960, há algumas influências,

---

<sup>14</sup>Netto (2017), denomina o processo brasileiro de “Renovação do Serviço Social” e, em sua análise, enfatiza a particularidade brasileira.

ainda que de maneira muito restrita devido ao contexto ditatorial salazarista. Os poucos materiais que adentravam eram de forma clandestina, além de não serem fontes originais.

Com o acentuar da crise do regime fascista, na virada da década 1960 para 1970, foi possível ter um cenário de ebulição da contestação dos trabalhadores diante de sua situação de miserabilidade, o que também não deixou de repercutir no Serviço Social português, que já se mostrava em constante movimento para promover mudanças na profissão, como identificamos nos escritos de Martins e Henriquez (1997, p. 5):

O movimento de Reconceituação na procura de uma identificação com as classes subalternas, a guerra colonial, posteriormente a Primavera Marcelista, e, sobretudo, as mudanças no seio do pensamento social da Igreja Católica (João XXIII) possibilitou uma larga caminhada das assistentes sociais portuguesas na reivindicação de melhorias no seu estatuto profissional e no estabelecimento de vínculos com os movimentos sociais antifascistas que proliferavam na sociedade portuguesa.

Um outro ponto importante destacado na publicação nº 8 da *Revista Intervenção Social*, analisada mais adiante no âmbito deste trabalho, foi a realização de um seminário para discutir a temática latino-americana, ocorrido momentos antes de a Revolução dos Cravos eclodir. Cabe destacar que o contexto ditatorial se encontrava em declínio, débil, o que favorecia politicamente tais discussões, conforme exposto abaixo:

Em março de 1974 por iniciativa do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social, realização do Seminário sobre a Reconceituação do Serviço Social na América Latina, orientado pelo professor Herman C. Kruze, na Casa do Bom Pastor – Buraca, com presença de 67 participantes (FERNANDES, 1985, p. 126).

Além disso, na publicação nº 29 da *Revista Intervenção Social*, foi possível também identificarmos a interação<sup>15</sup> do Serviço Social português com a Reconceituação, vejamos:

Recorreram às experiências e contribuições teórico-metodológicas do Movimento de Reconceituação da América Latina que sentiam corresponder e dar resposta às inquietações profissionais, vindo a definir uma estratégia profissional, assente em novos pressupostos e finalidades. Este trabalho de reflexão sobre as perspectivas teórico- ideológicas apontadas pela Reconceituação, contribuiu, ainda, para o desenvolvimento de uma postura profissional em que revelou a necessidade do dimensionamento político da prática, e conseqüentemente, reforçou a tendência destes profissionais à vinculação como o movimento social (QUEIRÓZ; CORNEJO, 1994, p. 31).

---

<sup>15</sup>Algumas destas interações também foram descritas anteriormente, ao longo desta dissertação.

Podemos considerar que as interações do Serviço Social em Portugal com o Movimento de Reconceituação passaram a ser mais frequentes após a vivência da Revolução dos Cravos, que permitiu a instauração da Democracia no país e, como consequência, a liberdade para discutir temáticas que antes adentravam o país através da resistência e da clandestinidade promovidas pelo corpo docente e discente no âmbito das academias.

Como descrevemos anteriormente, é possível perceber que no primeiro momento pós-1974 o Serviço Social português se viu sem aportes teóricos que pudesse amparar sua nova realidade diante da prática profissional, devido à inexistência de condições acadêmicas que permitissem análise e publicações científicas próprias. Dessa forma, a profissão se mostrou aberta às influências internacionais, o que repercutiu em maiores aproximações com a Reconceituação latino-americana, como também com o processo de Renovação que o Serviço Social brasileiro vivenciava.

Contudo, podemos afirmar, conforme Paula (2009), que todo esse processo trilhado pelos assistentes sociais latino-americanos influenciados pelo contexto político e social da época possibilitou, mesmo com seus equívocos, a conexão com a realidade social da profissão tanto no Brasil como em Portugal e possibilitou uma profissão mais atenta diante da trama dos interesses que cercam a sociedade. Esses avanços direcionaram a necessidade do repensar o Serviço Social alinhado aos interesses da classe trabalhadora, sendo constituída uma nova perspectiva, uma nova trajetória para a profissão em suas dimensões políticas, teóricas e na efetivação da prática profissional, sob um prisma radicalmente humano para o futuro. Por essa razão, na seção seguinte ambicionamos melhor compreender essas transformações.

#### 2.4 A DIMENSÃO POLÍTICO-ORGANIZATIVA DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE A AUTOCRACIA BURGUESA: OBSTÁCULOS NO CAMINHO DE RUPTURA

Conforme Abramides (2019), é impensável compreender as transformações no interior do Serviço Social descolado da realidade social que o cerca. Dessa forma, podemos demarcar que, a partir da década de 1960, uma parcela ainda minoritária da profissão não estava identificada com as bases tradicionais nas quais o Serviço Social estava alicerçado.

Ao nos remetermos à década de 1960, esta se caracteriza pelo fato de ser um período, como visto ao longo deste trabalho, marcado em geopolítica mundial por um contexto de grande efervescência social que, por sua vez, adentra a realidade brasileira. Sendo este um contexto de intensa mobilização democrático-popular (1960-1964, até o golpe civil-militar), o que engloba diversos setores sociais: profissionais de diferentes áreas, estudantes, mulheres, trabalhadores

rurais, sindicatos, partidos, organizações comunitárias, entre outros. Podemos considerar que é um contexto que permite um amplo crescimento de politização da sociedade, adotando um notório viés classista em suas lutas.

Desse modo, como o Serviço Social é uma profissão entrelaçada pela dinâmica da realidade, sofreu e também empregou interferências diante dessa ambiência política. Por essa razão, percebemos na profissão uma constante inquietação por parte de seus estudantes, docentes e profissionais, haja vista não estarem alheios a esta realidade, a este contexto de movimentações e questionamentos dos interesses que cercam as estruturas da sociedade, e também questionamentos acerca de a quem o Serviço Social tem servido.

Tais inquietações, presentes na realidade da profissão no Brasil, foram muito articuladas, identificadas e influenciadas pelo despontar do Movimento de Reconceituação que a América Latina vivenciava. Segundo Paula (2016), a categoria profissional do Serviço Social se encontrava numa crescente heterogeneidade, o que estimulou a busca por novos arcabouços teórico-metodológicos e ideopolíticos como forma de subsidiar a prática profissional, uma vez que a sociedade brasileira empregava novos desafios para a profissão, pois aquele discurso tradicional, conservador e psicologizante não correspondia com as demandas postas pelo contexto sociopolítico à profissão.

Cabe destacar que o Movimento de Reconceituação foi primordial para que a profissão no Brasil, pudesse fazer a adesão e o compromisso com os interesses dos trabalhadores. No entanto, essas interações foram severamente abafadas com a instauração da ditadura civil militar no Brasil em 1964, sendo somente possível reaparecer anos depois. Entendemos que a ditadura foi um grande obstáculo para as lutas dos trabalhadores e também para o adensamento das interações entre a profissão no Brasil com o contexto latino-americano.

Dando continuidade, vimos que o bloco conservador, intimidado pelo contexto de fortalecimento das massas democráticas no país, não se conteve e, como forma de manter seu padrão de dominação, efetivou, em 1964, o golpe civil militar. A esse respeito, compreendemos que:

O golpe de abril de 1964 representou a articulação estratégica das forças mais reacionárias de nosso país e postergou a possibilidade de uma inversão político-econômica direcionada ao campo democrático [...]. O modelo de gestão estatal que se configurou a partir de então pautou-se em uma 'modernização conservadora' orientada pelos interesses monopolistas nacionais e internacionais [...]. O período referente à dominação autocrática burguesa, foi caracterizado pela necessidade de estabelecer legitimidade [...]. No entanto, as manifestações de oposição que se construíram entre os anos de 1964 a 1968 impossibilitaram que o governo ditador conquistasse a ampla legitimidade política desejada (PAULA, 2016, p. 104-105).

É importante destacarmos, de acordo com Silva (2019), o protagonismo exercido pelo movimento estudantil secundarista e universitário diante das lutas políticas e sociais nos diferentes tempos da sociedade. No que tange à ditadura, tal movimento estudantil se colocou como um grande porta-voz para denunciar os mandos do regime militar para toda a sociedade. Contudo, perante essa ambiência, podemos também destacar, a participação de assistentes sociais nas frentes de resistência à ditadura civil militar.

Como afirmado por Iamamoto (2014), o Serviço Social não ficou a reboque dos acontecimentos, ao contrário, esteve engajado nos processos de lutas em oposição e denúncia da ditadura militar na cena brasileira. Por conseguinte, Abramides (2016) nos traz que o movimento estudantil de Serviço Social possuiu uma ampla efetividade no que tange ao processo de renovação da profissão e também como forma de contrapor ao regime militar.

A exemplo, conforme a autora, cabe destacar como expressão significativa da organização e da participação dos estudantes de Serviço Social, duas principais entidades, são elas: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social e a UNE<sup>16</sup>. Podemos realçar que essas organizações promoveram, em julho de 1968, em Fortaleza (CE), um congresso que promoveu debates importantes no âmbito do Serviço Social, sendo levantados questionamentos críticos sobre a formação tecnicista e conservadora da profissão.

Neste mesmo evento, a assembleia de estudantes aprovou uma tese trazida pelo principal setor militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML) – organização de esquerda clandestina do período – que detinha em seu escopo a necessidade de a profissão ter como referencial a “realidade brasileira e sua inserção no modo de produção capitalista para a formação e o exercício profissional; expressava ainda os direitos e lutas sociais sufocados pela forte repressão da ditadura militar e o compromisso com os trabalhadores” (ABRAMIDES, 2016, p. 461). Além disso, a autora destaca algumas das movimentações/lutas que os estudantes de Serviço Social estavam engajados. São eles:

Luta contra o Acordo MEC-Usaid, a Lei Suplicy de Lacerda e o Decreto n. 477, que postulavam a reforma do ensino superior brasileiro baseada no modelo americano para os países subordinados do Terceiro Mundo: cursos de curta duração, educação a distância, com orientação tecnicista, além de conteúdos da ideologia da segurança nacional impostos pela ditadura militar;

---

<sup>16</sup>De acordo com Silva (2019, p. 5), a UNE foi criada no ano de 1937, como entidade unificadora das lutas estudantis em âmbito nacional. Suas frentes de lutas abarcavam questões relacionadas ao campo do ensino, quanto por questões no que se refere a sociedade de maneira geral- cunho econômico, político e social- ou seja, “luta em defesa da democracia, em solidariedade às lutas operárias, em favor dos direitos humanos, contra as ditaduras”.

expulsão de estudantes que atuavam politicamente e proibição da organização política nos CAS, DCEs livres, Uees e UNE colocados na ilegalidade. A defesa da aliança operário-camponesa estudantil na luta contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo, na perspectiva da revolução social, fez com que estudantes exercessem a solidariedade ativa por ocasião das greves operárias de Osasco (SP) e Contagem (MG), em julho de 1968. O movimento estudantil participou efetivamente das atividades culturais como o CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE e da ambiência cultural de forte contestação (ABRAMIDES, 2016, p. 461).

Não obstante, Abramides (2016) salienta que os docentes e discentes da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) pararam suas atividades por três meses e discutiram a necessidade de um novo projeto para a formação profissional. Segundo a autora, apoiada na tradição marxista, a vanguarda do movimento estudantil promoveu críticas ao funcionalismo e ao tecnicismo, além de realçar a importância dos estágios junto à classe trabalhadora.

Destacamos que a estrutura universitária foi uma das mais afetadas pelo regime militar. O cenário político-social brasileiro estava cada mais fechado, uma vez que a estratégia implementada pela autocracia burguesa foi engendrar “golpes dentro do golpe”, através da imposição de atos institucionais que cerceavam cada vez mais os direitos civis e políticos da sociedade, como forma de barrar a oposição militar (PAULA, 2016, p. 105).

Diante do regime, somente era possível a existência de dois partidos políticos<sup>17</sup>, os que por ventura surgissem, eram considerados clandestinos e estavam sujeitos às mais terríveis torturas. Nesse sentido, como trazido por Silva (2019, p. 4), o Serviço Nacional de Informação, apontou o PCB, como o “berço de todas as organizações”. Tal afirmação se perpetuou devido à luta interna que se deu no PCB em 1966 (foram colocados em xeque os erros e as causas do golpe de 1964, entre outros balanços) e resultou na criação de grupos/partidos dissidentes clandestinos em todo o país, a exemplo: Ação Popular (AP), que, posteriormente, reorientou-se e passou a se chamar Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e Colina (Comando de Libertação Nacional). É importante realçar que são esses os principais partidos e organizações clandestinas nos quais havia maior participação de estudantes de Serviço Social e de assistentes sociais lutando pelo fim do regime militar.

Um exemplo do cenário de repressão que rebateu de forma severa no movimento estudantil e também sob os estudantes vinculados ao Serviço Social foi a operação militar em

---

<sup>17</sup>Conforme Silva (2019), foram criados a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB, este último encarregado de fazer “oposição”, no entanto, não poderia contestar o regime civil militar.

um sítio em Ibiúna – SP, onde acontecia o Congresso da UNE, em 1968. Segundo Silva (2019), os órgãos de inteligência do governo vinham obtendo informações, estudando o espaço/vias de acesso e realizando a inspeção do local, como forma de interromper a criação/adesão dos estudantes a um movimento maior chamado “Proletário de Libertação”. Assim, em outubro do mesmo ano, o Dops (Departamento de Ordem Política e Social) invadiu o 30º Congresso da UNE, com uma grande força repressiva, o que levou centenas de estudantes à prisão. Abramides (2016, p. 462) descreve que “das 152 jovens mulheres presas em Ibiúna, 25 eram estudantes de Serviço Social”.

Dando continuidade, também vimos o depoimento da própria Maria Beatriz Costa Abramides para o livro *Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura*, lançado em 2017 pelo Conselho Federal de Serviço Social, que traz a sua vinculação com o movimento estudantil enquanto aluna do curso de Serviço Social da PUC-SP em meio ao período ditatorial e o quadro de repressão que sofreu por parte do governo. Vejamos:

[...] logo que entrei na faculdade, me enfiei no movimento estudantil, aprendi e me convenci que devia ser marxista, socialista, compreender o protagonismo do proletariado, o internacionalismo de classe, a atualidade da revolução. Apoiamos as greves operárias de Contagem e, de forma ativa, a greve de Osasco [...]. Lutávamos contra a reforma universitária da ditadura, assim como lutamos contra as contrarreformas universitárias na democracia burguesa [...]. A União Nacional dos Estudantes (UNE) ‘somos nós, nossa força e nossa voz’ era nossa palavra de ordem [...]. No dia em que fui presa, chegamos à noite para o 30º Congresso em 1968, que ocorreria em Ibiúna (SP), [...] mal iniciava a mesa de abertura, fomos surpreendidos pela repressão. Nós mulheres, ao passarmos por vistoria, éramos chamadas de ‘putas’ pelos ‘gorilas’, por termos pílulas anticoncepcionais conosco[...]. Fomos para Ibiúna como se fôssemos para a revolução [...]. De fato, não tínhamos ideia da força da ditadura, de seu poder, embora lutássemos contra ela. Os camburões ficavam a 14 km do sítio em que estávamos. Em filas: rapazes de um lado, garotas de outro, escoltados pelos policiais, fomos andando e assobiando ‘caminhando e cantando e seguindo a canção...’, música emblemática para a esquerda revolucionária. Hino em nossas passeatas, seguido do corre-corre da polícia, dos cavalos, das bombas de efeito moral, do gás lacrimogêneo, que, usados lá na ditadura, também o são na democracia burguesa [...]. No 30º Congresso da UNE, eu era delegada de base, eleita em assembleia dos estudantes para participar do evento. Era presidente do Grêmio da Escola de Serviço Social (GESS) e também fui eleita, em julho de 1968 no congresso estudantil em Fortaleza, membro da direção nacional da ENESSO. Do curso de Serviço Social da PUC-SP, além de mim, estudante do período da manhã, foram presas as estudantes Rose Papa (matutino) e Rosa Haruco Tame (noturno). Primeiro, fomos todos para o presídio Tiradentes. Éramos cerca de quarenta jovens mulheres em cada cela. O frio era intenso, dormíamos em valete, para nos aquecer e sentirmos mais próximas umas das outras. O banheiro era um só, ali mesmo. Estávamos incomunicáveis e não sabíamos nada do que se passava lá fora. Os carcereiros nos traziam comida fria em lata de cera. Era ruim... À noite, ouvíamos berros que, depois

soubemos, eram para criar um clima de terror (as torturas não se deram naquele momento, afinal eram mais de mil estudantes). Depois do AI-5, de 13 de dezembro de 1968, o terror se intensifica com as torturas, desaparecimentos e extermínios. Somente pudemos sair para tomar sol no pátio com as presas comuns quando fomos transferidas para o Carandiru. À noite, os carcereiros andavam pelos corredores com um molho de chaves e iam passando nos ferros das grades das celas, fazendo um barulho e gritando ‘você vão ser ouvidos e ai de quem não falar a verdade’. O dia em que levaram uma a uma para o DEOPS foi de terror. Ficamos cada uma de nós sozinhas em uma pequena sala, aguardando para um depoimento horas a fio [...]. A noite que passei neste cubículo com tortura a ameaça foi infernal, de verdadeiro terror, aos meus 19 anos, como os outros mil jovens sob uma tortura psicológica que parecia não ter fim [...] (ABRAMIDES, 2017, p. 57-62).

Como retratado por Abramides em seu depoimento, com a instauração do AI-5 no final de 1968, conformou-se o período mais sombrio e violento do regime civil militar, tendo inúmeros casos de torturas, prisões, exílios e assassinatos (muitos continuam desaparecidos/sem saber o paradeiro até os dias atuais). Além disso, Silva (2019) discorre que com o AI-5, muitos opositores da ditadura, eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo julgados pelos tribunais militares sem direito a recurso, a exemplo, descreve:

Os assistentes sociais e estudantes de Serviço Social que, em algum momento, foram atingidos de forma direta pelo regime ditatorial, estavam ligados a alguma organização política (clandestina e de esquerda) e foram acusados de ‘subversivos e, quando presos, eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional que, em 1969, com o Decreto-Lei Nº 898, inovou ao introduzir no ordenamento jurídico as penas de morte e de prisão perpétua (SILVA, 2019, p. 3).

Silva (2019), aponta-nos alguns exemplos de como eram feitos os registros da vigilância das informações sobre os que eram considerados “subversivos”. A saber:

Helena Teixeira de Lacerda – codinome ‘Marília’ – assistente social, com 27 anos – MG, presa preventivamente, como incurso na Lei de Segurança Nacional. Consequente à efetivada prática de delito tipificada pelo art. 43 e sob as seguintes circunstâncias fáticas: Em decorrência das investigações sigilosas que vinham sendo efetivadas pelo Centro de Operação de Defesa Interna – CODI, em termos das atividades de organização clandestina e subversivas, intituladas ‘Ação Popular’ (AP) e ‘Ação Popular Marxista Leninista’ (APML), neste Estado, de âmbito Nacional e sob orientação metodológica Leninista, cuja linha de ação visa, a tomada do poder pela violência através da luta armada (SILVA, 2019, p. 2).

Outros relatos de prisões de estudantes do Curso de Serviço Social também foram descritos por Silva (2019), apoiada na base de dados BNM (Brasil Nunca Mais). Vejamos:

A ré, estudante de Serviço Social em Goiânia, foi presa em flagrante na agência de correios da Praça Cívica, naquela cidade, dia 18/01/1970, quando postava algumas cartas contendo escritos de denúncia contra o regime militar. Foi detida por policiais que estavam vigiando a postalização de correspondência naquela agência, após ter sido apreendida pelo correio de Anápolis cartas de teor assemelhado. A ré Clarissa Sena Balduino, de 23 anos, aluna da Faculdade de Serviço Social Católica de Goiânia. Foi presa no dia 18-01-1970 (BNM, 1985 p. 169 *apud* SILVA, 2019, p. 8).

De acordo com Silva (2019) é indiscutível que havia a censura postal no Brasil durante o regime militar. O cenário de supressão de liberdade e de violação dos direitos estava cada vez mais extenso perante a sociedade brasileira.

Sobre o quadro de violações de direitos que os estudantes e assistentes sociais sofreram ao se posicionarem de forma contrária à ditadura é também encontrado no livro “Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura”, o qual se constitui como um grande acervo histórico oral, com depoimentos de importantes nomes para o Serviço Social tanto no Brasil, como no Mundo.

Neste âmbito, cabe destacar os depoimentos do então Professor Doutor José Paulo Netto e também da Professora Doutora Marilda Villela de Yamamoto, por serem protagonistas perante a consolidação da perspectiva de ruptura teórico-metodológica com o Serviço Social tradicional, além de ambos terem exercido vínculo com o campo da esquerda. Além disso, no que se refere ao professor José Paulo Netto, ele esteve exilado na Europa, passando por Portugal, onde pôde contribuir para a divulgação das referências no campo crítico-marxista neste país.

Portanto, em depoimento ao referido livro, Netto (2017) expõe que se formou em Serviço Social entre os anos de 1966 a 1969. Em 1973 foi preso e acusado de exercer atividades contrárias à Segurança Nacional. Perdeu oportunidades de emprego, foi impedido de tomar posse no concurso para professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mesmo tendo sido aprovado em primeiro lugar, devido a sua posição ideológica que representava riscos à ordem. Entretanto, Netto (2017) salienta que seu vínculo com o PCB aconteceu quando era ainda muito jovem, e que buscou orientar sua trajetória de vida, e também profissional, baseadas na política de seu partido, mesmo que o implicasse sérios riscos. Nas palavras do professor:

[...] quando fiz a opção política que mantenho até hoje, sabia que se tratava de uma escolha que implicava riscos – enormemente aumentados com a instauração da ominosa ditadura, que as franjas mais aguerridas das classes dominantes impuseram, com a tutela militar, ao nosso povo em 1º de abril de 1964. Por isso, quando o braço da ditadura se abateu sobre mim, em princípios de 1973 (fui sequestrado e depois ‘legalmente’ preso por uns poucos meses), e quando, posteriormente, em 1974-1975, a repressão empreendeu sua grande

escalada contra o PCB, obrigando-me a sair do país, não me surpreendi nem me vitimizei: fui apenas mais um entre milhares de brasileiros que se insurgiram contra o regime que servia ao grande capital. No exterior, contribuí de algum modo para a denúncia do regime de 1964 e, ao retornar ao país, em 1979, pude prosseguir na militância que iniciei em 1963 e, sem dela me afastar, retomei a minha vida acadêmica [...]. Penso que é tarefa inarredável de quem viveu aqueles tempos tempestuosos mostrar/revelar às novas gerações o horror do regime de 1º de abril e demonstrar o desastre nacional em que ele se saldou [...] (NETTO, 2017, p. 54).

Nesse mesmo acervo, Iamamoto (2017) nos relata que seu vínculo com a militância política aconteceu em meio ao curso de Serviço Social na UFJF, nos anos de 1967 a 1971. Nesse período do curso ingressou ativamente no movimento JUC (Juventude Universitária Católica), no Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social e no Diretório Central dos Estudantes. Ressaltamos, porém, que contribuiu com diferentes pautas que ultrapassam o âmbito educacional. Em relação ao Congresso da UNE, que aconteceu em Ibiúna em 1968, pontua que não foi possível estar presente e quem os representou foi Elizabeth Andrade Romeiro, quem contribuiu para a mobilização de pequenos comícios para denunciar a ditadura na cidade de Juiz de fora.

No decorrer de seu depoimento ao livro *Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura*, Iamamoto (2017) nos descreve a importância da cultura como forma de promover resistência à ditadura, conforme transcrevemos abaixo:

A nossa geração foi uma geração que se beneficiou amplamente da emergência da cultura dos anos 1960. A ditadura foi incapaz de abafar a cultura, me lembro da gente acompanhando o teatro, o Liberdade Liberdade, Morte e Vida Severina, os concursos da música popular brasileira, a emergência do Chico Buarque, do Caetano, do Tropicalismo. Então, eu acho que foi uma geração muito privilegiada, porque viveu a política. Uma presença muito forte em pensar a sociedade brasileira, em decifrar essa sociedade. Eu me lembro de que, no curso de Serviço Social, nós fazíamos o grande debate da esquerda daquele momento, que era rever os clássicos da revolução brasileira, que é o Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Moisés Vinhas e outros, naquela grande polêmica: como explicar a revolução brasileira. O país é um país feudal? Um país capitalista? Isso era a base que sustentava a luta entre as estratégias políticas, dentro das organizações de esquerda, com propostas possíveis de encaminhamento para a luta política. Eu acho que o Serviço Social teve essa presença, assim importante (IAMAMOTO, 2017, p. 77).

Além disso, Iamamoto (2017) também descreve que diante de sua trajetória profissional nunca participou de luta armada, que as atividades desenvolvidas pelo movimento estudantil nos dias atuais com “certa” tranquilidade em um estado de direito, naquela época não eram

permitidas, era um cenário de severas restrições, as quais a levaram a ser sequestrada na porta de sua casa, como segue no depoimento:

Fui presa, fui sequestrada na porta da minha casa, eu dividia apartamento com a Mariléa Venâncio Porfírio, nós morávamos no bairro da Floresta, na Rua Mármore. Um dia, pela manhã (eu sabia que eles estavam me seguindo, cheguei a avisar à direção da faculdade), eu fui sequestrada, encapuzada, colocada num fusca no banco de trás, e deram várias voltas na cidade comigo, até que eu subi umas escadas e, por acaso, eu reconheci onde estava (no DOPS, porque, quando eu mudei para Belo Horizonte, eu morei numa pensão exatamente em frente ao DOPS; então, na hora em que eu vi as escadas e tal, eu imaginei que podia estar ali). Eu fui presa no dia 2 de dezembro de 1971 e fiquei presa no DOI-CODI até 4 de fevereiro de 1972, ou seja, dois meses e dois dias. Eu fiquei por conta do DOI-CODI. Quando eu cheguei, eles não tinham imediatamente nada contra mim, eles perguntaram se eu era a Mariléa, porque eu acho que eles estavam procurando a Mariléa e, nos dois primeiros dias, tive sim interrogatórios subsequentes, o dia inteiro, 24 horas sem comer, com dificuldade e sem água. Enfim, esse tipo de pressão nos dois primeiros dias, sem dormir. No terceiro, quarto dia, começaram as torturas físicas e começaram com muita pressão, me tiraram do quarto mediante agressões físicas, tapas no rosto, telefone, me jogaram numa sala com a máquina de choque, aplicaram choque nos dois dedos, simultaneamente, tinha um médico do lado pra ver até onde a gente aguentava. E rodava a máquina de choque, eu sei que eu pulava que nem uma bola, assim, literalmente [...]. Eu passei uma noite, por exemplo, com o pau de arara armado pra escolher, o que eu preferia: choque ou pau de arara? Eu sofri muitas agressões [...]. Depois desse processo de muita tensão, vinha a técnica da psicologia, adequada à tortura, não só o médico apoiando a tortura, mas o psicólogo (IAMAMOTO, 2017, p. 79-80).

Ainda de acordo com a depoente, não havia nada que a compromettesse concretamente em Belo Horizonte e não havia vínculos com a militância política devido ao pouco tempo de sua chegada no Estado. O que foi encontrado no apartamento foi um livro chamado “A Sociologia de Marx” de Henri Lefebvre – editora Forense. Este achado foi considerado como uma grande subversão, sendo a prova daquele momento. Foram muitas as torturas psicológicas, dois meses incomunicável, conforme retratado, principalmente, em relação à saúde de sua mãe, que no dia do seu julgamento, sofreu um infarto. Com a ajuda de um professor da PUC Minas, que também era militar, conseguiu conversar com seus pais, no entanto, ao saberem de seu vínculo com o movimento estudantil de Juiz de Fora, foram tomadas novas medidas. Após ser julgada pelo DOI-CODI e condenada a seis meses de prisão, como não havia presídios femininos em Minas Gerais, o Bispo de Juiz de Fora entrevistou e conseguiu que Iamamoto cumprisse sua pena no Instituto João Emílio. Após o cumprimento da pena, casou-se e continuou a sofrer os resquícios da perseguição da ditadura. Foram, por exemplo, inúmeras as oportunidades de emprego perdidas em todo o país, o que denominou de “caça às bruxas” (IAMAMOTO, 2017, p. 82).

Diante do explicitado, é possível percebermos o cenário de constante repressão promovido pela autocracia burguesa e, inclusive, como este se rebateu de forma severa nos estudantes e profissionais do Serviço Social. Como descrito nos relatos e também apontado por Silva (2019, p. 14), os assistentes sociais vinculados aos movimentos de esquerda eram vistos como “subversivos e aliciadores”, acusados de exercer atividades contrárias à Segurança Nacional. Diante disso, podemos caracterizar esse movimento de oposição à ditadura como algo heterogêneo no corpo profissional, uma vez que muitos assistentes sociais passaram ilesos nesse processo. No entanto, conforme Netto (2009, p. 29), importante parcela do contingente profissional não se colocou como “obediente batalhão a bater continência aos donos do poder”. Resistiram à ditadura pelos meios que tiveram e, como resposta do regime, vivenciaram o terror estatal.

Paula (2009) discorre que os questionamentos teórico-políticos surgidos no Serviço Social no caminhar da década de 1960 foram todos abafados e, desse modo, a tentativa de repensar a prática profissional foi levada a refluir. Entretanto, segundo Netto (2009), a partir de meados dos anos de 1970, no que tange ao Brasil, o contexto já se mostrava diferente dos demais países latino-americanos devido ao circuito de instauração de ditaduras; no campo econômico dava sinais de crise, sobretudo, com o esgotamento do “milagre econômico”, com isso foi possível retomar, mesmo que ainda de maneira silenciosa, o quadro de reflexões perante a profissão, como veremos a seguir.

#### **2.4.1 Avanços político-organizativos na perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional**

A partir de 1974 tem início no Brasil, embora ainda tímidas, forças contrárias à ditadura militar e a esperança de racha do governo ditatorial começava a pairar, haja vista que eram nítidos o desgaste e a incapacidade da ditadura em aceder o país economicamente. De acordo com Paula (2016), a crise econômica que se gestou na década de 1970 e posteriormente nos anos 1980, fez com que os últimos governos militares permitissem uma lenta e gradual abertura política.

Dessa forma, os setores populares, que foram obrigados a refluir da cena social, passaram a ter mais possibilidades de manobras para denunciar as artimanhas do regime nesse período. Os movimentos mais avivados e com sede de direitos, de liberdade e de justiça, começaram a canalizar suas lutas para o plano-institucional. Sendo assim, conforme Paula (2016, p. 114), entre os anos de 1970 a 1988, “surgiram vários movimentos sociais urbanos

lutando por conquistas sociais, reformas urbanas, políticas públicas de saúde, educação, habitação, transporte e serviços sociais”.

No âmbito do Serviço Social, perante este novo contexto, os assistentes sociais começaram a desenvolver um intenso processo de discussões internas na busca de um novo perfil profissional. Desse modo, segundo Bravo *et al.* (2019), o Movimento Estudantil de Serviço Social, começou a se reorganizar com outros movimentos de igual tendência, o que fez com que fosse possível realizar, em outubro de 1978, o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na Universidade Estadual de Londrina, no Paraná. Este evento teve como tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”, com a participação de 24 escolas. No bojo deste evento, os estudantes afirmaram a necessidade de discutir a formação profissional, com objetivo de reformular o currículo do Serviço Social.

Segundo Santos (2007), elementos importantes foram aprovados no I ENESS. São eles:

[...] o primeiro, é aprovada uma comissão para organizar o II ENESS, demonstrando a necessidade do movimento em garantir a continuidade dos ENESS. O segundo aspecto é a aprovação de uma comissão de estudantes que se encarregaria de discutir o currículo mínimo para o curso de Serviço Social, demonstrando a vinculação da prática política dos estudantes com o compromisso de se aprofundar a qualidade do ensino e da formação profissional dos assistentes sociais, sinalizando para uma ruptura com o conservadorismo e com as bases que norteavam a formação profissional (SANTOS, 2007, p. 114).

Além disso, em âmbito interno podemos realçar, segundo Bravo *et al.* (2019, p. 63-64), que a necessidade de repensar a profissão, vinha ganhando forma também nas convenções promovidas pela ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social) nos anos de 1973, em São Luís (MA). Depois, em 1975, em Piracicaba (SP), mesmo diante do contexto de extrema supressão política, o Serviço Social se encontrava em movimento com no intuito de debater o currículo do curso. Em 1977, ocorreu uma nova convenção em Belo Horizonte, sob um panorama político no país que permitia discussões mais amplas, no entanto, foi decidido prorrogar a nova proposta do Currículo Mínimo dos Cursos de Serviço Social para a próxima convenção, em 1979, em Natal (RN).

Sendo assim, conforme Bravo *et al.* (2019), em setembro de 1979, aconteceu em Natal a XXI Convenção da ABESS. Sua realização foi preponderante para a discussão e aprovação do currículo mínimo<sup>18</sup>, que fosse capaz de abarcar as tendências do meio profissional numa

---

<sup>18</sup> Segundo Bravo *et al.* (2019, p. 64), “o novo currículo dos cursos de Serviço Social foi aprovado posteriormente pelo Conselho Nacional de Educação em agosto de 1982”.

perspectiva pluralista. Para este alcance, foi preciso um acirrado debate teórico e ideológico, como afirmado pelos autores:

Para essa solução, houve um debate teórico e ideológico significativo entre as posições antagônicas com relação à orientação da formação profissional. Cabe destacar a atuação da professora Nadir Kfourri (PUC-SP) nesta convenção, que antecedeu o Congresso da Virada, sendo fundamental para o avanço da proposta de mudança na formação profissional defendida por jovens docentes que tinham orientação crítica da profissão e estavam mobilizando mudanças na entidade (BRAVO *et al.* 2019, p. 64).

Além disso, de acordo com Bravo *et al.* (2019), também se faz importante destacarmos o protagonismo do Celats (Centro Latino-Americano de Trabalho Social) como núcleo de debate, de investigação e de disseminação mais avançada do pensamento crítico da profissão na América Latina. O Celats exerceu uma grande contribuição através de apoio técnico-organizativo e patrocínio financeiro, além de manter atualizado o debate da profissão no Brasil com o que ocorria na América Latina. Dessa forma, foram promovidos eventos antecedentes ao que ficou conhecido como Congresso da Virada de 1979. Tal como descrito:

O Celats foi fundamental para a realização de diversos eventos preparatórios, cabendo ressaltar o ocorrido no Rio de Janeiro, em Santa Teresa, seminário com objetivo de debater propostas de ruptura com o Serviço Social conservador e unificar encaminhamentos para dar suporte a uma ação organizada a ser efetuada no III congresso Brasileiro de Serviço Social, que iria ocorrer em São Paulo. Neste Seminário foram convidados, além de professores de alguns estados que estavam articulando a virada da ABESS, profissionais ligados ao Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, da Associação pré-sindical de São Paulo (Bravo *et al.*, 2019, p. 66)

Podemos considerar, conforme Sposati (2009), que a ambiência dos anos de 1970 foi marcada pelo cenário de violência estatal e também marcada pela esperança da construção de uma sociedade ideal democrática. Enfatizamos, ainda, que foi a partir desse contexto que a voz do povo começou a ressurgir, na busca por demonstrar sua indignação diante das mazelas causadas pelo regime civil militar no país.

O Serviço Social como não alheio ao palco de lutas, buscou se reorientar, como forma romper suas bases com o conservadorismo, tecnicismo e a concepção de neutralidade dentro da profissão. Foi um movimento coletivo de abrangência nacional, com a participação de estudantes, docentes, assistentes sociais, com entidades e conselhos organizativos da profissão, além de amplos setores da sociedade, para que o desfecho do III Congresso Brasileiro de

Assistentes Sociais (CBAS), em setembro de 1979, promovesse a virada da profissão rumo aos interesses da classe trabalhadora.

Dessa forma, como trazido por Abramides e Cabral (2009), na emergência do III CBAS, foram reorientados, com ampla participação da categoria profissional, seus conteúdos, debates e palestras, o que levou a uma significativa movimentação de repúdio à ditadura civil militar e a seus representantes, além de homenagens a todos que travaram luta contra o regime. Dessa forma, a mesa “oficial” do Congresso foi substituída por representantes dos setores ligados às lutas sociais e populares. São eles:

Luiz Inácio Lula da Silva pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; José Pedro da Silva pela Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco; Maria Aparecida Perdigão Teixeira pelo Movimento de Luta Contra a Carestia; Gilberto Tannos Natalini e Daniel Kotzel, pelo Movimento Popular de Saúde da Zona Leste, Maria Augusta Capistrano pelo Comitê Brasileiro de Anistia e Luíza Erundina de Sousa, presidente da Associação Profissional dos Assistentes do Estado de São Paulo (APASSP) e membro da Coordenação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistente Sociais (CENEAS) (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 43).

Em continuidade, Abramides e Cabral (2009) nos trazem o discurso da Plenária Final do Congresso, executado por Luíza Erundina representando o conjunto das entidades sindicais e o CENEAS, destacamos o seguinte trecho:

O que está acontecendo hoje neste congresso é fruto do que está acontecendo, na sociedade brasileira, é uma luta de alto preço e uma conquista efetiva de espaço para o pleno exercício da liberdade. Essa luta e essa conquista de espaço não se fazem sem um alto custo, que começou a ser pago de forma concreta e que hoje continua pelas novas conquistas dos trabalhadores. São os trabalhadores que estão nos dando inúmeras lições contra o medo, com determinação da unidade e da organização. Este congresso é a prova de que os tempos mudaram, e eu acredito que depois dele haverá o teste da nossa coerência e do nosso compromisso relativamente fácil, embora isso tenha, também, a suas implicações determinando o novo rumo dos destinos com um evento como este. Isso não se faz de graça. Todos nós sofremos imensas tensões estes dias. Tivemos que atingir alguns colegas e companheiros, mas o que estava em causa era o motivo coletivo, o processo coletivo se sobrepõe ao individual. O que se fez aqui foi o compromisso da categoria com o povo, que está expressando hoje, por seu próprio interesse, através das camadas mais exploradas da população (CFESS.III CBAS, p. 194 *apud* ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 43).

Dessa forma, podemos afirmar, de acordo com Netto (2009, p. 30-31), que não é exagero caracterizar a simetria do “Congresso da Virada” com o quadro de reinserção da classe operária na cena política do país. A classe operária marcou sua clivagem na dinâmica política brasileira,

e o III CBAS marcou uma decisiva transformação no núcleo da profissão, com a quebra do monopólio conservador engendrado nas instâncias e fóruns da categoria profissional. Entendemos, assim, que as conquistas para a classe trabalhadora e para o Serviço Social como profissão ultrapassaram as fronteiras do campo político.

Não obstante, Netto (2009, p. 665) assinala que o III CBAS se constituiu como importante resposta da profissão face à ditadura militar, no entanto, o autor demarca que esta resposta foi tardia, haja vista que outras categorias e entidades profissionais já tinham se posicionado, como, por exemplo a Ordem dos Advogados do Brasil. Em suma, até a realização do III CBAS, o que se tinha nas instâncias e fóruns da profissão, era uma aparente neutralidade, sendo perceptível o quadro de alienação diante da realidade.

Dessa forma, podemos considerar que o “Congresso da Virada” significou um divisor de águas na trajetória histórica dos congressos e da própria profissão, constituindo-se como um verdadeiro símbolo do Serviço Social na luta contra o fio conservador que cerca sua emergência, institucionalização e desenvolvimento. Como afirmado por Abramides e Cabral (2009) este marco histórico foi sentido em todos os âmbitos do Serviço Social como profissão. Nas palavras das autoras:

Seus desdobramentos vão muito além do momento episódico do evento, se farão sentir no processo de democratização das demais entidades da categoria, na própria identificação dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados, e na legitimação e fortalecimento das entidades sindicais e no compromisso histórico com a classe trabalhadora na perspectiva emancipatória (ABRAMIDES E CABRAL, 2009, p. 64).

Ainda a esse respeito, segundo Abramides (2006), esse período também traz para a sociedade a luta pela anistia, a conquista do voto direto nas eleições dos governadores dos estados, além da extinção do bipartidarismo. Percebemos que nessa fase, em 1980, ocorre a fundação do PT, que, “ao longo de mais de 20 anos, constituiu-se no maior e mais expressivo partido de massas e de esquerda da América-Latina” (ABRAMIDES, 2006, p. 66). Em 1983 foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) “constituindo-se em uma central classista e independente com a maior representação de sindicatos da cidade e do campo no país” (PAULA, 2016, p. 115).

Conforme a autora, o caminhar da década de 1980 guarda significativos avanços no movimento sindical liderado pela CUT devido ao cenário de luta dos trabalhadores. Esse quadro também promoveu a expansão do PT, com cada vez mais adeptos e, por consequência, conquistando prefeituras de importantes centros urbanos. Ademais, ambas as ações estavam

centradas na “luta pelas *Diretas-Já* em 1984, resultando na transição conservadora para a Nova República” (PAULA, 2016, p. 116).

Nesse sentido, Abramides (2019) destaca a participação de grupos de assistentes sociais no PT em várias localidades do país. Além disso, também descreve a participação expressiva em outros partidos de esquerda, tais como: “Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Democrático Trabalhista (PCdoB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)” (ABRAMIDES, 2019, p. 90).

Podemos registrar, segundo Santos (2007), que foi nesse momento que as entidades estudantis e sindicais da profissão foram pressionadas a adotarem demandas populares e democráticas. Para tanto, destacamos o protagonismo da ANAS (Associação Nacional dos Assistentes Sociais), federação construída democraticamente nos anos de 1983, para o fortalecimento da nova direção social da profissão, como também descrito por Abramides e Cabral (2009, p. 45):

Em meio ao fortalecimento do movimento sindical dos assistentes sociais, a partir de 1979, com a criação da CENEAS (Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais) e posteriormente da ANAS (Associação Nacional dos Assistentes Sociais) em 1983, iniciou-se um processo de politização das entidades da categoria, repercutindo inclusive na esfera dos conselhos de fiscalização da profissão. Tais espaços antes caracterizados por um perfil conservador, corporativo e burocrático, já por nós criticado, passaram a ser alvo de disputa política eleitoral por atores oriundos do movimento sindical.

Ainda conforme Abramides e Cabral (2009), a ANAS e suas afiliadas possuíram uma ampla participação na vida sindical de norte a sul do país. Além de contribuírem ativamente na fundação e consolidação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983, por sua vez, compuseram as direções em caráter nacional, estadual e regional. Vimos também sua inserção em diferentes pautas de lutas da classe trabalhadora por todo o país

A partir desse cenário de mudanças e rupturas, podemos afirmar que a década de 1980 se mostrou relativamente fértil para a profissão. Dessa forma, em 1982 foi regulamentado o Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social, que havia sido debatido na proposta apresentada pela XXI Convenção Nacional da ABESS, de 1979. Segundo Behring e Boschetti (2009, p. 158), essa nova proposta curricular representou, acrescida pelo Código de Ética profissional definido em 1986, uma profunda renovação nas estruturas da profissão, sob uma nova direção hegemônica no seio acadêmico e profissional, o que se traduz também na

elaboração posterior das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, aprovada pela categoria em 1996 e aprimorada em 1999. No que tange ao Código de Ética, Santos (2019, p. 87), descreve que:

O primeiro e mais profundo resultado desse processo que realinhou o perfil profissional após a ‘virada’ tenha sido a revisão do Código de Ética de 1975, que pela primeira vez altera integralmente os fundamentos da ética profissional e afirma o ethos de ruptura por meio do Código de Ética promulgado em sua substituição, no ano de 1986.

Observamos que Abramides e Cabral (2009, p. 45) descrevem que houve um importante avanço político com o Código de Ética de 1986, no entanto, faz-se necessário destacarmos que, nesse período, ainda não existia no Serviço Social um acúmulo teórico- filosófico que pudesse adensar as bases ontológicas para sua formulação, o que foi possível nos anos subsequentes, com o Código de Ética de 1993.

É importante destacarmos, conforme Abramides (2019, p. 89), que apesar da década de 1980 ser considerada como a década perdida para os donos do poder, para os setores populares é marcada por um importante ressurgimento no que tange às ações trabalhistas, sindicais, políticas públicas e da luta pela reforma agrária com o surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Os trabalhadores participaram ativamente na elaboração da nova Constituição Brasileira de 1988, o que fortaleceu a chama da esperança para a sua classe.

Segundo Behring e Boschetti (2009), a Constituição de 1988 representou significativos avanços e reconhecimentos, principalmente no que se refere aos direitos sociais, com a Seguridade Social e com os direitos humanos. Podemos afirmar que foi a primeira vez que uma Constituição Brasileira trouxe em seu escopo o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos. Por essas razões ficou também conhecida por Constituição Cidadã. No entanto, as autoras mencionam que a referida Constituição não foi capaz de eliminar seu caráter conservador, o que buscou foi ordenamento entre o velho e o novo, típico da estrutura social brasileira.

A partir de 1988, segundo Abramides (2017), os trabalhadores puderam legalmente formar seus sindicatos e como havia, desde 1986, durante o Congresso Nacional da CUT, o debate sobre a construção das entidades sindicais por ramo de atividade econômica, ao ser autorizado a existir pela Constituição Cidadã, os assistentes sociais por unanimidade buscaram a sua reorientação político-sindical, o que levou à extinção dos sindicatos por categoria. Dessa forma, tal medida aprovada de forma coletiva, levou a Associação Profissional dos Assistentes Sociais (Apas) e a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) à extinção em 1991.

Conforme apontado pela autora, ao se reconhecerem como inscritos na divisão sociotécnica do trabalho os assistentes sociais compreenderam que se vincularem sindicalmente com os trabalhadores do mesmo ramo de atividade econômica, fazia-se importante para conquistarem melhores condições de trabalho e salário.

Vale salientar, como descrito por Abramides e Cabral (2009), que a ANAS deixou um legado fortíssimo, de uma entidade combativa, que esteve em prol de lutas coletivas e democráticas, além de seu relevante papel nos marcos da ruptura do conservadorismo no Serviço Social brasileiro.

Diante do exposto, de acordo com Paula (2016), podemos considerar que os anos de 1970 e 1980 foram primordiais para o avanço da dimensão política da profissão e foi a partir da década de 1990 que o componente ético da prática profissional atingiu maturidade teórica no processo de ruptura com o conservadorismo. Dessa forma, a partir de 1990, foram promovidas revisões no Currículo Mínimo de 1982 e no Código de Ética de 1986, como forma de superar seus equívocos e lacunas através da fundamentação apoiada na Teoria Social de Marx. A partir desse aprimoramento, em março de 1993, surgiu o novo Código de Ética Profissional, que trouxe ao Serviço Social a afirmação do compromisso ético-profissional com os valores emancipatórios universais, tal como sustentado e consolidado no Projeto Ético-Político da profissão (PEP) na década de 1990.

Ao observarmos toda essa história, constatamos que outro grande salto, segundo Santos (2019, p. 88), apresenta-se no campo legislativo nacional, com a aprovação da lei de regulamentação da profissão em 7 de junho de 1993. Essa lei colocou o exercício profissional em um outro patamar através da atualização das atribuições e competências dos profissionais e também das competências do conjunto CFESS/ CRESS, entre outras questões. A autora também destaca três importantes mudanças no que se refere à organização política dos assistentes sociais. Vejamos:

A primeira foi a democratização do processo eleitoral dos conselhos, que tanto na esfera regional quanto na esfera federal passaram a realizar eleições diretas – essa, diga-se de passagem, é uma das características distintivas dos Conselhos de Serviço Social ante outros Conselhos de profissão na atualidade. A segunda mudança, também ampliando a presença do princípio democrático no campo de nossa organização política, foi a instituição dos Encontros Nacionais CFESS-CRESS como ‘Fórum máximo de deliberações da profissão’ [...]. A terceira alteração, a partir de 1993, os conselhos passaram a chamar-se Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e não mais de assistente sociais (CFAS/CRAS) nos termos do art. 6º da Lei n. 8.662/1993 (SANTOS, 2019, p. 88-89).

Podemos apontar que a alteração das nomenclaturas e siglas foi importante para a reformulação no conjunto de normas da profissão de acordo com a nova lei. Conforme Santos (2019), o conjunto CFESS-CRESS possui uma ampla janela de regulação que protege os direitos dos profissionais do Serviço Social e de seus usuários contra os desmandos institucionais, cada vez mais presentes na sociedade, principalmente a partir da década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, com um drástico cenário de contrarreforma do Estado.

Como fruto da luta permanente do Serviço Social organizado em suas entidades representativas, foram aprovadas, em 1996, as Diretrizes Curriculares, após muitas discussões em assembleia da ABESS<sup>19</sup>, como forma direcionar a formação do Serviço Social no Brasil a partir da perspectiva de totalidade. Segundo Bravo *et al.* (2019), as Diretrizes Curriculares vieram com a nova elaboração a partir das necessidades e lacunas em relação ao currículo mínimo de 1982. Ainda a esse respeito, Ortiz (2010, p. 202) afirma que:

Em síntese, as diretrizes curriculares de 1996 afirmaram acima de tudo uma nova maneira de se formar os profissionais do Serviço Social no Brasil, calcada obviamente em um conjunto de conteúdos, mas principalmente sobre uma determinada lógica curricular que primasse, não pela hierarquização dos saberes, ao contrário, pela configuração a partir da perspectiva de totalidade. Essas diretrizes estão absolutamente afinadas com a concepção contemporânea da profissão (subjacente ao projeto hegemônico), que as entende como síntese de múltiplas determinações, capaz de responder às suas demandas sócio-ocupacionais a partir do entrecruzamento de diversas dimensões – ético-políticas, teórico-metodológicas, técnico-operativa e investigativa – que lhes atravessam medularmente.

Em suma, como explicitado por Abramides (2019), o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão também de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996 compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social, como forma de subsidiar o processo de formação e o exercício profissional diante do movimento do real, que por sua vez tem caminhado na contramão da Constituição de 1988. Para finalizar, Santos (2019, p. 96), nos descreve que o Serviço Social está em constante movimento diante das adversidades contemporâneas, no entanto, o PEP, herdeiro da “virada”, segue como “bússola que nos guia em meio ao agitado mar da história”.

---

<sup>19</sup>Em 1996, sua nomenclatura mudou para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. A transformação da nomenclatura foi necessária pela defesa coletiva da categoria no que tange à “indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior” Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia>, Acesso em: 20 nov. 2021.

## 2.5 AVANÇOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: A RECUSA DO CONSERVADORISMO.

Como visto ao longo desse trabalho e também como descrito por Vinagre (2009), as últimas três décadas do século XX no Brasil, foram marcadas por um cenário de mobilizações populares, por conquistas em termos dos direitos sociais e políticos estabelecidos na Constituição de 1988 e também pelos desafios que são colocados a partir de 1990, perante a efetivação destas mesmas conquistas.

O Serviço Social, como uma profissão inserida no âmbito dessa realidade permeada por interesses contraditórios e também por não se permitir passar “imune” perante esses terrenos conflituosos, a partir dessas últimas décadas, precisamente os anos de 1970, 1980 e 1990, pode vivenciar novos horizontes que se refletiram no todo do Serviço Social, isto é, se traduziram em sua dimensão teórico-política e na prática profissional. Sendo assim possível, como descrito por Yamamoto (2014), a construção coletiva de um projeto profissional que pudesse fornecer as bases necessárias para a consolidação de uma perspectiva alinhada aos interesses da classe trabalhadora.

Cabe realçar, como trazido no capítulo 1.2, que as primeiras tentativas de mudanças da direção social da profissão emergiram nos finais dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, devido às constantes transformações sociopolíticas a nível nacional e internacional. No entanto, como sendo um movimento ainda minoritário e heterogêneo, não foi apresentado polêmicas e posicionamentos que levassem a uma virada política ideológica. O que se apresenta majoritariamente no caminhar desses períodos, é a preocupação da profissão em compreender o “desenvolvimento”, tal como vivenciado nas ciências sociais e humanas e também pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano em seu primeiro momento.

Como explicitado por Silva (2005, p. 15), o que se configura no interior da profissão até a primeira metade dos anos de 1970, é um esforço de “atualização da herança conservadora, via modernização do aparato profissional, atendendo a demandas do capitalismo monopolista, com a manutenção dos compromissos sócio-políticos anteriores. De acordo com a autora, este cenário é modificado, somente a partir do final da década de 1970 na profissão, assim, é possível identificar esforço significativo de setores da categoria profissional na perspectiva de ruptura com o conservadorismo.

De acordo com Vinagre (2009, p. 721), é importante realçar três fatores que também contribuíram para o direcionamento do Serviço Social diante das lutas para a democratização no país e também como forma de possibilitar um “novo perfil profissional e acadêmico”, a

saber: “a laicização do Serviço Social, o contato com o ideário progressista ou revolucionário e a mudança na composição da profissão - que passa a ser integrada por pessoas oriundas de setores mais populares da população”. Além disso, cabe salientar conforme a autora:

No âmbito da militância no Serviço Social, tivemos avanços na direção do esforço de ultrapassagem do conservadorismo teórico-metodológico e da ética da neutralidade, fundada no neotomismo e em uma visão abstrata e a-histórica de homem, com repercussões em vários níveis: na organização da categoria, na formação e no exercício profissional (VINAGRE, 2009, p. 722)

Dessa forma, ainda conforme trazido por Vinagre (2009), o Serviço Social construiu um certo campo de forças - a partir de suas alianças políticas, sindicais, de movimentos sociais, de articulação com outros profissionais, com outras áreas democráticas, além do protagonismo das influências teóricas do Movimento de Reconceituação e também através da consolidação da Pós-Graduação - que entrou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979, o ambiente sociopolítico necessário para configurar seu marco histórico emblemático para a profissão, rumo aos interesses dos trabalhadores, o que levou a ficar conhecido por “Congresso da Virada”, em continuidade Abramides e Cabral (2009, p. 731) salientam:

Os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais têm, portanto, em 1979, com a realização do III CBAS, em São Paulo, um divisor de águas na trajetória histórica dos congressos e da própria profissão, dado pelo debate político travado e pelas posições públicas assumidas coletivamente pela categoria na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e por se reconhecer, em sua condição de assalariamento, como parte da classe trabalhadora.

Conforme Vinagre (2009), a partir desse momento, se tem de fato um novo momento para a categoria profissional, que ganhou mais vigor nos âmbitos acadêmicos, mais espaços de pesquisa e discussão, para a construção de elementos indicativos e normativos para suas bases, pautado na perspectiva marxista<sup>20</sup>. Conforme a autora, o Serviço Social foi gradativamente construindo sua massa crítica, isso muito se deve, através da alavancada da Pós-Graduação no campo do Serviço Social e também:

[...], pela ampla disseminação da produção crítica promovida pelas publicações da Cortez Editora e pela capilaridade obtida pela revista Serviço Social e Sociedade em particular. Isso possibilitou, no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a revisão crítica do processo de incorporação do

<sup>20</sup>Cabe destacar, conforme Silva (2007), que no primeiro momento, nesta busca da maturidade intelectual e permeada ainda pelo contexto sociopolítico ditatorial, a aproximação com a teoria marxista aconteceu de forma muito simplificada, vulgarizada, com equívocos, conhecido por “marxismo sem Marx”.

pensamento marxista no Serviço Social e suas consequências na formação e no exercício profissional (VINAGRE, 2009, p. 723).

Ainda conforme a autora, a nível da elaboração das dimensões teóricas, das balizas éticas e normatizações, consagraram-se importantes instrumentos. São eles: o Currículo Mínimo de 1982, o Código de Ética de 1986 e a nova lei de regulamentação da profissão – Lei n.8662/93. Posteriormente, um amplo e massivo debate ético culminou em avanços como a revisão e aprovação do Código de Ética de 1993 e também das Diretrizes Curriculares de 1996. Cabe ressaltar, como descrito no capítulo anterior, que tais avanços nos anos de 1990 vieram como forma de aprimorar as conquistas e os ganhos obtidos nos anos de 1970 e 1980.

Nesse sentido, Iamamoto (2014) menciona que esse processo de autorrevisão crítica da profissão desembocou no Projeto Ético-Político, fruto de uma organização coletiva que preza por uma profissão afinada com os processos sociais sob a ótica da totalidade. Em consonância, segundo Vinagre (2009, p. 723):

Vale o registro de que o Serviço Social é a única atividade sócio-ocupacional que tem um projeto profissional com uma direção teórica, ética e política explicitamente anticapitalista e anticonservadora, projeto profissional este que nos anos 1990 ganhou [...], a denominação de Projeto Ético-Político, e que se articula a um projeto societário situado para além de uma mera crítica ao capital. Essa direção teórica e ético-político tem como referência um novo perfil profissional: um profissional que produz conhecimento crítico sobre o real e sobre seu trabalho, que planeja e intervém na realidade.

Podemos considerar que todo esse processo de ruptura é fruto de um caráter acumulativo e coletivo do conhecimento apropriado pela profissão ao longo desses períodos. Como nas palavras de Vinagre (2009), é um horizonte desafiador, que em sua jornada são colocados sérios limites advindos das armadilhas do capital dominante, principalmente nas entranhas do Brasil, que é um país estruturalmente desigual, permeado pela concentração de renda, pela negação dos direitos, pela despolitização da cultura e pela propagação do individualismo. Este cenário veio a se aflorar principalmente com a ofensiva neoliberal que assolou o país a partir da década 1990. No entanto, conforme a autora, desde o Congresso da Virada os setores progressistas da profissão têm aprendido a “remar contracorrente e a disputar, no interior da sociedade e da heterogeneidade da categoria, a hegemonia desse projeto profissional anticapitalista” (VINAGRE, 2009, p. 724). Segundo Braz (2009), há muito o que trabalhar, uma vez que é um processo contínuo e permanente, mas as bases já foram lançadas.

### 2.5.1 O debate interno da dimensão teórico-metodológica na produção acadêmica brasileira

Para que as transformações no âmbito do Serviço Social pudessem se gestar e se pautar sob uma matriz teórica que permite a sustentação e coerência com as lutas dos trabalhadores, cabe remetermos principalmente aos anos de 1970, pois foi a partir desse período que a perspectiva marxista começou a ganhar relevo no Serviço Social brasileiro<sup>21</sup>.

Segundo Bravo (2009), é importante destacarmos o protagonismo iniciado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais<sup>22</sup>, como forma de promover a contraposição aos aportes do estrutural-funcionalismo norte-americano que se perfilavam na profissão, com uma nítida posição favorável à manutenção da ordem sociopolítica.

Dessa forma, mesmo diante do cenário de repressões sofridas ao sistema educacional e universitário, realçamos, segundo Paula (2009, p. 49), a relevância e o comprometimento de um grupo de jovens estudantes e docentes adeptos da perspectiva da reconceituação latino-americana sob a direção de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, por ter construído, “maior, senão a única, expressão do Movimento de Reconceituação no Brasil: a experiência de Belo Horizonte, o chamado ‘Método BH’”.

A proposta metodológica desenvolvida por este grupo buscava romper com o Serviço Social tradicional e transformar seus elementos teóricos e práticos através do aparato das Ciências Sociais. Segundo Bravo (2009), o projeto da Escola de Minas Gerais foi divulgado, inicialmente, a partir de 1973 na Convenção da Abess (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social<sup>23</sup>), em São Luís, e depois em Piracicaba, em 1976. Contudo, como descrito por Netto (2015), o “Método BH” não conseguiu superar os elementos problemáticos que permeavam a profissão e a sua relação com o marxismo, uma vez que se apresentou com o formalismo e o empirismo típicos da ausência de apropriação das fontes originais do pensamento de Marx. Tais equívocos também foram sustentados pelo estruturalismo Althusseriano, o que repercutiu em uma lógica que misturou a intervenção com o militantismo

---

<sup>21</sup>Para a construção deste capítulo é importante destacarmos que no campo do Serviço Social brasileiro há um conjunto de pesquisadoras que se dedicaram à análise da produção teórica no âmbito da Pós-Graduação e na divulgação bibliográfica em nossa área. Esse fato nos permitiu recorrer a essas elaborações analíticas para compreendermos o teor da produção brasileira no período em destaque (1974-1995), o que nos permitirá, no terceiro capítulo, tecer considerações acerca dos percursos do Serviço Social brasileiro e português, além de pontos de convergências e distinções entre eles.

<sup>22</sup>Atual PUC-MINAS.

<sup>23</sup>Cabe destacar, que a Abess passou por duas mudanças de nome, como segue: em 1973, era denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social; e, a partir de 1998, passou a ser designada como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepps (BRAVO, 2009, p. 683).

político. Podemos considerar que essa concepção não se restringe ao Serviço Social, mas perpassou por diferentes áreas profissionais, como também nas práticas políticas em geral em meio a um período extremamente rígido da ditadura civil militar.

Como descrito por Batistoni (2017), esses esforços merecem destaque por se constituírem em uma das propostas críticas mais avançadas no interior da profissão em condições tão desfavoráveis. Esse processo representou o início de uma revisão autocrítica da profissão de cariz modernizadora/conservadora. Foi a partir desses esforços de contrarresposta que foi possível abrir horizontes ideopolíticos no processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

Cabe destacar, como trazido por Bravo (2009), alguns dos fatores que possibilitaram oportunizar o debate profissional neste período, são eles:

- A criação de novos veículos de divulgação das produções do Serviço Social como o Centro Latino-americano de Trabajo Social (Celats), por meio do lançamento revista *Acción Crítica*, em 1976, em Lima, no Peru, e a Corte Editora que inicia com a publicação de livros e, posteriormente, com o lançamento da revista *Serviço Social e Sociedade*, em 1979, que teve como eixo central o tema do III Congresso, política social.
- A introdução, no Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social nas Pontifícias Universidade Católicas (PUCs) de São Paulo e Rio de Janeiro, no início dos anos de 1970, que oportunizou o debate sobre a formação profissional de vários estados do Brasil, a difusão de textos da literatura latino-americana da reconceituação, o relativo acesso à bibliografia marxista, o incentivo à produção teórica.
- As ações realizadas pelo Celats na divulgação e construção de uma perspectiva teórico-metodológica procurando desvelar a realidade, analisar a profissão particularmente com relação às implicações políticas do exercício profissional. No Brasil, o Celats teve uma ação fundamental por meio da realização de encontros, cursos e capacitação, financiamento das sistematizações de práticas profissionais e investigativas científicas. A materialização dessas ações teve como produtos a pesquisa Realizada por Yamamoto e Carvalho, que deu origem ao livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (1982); a sistematização do trabalho realizado pela equipe de assistentes sociais e outros profissionais do Inocop do Rio de Janeiro e São Paulo, referente à prática com a população em conjuntos habitacionais, entre outros (...).
- A organização dos assistentes sociais enquanto categoria, sensibilizados e influenciados pelo movimento de reorganização e revitalização do sindicalismo brasileiro e outros movimentos sociais que despontavam no cenário nacional. A reação dos assistentes sociais se iniciou no âmbito sindical, ocorrendo em diversos estados do Brasil um processo de revitalização de antigas associações profissionais e sindicatos, com a conquista por profissionais progressistas para a direção das entidades, antes sob o poder de grupos conservadores e reacionários, bem como a criação de novos sindicatos. O Celats exerceu um papel fundamental junto à categoria, tendo priorizado a articulação e o fortalecimento das organizações sindicais no Brasil, na gestão de Leila Lima Santos – como diretora executiva. No período de 1978 a 1979 foram realizados três encontros nacionais, com o

suporte financeiro do Celats.

- O movimento ocorrido na Associação Brasileira de Escola de Serviço Social (Abess), decorrente da articulação entre jovens professores de diversos cursos do Brasil, que se identificaram a partir dos cursos de mestrado e iniciaram um processo de debate com relação à formação profissional. As convenções realizadas em São Luiz, em 1973, em Piracicaba, em 1976 e a convenção de Natal, em 1979, são expressões dessa articulação e disputa pela hegemonia da entidade pelos setores progressistas da profissão (BRAVO, 2009, p. 685-686).

Dessa forma, percebemos que, somados ao contexto político de gradativa abertura democrática, vários acontecimentos ocorreram no bojo da categoria profissional que fomentaram a sede dos assistentes sociais para a virada no III CBAS, através do marco de deposição da mesa por representantes das autoridades vinculadas ao regime militar, sendo substituída por dirigentes de organizações populares. Segundo Bravo (2009, p. 689), “durante todo o evento foram realizadas assembleias diárias para avaliar as alterações e garantir a direção social crítica aprovada na primeira assembleia realizada”.

Conforme lemos em Silva (2007, p. 41), a formação profissional do Serviço Social foi objeto de intensos debates no interior da categoria no período de 1975 a 1979, o que, por sua vez, resultou no novo currículo mínimo na Convenção Nacional de 1979, em Natal. Tal currículo foi aprovado pelo CFE (Conselho Federal de Educação) nos anos de 1982, tornando-se obrigatório para todos os cursos de Serviço Social no país. Destacamos que, ainda nesse período, os autores latino-americanos eram responsáveis pela grande maioria das produções que circulavam em toda a América Latina. Outras fontes de circulação de materiais também se fizeram presente nesse percurso, como por exemplo: revista Debates sociais (protagonizada pelo CBCISS), coleção Temas Sociais, com algumas publicações das Editoras Agir, Francisco Alves e Vozes. No entanto, não eram suficientes para subsidiar as inquietações do Serviço Social brasileiro mediante a realidade que se apresentava.

Dessa forma, podemos apontar a importância do avanço dos cursos de pós-graduação na área de Serviço Social no país, além da articulação com a referida *Revista Serviço Social e Sociedade*, pela atual Editora Cortez, o que possibilitou maiores debates, avanço da pesquisa, com produções intelectuais mais sistematizadas em âmbito nacional.

Cabe enfatizarmos, ainda, o crescimento dos cursos a nível de pós-graduação do Serviço Social brasileiro:

Em 1972 foi criado o primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, ainda em 1972 o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ; 1976 na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; 1977 na Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, 1978 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 1979 na Universidade Federal de Pernambuco - UFPe. Em 1980 a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo cria o primeiro curso de doutorado. Após o período ditatorial foram criados mais dois cursos de mestrado: em 1991 na Universidade Nacional de Brasília - UNB e em 1993 na Universidade Estadual de São Paulo - UNESP-Franca, e um curso de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (KAMEYAMA, 1998, p. 3).

Tal fato marcou o reconhecimento oficial da pesquisa em Serviço Social pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o que possibilitou abrir uma “linha específica para financiamento de pesquisa e constituindo um comitê assessor próprio para avaliação dos projetos apresentados por assistentes sociais pesquisadores” (SANTOS, 2007, p. 41).

Diante disso, Silva (2007, p. 41) nos traz que através desse avanço acadêmico do Serviço Social brasileiro, as publicações por aqui originadas passaram a influenciar, inclusive, a literatura latino-americana, o que veio a constituir, na realidade atual, o primeiro suporte para a formação e o exercício profissional no país.

Como forma de exemplificar as temáticas debatidas perante os anos de 1970 a 1990, no âmbito dos cursos de pós-graduação em Serviço Social, cabe destacarmos o estudo de Kameyama (1998), que, por sua vez, nos traz uma vasta gama de temáticas sobre a produção do conhecimento na área, haja vista que as temáticas que se apresentam à profissão estão imbricadas com o movimento da realidade.

Na Imagem 1, abaixo, temos a classificação das produções segundo a área temática, conforme descrito pela autora. Na primeira coluna, aparecem as áreas temáticas abordadas. Notamos que estão classificadas em ordem decrescente de incidência, ou seja, iniciando-se da que aparece com maior frequência até chegar na menos tratada. Já na segunda coluna, podemos perceber a representação quantitativa dos achados da autora no que se refere à ocorrência de cada temática listada. Por fim, na terceira coluna, para uma demonstração mais completa, Kameyama (1998) traz o equivalente percentual encontrado nos resumos de Dissertações de Mestrado e de Teses de doutorado.

Como forma de exemplificarmos e encontrarmos as similitudes do que também foi debatido no âmbito do Serviço Social em Portugal, consideramos que a apresentação do quadro se faz importante, haja vista a análise das publicações da *Revista Intervenção Social* trabalhada no próximo capítulo.

Desse modo, como trazido pela autora, cabe destacar a discussão presente diante produção de conhecimentos da área de Serviço Social, vejamos:

Imagem 1 – Classificação das produções segundo a área temática

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Prática Profissional</b>	158	15,0
<b>Política Social</b>	123	12,0
<b>Formação Profissional</b>	112	10,9
<b>Teoria e Método em Serviço Social</b>	88	8,6
<b>Movimentos Sociais</b>	82	8,0
<b>Criança e Adolescente</b>	79	7,7
<b>Gênero e Família</b>	68	6,6
<b>Processo de Trabalho</b>	60	5,8
<b>História do Serviço Social</b>	39	3,8
<b>Saúde e Deficiência Físico/Mental</b>	36	3,5
<b>Desenvolvimento de Comunidade</b>	31	3,0
<b>Processos Sócio-Culturais</b>	30	2,9
<b>Realidade Social</b>	28	2,7
<b>Instrumentos e Técnicas em Serviço Social</b>	24	2,3
<b>Análise Institucional</b>	22	2,1
<b>Terceira Idade</b>	21	2,0
<b>Questão Agrária e Meio Ambiente</b>	9	0,8
<b>Cidadania, Democracia e Direitos Sociais</b>	8	0,7
<b>Questão Urbana e Poder Local</b>	7	0,6
<b>Crime e Violência</b>	3	0,3
<b>Total</b>	<b>1.028</b>	<b>100</b>

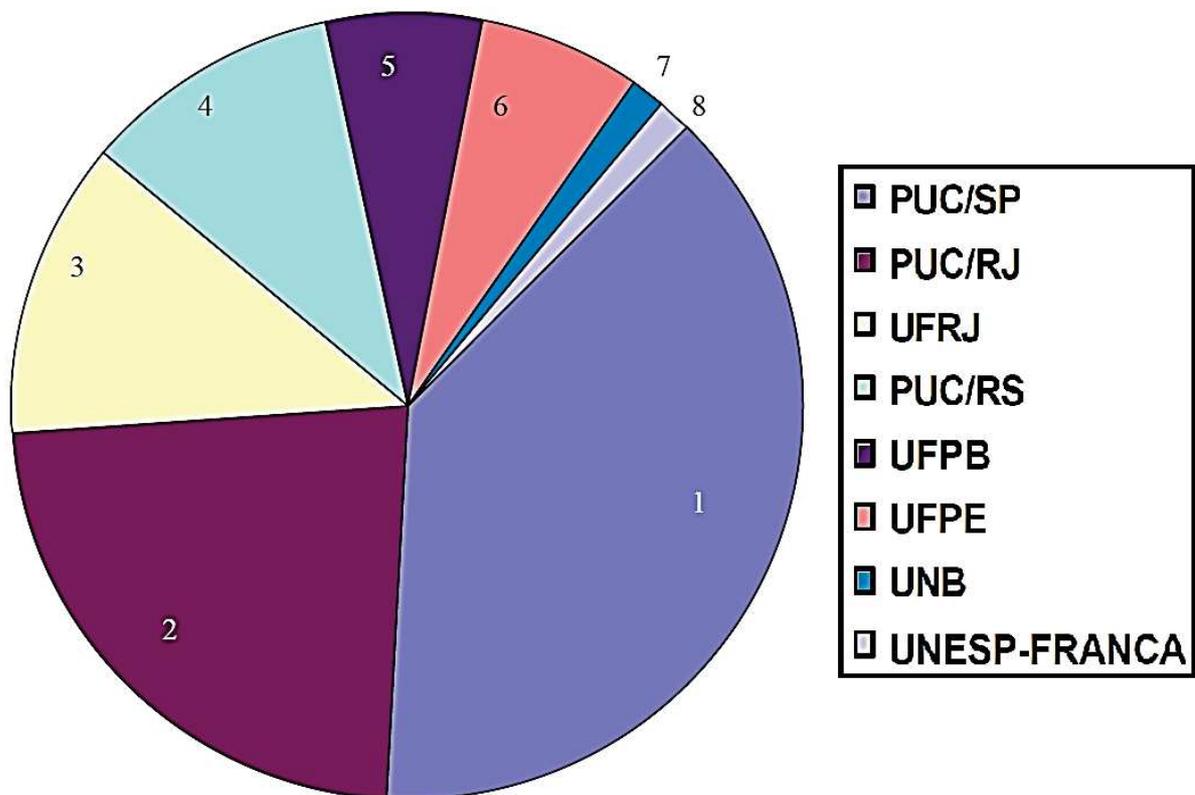
Fonte: (KAMEYAMA,1998, p. 8).

Além disso, Kameyama (1998) discorre sobre o debate inscrito no interior das temáticas. Por exemplo, no que se refere à prática profissional, segundo a autora os materiais trouxeram a

necessidade da reflexão crítica como forma de contribuir para a construção do objeto, da teoria e da metodologia da profissão.

Ainda conforme a autora, cabe destacarmos a porcentagem das produções/temáticas em torno dos cursos de Pós-Graduação em Serviço Social nas diferentes localidades do país. Nesse caso, de acordo com a Imagem 2, vemos em quais universidades havia maior número de produções.

Imagem 2 – Distribuição das produções segundo os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social



1. PUC/SP - Mestrado (1972) - Doutorado (1980)	38,3%
2. PUC/RJ - Mestrado (1972)	23,2%
3. UFRJ - Mestrado (1976) - Doutorado (1980)	12,2%
4. PUC/RS - Mestrado (1977)	10,4%
5. UFPB - Mestrado (1978)	6,5%
6. UFPE - Mestrado (1979)	6,7%
7. UNB - Mestrado (1991)	1,3%
8. UNESP/Franca - Mestrado (1993)	1,4%

Fonte: KAMEYAMA (1998, p. 10).

É importante destacarmos que as primeiras dissertações, como forma de entender a prática profissional, pautaram-se em modelos de intervenção clínica, método funcional, entre

outros. Ao adentrarmos nos anos de 1980, constatamos que as orientações foram modificadas através das propostas apresentadas por Paulo Freire, com o resgate do conceito de conscientização e de intelectual orgânico de Gramsci, o que atribuiu aos assistentes sociais a função de construtor, organizador e persuasor permanente; além de buscarem a inserção em movimentos sociais como alternativa à prática, como um agente político. A partir dos anos de 1990, percebemos a preocupação em compreender o significado da descentralização, da municipalização e do poder local articulado com os movimentos sociais urbanos, além de participarem na construção de novas relações entre o governo local e a sociedade civil.

No que tange à formação profissional, a autora descreve que diante dos materiais as análises adquiriram maior relevância a partir dos anos de 1980, principalmente com a implementação do novo currículo mínimo para o curso de Serviço Social. Aliás, muitas produções buscaram trazer uma abordagem mais global da realidade nacional da formação profissional, além de trazerem o resgate sobre o debate vivenciado pelos docentes na construção do currículo mínimo nas suas unidades de ensino. No final da década de 1980, percebemos a preocupação mais assídua com o ensino da disciplina “métodos e intervenção” e “pesquisa”, principalmente no que tange à contribuição da pesquisa na produção de conhecimento da área além de expandir, a partir de 1990, a necessidade de compreender e trazer para o debate da academia o papel do Serviço Social nas equipes multidisciplinares, atentando para as novas demandas e competências nos diferentes setores de atuação: saúde, recursos humanos, comunicação social, entre outros.

Em relação à teoria e método em Serviço Social, Kameyama (1998, p. 14) discorre que na década de 1980 as investigações desenvolvidas se revestiram de uma postura crítica, através de categorias mais amplas. Algumas dissertações buscaram eleger como objeto de investigação as “formas de aproximação ao pensamento marxista, determinando que o denominado processo de ‘intenção de ruptura’ fundamentou-se não apenas no pensamento de Marx, mas também nos pensamentos de Gramsci e Lukács”. Perante os anos de 1990, o que constatamos é a presença de investigações que abordam sobre as principais “categorias marxistas, mediação, indústria cultural, reificação ideológica, representações sociais, cotidiano, indivíduo, subjetividade, etc.” (KAMEYAMA, 1998, p. 14).

Cabe destacar que perante esses exemplos é possível percebermos, conforme salientado pela autora, que o Serviço Social brasileiro possuiu significativos avanços e também desafios no âmbito da investigação e fomento do processo de construção do conhecimento. A profissão não se limitou em ancorar nos conhecimentos produzidos em outras áreas das Ciências Sociais, mas também passou a ser produtora de conhecimentos que amparam toda a formação e prática

profissional do Serviço Social, como também suas produções contribuem para a leitura crítica da realidade social. Em suma, as produções passaram a ter um rigor teórico-metodológico, a fomentar e criar fóruns, congressos e/ou espaços para a divulgação das pesquisas produzidas como forma de ultrapassar o academicismo. Inclusive, os cursos de Pós-Graduação se constituíram em espaços privilegiados para a construção do conhecimento e os seus desenvolvimentos/temáticas estão intrinsecamente ligados à dinamicidade da realidade social.

Neste sentido, conforme Silva e Carvalho (2007, p. 214-215), cabe destacar que:

A pós-graduação em Serviço Social vem se destacando na busca de renovação e de aprofundamento das dimensões organizativa, interventiva e acadêmica da profissão. Apresenta significativa contribuição para a formação de pesquisadores e docentes no sentido de fazer avançar a formação profissional em Serviço Social e de contribuir na construção e consolidação das Ciências Sociais no Brasil, privilegiando o diálogo da profissão com outros campos e saberes profissionais e propiciando, dessa forma, maior visibilidade do Serviço Social no âmbito acadêmico, ao mesmo tempo em que são construídas respostas profissionais às demandas socialmente expressas pelo movimento histórico da sociedade brasileira [...]. Ressaltamos também que a pós-graduação tem importante papel na qualificação e no avanço do Projeto Ético-profissional do Serviço Social, hegemônico, no Brasil, desde os anos 1980. Trata-se da expressão do movimento de ruptura no Serviço Social Brasileiro, conforme qualificado por Paulo Netto (1990) e Silva (2006), fazendo avançar a formação profissional, a interlocução com a realidade social e a produção do conhecimento no âmbito da profissão e das Ciências Sociais.

Além do protagonismo exercido pela Pós-Graduação para o fomento da direção teórico-metodológica do Serviço Social no Brasil, cabe também trazer, como forma de complementar a discussão em tela, as temáticas debatidas pela *Revista Serviço Social e Sociedade*<sup>24</sup> nesse mesmo período, a qual também possuiu um grande protagonismo para a vinculação de produções, artigos, periódicos, pareceres no campo do Serviço Social, desde 1979 – data de sua criação. De antemão, segundo Silva (2009), a *Revista Serviço Social e Sociedade* se constituiu como um espaço privilegiado de abrigo e de impulso perante o processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

De acordo com Silva (2009), dentro do primeiro lapso trabalhado, 1979-89, foram identificadas 257 publicações, as quais foram assinadas por diversos autores, tendo eles mais

---

<sup>24</sup>É importante destacarmos que partimos de uma análise já executada sobre a *Revista Serviço Social e Sociedade*. Dessa forma, não será apresentada uma investigação de acordo com o lapso deste estudo (1974-1995). Silva (2009) nos traz a discussão da revista diante de três décadas, são elas: 1979-89; 1990-99 e 2000-2009. Dessa maneira, como forma de exemplificar o debate interno da produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro, centraremos na análise dos anos de 1979-89, por estar dentro do lapso da dissertação apresentada.

de uma publicação no bojo da revista e/ou publicações conjuntas. Silva (2009) nos traz os nomes dos autores mais citados dentro do período de 1970 a 1990<sup>25</sup>. São eles:

Quadro 1 – Autores mais citados na Revista Serviço Social e Sociedade

AUTOR (A)	
1	Aldaiza Sposati
2	José Paulo Netto
3	José Rogério Lopes
4	Mariangela Belfiore Wanderly
5	Maria Carmelita Yazbek
6	Maria do Carmo Brant de Carvalho
7	Maria da Glória Gohn
8	Maria Ozanira da Silva e Silva
9	Maria Lucia Martinelli
10	Maria Luíza de Souza
11	Myriam Veras Baptista
12	Safira B. Ammann
13	Úsurla M. Simon Karch
14	Vicente de Paula Faleiros

Fonte: SILVA (2009, p. 605).

Cabe destacar, segundo Silva (2009), a presença de 32 temas categorizados, com uma frequência de 3 a 30 abordagens, além de englobar um único grupo nomeado por “outros temas”, que apontou a incidência de 36 outras indicações. Foi constatado um total geral de 285 incidências de todos os temas abordados na década considerada. Ressaltamos que esse total não coincide com o número de artigos publicados pelo fato de os temas terem sido agrupados de forma similar ou por apresentarem mais de uma temática, vejamos a exemplo:

<sup>25</sup>A autora traz os referidos nomes em nota de rodapé, através da incidência baseada em 5 artigos ou mais publicados. Cabe destacar que esses nomes se referem ao lapso de 1979 a 1999. Porém, o quadro histórico desta dissertação compreende até os anos de 1995, por isso optamos em não explicitar a variação de cada autor/nº de publicações, haja vista que o objetivo é exemplificar quais os autores mais citados neste espaço de tempo. O critério utilizado foi ordenar os nomes alfabeticamente pelo fato de ser uma análise já executada.

Imagem 3 – Temáticas abordadas (1979-1989)

Temas Abordados	F	%
*Prática Profissional do Serviço Social	30	10.53
Saúde	20	7.02
Participação Social/Participação Popular	17	5.97
Movimentos Sociais Populares/Movimento Operário/Gestão Popular	17	5.97
Política Social	16	5.61
*Formação Profissional/Currículo/Ensino/Estágio	15	5.26
Trabalho Comunitário/Desenvolvimento de Comunidade	12	4.21
Pesquisa/Produção do Conhecimento	11	3.86
Família	09	3.16
Criança e Adolescente	08	2.81
*Organização Política dos Assistentes Sociais	07	2.46
Educação Popular/Organização Popular/Cultura Popular	07	2.46
Modelo Funcional/Teoria Funcionalista/Positivismo	07	2.46
*A Profissão Serviço Social	06	2.11
Política de Assistência Social	06	2.11
Questão agrária/Agrícola/Reforma agrária/Serviço Social Rural	05	1.76
Ideologia/Poder/Hegemonia	05	1.76
Estado de Bem-estar Social	04	1.40
*Serviço Social de Empresa	04	1.40
Pobreza/Exclusão Social	04	1.40
*História do Serviço Social	04	1.40
*Supervisão em Serviço Social	04	1.40
Democracia	04	1.40
*Metodologia do Serviço Social	03	1.05
Classes Populares/Classes Subalternas	03	1.05
Trabalho Social/Prática Social	03	1.05
Trabalho	03	1.05
Estado	03	1.05
Movimento de Mulheres/Feminismo	03	1.05
Planejamento	03	1.05
Política Habitacional	03	1.05
* Reconceituação do Serviço Social	03	1.05
Outros Temas <sup>2</sup>	36	12.63
TOTAL	285	100.00

Fonte: SILVA (2009, p. 607).

Como forma de entendermos o debate existente nas publicações da *Revista Serviço Social e Sociedade*, destacamos, conforme Silva (2009), que a preocupação com a prática profissional se fez muito presente no âmbito das temáticas trabalhadas. Em complemento, a partir da análise perante as publicações da referida revista nesse mesmo período, Eiras *et al.* (2019, p. 40), também nos trazem que:

A preocupação com a ‘prática profissional’ estava em foco na elaboração do Serviço Social. Nesse dado merece destaque o fato de que não apenas aqueles profissionais vinculados ao âmbito acadêmico apresentavam discussão. A preocupação com a “prática profissional” estava presente, inclusive, na discussão de Assistentes Sociais inseridos em seus espaços sócio-ocupacionais, atuando diretamente na prestação de serviços sociais e elaborando reflexões, trazendo suas inquietações, sugestões ou simplesmente seus relatos de experiências profissionais.

Outra temática que também assume destaque no período de 1979 a 1989, como posto por Silva (2009), refere-se aos movimentos sociais populares. Essa predominância demonstra preocupação da profissão em compreender a realidade e sua inserção nesse cenário, muito vinculada ao contexto sociopolítico desse período da sociedade brasileira.

Além disso, a discussão sobre a produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social também possuiu grande relevância (em todas as décadas analisadas pela autora), o que demonstra a sua importância como forma de amparar a formação e a prática profissional. Podemos acrescentar que, como apresentado por Eiras *et al.* (2019), percebemos no bojo das publicações a alteração no posicionamento ético-político, comprometido com os usuários dos serviços e com a construção e participação de estratégias democráticas.

No que tange à análise das referências bibliográficas, Eiras *et al.* (2009, p. 64) nos trazem que foi possível coletá-las a partir das bibliografias contidas ao final do artigo, como também na decorrência do texto, haja vista que não era requisito obrigatório para as publicações. Contudo, foram identificados recursos às fontes originais de obras produzidas por Marx e Engels, como também de autores vinculados à tradição marxista, a exemplo: "Lukács (1968,1979), Coutinho (1972), Netto (1981), Kowarick (1980), Iamamoto (1982), Faleiros (1980), Ianni (1965), Hobsbawn (1953), Mendel [s.d.], entre outros". Tais nomes abarcaram um total de 37,5% das obras analisadas.

Também foi identificada a presença de outras fontes que não são exclusivamente marxistas, mas que se orientam sob uma perspectiva crítica diante da realidade. Essas compreenderam um total de 26,78% dos artigos. Ademais, 8,9% dos artigos foram agrupados como "não se aplica", cujo propósito da publicação não compreendia um artigo científico – era uma entrevista, relatos e/ou pareceres. Além desses, em 21% dos artigos não foi possível identificar quais os referenciais no corpo do texto ou no final. E 5,35% são referentes à bibliografia utilizada nos artigos, que teve algum prejuízo pela perda de informação durante sua sistematização. Cabe ressaltar que a exposição da bibliografia não era algo primado naquele período, no entanto, sua ausência nos traz certa fragilidade teórica.

Conforme exposto por Eiras *et al.* (2019), ao se debruçar sobre os artigos foi possível perceber o esforço dos assistentes sociais em buscar sustentação para a formação e para o exercício profissional através da vinculação à teoria social crítica, a qual ganhou forças nos anos de 1990, tornando-se a base teórica-hegemônica da produção acadêmica e se constituindo como conteúdo metodológico do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. Em consonância, Silva (2009, p. 645) destaca que:

As publicações da revista Serviço Social e Sociedade, apresentam sobretudo, uma contribuição inquestionável para a construção do Projeto Profissional de Ruptura/ Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social quem vem se desenvolvendo como uma alternativa hegemônica desde o final da década de 1970 e, com maior expressão, durante os anos de 1980 e 1990, o que representa a recusa do conservadorismo que marcou a criação e institucionalização do Serviço Social no Brasil.

Contudo, de acordo com Iamamoto (2014), não há dúvidas do salto no interior da profissão durante tais décadas. Esse salto se expressou tanto no campo da formação profissional quanto no trabalho de Serviço Social. Cabe destacar que a profissão passou a ter mais visibilidade pública, além de também ser reconhecida como uma categoria profissional, que é a de pesquisadora, que produz conhecimento, que possui respaldo teórico-científico normativo e representação acadêmica/profissional legitimados e diretrizes norteadoras que se expressam em seu Código de Ética profissional e na Lei de Regulamentação. Uma profissão que se encontra atenta com o desenrolar da produção e com a reprodução das relações sociais, com um posicionamento teórico-político afirmado para o alcance de um ideal de democracia.

Estamos chegando ao final deste capítulo e, por isso, perseguindo nosso propósito de analisar as transformações ocorridas no Serviço Social brasileiro e no Serviço Social português, ansiamos, no capítulo seguinte, melhor compreender o Serviço Social em Portugal, ponderando sobre os caminhos percorridos no país no mesmo lapso de tempo demarcado anteriormente para o Brasil.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL (1974-1995): POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO, ORGANIZAÇÃO, CONQUISTAS E INQUIETAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

#### **3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: DA DITADURA SALAZARISTA À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS**

Após o golpe militar, ocorrido em 1926, foi institucionalizado em Portugal um governo ditatorial que pôs fim à república. Nos primeiros momentos do regime, segundo Netto (1986), tornou-se evidente o bloco social que se apropriou do Estado, visto que o golpe foi apoiado por forças conservadoras e reacionárias. Além disso, o autor afirma que “a ditadura militar foi a solução política que o grande patronato e o latifúndio encontraram para revidar a combatividade das organizações populares e reordenar a economia em seu benefício” (NETTO, 1986, p. 18).

Perante esse cenário, segundo Rosas (2001), a fim de restituir a base orçamentária do país que, por sua vez, passava por uma grande crise econômica, Antônio de Oliveira Salazar foi nomeado, em 1928, Ministro das Finanças. Logo nos primeiros meses da administração de Salazar as finanças foram equilibradas e o governo estabilizado.

Em 1932, devido ao êxito de gestão, Salazar foi indicado para Presidente do Conselho de Ministros e logo começou a promover forças políticas para instaurar uma nova Constituição em Portugal. Dessa forma, a ditadura perdurou de 1926 a 1933 e, a partir desse período, foi efetivado, segundo os interesses de Salazar, um novo modelo de ditadura nomeado de “Estado Novo” que se manteve até 1974 com a Revolução dos Cravos.

Cabe destacar a fala de Salazar ao advertir a um jornalista, como forma de legitimar a necessidade de um novo modelo de estado. Ele afirma que “[...] é necessário fazer neste país uma grande revolução na ordem para evitar a que outros fatalmente fariam na desordem” (RAMPINELLI, 2007, p. 201).

De acordo com Rosas (2001), essa “nova ordem” foi amparada nos moldes fascistas italianos e no nazismo alemão, possuindo, também, um caráter paternalista e cristão. A instauração do fascismo se colocou como um importante mecanismo de defesa dos interesses do capital através da força do Estado.

Dessa forma, logo nos primeiros anos do regime, os partidos políticos e os sindicatos foram todos suprimidos, instituiu-se a censura e as cooperativas camponesas foram fechadas. Portanto, para a manutenção da “paz social” entre os interesses divergentes do capital e do

trabalho, o governo instituiu os Sindicatos Nacionais atrelados ao seu regime em substituição aos Sindicatos Livres, em 1934.

Naquele período, qualquer tipo de expressão popular contra a ordem era duramente reprimida, havia tortura e também muitos casos de assassinatos. A crueldade do regime salazarista foi sentida, sobretudo, na classe trabalhadora, tanto nas fábricas, quanto nos campos, aumentando significativamente a exploração ao longo do regime. O objetivo era garantir os interesses dos monopólios e dos grandes agrários a “ferro e fogo” (COELHO, 2006, p. 21).

Outro ponto importante a destacar é que os investimentos estrangeiros foram limitados em Portugal devido ao programa nacionalista. Portugal também se manteve neutro diante da Segunda Guerra Mundial e recusou o Plano Marshall, uma vez que não era compatível com o seu plano nacional.

Como afirmado pelo autor, mesmo com todas as formas brutais de repressão, havia na população portuguesa o espírito de resistência, que deu início à criação do Movimento de Unidade Democrática (MUD), destinado a coordenar ações contra o regime ditatorial. Porém, aos poucos, devido ao alto índice de prisões, o MUD foi perdendo a sua efetividade. Cabe ressaltar que a juventude e o fascismo possuíam ideais divergentes desde os primórdios do regime e todas as tentativas do fascismo de conseguir o apoio popular da juventude falharam. Ainda apoiados em Coelho (2006, p. 25) vemos que “jovens de todos os credos políticos e religiosos, trabalhadores, empregados e estudantes formaram, em 1946, a sua própria organização, nomeada de Unidade Democrática Juvenil”.

É importante mencionarmos que todas as eleições presidenciais que aconteciam dentro do regime foram boicotadas, tais como a candidatura, em 1949, do General Norton de Matos, a do Dr. Ruy Luís Gomes, em 1951, a do Dr. Arlindo Vicente, em 1958, e a do General Humberto Delgado. Os comícios eram invadidos pela polícia política, os anti-salazaristas presos e os boletins de votos roubados. Percebemos que a repressão acontecia em todos os momentos, independentemente das lutas e das mobilizações, mantendo o regime baseado no terror, na coerção e no medo das torturas e mortes.

Embora as greves fossem rigorosamente proibidas no país, as lutas continuavam por melhores salários e, sobretudo, por condições de vida mais salubres. Os trabalhadores pauperizados e cansados de esperar por ações do governo começaram a se organizar na luta pelo pão. Devido à insatisfação popular, eclodiram diversas reações sociais, dentre as quais podemos citar: a Greve Outubro-Novembro de 1942; a de Julho-Agosto de 1943, com mais de 50.000 trabalhadores; a de Maio de 1944, em Lisboa; a de Abril de 1946, na Serra da Estrela e a de 1958, em Montemor-o-Novo. Todas essas mobilizações eram em prol de melhores

condições nas jornadas de trabalho, pleiteando salários dignos, qualidade de vida e transparência nas eleições, entre outras diversas reivindicações (COELHO, 2006).

Para conter este cenário de insatisfações eram acionados os aparelhos repressivos do Estado, entre os quais destacamos: a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), a GNR (Guarda Nacional Republicana), a PSP (Polícia de Segurança Pública), a PJ (Polícia Judiciária) e a tropa. Os agentes da PIDE eram treinados segundo os métodos da polícia hitleriana e adaptados às condições de Portugal. A diretoria da polícia política encontrava-se em Lisboa e a subdiretoria no Porto, possuindo ainda inúmeras sedes nas principais cidades portuguesas, tais como: Beja, Coimbra, Madeira, Faro, entre outras. Havia também delegações nas colônias de Moçambique, Guiné, Angola e Cabo Verde (COELHO, 2006).

A PIDE era o principal braço executor das atrocidades do regime, exercendo o controle de toda a sociedade portuguesa. Conforme lemos, ela controlava as fábricas, escolas, universidades, hospitais, os campos agrícolas, as comunidades e as colônias, mantendo tudo extremamente vigiado a fim de impedir possíveis ameaças de organização popular.

Parece-nos essencial mencionar que todos os candidatos aos empregos públicos eram obrigados a assinar uma declaração anticomunista, mantendo sua fidelidade à ordem estabelecida. Para exercer sua profissão, os profissionais de outras áreas precisavam estar aptos perante seus direitos civis e políticos, passando, ainda, pelo apertado crivo das informações da polícia política (COELHO, 2006).

Cabe acrescentar que, devido a todos os tipos de negligência cometidos contra o povo durante o regime salazarista, os anos de 1960 abriram brechas para a eclosão de movimentos de contestação perante o governo, uma vez que havia clima de instabilidade econômica e política. Neste momento, até mesmo a Igreja Católica, que era a grande defensora do regime ditatorial, se contrapôs ao governo em consequência das expressivas marcas de torturas que o regime tinha executado na sociedade, principalmente com membros eclesiásticos, caracterizando falta de espírito cristão (Coelho, 2006).

Além disso, o repúdio à ditadura fascista levantou movimentos em todo o mundo. De acordo com Coelho (2006), países se uniram, realizando comícios e conferências para se contraporem ao regime. Dentre eles, destacamos: a União Soviética, a República Democrática Alemã, o Brasil, Cuba e a Inglaterra. Esses países se organizaram para elaborar proposições a serem enviadas à ONU, com o intuito de mostrar ao mundo a situação dos presos portugueses e espanhóis.

A partir da década de 1960, a hegemonia do país em relação às colônias se encontrava em profunda ameaça devido à guerra colonial em Angola, posteriormente em Guiné Bissau e

Moçambique devido à luta para a conquista da independência. Esse movimento de guerrilha contou com um grande apoio internacional, tanto diplomático como em armamentos advindos principalmente dos EUA e da União Soviética devido aos interesses em cena.

De acordo com Varela (2014), o império português estava em situação de colapso neste momento, com mais de 1 milhão e meio de pessoas migrando do país, muitos de forma ilegítima na busca por condições melhores de sobrevivência e também como forma de fugir da obrigação de servir ao exército português, uma vez que a guerra travada nas colônias africanas já ultrapassava mais de 100 mil mortos entre civis e guerrilheiros. O que demonstra que não foi uma ação pacífica e branda, como era habitualmente propagado pelo governo de Salazar, mas uma verdadeira barbaridade.

Segundo Netto (1986), as contradições econômicas e políticas advindas da longa guerra colonial e do isolamento em relação ao capital externo tornaram-se visíveis para toda a sociedade. Esses foram os eixos principais para que surgisse um processo de resistência por parte dos militares, visto que o governo não possuía recursos para a manutenção do exército nas colônias portuguesas. Em seguida houve a criação do MFA (Movimento das Forças Armadas) pelos militares mais alinhados à esquerda. Tal movimento pretendia instaurar ideais democráticos através da eliminação do fascismo.

Cabe destacar, como explicitado por Varela (2014), que foi durante o curso de Engenharia da Academia que os militares tiveram maior aproximação com ideias de esquerda. O curso tinha duração de sete anos e era subdividido, parte na Academia e parte no Instituto Superior Técnico. Assim, ao cursar o período técnico, os militares passaram a ter mais liberdade, podiam estudar sem farda, assistir às Reuniões Inter-Associativas, cursar canto livre, entre outras formas de cultura. Este momento do curso foi preponderante para os militares afirmarem sua posição contrária à guerra colonial e passarem a se aproximar do campo da esquerda, tal como descrito pela autora: “Fernando Cadeira, talvez o mais politizado do grupo, lembra-se de, nesses anos, ter lido mais Marx, Engels e Lenine do que livros de engenharia” (VARELA, 2014, p. 91).

Outro fator importante para consolidar a oposição à guerra colonial foi o fato de alguns militares terem experienciado o cenário político de Paris, em 1968, ao realizarem a viagem de finalistas do técnico pela Europa. Conforme as palavras de Varela (2014, p. 92) esse foi o momento crucial para a tomada da decisão, o que levou alguns militares a pedirem desoneração da Academia Militar e, logo, retornarem para Portugal. Sabemos que a saída do Exército não era algo fácil, causava “constrangimentos” aos familiares, além de pagarem uma alta multa. Já os militares que permaneceram nas colônias foram engrossando as fileiras do MFA na tentativa

de consolidar o plano para a derrubada do poder, uma vez que era entendido como sendo a única saída para o fim da guerra e, por conseguinte, a libertação das colônias.

Em 1968 Salazar se afastou do governo devido a um acidente vascular cerebral, morrendo dois anos depois. Segundo Varela (2014), na reunião do Conselho de Estado, em 17 de setembro do mesmo ano, foi mencionado para sucessor de Salazar o nome de Marcelo Caetano. Em 27 de setembro Caetano assumiria o poder com a perspectiva de modernizar o país com reformas feitas pelo alto, sem a necessidade de mudar o regime salazarista.

O governo de Caetano, nos momentos iniciais, adotou medidas liberalizantes e de abertura política. Porém, como explicitado por Martins (2002, p. 18), foi apenas a “renovação na continuidade”. A população, vítima da imensa pobreza nos lares, das más condições de trabalho e das mazelas da guerra, começa a imigrar para outros países. Os portugueses que permaneceram na década de 1970 foram engrossando as fileiras dos movimentos de influência marxistas – leninistas, maoístas e trotskistas. Esses métodos de análise contribuíram para a criação de um forte aparato de resistência contra o regime, visto que o clima político e econômico era favorável para tanto.

Como apontado por Varela (2014), Portugal era um país extremamente atrasado economicamente, observando o crescimento da contestação social que contrapõe os abusos do regime fascista e da guerra colonial interminável. Tal contexto fez com que o MFA orquestrasse o golpe de Estado para estabelecer a liberdade democrática tão sonhada pela população de Portugal. Cabe destacar que o MFA preparava a derrubada da ditadura salazarista desde 1973, foram inúmeras reuniões até mesmo nas casas dos capitães. Tudo foi muito bem esquematizado com planilhas, mapas e comandos emitidos pelas rádios, através de músicas para indicar o início das operações. Para que nada interferisse na tomada do poder, as principais instâncias públicas e privadas de Portugal foram tomadas pelo exército, tais quais: os quartéis, meios de comunicação, aeroportos e os hospitais. Todos esses aparelhos ficaram de sobreaviso caso houvesse alguma incidência.

Assim, no dia 25 de abril de 1974, em função do decreto que os militares emitiram nos meios de comunicação para que toda a população não saísse de suas casas nesse dia, não se esperava a presença do povo nas ruas de Lisboa para depor o governo. Conforme explicitado pela autora:

O povo recusa-se a não tomar parte da queda do regime. Novo comunicado, lido às 10h30 da manhã ‘O Posto de comando do Movimento das Forças Armadas constata que a população civil não está a respeitar o apelo já efetuado várias vezes para que se mantenha em casa’. Jovens encavalitam-se nas

colunas militares e cercam o Quartel do Carmo gritando ‘Vitória’, ‘morte ao Fascismo!’ (VARELA, 2014, p. 34).

Nesse instante, todos perceberam que estavam do mesmo lado, a euforia tomava conta do povo que gritava por liberdade. Desse modo, o golpe se transformaria em um grande processo revolucionário na história de Portugal, tendo por símbolo o cravo, o qual foi distribuído para o povo, que logo foi ao encontro dos militares e colocou os cravos em suas armas. De acordo com Varela (2014), inaugurava-se um outro país e a população, ainda perplexa com a grandiosidade do ocorrido, pôde respirar o ar da tão sonhada liberdade, com o fim de 48 anos de um regime ditatorial.

Conforme Varela (2014, p. 37- 44), foi no findar da tarde, encurralado no Quartel do Carmo, em Lisboa, que Marcelo Caetano se rendeu. Para o poder não “cair na rua” foi entregue ao General Antônio de Spínola, que não fazia parte do MFA. Posteriormente, estando escoltado pelo MFA, Marcelo Caetano deixou o quartel do Carmo diante de muita fúria da população e partiu em direção a Madeira. Logo após, com seu aliado Américo Tomás, dirigiu-se em situação de exílio para o Brasil. Cabe destacar, ainda de acordo com a autora, que a saída de Marcelo Caetano e de Américo Tomás, que detinham inúmeros crimes da guerra e tortura sem o devido julgamento e sob conivência do MFA, levantou protestos em todo o país, principalmente por parte do Partido Comunista Português.

Dando continuidade, podemos apontar que a Revolução dos Cravos foi o pontapé inicial para uma sociedade combatente, tendo por protagonistas as camadas subalternas e com uma vertente forte socialista. A população reivindicava uma série de direitos que foram martirizados ao longo do regime. De acordo com Varela (2014, p. 56), não havia sufrágio universal, os salários eram extremamente baixos, moradias insalubres, falta de acesso a saúde, grande taxa de analfabetismo, não havia previdência social e a fome era latente. Sabemos que a característica central de manutenção do regime salazarista era o trabalho forçado. Algumas ações, como no campo da saúde e da assistência, eram advindas sempre da relação comercial e paternalista promovida pelas obras de misericórdias da Igreja Católica.

Como explicitado, a Revolução de Abril desencadeou inúmeros movimentos e greves e, como forma de manter a autoridade, o MFA entregou a governança do país à Junta de Salvação Nacional - JSN, a qual foi criada para exercício político até a formação de um governo civil.

Portugal possuiu 6 governos provisórios em 19 meses de período revolucionário, os quais promoveram melhorias em todas as camadas da sociedade, mas logo fez transparecer a

heterogeneidade dentro dos partidos e dos movimentos, incidindo diretamente para que os ventos não continuassem soprando na direção do proletariado.

Como descrito por Varela (2014), o primeiro governo provisório foi presidido por Adelino da Palma Carlos, em 16 de maio de 1974. Era um governo de frente-populista ligado à esquerda, tendo como influência o Partido Comunista, que era um partido consolidado e forte, juntamente com os novos partidos que tinham acabado de surgir, que são: o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático pertencente à pequena burguesia. Cabe destacar que a estrutura deste primeiro governo provisório foi incapaz de conter os ciclos de greves e mobilizações sociais que estavam a todo vapor diante do processo revolucionário, como descrito pela autora:

A decisão do Governo, no dia 24 de maio, de aprovar um salário mínimo de 3300 escudos, muito aquém do exigido pelos trabalhadores, só radicalizou ainda mais o surto de greves e ocupações de fábricas e empresas. Em grande parte das lutas sociais exigiam-se salários acima dos 4000 ou mesmo 6000 escudos [...]. Entre 25 de abril de 1974 e 1 de junho do mesmo ano, cinco semanas há 97 greves e 15 ameaças de greve, mais do que ocorreu em todos os anos precedentes, incluindo no pico de greve de 1969 – registraram-se em todo esse ano 100. A maior parte das greves acontecem na indústria, 58, e em 35 destas greves verifica-se a ocupação de fábricas ou empresas. Em quatro, o sequestro de pessoas e bens (VARELA, 2014, p. 57-58).

Assim, a população não obedecia às ordens do Partido Comunista de parar a greve, era algo que o governo não tinha mais controle. Apelava-se, então, para os sindicatos, que também não obtinham efetividade na tentativa de normalizar as insatisfações que estavam cada vez mais crescentes. Segundo Varela (2014), novas reivindicações também foram sendo apontadas pela população operária diante do espírito revolucionário, tais como: trabalho igual, salário igual, redução da jornada de trabalho, abolição de privilégios na empresa, subsídio doença, férias pagas e o direito ao descanso no período da tarde aos sábados e o descanso integral aos domingos. Também foi apresentado ao governo um caderno contendo 23 pontos de reivindicações de caráter igualitário para todos os trabalhadores. Nos bairros, uma nova força também era criada para garantir condições dignas para as famílias mais pauperizadas.

[...] na TAP, a 6 de maio, os trabalhadores exigem a abertura de um processo que conduza à autogestão. Só neste dia realizaram-se assembleias gerais nos seguintes locais: Carris, Sacor, ferroviários, mineiros, motoristas de Lisboa, trabalhadores dos Hospitais de Coimbra, trabalhadores da Rádio e Televisão do Porto; metalúrgicos do Porto e de Matosinhos, TPL de Lisboa e Bragança; na Siderúrgica ameaça-se avançar para a greve e na Lisnave os trabalhadores destituem a comissão interna da empresa e no dia 10 de maio chegam a paralisar, por um dia a empresa [...]. No dia 15 e 30 de maio há greves nos

setores dos pescadores, lanifícios, panificação, petrolífero, CTT, Carris, Metro, laboratórios, farmacêuticos, Cortiças, estaleiros de Viana do Castelo (VARELA, 2014, p. 59).

A população mostrava-se irredutível, haja vista que o processo revolucionário possibilitou a ciência do poder decisório que estava em suas mãos. Assim, faz-se importante destacarmos, como apontado por Varela (2014), outros movimentos de grande efetividade perante a este cenário, tais como: Movimento pela Libertação das colônias africanas; movimento em prol da libertação dos presos políticos e da demissão e julgamento dos agentes da PIDE; Movimento para reiteração dos bancários, professores, estudantes, entre outras personalidades que foram afastadas pelo Estado Novo Fascista. Nesse contexto, o primeiro governo provisório buscou conter as grandes ondas de insatisfações com a utilização, até mesmo, de armas, no entanto, todo esforço foi fracassado, levando a sua queda com pouco menos de 2 meses à frente do país.

Diante disso, António de Spínola, presidente da República, nomeou para o II governo provisório, no cargo de primeiro-ministro, o Coronel Vasco Gonçalves, que detinha a maior patente dentro do MFA. O Coronel, em consonância com o Partido Comunista, pretendia realizar profundas transformações na sociedade portuguesa. No entanto, o clima de instabilidade no governo estava cada vez mais evidente, pois havia divisão de opiniões em promover a independência das colônias africanas.

O presidente Antônio Spínola fez de tudo para prolongar o domínio português sobre as colônias, o que gerou divergências com o MFA dentro dos partidos e, principalmente, com a população que estava aguerrida para conquistar a libertação das colônias. Todos estavam saturados com a guerra que chegava a 13 anos. Somava-se a posição contrária perante a libertação das colônias, juntamente com a fragilidade existente nas entranhas do governo e a queda de Palma Carlos como primeiro ministro, que alguns consideraram como injusto, levou ao fim seu mandato de Presidente da República, sendo deposto em 30 de setembro do mesmo ano. Como forma de substituí-lo foi nomeado o General Costa Gomes e o governo foi remodelado com a saída de todos os ministros que se opunham a uma política abertamente de esquerda.

Varela (2014, p. 99-100), apoiada em Maxwell, discorre que mesmo sendo velado pelos meios de comunicação, todos sabiam que o futuro político de Portugal e a conquista da independência das colônias encontravam-se totalmente imbricados. Assim, em 26 de agosto de 1974, Portugal reconheceu a independência de Guiné-Bissau e iniciaram-se as negociações para a independência de Moçambique, sendo marcada para junho de 1975. Já em Angola, havia

muitos interesses, o que retardou a conquista de sua liberdade, que veio acontecer em novembro de 1975.

Vale destacar que mesmo antes da elaboração da Constituição Portuguesa, o governo começou a aprovar reformas de fundo na tentativa de apaziguar os ânimos dos trabalhadores, a saber: reforma agrária com a expropriação das grandes empresas agrícola; a nacionalização das empresas; aprovação do salário mínimo que, por sua vez, foi muito aquém do que foi exigido pelos trabalhadores; políticas sociais; obras públicas, entre outras. Outro ponto importante, foi o regresso a Portugal de cerca de meio milhão de residentes dos espaços ultramarinos.

Como mencionamos, dentro da cúpula do governo havia muitas tensões devido aos interesses divergentes para alcançar a democracia. Em Portugal havia três importantes correntes durante os governos provisórios, são elas: centristas, socialistas e comunistas. Para mais, de acordo com Varela (2014), o panorama de greves também foi razão para a ocorrência das crises políticas que, somadas a outros fatores, ocasionaram a queda dos governos, tais como: o II governo provisório, como também a demissão do III governo provisório devido ao golpe falhado da direita. O MFA se aliou ao PCB na tentativa de conter a onda de greves que tomavam conta do país.

Castaño (2012) aponta que mesmo diante de tamanhas vicissitudes, as eleições se realizaram em 1975 e causaram uma verdadeira transformação no panorama político português diante do seu resultado. O Partido Socialista foi o partido vencedor, com 38% dos votos, já o Partido Comunista Português não passou de 12,5% dos votos. Tais resultados demonstraram a vitória do centro, o PS e o PPD, que obtiveram mais da metade dos votos do país.

O MFA e o PCB queriam realizar, nos últimos instantes das eleições para o governo, a Revolução que estava em seu projeto. Entretanto, com o sucesso do Partido Socialista nas urnas, foram colocados novos obstáculos para a efetivação do devido projeto. Assim, o conflito latente entre os da esquerda e os do centro levou à drástica ruptura do Partido Socialista com o Partido Comunista. Por essa razão, a situação na geopolítica portuguesa ficou ainda mais agravada, o que levou os típicos social democratas a abandonarem o governo e, em seguida, o PS se dirigiu à praça de Lisboa em um comício com milhares de pessoas, onde o Doutor Mário Soares apontou que Portugal estava a perigo de uma ditadura de esquerda.

Este cenário ocasionou uma série de embates no governo e, sobretudo, na sociedade. O discurso de Soares gerou um grande alvoroço na população portuguesa, quase levando a uma guerra civil. A sede do PCB foi apedrejada e incendiada, boletins foram distribuídos para a população como forma de demonstrar repúdio ao totalitarismo do Partido Comunista.

Castaño (2012) discorre que para Mário Soares do PS, os militares tinham que ficar nos quartéis e não no governo, e com a cisão entre os dois maiores partidos, isso tornou-se ainda mais evidente. De um lado estava o PCB junto com o MFA, querendo promover a revolução rumo a passagem para uma sociedade sem classe de cunho socialista, em contraponto, o PS de Soares, que defendia uma sociedade democrática, mas sem a necessidade de transformação, optando por uma política de acordo com o capital norte-americano e com a socialdemocracia europeia.

Cabe destacar, ainda conforme o autor, que o Partido Socialista ganhava cada vez mais espaço na sociedade portuguesa. Desse modo, foram articulando com lideranças mais à direita, de caráter mais moderado, principalmente com os oficiais que não defendiam os rumos que o país tomava após o 25 de abril. Assim, o próprio MFA sofreu uma divisão entre os oficiais que defendiam a tendência revolucionária ligados a Vasco Gonçalves – primeiro ministro do governo –, em contraponto com os mais conservadores conhecidos como “grupo dos nove” (VARELA, 2014, p. 100), que não defendiam o avanço da Revolução. Assim sendo, estes militares que compunham o grupo dos nove queriam que Portugal continuasse no campo do capitalismo, aliado aos EUA, que fizeram de tudo para atrair as forças portuguesas devido ao contexto de Guerra Fria. Podemos apontar, ainda, que os EUA fizeram uso do temor ao afirmar que Portugal ficaria isolado economicamente caso se tornasse uma República Socialista.

Assim, com a força eleitoral que o Partido Socialista tinha adquirido na constituinte e com a divisão do MFA, havia uma clara alteração na correlação de forças diante da Revolução dos Cravos. A esquerda militar buscou apoio, erguer-se e fazer pressão para sair da situação de isolamento. No entanto, com o panorama nada favorável para o PCB e para a esquerda militar, não teve como impedir a queda de Vasco Gonçalves diante do V governo provisório.

Portanto, percebemos que foi diante do VI governo provisório que se alargaram as possibilidades para os políticos centristas instaurarem a contrarrevolução. Em 19 de setembro de 1975, foi dado início ao VI governo, liderado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo e tendo por base o PS e o PSD, além de um único ministro do PCP. A massa da população estava incontrolável e as ordens dos partidos e dos sindicatos não eram obedecidas. Assim, para frear este processo, o governo combinou uma política típica de consenso e coerção. Nesse contexto, a instabilidade do governo tomava conta do país, conforme lemos: “nunca houve tantas manifestações em Portugal – muitas reunindo dezenas ou centenas de milhares de trabalhadores – como entre setembro e novembro de 1975” (VARELA, 2014, p. 429).

Castaño (2012) aponta que mesmo a esquerda estando descomposta diante desse governo, buscou unir forças para promover um levante organizado em 25 de novembro de 1975,

através de uma operação com o uso de aeronaves para atacar a direita militar e o PS na tentativa de derrotá-los. No entanto, esse levante foi fracassado de forma estratégica pelo setor centrista. Dessa forma, depois de 25 de novembro de 1975, iniciou-se a um novo ordenamento da sociedade portuguesa, bem diferente da conquista do 25 de abril de 1974. O que vemos a partir desse período é a restauração da ordem burguesa tradicional, da democracia liberal e da economia de mercado. Em suma, conforme elucidado por Varela (2014, p. 498):

Houve de fato duas rupturas em Portugal entre 1974 e 1976: Passou-se de um regime fascista para um período revolucionário (que aliás se pode dividir em dois subtipos, um essencialmente democrático até 11 de março de 1975 e outro de disputa objetivamente socialista a partir dessa data) e desse para outro democrático liberal, que começa a formar a partir de novembro de 1975.

A esse respeito, a autora ainda descreve que Ramalho Eanes (militar conservador e aliado das operações do 25 de novembro de 1975), em seu discurso na celebração do 2º aniversário do golpe, defendia que o mesmo foi necessário para que pudesse estabilizar o Estado e os rumos do processo da direção da acumulação de capital. Cabe destacar, segundo a autora, que o número de greves não diminuiu diante desse cenário, pelo contrário, manteve-se em um relativo aumento. Em suma, as greves começaram a ficar diminutas na década seguinte devido às muitas artimanhas do governo para fragmentação da classe trabalhadora, houve, principalmente, a instauração da Lei de Greves em 1977.

Ainda de acordo com Varela (2014), a situação política, econômica e social de Portugal estava longe de ser estável, haja vista que entre os anos de 1976 a 1983 o país passou por 10 governos. Sabemos que a conflitualidade da população frente ao Estado se fizera presente, mas ao adentrar nos anos 1980 a situação mudou radicalmente, somam-se derrotas e perdas no que tange as legislações trabalhistas, direitos sociais, precarização dos empregos, aumento da inflação, reforma do sistema educativo, entre outras defasagens. Foi diante desse cenário que, em março de 1988, foi convocada a primeira greve geral contra as políticas neoliberais.

Dessa forma, foi a partir de meados dos anos 1980 e 1990 que a classe trabalhadora foi seriamente dividida, mal remunerada e sem garantia de direitos básicos. Contudo, embora Portugal não voltasse a ser um país fascista, os ventos pararam de soprar na direção do proletariado, visto que, como explicitado, os horizontes políticos do governo se mostraram bem diferentes após o período revolucionário.

Diante dessa exposição inicial da conjuntura estrutural portuguesa, em que realizamos uma contextualização histórica desde a Ditadura Salazarista até a Revolução dos Cravos e seus desdobramentos; na próxima seção direcionaremos nossa atenção precisamente ao Serviço

Social em Portugal, partindo de um recorrido histórico pelos caminhos trilhados pela profissão até chegarmos na efetiva compreensão das transformações ocorridas.

### 3.2 O SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS: PERCURSO HISTÓRICO

Antes de adentrarmos na compreensão do Serviço Social nos marcos dos anos de 1974 a 1995, consideramos que faz-se de grande importância trazermos um breve resgate histórico da trajetória da profissão mediante a ditadura até a vivência da revolução, como forma de nos possibilitar a compreensão de como as transformações foram se gestando no âmbito da profissão.

Dessa forma, cabe destacar que a ascensão do Serviço Social português se deu no mesmo período da institucionalização dessa profissão no mundo. No entanto, sua origem aconteceu no cerne de um período ditatorial. Martins (2010) descreve que o Serviço Social foi criado com o objetivo de doutrinar a sociedade, contribuindo para apaziguar qualquer tipo de fomentação social que contrariasse a ordem vigente, através de ações de cunho caritativo e assistencialista advindas, principalmente, da doutrina social da Igreja Católica.

Podemos considerar que a supremacia da Igreja Católica estava cada vez mais diminuta, sendo constantemente excluída dos processos decisórios. Na tentativa de restabelecer sua soberania, a Igreja centrou-se em responder às expressões da questão social, que se encontravam borbulhantes no cenário europeu e, por conseguinte, na realidade portuguesa devido ao surgimento da classe operária nesse momento. Dessa forma, o aflorar do processo de insatisfação dos trabalhadores com sua condição e o temor ao crescimento das propostas socialistas nas esferas organizativas da classe operária, levou a Igreja Católica a estabelecer uma política de conciliação com o poder estatal. Assim, a articulação do Estado com a Igreja Católica serviu como uma importante estratégia para a propagação da paz social, haja vista que o novo inimigo era o socialismo.

Como a revolução científica aconteceu de forma tardia no país, o discurso majoritário estava atrelado ao ideário individualista e moral dos indivíduos. Para reforçar o processo de naturalização da questão social, o Estado, juntamente com a Igreja, estabeleceu a família como o centro de suas ações para o devido ajustamento dos indivíduos ao meio social. Contudo, após o golpe militar ocorrido em 1926, a doutrinação da sociedade tornou-se algo primário para o regime militar, para tanto, o Serviço Social foi muito utilitário.

Anos mais tarde, em 1933, conforme Rosas (2001), foi instaurado o Estado Novo como regime político de ditadura sob os moldes de Salazar. Com isso, o Estado foi estruturado

corporativamente e a Igreja, com a criação da Ação Católica Portuguesa (ACP), ficou a cargo de desenvolver uma nova estratégia para acentuar as atividades no campo religioso e social.

Como explicitado por Martins (2010), devido à relação dos médicos com a organização da assistência e através do vínculo direto com as inúmeras precariedades enfrentadas pela classe operária, eles demonstraram, ao longo dos tempos, a necessidade de uma profissão, de uma formação que pudesse auxiliar no desenvolvimento da Medicina Social, da Assistência e de um Estado mais interventor no campo social. Uma profissão capaz de estabelecer o vínculo – que por muitas vezes era feito pelos próprios médicos – entre esses setores e a família.

Cabe ressaltar que as propostas de constituição da profissão, que veio a ser conhecida posteriormente como Serviço Social, não poderiam, nessas instâncias de um regime corporativo, deixar de lado a influência da Igreja Católica, já que era o papel da religião, através da ACP, tomar a frente dessa questão. Desse modo, a intenção principal da Igreja era criar um aparato qualificado para adentrar nas instâncias operárias, com o objetivo de frear a influência do socialismo através da doutrinação dessa classe.

Assim, foi no primeiro congresso da União Nacional<sup>26</sup>, em 1934, que aconteceram os esforços iniciais para a criação de Escolas de Serviço Social. Como descrito por Martins (2010, p. 179), é na “União Nacional que o governo vai tomar posição frente à organização da assistência e à formação dos seus profissionais”. Portanto, através do Patriarcado de Lisboa, juntamente com a Ação Católica e com a contribuição dos leigos, foi instituída em Lisboa, no ano de 1935, a primeira escola de Serviço Social, denominada Instituto de Serviço Social (ISS), que era destinada às mulheres. Em 1937 surgiu, em Coimbra, a segunda escola, nomeada de Escola Normal Social, intermediada pela congregação franciscana, de origem francesa. Em 1956, houve a criação do ISS do Porto, sob a iniciativa do Bispo da Diocese, D. Antônio Ribeiro.

É importante ressaltar que a Igreja Católica não assumiu diretamente a gestão das escolas de Serviço Social, mas, apesar disso, foi estabelecida a prevalência de seus princípios doutrinários na formação e no recrutamento das alunas.

---

<sup>26</sup> Segundo Martins (2010), a União Nacional foi criada para apoiar o regime do Estado Novo em 1930. Essa organização política tinha como presidente António de Oliveira Salazar e como vice-presidente Albino dos Reis, o ministro do interior. Salazar designou que dois de seus membros elaborassem alternativas diferentes em relação aos praticados por outros países para a área da assistência, visto que tudo o que era realizado, aos olhos deste governo, poderia levar ao comunismo. Dessa maneira, foram designados para a elaboração de respostas aos problemas sociais: a Condessa de Rilvas, ligada à Igreja Católica, com uma longa trajetória na área de assistência da época, e o Médico Bissaya Barreto, defensor da Medicina Social e amigo pessoal de Salazar.

De acordo com Martins (2010), devido à ampla necessidade de profissionais, em 14 de dezembro de 1939, o Estado oficializou o ISS de Lisboa e a Escola Normal Social, sob o decreto-lei nº 30135, elaborado pelo ministro da Educação, Antônio Faria Carneiro Pacheco. O presente decreto estipulou, nesse momento, os princípios gerais e normas a serem seguidos para a educação em Serviço Social. Esse plano de estudos foi destinado a fortalecer a formação de dirigentes idôneas, responsáveis, participativas e cooperadoras da Revolução Nacional.

Cabe destacar, de acordo com Martins (2010), que o decreto de nº 30135 foi ratificado pela Assembleia Nacional em janeiro de 1940, a propaganda positiva desse plano geral de estudos foi bem vista pelos deputados portugueses. Ainda segundo a autora, a médica deputada Maria Luísa Van Zeller defendeu a necessidade do Serviço Social como sendo a instrumentalização de novas técnicas para atualizar e fomentar o espírito da caridade cristã. O deputado Calheiros Veloso defendia que o Serviço Social era uma caridade cristã que se configurou em uma profissão. Conforme pontuado por Martins (2010), outros membros do governo também defenderam o Serviço Social como um instrumento importante para fortalecer a doutrina do Estado Novo através do vínculo direto com as famílias e por ter uma ação baseada no espírito cristão, católico, corporativo e conservador.

A meta ditatorial era construir uma sociedade dócil e facilmente manipulável para que seus interesses pudessem sobressair, e a exploração da classe operária, prevalecer. No entanto, para conseguir tal finalidade era preciso educar a sociedade de forma espiritual, moral e nacional, pois o objetivo maior era criar um “homem novo” aos moldes do regime salazarista (ROSAS, 2001, p. 1031).

Conforme Branco e Fernandes (2005, p. 3), a concepção conservadorista que influenciou o Serviço Social, contribuiu para reforçar o caráter de apostolado cristão e para adotar como uma missão o trabalho com as famílias humildes portuguesas, sendo reconhecidas como as “obreiras do Serviço Social”. Cabe destacar que, em 1939, a formação profissional tinha duração de três anos e a grade de estudos compreendia aulas e estágios. As disciplinas trabalhadas no período eram centradas, principalmente, nas concepções religiosa, pedagógica, moral, higienista e biomédica.

Sabemos que a recristianização da sociedade e a disseminação dos valores nacionalistas e corporativistas eram as características principais da atuação do Serviço Social perante os operários e os trabalhadores do campo, dos hospitais, das organizações femininas e, principalmente, no seio familiar. Tais valores impregnados alienavam ideologicamente os trabalhadores portugueses frente à exploração vivenciada, contribuindo para a manutenção e para a perpetuação do regime nazifascista (MARTINS, 2010).

Vale ressaltar, segundo Martins (2010), que em 1945 já haviam se formado 22 assistentes sociais e, na década seguinte, esse número aumentou em quatro vezes. Cabe destacar que duas das assistentes sociais formadas eram de origem brasileira. Ademais, a Escola Normal Social conferia outros diplomas além de assistente social, tais como: puericultora, assistente escolar, educadora familiar, auxiliar médico, visitadora domiciliar, enfermeira domiciliar e jardineira de crianças.

No começo dos anos 1950, ainda conforme Martins (2010, p. 51), foi criado o Sindicato de “Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e outras profissionais de Serviço Social”: um mecanismo corporativo atrelado ao governo e impossibilitado de exercer qualquer ação que contrariasse a ordem ditatorial. Logo após, em 1951, o sindicato aliou-se à União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), que começou a promover retiros espirituais com o intuito de fortalecer a prática religiosa na profissão.

Outro ponto importante, como descrito por Martins (2010), foi a grande influência do Serviço Social norte-americano no Serviço Social português através da Missão Rockefeller, na Europa. As influências também foram estabelecidas através da tradução do livro *Diagnóstico Social de Mary Richmond* e dos estudos de Richard Cabot, que criou o Serviço Social nos hospitais.

Sabemos que a vigência do Fascismo impôs à profissão sérios obstáculos, tudo era altamente controlado (relatórios, pareceres e diagnósticos sociais). A Igreja também não possuía domínio próprio sobre as decisões em relação às escolas. Tudo passava pela inspeção do Estado, pois qualquer ação diferente da ordem era considerada de cunho socialista.

Segundo Martins (2017), entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, era perceptível o clima de heterogeneidade no Serviço Social português, que se diferenciava da perspectiva consolidada em sua gênese. Esse panorama de análise surgiu através das eleições presidenciais, em 1958, e legislativas, em 1961, juntamente com os movimentos em prol dos presos políticos, que começaram a eclodir em Portugal e no mundo, repudiando as artimanhas do governo por vitimarem os membros eclesiais mais à esquerda e, principalmente, a população. Cabe acrescentar, ainda, que neste período, uma assistente social foi afastada de seu cargo em um hospital por ser apoiante de candidatos contrários ao salazarismo.

De acordo com Ferreira (2006), foi notório que, na década de 1960, iniciou-se uma série de transformações sociais, políticas e econômicas em toda a Europa. Em Portugal se deflagrou a guerra colonial, que promoveu amplo desgaste no governo, além do afastamento de Salazar por motivos de saúde, em 1968. O pauperismo assumia proporções cada vez maiores em Portugal. Com isso, o processo migratório era uma alternativa da população em busca de

melhores condições de vida. Ademais, por parte do contingente masculino, a emigração servia para fugir da obrigação de servir ao exército nas colônias africanas.

A população, fatigada pela situação de pauperismo extremo, levantava sua pouca voz em prol do direito ao menos de pão e água. Perante tal situação, de profundo ataque às necessidades básicas da classe trabalhadora, foram iniciados, mesmo que de forma cautelara – devido à repressão –, repúdios de amplos setores da sociedade, como por exemplo: alguns membros eclesiais, estudantes, professores, artistas, partidos políticos (clandestinos).

Conforme apontado por Ferreira (2006), foi principalmente na governança de Marcelo Caetano que se deu o maior surto de greves dos trabalhadores rurais e industriais, em busca de expor as inúmeras defasagens do governo, sobretudo o intenso cenário de fome de toda a população. Podemos destacar, também, o protagonismo dos estudantes para alcançar a autonomia das universidades e a retirada da polícia de suas instâncias de ensino, além da não punição dos alunos que participassem dos movimentos. No entanto, a PIDE logo agia sobre os movimentos mais ativos com frequentes prisões dos mais agitadores. Mas, como toda conjuntura implica movimento, muitos focos continuavam a atuar na clandestinidade.

Foi diante desse contexto, lesivo para toda a população portuguesa, que se abriram brechas para possíveis mudanças na formação e na prática profissional do Serviço Social, fruto do crescimento das ciências sociais no âmbito acadêmico. Na Escola de Lisboa houve a inclusão de alunos do sexo masculino no curso e as disciplinas religiosas se tornaram optativas.

Dado que o Serviço Social não estava alheio a esse processo, começou a se deslegitimar, ainda que de forma diminuta (devido às duras penas do regime), dos domínios conferidos pela ditadura fascista. Assim, como apontado por Branco e Fernandes (2005), a partir da década de 1970, o Serviço Social português começou a perceber que seu trabalho estava somente voltado para um caráter técnico de ações assistenciais. Com isso, buscou novas fontes, como o Brasil, para contribuir no processo de formação e exercício profissional no interior dessa realidade. Como explicitado:

No início dos anos 70, a tripartição do Serviço Social passa a ser problematizada no sentido de uma metodologia básica, reorientação decisivamente influenciada pela experiência brasileira (v. Documento de Araxá, 1967, e Documento de Teresópolis, 1970). Complementarmente, um certo mal-estar instala-se na profissão, com a tomada de consciência de que o Serviço Social está reduzido a mero executor das políticas sociais, e com predomínio das atividades assistenciais [...]. Para esta evolução, que recoloca o Serviço Social no quadro geral da sua evolução em outras sociedades, contribuíram as propostas de reformulação emergentes na América Latina (Movimento de Reconceituação do Serviço Social), ainda que, sem incidência

entre nós, estivessem em curso nos EUA movimentos semelhantes em busca do new social work (BRANCO; FERNANDES, 2005, p. 5-6).

Tendo em vista os aspectos observados, podemos considerar, segundo Rosas (1995), que as assistentes sociais já demonstravam insatisfação com as bases da profissão. Vejamos:

As assistentes sociais já não suportavam mais a ideia de serem conhecidas como as ‘meninas do socorro’ as meninas ‘da assistência’. Muitas delas queriam também ter um papel mais interventor na sociedade, participar em projetos desenvolvimentistas das populações junto de que atuavam e chamar os seus ‘clientes’ a serem também eles participantes na sociedade que se pretendia construir (ROSA, 1995, p. 29).

A esse respeito, como explicitado por Silva (2016), foi diante desse período que ocorreram as primeiras experiências de intervenção social desvincilhadas das abordagens paliativas e assistencialistas. Essa adesão por parte das assistentes sociais diante da possibilidade de novos eixos de atuação, de organização e de contestação do regime, acontecia de forma minoritária, mas apontava um crescimento dentro da categoria.

No entanto, consideramos que também é necessário destacarmos alguns movimentos ocorridos no período ditatorial, os quais possuíam a participação de assistentes sociais e estudantes. Conforme Martins (2017, p. 51):

O envolvimento de alguns assistentes sociais manifestou-se nas organizações e ações de resistência dos católicos progressistas contra a guerra colonial, em que se destacou a participação nas Cooperativas Culturais, como a ‘Pragma’ e ‘Confronto’. Registrou-se também a sua participação nas Vigílias pela Paz, na Igreja de S. Domingos (1969) e na Capela do Rato (1972). Na vigília da Capela do Rato, em 1972, foi aprovada uma moção contra a política colonial, repudiando a empreitada belicista portuguesa, seguindo-se uma greve de fome, gesto de solidariedade para com as vítimas da guerra colonial e os povos em luta. A repressão que se seguiu atingiu, entre muitos outros, duas assistentes sociais e a auxiliar social, que foram detidas e alvo de interrogatórios pela PIDE/DGS, processo disciplinar, e demitidas da administração pública: Maria Teresa Abrantes Pereira Ávila e Maria Gabriela Figueiredo Ferreira.

Como vimos, havia também a inserção de assistentes sociais em organizações clandestinas de esquerda. Ademais, registramos também a vinculação de assistentes sociais na Comissão Democrática Eleitoral (CDE), movimento que foi criado pela oposição democrática para fornecer bases de apoio nas eleições legislativas desse período, contando também com a participação do PCP e de católicos progressistas.

Ainda conforme Martins (2017), a assistente social Eugénia Pereira de Moura integrou o movimento da CDE, tanto nas instâncias de organização política quanto nas bases

socioprofissionais. Nas eleições de 1973, como explicitado por Martins (2017), encontramos a candidatura de assistentes sociais pela CDE por todo o país, bem como a participação em ações nos bairros operários, em movimentos sindicais e nas organizações de resistência dos católicos progressistas contra a guerra colonial.

Cabe destacar também, ainda neste período, conforme explicitado por Martins (2017, p. 51-52), que:

Maria Teresa Abrantes vê o seu pedido de bolsa ao Instituto de Alta Cultura ser recusado e sai do país, viajando para o Brasil a fim de frequentar o mestrado na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [...]. Quando regressa a Portugal, contribui para a divulgação de autores do Movimento de Reconceptualização do Serviço Social latino-americano, sobretudo do Chile, Argentina, Uruguai e Brasil. Se os planos de estudo das escolas de Serviço Social do Chile e os livros destes autores escaparam às malhas da censura, já o curso que o uruguaio Herman Kruse fará sobre este movimento, no país, em dezembro de 1973, ficará sob a vigilância da polícia política.

Em suma, podemos perceber que o Serviço Social português não estava somente identificado com as bases tradicionais, o aspecto da heterogeneidade pairava sobre a profissão. Ainda como descrito pela autora, muitas assistentes sociais protagonizaram publicações de repúdio à ditadura fascista e contra a guerra colonial. Diante do fato, Martins (2017, p. 52) destaca que todo o grupo que promovia o Boletim anticolonial (BAC) foi preso, inclusive a assistente social Maria Gabriela Ferreira, permanecendo presa até os anos de 1974.

Como descrito por Martins (2017), a solidariedade com as assistentes sociais que foram demitidas do emprego, torturadas e presas, tornou-se crescente na categoria, que por sua vez, passou a exigir justiça perante tal fato.

Podemos realçar que foi diante deste cenário de insatisfação com o regime fascista e, também, diante de um contexto de muita efervescência social em geopolítica mundial que a aliança dos assistentes sociais portugueses com as lutas dos trabalhadores foi se tornando cada vez mais evidente e sólida.

Silva (2020, p. 240) descreve que houve uma significativa participação de assistentes sociais em quase todas as frentes de ação revolucionária, tais como: movimentos de residentes urbanos e no campo, programas de educação de adultos, organização sindical, movimento estudantil, organização de cooperativas, programas de habitação, entre outros.

O cenário português, como apontado por Silva (2020), estava tomado pela efervescência política e social, com a presença ativa de movimentos sociais de base e atividade partidária que

ganhava cada vez mais espaço na defesa de projetos democráticos e participação cidadã direta. Portanto, conforme o autor, não podemos separar o Serviço Social desse processo.

Ao adentrar o ano de 1974, Portugal já não tinha como sustentar o regime ditatorial devido à crise econômica e à ascensão dos movimentos populares que tomavam conta do país. Desse modo, em 25 de abril do mesmo ano, foi dado o golpe militar conhecido como a Revolução dos Cravos, angariando milhares de pessoas para a tomada do poder em prol da democracia no país. Com o fim da ditadura salazarista, abriram-se as portas para Portugal estabelecer e ampliar os direitos da população, os quais haviam sido negados por quase meio século de regime.

Esse período de pós-regime, segundo Silva (2016), expandiu o lançamento de recursos na ampliação de projetos com as comunidades e com os operários, haja vista que a falta de habitações, as condições precárias das favelas e a questão agrária no Sul, foram objeto de preocupação dos políticos nos governos provisórios, os quais apontaram para a necessidade de desenvolver as políticas sociais. Com isso, foi possível ampliar o espaço institucional para a atuação de assistentes sociais, destacando-se sua atuação na comissão de moradores em Lisboa, nas CDCAC (Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica) e nos Movimentos operários.

Então, segundo Martins (2002), a revolução propiciou inúmeras possibilidades para o retorno de diversas profissões e, sobretudo, para o Serviço Social, o que permitiu o emprego de uma abordagem alternativa que destoasse de sua constituição alicerçada no conservadorismo. Em âmbito acadêmico, houve um crescimento proeminente de estudantes de Serviço Social em movimentos sociais, especialmente no movimento estudantil pela defesa de um ensino público de qualidade. Ademais, ainda conforme a autora, os conhecimentos sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano e sobre a Renovação do Serviço Social brasileiro também ganharam maiores espaços após a Revolução dos Cravos.

De acordo com Santos e Martins (2016), o experienciar da Revolução dos Cravos que teve, por sua vez, muitos assistentes sociais como partícipes, levou o Serviço Social a estabelecer um projeto profissional de crítica ao capitalismo. No entanto, alguns obstáculos também começaram a surgir na efetivação da esperança por melhores condições de vida dos trabalhadores, e também obstáculos na profissão de Serviço Social por estar conectada com a realidade.

Dessa forma, a partir dos anos 1975/1976, a sociedade portuguesa assistiu ao embate do processo contra revolucionário, que foi capaz de colocar fim nos rumos para uma sociedade socialista através da aliança com o capital externo a partir desse momento. Entretanto, podemos

considerar, conforme Ferreira (2021), que as mudanças operadas na sociedade portuguesa diante do período revolucionário foram relativamente rápidas, porém, sem retorno, como aprofundaremos na exposição a seguir.

### 3.3 SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS, PERSPECTIVAS E CONQUISTAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS

O Serviço Social, como uma profissão que é necessariamente entrelaçada pela trama dos diferentes interesses de classe, exerce a todo tempo uma relação política, que nem sempre foi favorável aos interesses da classe trabalhadora, mas alinhado e organizado de acordo com o lastro conservador dominante.

Cabe afirmar, conforme Rossatto (2018) nos mostra, que a dimensão política precisa ser compreendida como um processo, visto que sofre interferências de acordo com a dinâmica das relações sociais. Dessa forma, ao analisarmos a dimensão político-organizativa do Serviço Social brasileiro e do português, no período de 1974 a 1995, partimos necessariamente da compreensão de que estes períodos foram chaves<sup>27</sup> para a reorientação da profissão, alinhando-se aos projetos societários progressistas, e aos interesses e defesa da classe trabalhadora. É necessário destacarmos que entender o modo de agir, pensar, posicionar e organizar do Serviço Social nesses processos, tem grande importância na configuração de uma referência histórica útil para as lutas do presente.

De antemão, segundo Iamamoto (2014), constatamos que os assistentes sociais brasileiros não ficaram alheios aos acontecimentos históricos (participaram e se posicionaram). E, em alguns contextos, foram também protagonistas dos processos de lutas democráticas. Ademais, de acordo com Faleiros (2009), as lutas possibilitaram o alcance da consciência de classe para o operariado e profissionais a eles aliados, sendo assim, podemos presumir seus rebatimentos para o Serviço Social.

Esse panorama não foi diferente para a profissão em Portugal, pois, conforme Semblano (2003), não podemos pensar o Serviço Social descolado do contexto histórico, como também, não devemos estudá-lo sem realçar seu protagonismo como profissão.

Dessa forma, é preciso tomar esse contexto histórico pela raiz em dialética com a profissão, a fim de entendermos e de analisarmos o posicionamento ético-político, os vínculos

---

<sup>27</sup>Marco histórico principal – Brasil: processo de transição democrática; Portugal: vivência da Revolução dos Cravos em 1974.

da profissão com os processos históricos, com os grupos e as lutas na sociedade; o que inclui também o investimento das/os profissionais na organização para a defesa da profissão e para afirmar uma determinada concepção e horizonte da atividade profissional.

Para fins deste capítulo vamos nos concentrar na dimensão político-organizativa, mas sem perder de vista, que as dimensões teórico-metodológica e a dimensão técnico-operativa estão inteiramente imbricadas, versam entre si.

Como descrito por Ramos (2005), a organização da categoria se coloca como um instrumento importante para originar a consciência e o posicionamento crítico diante do processo societário hegemônico. Conforme Martinelli (2005), é com o movimento do real que é preciso sempre aprendermos a dialogar, estimularmos a consciência crítica de forma a desvendá-lo e criar a possibilidade de construirmos práticas sociais capazes de apontarem para o novo, mas, antes de mais nada, precisamos recordar que é um movimento incessante, um exercício cotidiano, logo, um ato político.

### **3.3.1 As inquietações político-organizativas do Serviço Social português a partir das entrevistas contidas no banco de dados do subgrupo “Interloquções Internacionais”**

Para situarmos as transformações no campo político-organizativo do Serviço Social português no quadro dos anos de 1974 a 1995, consideramos necessário realçar que as transformações que se deram no Serviço Social mediante este período são frutos de uma profissão que já se encontrava em movimento com posicionamentos ideopolíticos diferenciados no marco dos anos de 1960, tal como também percebemos nas entrevistas realizadas em 2019 com a Professora Doutora Fernanda Rodrigues, uma das grandes referências da profissão em Portugal, tendo um importante percurso profissional na cidade do Porto; e com o Professor brasileiro José Paulo Netto, grande referência não somente para o campo do Serviço Social brasileiro como também para o Serviço Social em âmbito mundial. Destacamos que as entrevistas foram coletadas no banco de dados do subgrupo “Interloquções Internacionais” que compreende a pesquisa sobre “Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interloquções internacionais e memória”<sup>28</sup> e ainda não foram publicadas.

Consideramos que o recurso às fontes orais advindas das entrevistas, possibilita-nos enriquecer a compreensão sobre a trajetória político-organizativa da profissão diante desse

---

<sup>28</sup>O grupo envolve uma rede de pesquisadores e universidades a nível nacional e internacional.

marco histórico, haja vista que os entrevistados deram valiosas contribuições ao campo da formação e da prática profissional durante o período em causa.

Desse modo, em entrevista, Rodrigues (2019) descreve que foi na década de 1960 que ingressou no curso de Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social do Porto – ISSS do Porto. Aponta que nesse mesmo período a profissão não estava homogênea, havia um pequeno grupo de profissionais que exercia repúdios à ditadura e, ainda, destaca que os repúdios se deram pela ala liberal da Assembleia Nacional e pelo Movimento Católico Progressista. Nas palavras da professora:

A Assembleia Nacional era composta pela maioria de conservador e em determinada altura surge uma ala liberal, que é considerada, digamos, a ala radical dentro da Assembleia Nacional como era chamada na altura. Essa ala liberal era composta também por alguns assistentes sociais [...]. Um outro polo importante da entrada de muitos assistentes sociais, foi o Movimento Católico Progressista, era um movimento muito forte, que levou à prisão de alguns colegas nossos, mas, tudo associado à Igreja Católica. A Igreja católica nesta altura, tinha um grupo de gente, absolutamente minoritária, mas, digamos, radicalmente contra o compromisso que a Igreja assumia com o Estado (informação verbal)<sup>29</sup>.

Além dessas vinculações, Rodrigues (2019) também discorre que havia a inserção de assistentes sociais no movimento sindical, a saber:

Antes de existir a associação de profissionais, nós fizemos parte de um sindicato, que se chamava Sindicato Nacional, e esse sindicato estava filiado na linha mais radical do sindicalismo, que era na altura o CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) [...]. No sindicato, estávamos lá (eu estava lá), em função de fato da defesa da profissão, das condições de trabalho, da opressão que se vivia nessa altura em todas as condições de trabalho, não só das nossas, mas em geral (informação verbal).

Um outro ponto importante a destacar, como descrito por Rodrigues (2019), é que mesmo com as barreiras impostas pelo regime havia, perante este cenário, preocupação de outros países e de pessoas em denunciar e em repudiar a ditadura salazarista. Essa rede de solidariedade não foi diferente no âmbito da profissão que, por sua vez, se mostrava aberta a interações com outros países. Como descrito no trecho abaixo:

O Serviço Social deixou de ser tão igual a si, tão único como era. Isto é, só haver, dentro do próprio Serviço Social (acho uma vantagem) uma

---

<sup>29</sup>Entrevista concedida pela professora Doutora Fernanda Rodrigues ao subgrupo “Interloquções Internacionais”, em 2019.

pluralidade, de experiências, de pensamentos e de influências passaram a estar presente (informação verbal)<sup>30</sup>.

Rodrigues (2019) descreve que o 25 de abril não aconteceu do dia para noite, houve uma longa trajetória, um longo transcurso até a eclosão da virada histórica. Nesse sentido, percebemos que ao vivenciar a Revolução dos Cravos proliferou um novo cenário político-social e todas as antigas chefias de setores vinculados à ditadura caíram. Ao passo que permitiu também, além da liberdade para o povo, o retorno de diversas profissões como também o Serviço Social, que se encontrava posicionado em contracorrente a sua gênese. Devido ao temor à ditadura, era um movimento minoritário da categoria no primeiro momento, mas que logo se tornou crescente com o experienciar da Revolução de 1974.

Além disso, Rodrigues (2019) salienta que os postos de trabalho aumentaram significativamente para o Serviço Social, haja vista que era necessário reconfigurar os serviços públicos pelo fato de, como mencionado acima, todas as antigas chefias ligadas à ditadura terem caído. Nesse momento, passou a existir uma crescente demanda por profissionais, o que aumentou também a procura/ ingresso de alunos nas Escolas de Serviço Social em Portugal.

Segundo Rodrigues (2019), os postos de trabalho que mais se requisitaram assistentes sociais foram o Programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)<sup>31</sup> e os campos para Reforma Agrária. Nesses vínculos, o trabalho em comunidades era considerado o mais efetivo. Conforme a professora:

Eu lembro que o trabalho com as comunidades era considerado, na altura, entre nós aquele que era mais significativo, era aquele que nos dava uma visão da realidade, mais, do nosso ponto de vista mais completo e que nos permitia uma intervenção mais afirmativa, na altura a gente não dizia assim, mas era mais politizada (informação verbal).

Ademais, consideramos necessário destacar, conforme Rodrigues (2019, informação verbal), que um importante movimento dentro da formação profissional foi “o movimento entre as escolas, que teve por consequências, em primeiro lugar, a própria alteração do estatuto jurídico das escolas”. Nesse bojo da formação, havia também um coletivo de professores do Serviço Social que se opuseram à ditadura, a saber:

---

<sup>30</sup>Entrevista concedida pela professora Doutora Fernanda Rodrigues ao subgrupo “Interloquções Internacionais”, em 2019.

<sup>31</sup>O Programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) que foi, por sua vez, alternativa emergencial para a questão da habitação em Portugal, haja vista o peso das lutas populares em prol de moradia digna e de qualidade será trabalhado a seguir, ainda neste estudo.

Na escola do Porto já tinha nessa altura gente que tinha uma longa história de oposição ao regime, e que, portanto, em cima dos acontecimentos, Alcina Martins por exemplo, e todo esse ser salta e salta também alguém na área de Serviço Social. Eu na ocasião não era uma das que mais saltava, eu fiquei muito surpreendida com o 25 de Abril porque não cheguei a entender a extensão toda do que estava em causa e tive o benefício de colegas meus que tinham estado ligados, e que começaram a proporcionar a interpretação mais completa do que estava acontecendo. Eu acho que foi bem um movimento de pessoas e também de alunos e curiosamente e inesperadamente com alguma oposição por parte da direção, que até ali era uma direção, digamos, que não era ligada ao sistema, mas faça uma ruptura e se fecha (informação verbal)<sup>32</sup>.

Contudo, em seu depoimento Rodrigues (2019) aponta para o subgrupo de pesquisa “Interloquções Internacionais”, que toda essa experiência do processo revolucionário marcou a profissão de forma significativa, mas enfatiza que não era o todo do Serviço Social, eram algumas pessoas, um pequeno grupo de profissionais, que tinham uma dupla força, de lutar em prol de melhorias para a profissão e também por compreender que era um compromisso cívico.

Complementando a visão da professora, temos a entrevista do Professor José Paulo Netto<sup>33</sup>, concedida também ao subgrupo “Interloquções Internacionais”. De forma inicial, Netto (2019) evidencia que Portugal foi o país que o acolheu em situação de exílio político devido à ditadura civil militar que o Brasil vivenciava.

Dessa maneira, conforme exposto durante a entrevista, Netto (2019) chegou em Portugal no final de 1976 e permaneceu no país até maio de 1979. Em seguida, passou alguns meses em viagem pela Europa e retornou ao Brasil em setembro do mesmo ano. Durante o período que esteve em Portugal, em situação de exílio, como precisava trabalhar pelo fato de ter consigo toda sua família, foi convidado a dar aulas em Lisboa.

No decorrer da entrevista, Netto (2019) salienta que um importante cenário de oposição aconteceu na escola do Porto devido ao papel exercido pelo Bispo Antônio Ferreira Gomes, que possuía uma postura contrária ao regime, devido à situação de miséria enfrentada pelo povo português, além do cenário de sangue praticado pela ditadura, pela falta de liberdade de expressão e também pelo corporativismo instalado no Estado. Desse modo, segundo Netto (2019), Dom Antônio Ferreira Gomes, foi “convidado” a se retirar do país ou sofreria as duras penas do regime.

---

<sup>32</sup>Entrevista concedida pela professora Doutora Fernanda Rodrigues ao subgrupo “Interloquções Internacionais”, em 2019.

<sup>33</sup>Importante realçamos que o professor Paulo Netto construiu uma importante trajetória no Serviço Social em Portugal. Seu protagonismo é citado por muitos estudiosos portugueses. Podemos encontrar, por exemplo, nas seguintes obras: Martins (1999), Martins e Carrara (2014), Santos e Martins (2016), Ferreira (2006) e Coelho (2018).

Os católicos que foram formados pelo bispo do Porto, quase todos, inclusive, saíram do Porto, porque foram perseguidos, mas, levaram e eram Assistentes Sociais: a Maria Lúcia Negreiros era do Porto, foi professora do Porto, e ela sai do Porto com a repressão ao Dom Antônio e vai para Lisboa (informação verbal)<sup>34</sup>.

Um ponto importante realçado por Netto (2019) é a combatividade do movimento estudantil e, conseqüentemente, dentro do Serviço Social. Outra questão relevante, identificada por Netto (2019), é a participação de assistentes sociais em reuniões clandestinas promovidas pela Intersindical na sede do Sindicato dos Assistentes Sociais, como afirmado:

O sindicato de assistentes sociais se articula na intersindical. Isso é absolutamente importante. Reuniões clandestinas da intersindical foram feitas na sede do Sindicato dos Assistentes Sociais, na rua Luciano Cordeiro (informação verbal).

Netto (2019) também destaca algumas de suas principais influências para o Serviço Social português, dentre as quais:

A minha influência em Portugal teve alguns momentos. Em um primeiro momento foi a criação da APSS (Associação de Profissionais de Serviço Social). Era um pessoal não acadêmico, eram Assistentes Sociais da casa de misericórdia de Lisboa. Que não eram nem pessoas de esquerda, atenção. Mas, com o enfraquecimento que o sindicato estava vivendo, montaram uma associação profissional. E como essa associação foi montada? A base de palestras minhas, elas me levavam para vários lugares, eu fazia palestra e metia a Reconceituação no meio e elas construíram. Então meu papel aí foi significativo (informação verbal).

Outro ponto significativo foi a interlocução exercida por Netto (2019) para a criação do convênio entre a PUC-SP e o ISSSL. Entretanto, essa interlocução aconteceu mais tarde, quando retornou a Portugal, em 1986, como descrito:

Eu fui a Portugal em 1986 e fui ver a Augusta que trabalhava no IFAS e no instituto. Ela disse: rapaz esse país vai entrar para a comunidade Europeia, vai arrebentar os cursos de Serviço Social, que aqui não são ainda licenciatura, então, nós temos que lutar pela licenciatura. Eu não tinha nada mais a ver com o instituto, mas, eu disse: olha Augusta, a primeira coisa que vocês têm que lutar não é pela licenciatura não, é para criar quadros, vocês não têm aqui mestrado e doutorado e não era só em Serviço Social. Augusta disse: o que nós podemos fazer? Eu disse: olha eu estou lá fazendo o meu doutorado, mas, tem lá umas mulheres bastante interessantes e eu posso conversar com elas. Por que vocês não fazem um convênio? Cheguei aqui e falei com a Myriam

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida pela professor José Paulo Netto ao subgrupo “Interlocuções Internacionais”, em 2019.

[...]. Eu acho que tive um papel importante ao vincular a PUC com o Instituto, porque os cursos passaram a ser dados lá. Olha que nessa época eu não era nem doutor. No jogo institucional o meu papel foi nenhum, quem fez isso foi a Myriam, foi a Carmelita, foi a Úrsula. Uma pessoa essencial que não aparece aí foi a Carminha Falcão Brant e a Maria do Carmo. Maria do Carmo esteve lá, se mexeu, se virou. Eu acho que isso é que abre a discussão, se eu tive algum papel foi em dois momentos distintos (informação verbal)<sup>35</sup>.

Diante do exposto, percebemos, como relatado nas entrevistas, que o Serviço Social não estava identificado com as suas bases iniciais, uma vez que se tinha um crescente cenário de contestação, de resistência, de diálogos e de lutas na sociedade; cenário este que não passou ileso à profissão, pelo contrário, teve a participação assídua de grupos de assistentes sociais em movimentos de repúdio à ditadura e após abril de 1974, em movimentos para projetar a profissão a acompanhar as mudanças que estava por efetivar no país.

Como descrito por Rodrigues (2019), a Revolução dos Cravos não aconteceu da noite para o dia, como também as transformações no âmbito do Serviço Social. Dessa forma, veremos, na próxima seção, como se gestaram as primeiras inserções dos assistentes sociais no seu novo palco de lutas.

### **3.3.2 A inserção dos assistentes sociais portugueses na cena política: o programa SAAL**

Ao abordarmos a história do Serviço Social português, compreendemos que o período revolucionário abriu as portas para a presença ativa dos movimentos sociais de base. Assim, a atividade partidária também ganhava cada vez mais adeptos e espaço para a defesa de projetos democráticos, com participação direta da sociedade diante dos processos decisórios. No campo do Serviço Social, conforme Silva (2020), os assistentes sociais já se mostravam ansiosos para se desvencilhar das abordagens paliativas e adotar intervenções mais radicais, efetivas e democráticas.

Dessa maneira, torna-se impensável separar o Serviço Social desse marco histórico, haja vista que este movimento, esta nova realidade, segundo Silva (2020), foi rapidamente incorporada à prática profissional, trocando intervenções pautadas na caridade por um trabalho ativo ao lado da mobilização de base para garantia do empoderamento das comunidades. Cabe salientar, conforme o autor, que a Revolução não concedeu apenas a oportunidade política

---

<sup>35</sup>Entrevista concedida pelo professor José Paulo Netto ao subgrupo “Interloquções Internacionais”, em 2019.

necessária à profissão, foi além, promoveu o apoio institucional para implementar uma intervenção de cariz radical ou por vez referida, como intervenção/abordagem alternativa.

O engajamento dos assistentes sociais no Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) é um fator que podemos destacar, haja vista que nos traz o panorama de como uma política de habitação e um movimento social pelo direito à habitação se entrelaçaram.

Como descrito por Andrade (1992), já no início de maio de 1974, um grupo de moradores de bairros de lata de Lisboa e pertencentes à zona urbana degradada do Porto procuraram o secretário de Estado de Habitação e Urbanismo solicitando a atuação do Estado em suas localidades e também se colocando à disposição para ajudar na recuperação e construção dos bairros através, principalmente, da mão-de-obra. Ainda conforme o autor, devido ao manifesto da população junto ao governo e também devido à onda de ocupações habitacionais desde abril de 1974, o Estado emergencialmente consolidou o programa SAAL pelo despacho de 31 de julho de 1974, do Arquiteto Nuno Portas, na qualidade de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo.

Aliás, pudemos perceber que o Programa SAAL, implementado de julho de 1974 até outubro de 1976, colocou-se como uma forma inovadora da política habitacional no país. Segundo Coelho (1986), para se chegar à efetivação do SAAL, já havia ensaios advindos desde o final da década 1960, com a criação do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), surgido na Administração Pública Portuguesa ainda na primavera Marcelista. Cabe destacar que antes da vivência do processo revolucionário eram notórias as dificuldades a sua ação, haja vista que o Estado, por ser centralizador, burocratizado, excludente e autoritário, não foi capaz de se adaptar às mudanças necessárias – econômicas, políticas e sociais –, seja de forma interna como externa, devido ao distanciamento provocado pelo regime em relação ao povo. Nesse sentido, destacamos que:

O FFH – que surgiu [em 1969] como aposta de modernização e racionalização das estruturas do sector, como instrumento para uma acrescida intervenção do Estado na política e promoção habitacionais – não realizou, até 1974, qualquer empreendimento significativo (FERREIRA, 1987, p. 67).

Como descrito na *Revista Intervenção Social*, número 2, de setembro de 1979, ao experienciar o 25 de abril de 1974, por conseguinte, o restabelecimento das condições democráticas em Portugal, logo nos primeiros governos provisórios algumas medidas emergenciais tiveram que ser tomadas devido à grande pressão da população por condições de vida mais dignas. O direito à moradia se colocava como a pauta principal de luta.

Podemos considerar, segundo Andrade (1992, p. 9), que o Programa SAAL representou uma política inovadora habitacional, haja vista que buscou se desvencilhar do burocratismo existente através da utilização de maiores recursos e da interação da equipe técnica do governo junto à população organizada. Como muitos profissionais do corpo técnico do governo (arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, sociólogos e juristas) já se encontravam reorientados/engajados para a defesa do direito à habitação social, ao experienciar o 25 de abril de 1974 foi possível viabilizarem esses novos projetos de forma mais eficaz.

Conforme Silva (2020), no interior do grupo de estudos do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), a assistente social Maria Proença detinha uma figura de destaque, vindo a contribuir fortemente para a elaboração e execução da política de habitação e planejamento urbano de Portugal. Anos mais tarde, assumiu a coordenação da Equipe Central do SAAL a nível nacional. A assistente social Maria Proença, ao ser entrevistada, em julho de 1991, por Andrade (1992, p. 39), discorreu que:

[...] o FFH era uma instituição relativamente nova, criada em 1969, mas que apesar disso, se enredava em mecanismos burocráticos. Nós percebíamos, pelo contacto que tínhamos com a realidade, com as populações dos bairros pobres e dos bairros de habitação social, que não respondia às necessidades dessas mesmas populações. [...] a média de idades dos técnicos (30 anos) favorecia a adesão ao potencial de mudança surgido com o 25 de Abril. Poderia dizer-se ainda que os técnicos eram predominantemente de esquerda embora não possuíssem, na altura, vinculação partidária. Havia no entanto pessoas tidas como mais conservadoras. O que nós sentíamos era que, finalmente, se tornava possível avançar com outras formas de abordar o problema da habitação social sem ser através dos grandes empreendimentos como os 'Planos Integrados'... Queríamos trabalhar no terreno com a participação das populações e considerávamos como fundamental a colaboração das entidades públicas e privadas locais. Tudo isto são algumas das explicações para a existência daquelas reuniões no Teatro São Luís, com técnicos, grupos da população e demais interessados [...].

Cabe salientar, que as primeiras localidades a receber o programa SAAL foram Lisboa e Porto, depois ganhando outros espaços de acordo com a aprovação do Secretário de Estado da Habitação. Como descrito por Silva (2020), o programa se dispusera a construir e reabilitar as habitações das populações mal alojadas no sentido de colaborarem para a transformação dos próprios bairros. Para a execução do programa foram conciliados recursos estaduais, municipais e residenciais com a criação de organismos coletivos na forma de associações, comissões de moradores e cooperativas.

Os profissionais alinhados com uma corrente mais progressista, tendo por premissa de ir ao encontro das necessidades da população, transferiram seus escritórios para os bairros de

atuação, ou seja, buscavam promover o atendimento direto à população, também através de suas organizações e movimentos. Assim, conforme Silva (2020), o SAAL não foi somente um programa habitacional para responder os problemas estruturais de habitação, representou também um conceito novo de política capaz de buscar atender as demandas da população em sua totalidade, conforme assinala o autor:

Isto não era apenas o direito a acomodações decentes, ou uma casa, era também o direito à cidade, direito de permanecer no lugar onde as pessoas já estavam instaladas, onde as pessoas queriam ficar. ‘Defendemos o que pensávamos ser o direito legítimo da população à moradia, mas não qualquer tipo de habitação’, afirmou a assistente social entrevistada do FFH, esclarecendo como profissionais e arquitetos compreenderam os serviços de provisão de habitação e a dimensão participativa do processo [...]. Uma filosofia que coloca as pessoas no centro. A casa pode ser consequência, mas a essência era a determinação de fazer as pessoas participarem, participando de todo o processo (SILVA,2020, p. 245-246).

Não obstante, destacamos as pontuações de Coelho (1986, p. 622), que descreve que:

O SAAL tentou, em cada caso, encontrar a resposta adequada de modo que fosse pela própria estruturação do Serviço (por áreas geográficas e tipo de problemas e ainda pelas coordenações de trabalho a elas ligadas) que a resolução de todas as questões de habitação fosse equacionada e as soluções adequadas estabelecidas.

Ademais, Silva (2020), nos traz a importância da atuação dos assistentes sociais para a promoção desta iniciativa – o SAAL. Assim sendo, os assistentes sociais trabalharam comprometidos na organização da população, seja através das comissões de residentes, nas organizações comunitárias, ou na intervenção de base, tal como afirma o autor:

Alguns bairros tinham comissões ou associações de residentes já organizadas, outros não, e os assistentes sociais assumiram uma grande responsabilidade de ajudar na criação de novas organizações populares [...]. Assistentes sociais também participaram da integração do crescente número de moradores, organizações em rede, denominadas intercomissões (SILVA, 2020, p. 246).

Também vimos que a vinculação de assistentes sociais a partidos e movimentos de esquerda forneceu um significativo contributo para atuação profissional do Serviço Social diante do Programa SAAL, uma vez que os profissionais já haviam tido contato de como organizar, conduzir assembleias, comitês e reuniões. Tal ação pode ser notada na entrevista concedida a Silva (2020) por uma assistente social vinculada ao programa, como segue:

Lembro-me, no início, de um encontro num daqueles bairros que parecia um esgoto aberto. Alguns dias antes, eles [grupo de residentes] haviam visitado o

FFH, solicitando um projeto SAAL. Então, uma noite, fomos lá para uma reunião. Estava dentro de uma casa em ruínas [...]. A casa só tinha fachada e uma varanda, e estávamos lá em cima, de frente para a multidão, discutindo com o povo, iluminado por um holofote emprestado do quartel militar próximo. É assim que nossas reuniões e assembleias eram feitas nas favelas: quando as pessoas podiam, seja à noite ou nos fins de semana (SILVA, 2020, p. 248).

Dando continuidade, ainda conforme o autor, é notório que o SAAL foi um programa extremamente inovador, enriquecedor e importante para promover rupturas entre o Estado e a sociedade civil. Mas também depreendemos que esta iniciativa promoveu muitas polêmicas após 25 de abril de 1974, em torno de sua criação, estruturação, permanência e extinção em 1976, aspectos estes que são alvos de muitos debates nos dias atuais, e muitos dos quais, permanecem ainda sem explicações.

Algumas indicações, segundo Andrade (1992), apontam-nos que a natureza histórica do SAAL foi precipitada pelo contexto revolucionário e que muito se deve às pressões do movimento popular. No entanto, ao longo do contexto revolucionário de 1974-1976 aconteceram várias transformações, principalmente devido à instauração de muitos governos provisórios. Os movimentos sociais foram perdendo gradativamente sua efetividade, com isso, o SAAL e muitos outros programas foram sendo realocados conforme a designação do Estado. Este remanejamento aconteceu principalmente com a promulgação da Constituição da República Portuguesa que cuidou de colocar a “casa ordem”, como descrito por Silva (2020, p. 250):

Em outubro de 1976, quando um despacho legal transferiu as competências das equipas e projetos SAAL aos municípios e definiu uma nova estratégia baseada na promoção de cooperativas em vez de comissões e associações de residentes, um processo que levaria a um esquema de governança mais institucionalizado e dependência orgânica do Estado e da administração local. Este processo acompanhou o enfraquecimento dos movimentos sociais. Neste ponto, cerca de 40.000 famílias estavam sendo atendidas por projetos SAAL, 14 habitações cooperativas, 16 comissões de residentes e 128 associações foram organizadas por 118 brigadas técnicas que estavam prontas para entregar 2.259 novas casas e outros 5741 foram planejados para 1977.

Silva (2020) ainda menciona o sentimento de algumas assistentes sociais ao verem ser extinto o Programa SAAL, tal como salientado:

Foi muito traumático ... o ambiente no FFH sempre foi frenético, logo depois do 25 de abril. Foi uma explosão. Deve ter sido um dos lugares onde a mobilização foi mais intensa (além do Ministério da Agricultura). [...] quando o SAAL acabou, foi traumático. Não que não estivéssemos esperando que isso acontecesse, mas foi assustador (SILVA, 2020, p. 249).

Ainda conforme apontado por Silva (2020), o programa SAAL era considerado como algo muito valioso por grande parte dos profissionais vinculados, haja vista a possibilidade de troca de experiências, de fomento do diálogo, além da contribuição para o reconhecimento dos interesses em comum – campos de luta. No entanto, ao adentrar nos anos de 1976, o cenário se modificou, mantiveram-se as conquistas no campo democrático, porém as lutas sociais começaram a ser mais institucionalizadas/fragmentadas, diferente do que foi promovido no movimento pela habitação.

Mesmo diante desse cenário pós-revolucionário, um outro campo de luta significativo para o Serviço Social era a perceptível existência da luta para o alcance da Licenciatura, sendo um grande marco da força organizativa da categoria em prol desse grau para a formação. Por essa razão, na próxima seção pretendemos promover uma maior aproximação com o campo da formação profissional dos assistentes sociais, refletindo a respeito dos aspectos das transformações ocorridas e das suas repercussões para a profissão.

### **3.3.3 Luta dos assistentes sociais no campo da formação profissional: o alcance da licenciatura**

Como vimos, o quadro revolucionário promoveu energias políticas latentes na realidade de Portugal, capazes de atravessar amplos setores da sociedade civil, o que não deixou de repercutir no núcleo da formação profissional em Serviço Social. Como afirma, Semblano (2003, p. 141), o pós-1974 permitiu “um ponto de viragem no ensino do Serviço Social, com repercussão nas autorrepresentações produzidas”.

Negreiros (2005) salienta que não podemos deslocar o 25 de Abril do entendimento do percurso do Serviço Social como profissão, uma vez que:

Após o 25 de abril de 1974, o Serviço Social empreendeu, nos âmbitos acadêmicos e profissional, um conjunto de movimentações e ações coletivas que tiveram em comum sua natureza reivindicativa em face do tipo de inserção/institucionalização acadêmica e quanto ao credenciamento da formação, do reconhecimento da profissão e da reestruturação das carreiras profissionais, da implementação e do credenciamento da formação pós-graduada. Essas movimentações, que se desenrolam entre 1974 a 1995, afiguraram-se-nos tanto mais surpreendentes quanto, na história da profissão/formação [...], não se encontram anteriormente quaisquer movimentos ou ações coletivas de cariz reivindicativo, nos campos profissional e acadêmico (NEGREIROS, 2005, p. 25).

Analisando essa ideia, podemos afirmar que tornou-se perceptível o movimento da categoria profissional para conciliar a teoria com a prática, na busca por se desvencilhar da mera execução de técnicas e habilidades como feito antes. Nesse instante, denotamos uma grande aproximação com o campo das ciências sociais, a qual contribuiu significativamente para o avanço no fortalecimento da consciência crítica da categoria, como também no campo da investigação social e no campo do agir profissional. Não obstante, os profissionais estavam alinhados com uma concepção coletiva de negação da neutralidade da profissão e, principalmente, da necessidade de união da categoria para contrapor a subalternidade que o Estado sempre buscou conferir à profissão de Serviço Social.

O panorama de movimentação política na profissão será, nas palavras de Semblano (2003), um catalisador de energias na luta pelo reconhecimento da licenciatura em Serviço Social na realidade de Portugal, como segue no seguinte trecho:

Em 1975, regista-se um movimento confluyente das Escolas, dos Sindicatos, professores e estudantes com o propósito de integração dos Institutos na orgânica do ensino superior oficial, configurando-se nesta movimentação uma nova trajetória com carácter de conflitualidade sendo também, neste ano de 75 que os estudantes dos Institutos de Serviço Social, obtém as mesmas regalias sociais dos estudantes do ensino superior oficial [...].Constata-se um movimento de convergência entre as Escolas e os profissionais, para o reconhecimento do grau de licenciatura para efeitos profissionais (SEMBLANO, 2003, p. 141-1942).

Cabe destacar, entre os lapsos dos anos de 1974 e final de 1975, que as lutas da categoria aconteceram perante a um cenário de institucionalização da democracia e, a partir dos anos de 1976, sob a implantação do Estado de Direito, no qual foram efetivadas constitucionalmente as conquistas democráticas por tanto tempo ausentes da realidade do país.

De acordo com Mendonça (2018), só foi possível projetar caminhos estratégicos para a profissão a partir da participação política coletiva. Para tanto, em janeiro de 1978 foi criada a Associação dos Profissionais do Serviço Social (APSS), em âmbito nacional e com sede em Lisboa. A associação sem fins lucrativos surgiu da necessidade dos profissionais do Serviço Social de possuírem algo que os representasse e fornecesse subsídios para a atuação qualificada e continuada.

Perante esse cenário, como descrito por Negreiros (1991), os três institutos reclamaram a sua integração nas estruturas universitárias públicas. Os cursos de Serviço Social eram considerados de nível superior, mas não concediam o grau acadêmico, uma vez que a competência deste grau era a cargo das Universidades Públicas. Sem este grau, eram muitas as limitações enfrentadas pelos profissionais, a exemplo:

Em 1979 a profissão de Serviço Social vê afetado o seu estatuto no mercado de trabalho com a publicação dos Dec. Lei n. 191/C e 191/F dado que o 1º estabelece para a Função Pública a existência de 2 carreiras: a carreira técnica e a carreira técnica superior, sendo o grau de licenciatura uma condição exigida para o acesso à carreira técnica superior. O 2º estabelece o acesso as funções de chefia, apenas a quadros técnicos superiores com o grau de licenciatura. Dessa forma, ficou vedado aos assistentes sociais o acesso à carreira técnica superior e a lugares de chefia, dado que os Cursos de Serviço Social são Cursos Superiores, mas não conferentes de Grau (NEGREIROS, 1991, p. 102).

Sendo assim, teve início um panorama de mobilizações do corpo profissional. Conforme Negreiros (1991, p. 102), o grupo coordenador foi eleito em plenário, em 7 de dezembro de 1979, formado por “representantes da Associação de Profissionais de Serviço Social, Sindicato dos Técnicos de Serviço Social, Federação dos Sindicatos da Função Pública e por representantes dos serviços” para alcançar a equiparação do grau de licenciatura para os profissionais já formados. Foram anos de luta, mas o Ministério da Educação se mostrava irredutível para a equiparação enquanto não fosse concedida a licenciatura a nível acadêmico.

Foram muitas as dificuldades no âmbito da formação e prática profissional, no entanto, novas estratégias também foram sendo traçadas. Segundo Negreiros (1991), em janeiro de 1985 ocorreu a mudança na Direção do ISSSL e, a partir disso, novas táticas acadêmicas foram adotadas, são elas:

Assumir-se como Instituição de Ensino Superior privada, e resolver a situação de indefinição jurídico-legal do Instituto; criar condições para o Instituto poder vir a conferir o grau de licenciatura; implementar o novo Plano Curricular de 5 anos (elaborado e debatido na Escola em 1983/84) e qualificar cientificamente o corpo docente de Serviço Social, através da pós-graduação (NEGREIROS, 1991, p. 102).

Ainda no ano de 1985 foi promulgado o Decreto-lei n. 100B/85, que trazia um panorama específico para o Ensino Particular e Cooperativo sob a possibilidade, em determinadas condições científicas, da concessão do grau de licenciatura ao ensino superior particular. Assim, em agosto do mesmo ano, as escolas de Lisboa e Porto entregaram rapidamente o processo para a obtenção da licenciatura junto ao Ministério da Educação. Nesse mesmo documento, também foi apontada a necessidade de superar o Plano Curricular de 4 anos para 5 anos.

Cabe destacar que o ISSSL, meses antes de protocolar o referido processo, como forma de solucionar o problema jurídico-institucional através de uma assembleia geral, afirmou-se como Ensino Particular Cooperativa de Ensino. Dessa forma, foi possível a mudança do plano

de estudos de Lisboa para 5 anos. Ademais, em abril de 1986, segundo Negreiros (1991), foi criada a CRL – Cooperativa de Instituto Superior de Serviço Social.

Da mesma forma, ainda de acordo com Negreiros (1991), o processo de mudança da personalidade jurídica aconteceu com a Escola do Porto, que se constituiu como cooperativa em julho de 1986 e teve início o novo Plano Curricular de 5 anos, em outubro deste mesmo ano. No que se refere ao ISSS de Coimbra, ele não se integrou neste processo, permaneceu sem grandes alterações institucionais, prosseguiu somente com a possibilidade de integração no Ensino Politécnico.

No que tange ao ISSS de Lisboa, ele tinha por objetivo qualificar cientificamente seus docentes a níveis de Mestrado e Doutorado e por não existir em Portugal a pós-graduação em Serviço Social, teve início todo um processo em busca de parcerias com universidades estrangeiras. Assim, foi feito um levantamento dos países que possuíam Doutorado na área – mesmo que os seus primeiros doutoramentos ainda fossem recentes –, são eles: EUA, Canadá, Brasil e Suécia. Conforme descrito no Plano de Estudos de 1986, o Brasil foi escolhido para estabelecer esta parceria, vejamos:

De todos estes países selecionados, o Brasil pelo desenvolvimento que o Serviço Social atingiu neste país e por afinidades de natureza linguística e cultural. Iniciamos então um processo de negociação com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP que é a única Universidade brasileira que faz doutoramentos em Serviço Social e tem reconhecida credibilidade científica. Em 23 de Abril de 1986 procedeu-se à celebração de um Protocolo de Cooperação entre as duas Instituições [...]. Este protocolo consiste fundamentalmente num processo de cooperação e intercâmbio no domínio do ensino e da pesquisa (PLANO DE ESTUDOS DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL, 1986, p. 100).

É importante destacarmos, como explicitado por Negreiros (2005, p. 46), que por muitas vezes os profissionais do Serviço Social lutaram “contracorrente”, pois avançaram a nível de pós-graduação sem ao menos terem a obtenção do grau de licenciatura:

Efetivamente, o início do primeiro Mestrado em Serviço Social, através de um Protocolo com a PUC-SP (que vai se tornar um importante aliado neste processo), comprova por outro lado, o reconhecimento internacional. Isso revela uma contradição: a comunidade científica internacional qualifica o Serviço Social português como nível universitário, abrindo-lhe o campo da Pós-Graduação, enquanto as autoridades nacionais lhe recusavam o grau de Licenciatura (NEGREIROS, 2005, p. 46).

A qualificação dos docentes a título de pós-graduação era uma necessidade urgente das escolas, pois fazia parte do conjunto de normas do Decreto-Lei n.º 100-B/85 para a criação do

Ensino Superior Privado e Cooperativo. É importante realçarmos, que foram muitos os embates e negativas do Ministério da Educação para a obtenção do grau de licenciatura dos Institutos de Lisboa e Porto. As direções dos Institutos conectaram as estruturas representativas da profissão – estudantes, profissionais, sindicatos e associações – para promover o 1º Encontro nacional de Serviço Social, em Lisboa, em fevereiro de 1989, para a tomada das decisões, são elas:

Ratificação de uma ‘Comissão nacional de Luta pela obtenção do grau de licenciatura’ que é composta pelos Diretores dos Institutos de Lisboa e Porto, por representantes das Associações de Estudantes de Lisboa e Porto, representantes das Associações dos Profissionais de Serviço Social e Sindicato dos Técnicos e Serviço Social e um elemento do anterior grupo coordenador. – Insistência junto do Ministério da Educação e do Secretário de Estado do Ensino Superior para concessão das audiências há muito solicitadas pelo Instituto. – Diligenciar junto das instâncias governamentais empregadoras e internacionais em ordem a obtenção de apoios. – Greve de dois dias e concentração de alunos e profissionais junto do Ministério da Educação a determinar pela Comissão Nacional (NEGREIROS, 1991, p. 104).

Além do mais, cabe destacar as ações que foram desenvolvidas junto ao Ministério da Educação. Conforme Negreiros (1991, p. 104) ocorreu o:

Envio de centenas de telegramas pela Comissão Nacional – Ministro da Educação, Secretário de Estado do Ensino Superior [...], chamando a atenção para o problema do reconhecimento do grau de licenciatura. Envio de ofício pela Comissão Nacional ao Ministro da Educação solicitando audiência em março e nova insistência em abril de 88. Perante o silêncio e ausência de resposta do Ministério tanto aos Institutos como a Comissão Nacional é decidida a publicação de uma Carta Aberta no Diário de Notícias em 11 de maio de 1988.

Em âmbito interno dos Institutos, os estudantes estavam mobilizados na procura de esclarecimentos devido à situação de incerteza quanto à obtenção do grau de licenciatura, uma vez que estavam em meio ao ano letivo. O panorama de incertezas pairava, sobretudo, para os alunos que estavam no 5º ano do novo Plano Curricular.

As associações de estudantes do ISSS de Lisboa e do Porto buscaram estabelecer contatos com outras faculdades para conseguirem apoio. Exerceram também ações junto às rádios e aos jornais, fizeram contatos com o secretário-adjunto do Ministério da Educação e juventude relatando as consequências negativas para os discentes diante de tal decisão. Foram feitas manifestações nas ruas, marcha até o centro da cidade com distribuição de panfletos com os respectivos objetivos do Serviço Social. Ao todo, 16 jornais publicaram um total de 37 reportagens e/ou entrevistas sobre o assunto, 4 emissoras deram notícias. “Na televisão, houve a notícia no telejornal do *1º Encontro Nacional* com imagens do mesmo, e participação no

programa ‘*Já Está*’ e 2 tempos de antena da Associação e do Sindicato, sobre o tema” (NEGREIROS, 1991, p.105).

Conforme explicitado por Negreiros (1991), as ações foram sendo alargadas como forma de buscar mais apoios, sendo assim, foi possível contar com a participação de vários setores sociais, são eles:

Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, Sindicato da Função Pública, Sindicato da Administração Local e Sindicato dos Trabalhadores dos Escritórios e Serviços. Também foram desenvolvidos contatos junto quer de individualidades quer de entidades governamentais empregadoras, em especial dos Ministérios que são os maiores empregadores de Assistentes Sociais, através do pedido de audiência junto do Ministro da Saúde, e da Justiça, Secretário de Estado da Segurança Social, Secretário de Estado da Administração Local (NEGREIROS, 1991, p. 105).

Mesmo com todo o cenário de movimentação da categoria profissional do Serviço Social, o panorama de indefinição persistia. Com isso, segundo Negreiros (1991, p. 105), a comissão nacional decidiu convocar um “2º Encontro Nacional” que, por sua vez, foi realizado em 11 de fevereiro de 1989, no Porto. Este 2º encontro tinha por objetivo solicitar audiência com o novo diretor-geral do Ensino Superior, além de marcar uma concentração na entrada do Ministério da Educação para o início de março e, também, realizar uma reunião com a Comissão Administrativa do Instituto de Coimbra a fim de dialogar sobre sua posição em relação ao grau acadêmico.

Ainda em meados de fevereiro, o Ministério da Educação promoveu um encontro com a Direção da Associação Acadêmica de Lisboa, no qual também esteve presente a Associação de Estudantes do ISSSL, que colocou a pauta do Serviço Social em evidência. No dia 17 do mesmo mês, a referida associação teve uma reunião com o secretário- adjunto do Ministério da Educação e Juventude, em que realçou novamente os objetivos do Serviço Social.

Ademais, com a publicação da concentração na entrada do Ministério nos jornais, a Comissão Nacional foi recebida pelo Diretor-Geral do Ensino Superior logo no dia 1º de março. No decorrer dessa reunião, foi apresentado, conforme Negreiros (1991, p. 106), um *memorandum*<sup>36</sup> assinado pelas direções dos Institutos superiores de Serviço Social de Lisboa e Porto, justificando a exigência do grau de licenciatura. Assim, no decorrer da reunião, conforme a autora, o diretor pergunta:

---

<sup>36</sup>Ver mais em: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1249/1360>. Acesso em: 21 nov. 2021.

Por que não o bacharelado e o politécnico? Questão que é amplamente respondida. É afirmado pelos Diretores dos Institutos que não desejam uma solução que não passe pelo reconhecimento da qualificação académico-científica dos planos curriculares e do ensino, mas que julgam necessária como é reconhecido legalmente no Dec. n. 100 B/85 que a Comissão de Especialistas contenha um elemento da área de Serviço Social, sugerindo, inclusivamente, que se não existem nas Universidades portuguesas especialistas em Serviço Social se recorra a Universidades internacionais (NEGREIROS, 1991, p. 106).

A partir disso, o diretor geral informou que iria encaminhar para a reabertura do processo, solicitou aos presentes os documentos que julgassem necessários para complementar o parecer e acordou uma posição para a Comissão Nacional até o final de março. Segundo Negreiros (1991), esta foi a primeira vez, durante esse longo e difícil processo, que houve uma tentativa de mudança de posicionamento, mas ainda havia controvérsias dentro do Ministério.

Como forma de subsidiar a luta pela licenciatura, os ISSS de Lisboa e do Porto decidiram enviar para universidades internacionais seus Planos de Estudo Curriculares, a fim de obterem um parecer quanto ao nível de sua formação académico-científica. Conforme descrito por Negreiros (1991, p. 107), as universidades contactadas foram:

Michigan State University, Fachhochschule Munchen, University of Minnesota, a University College Dublin e a Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo. Todos os pareceres foram inequívocos quanto à qualificação dos Planos de Estudos aos quais deveria ser atribuído o grau de nível mais elevado do Ensino Superior.

Ainda de acordo com Negreiros (1991), a concentração em frente ao MEC aconteceu no dia seguinte, 2 de março de 1989, com a presença de estudantes, professores dos Institutos de Lisboa e Porto e profissionais do Serviço Social de todo o país. Como pautas de luta estavam:

Atenta expectativa a anunciada reanálise do processo; A sua preocupação pelos sucessivos adiamentos a que o processo tem estado sujeito; A sua determinação em ver reconhecido antes do final do ano letivo (88/89), o grau de licenciatura único adequado ao nível da formação em Serviço Social; Enviar a presente moção ao Conselho Nacional de Educação e a Comissão Parlamentar de Educação (NEGREIROS, 1991, p. 107).

Podemos apontar, segundo Negreiros (1991), que professores de universidades estrangeiras se deslocaram a Portugal, como é o caso da Professora Josefina McDonough da Michigan State Universidade, onde também aconteceu uma reunião com a Direção-Geral. Em 17 de junho a Associação de Profissionais de Serviço Social recebeu a cópia do ofício enviado

ao Ministério da Educação pela Federation Internationale des Assistants Sociaux (FIAS) que realçava a desvantagem caso esta proposta não fosse aceita.

Além disso, em 22 de junho, o jornal diário “Europeu” dedicou 5 páginas a respeito das universidades, nas quais priorizou o Serviço Social, publicando os depoimentos de vários setores da sociedade, profissionais, estudantes e professores a respeito da luta em questão, como também da importância social da profissão. Além disso, também cabe salientar, segundo Negreiros (1991, p. 108) que:

No dia 28 de junho e dada uma conferência de Imprensa sobre o impasse do reconhecimento do grau de licenciatura ao curso de Serviço Social, na sala de conferências da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa, estando presentes na mesa para além da Comissão Nacional, dois professores dos Conselhos Científicos dos ISSS de Lisboa e Porto respectivamente [...]. Pelo título de uma das notícias publicadas – Uma licenciatura nas redes da ‘decisão política’ –, se depreende que aparecem a público como sendo de natureza política e não científica ou técnica os obstáculos à decisão do grau académico do Serviço Social.

Como descrito por Negreiros (1991), ao iniciar o mês de julho com a ocorrência das reuniões, o diretor-geral do Ministério solicitou que os Institutos apresentassem um novo Plano de Estudos com a conversão do número de horas e créditos para não ultrapassar o número previsto e que também apresentassem o currículo de transição para atuais alunos. Assim, em 27 de julho, o diretor geral do ensino superior comunicou, em audiência, a decisão do Ministério da Educação de atribuir o “grau de licenciatura aos Planos Curriculares de 5 anos apresentados no último dossier” (NEGREIROS, 1991, p. 108).

Depois de uma longa e difícil luta, foram "publicadas no dia 8 de setembro de 1989 a Portaria n.º 793 referente ao Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, e no dia 9 de setembro a Portaria n.º 797, referente ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto” (NEGREIROS, 1991, p. 108).

Como explicitado, o ISSS de Coimbra não fez parte desse processo, aceitando a integração no Politécnico e o grau de bacharelato. Esta posição do ISSS de Coimbra, nas palavras de Negreiros (1991, p. 109), abriu uma “brecha” em todo este movimento, que favorecia a posição discordante do MEC. No entanto, como forma de conhecer as razões desse posicionamento e apontar as consequências negativas em nível acadêmico e profissional para o Serviço Social, foram feitos contatos e ações, tais quais (NEGREIROS, 1991, p. 109):

- 9 de Fevereiro de 1988 ofício enviado pela Diretora do ISSS de Lisboa à Comissão Administrativa do ISSS de Coimbra, solicitando informações sobre a sua posição face à questão do grau académico. Como resposta, a Comissão

Administrativa propõe uma deslocação ao ISSS de Coimbra./•No 1º Encontro Nacional - 27.02.88, alunos e professores do ISSS de Coimbra manifestam discordância da opção tomada pelos dirigentes do Instituto./• 9 de Março de 1988, envio ofício ao Presidente da Comissão Administrativa, informando disponibilidade da Comissão Nacional para ali se deslocar./• 4 de Abril de 1988, o Presidente da Comissão Administrativa do ISSS de Coimbra enviar cartão, remetendo a entrevista solicitada para o Governador Civil - Presidente da Assembleia Distrital, a qual é o suporte jurídico daquele Instituto./•16 de Junho de 1988 entrevista com o Presidente da Assembleia Distrital – Governador Civil de Coimbra./•11 e 12 de Janeiro de 1989, por iniciativa da Comissão Nacional, realizam-se em Coimbra Jornadas de formação/para profissionais, orientadas pelo Professor José Paulo Netto da PUC-SUP, subordinadas ao tema ‘Os Paradigmas da Formação Profissional em Serviço Social’./ •17 de Março de 1989, a fim de dar seguimento a uma proposta aprovada no 2º Encontro Nacional, realiza-se uma reunião com a Comissão Administrativa a pedido da Comissão Nacional e em que se solicita a presença de um representante do Presidente da Assembleia Distrital, enquanto entidade de suporte do Instituto, tendo estado também presente a Associação de Estudantes e outros estudantes.

Em resposta, o ISSS de Coimbra, descreveu que a opção pela integração ao ensino politécnico e ao grau de bacharelato perpassa pela lógica de segurança institucional-econômica advinda dos altos custos e incertezas com o ensino particular. Entretanto, de acordo com Negreiros (1991), a Associação de Estudantes realizou eleições em que a lista que optou pela licenciatura foi vencedora e também se preconizou a necessidade de alterações na direção desta escola.

No entanto, conforme Negreiros (1991), após a publicação das Portarias dos Institutos de Lisboa e Porto, em setembro de 1989, o Instituto de Coimbra se mobilizou para também obter o grau de licenciatura, sendo consolidado em 15 de janeiro de 1990 pela Portaria n.º 19/90.

Em resumo deste cenário, podemos afirmar, conforme Negreiros (2005), que as principais lutas no espaço acadêmico foram:

O movimento para a integração dos Institutos Superiores de Serviço Social (ISSSL) de Lisboa, Porto e Coimbra, nas universidades públicas iniciado em 1974 e estendido até 1984; o movimento para a obtenção do grau acadêmico de Licenciatura aos cursos superiores de Serviço Social ministrados nos Institutos de Lisboa e Porto, nascido em 1985 e prolongado até 1989; o processo para credenciamento do grau de Mestre em Serviço Social nos Institutos de Lisboa e Porto, de 1993 a 1995 (NEGREIROS, 2005, p. 31).

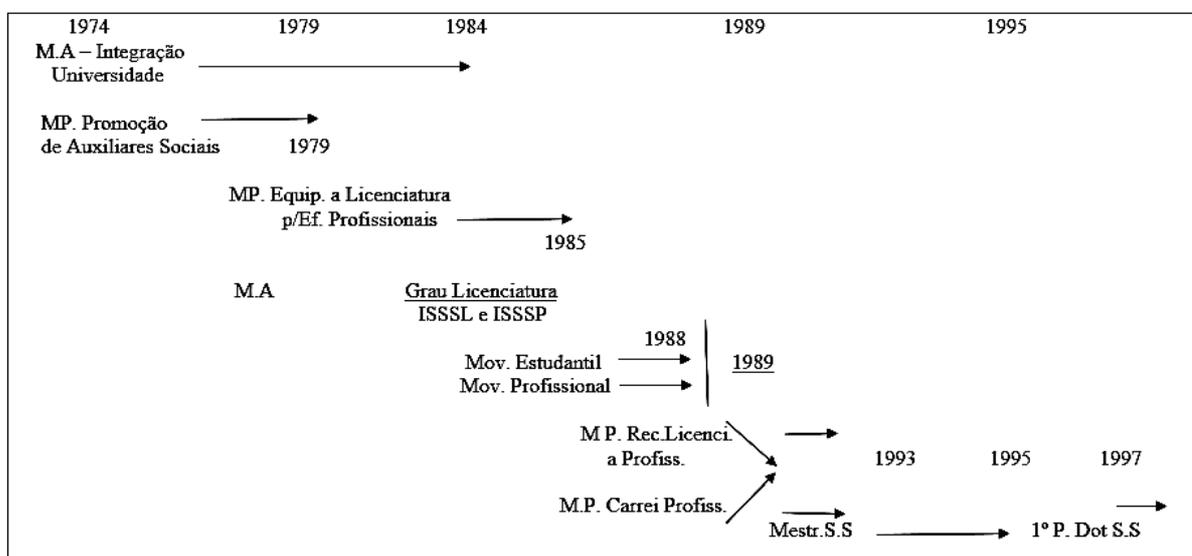
Negreiros (2005) também nos informa os movimentos desencadeados no terreno profissional, a saber:

O movimento das auxiliares sociais para promoção a assistentes sociais, de 1974 a 1978; o movimento dos assistentes sociais para obtenção da

equiparação à Licenciatura para efeitos profissionais, de 1979 a 1984; a mobilização para o reconhecimento (retroativo) do grau de licenciatura aos assistentes sociais já formados, de 1989 a 1990; o movimento para a criação de “nova” carreira profissional de Serviço Social compatível com o reconhecimento do Grau de Licenciatura, de 1990 a 1991 (NEGREIROS, 2005, p. 31).

Ainda conforme Negreiros (2005), consideramos importante realizar a exemplificação da linha cronológica dos principais processos de mobilização do corpo acadêmico e dos profissionais, como a seguir:

Imagem 4 – Serviço Social: movimentos acadêmicos e profissionais



Fonte: NEGREIROS (2005, p. 32)

Parece-nos importante também destacar, que lutas no seio da profissão foram lutas duradouras que se mantiveram ao longo de dois, cinco e, até mesmo, 10 anos. Algumas movimentações se desencadearam de forma autônoma, outras, possuíam articulações entre si, outras, emergiram com bases nos objetivos conquistados por movimentos anteriores, no entanto, tinham o âmbito nacional como caráter comum. Outro ponto importante, perante as movimentações, é o embate direto com o Estado. Este, por sua vez, era tido como o “opositor” e “adversário” (NEGREIROS, 2005, p. 37).

Podemos considerar que a luta pela conquista do grau de licenciatura do Serviço Social português foi algo longo e desgastante perante o Ministério da Educação. Diante de tamanha luta o que encontramos é o fenômeno da persistência e da perseverança dos profissionais e das entidades organizativas para promover a profissão a conquistar seu reconhecimento acadêmico

e profissional. Cabe demarcar, como explicitado por Negreiros (2005), a participação das estruturas organizativas perante os movimentos de luta pela profissão, vejamos:

Imagem 5 – Constituição das estruturas organizativas de liderança dos movimentos

Organizações Representadas	ISSSL	ISSSP	ISSSC	ASS Estudant. ISSSL	ASS Estudant. ISSSP	Sindicato de S.S.	APSS	Sindicato Função Pública	Sindicato Quadros Técnicos do Estado	Sindicato Trabalhadores Administração Local	Instituiç. Grandes Empregadores	
Movimentos/Processo												
Integração Universidades	X	X	X									
P Prom. Auxiliares sociais		Grupo ad-hoc com base no corpo dos profissionais										
Processo Jurídico							X					
Equiparação Licenciatura para efeitos profissionais						X	X				IFAS IARN MEC SAÚDE PREVIDÊNCIA	
Luta grau Licenciatura para ISSSL e ISSSP	X	X		X	X	X	X					
Equivalência grau de Licenciatura a profissionais						X	X	X	X	X		
Reestruturação carreiras profissionais						X	X	X	X	X		
Mestrado em Serviço Social	X	X										
I Programa de Doutorado em S.S.	X e PUC-SP											

Fonte: NEGREIROS (2005, p. 52).

Ante o exposto, é importante realçarmos que os profissionais do Serviço Social tinham sede pela qualificação no que tange o desenvolvimento da investigação social para responderem às necessidades da classe trabalhadora de forma qualificada e coerente, pois aquele discurso tradicional-conservador não estava sendo capaz de sanar as inquietações da classe trabalhadora neste momento. Contudo, os profissionais se viram desapropriados de seus aportes teóricos a partir de 1974 devido às exigências do novo mercado de trabalho, do crescimento da demanda por novos profissionais de Serviço Social e das posturas políticas da classe trabalhadora a partir do processo revolucionário. Assim, o fortalecimento da profissão com o campo das Ciências Sociais foi tão necessário.

Dessa forma, podemos apontar que, entre os anos de 1980 a 1990, como explicitado por Santos e Martins (2016), foi permitido um salto importante para o Serviço Social, através do reconhecimento de seu grau de licenciatura e, por conseguinte, os saltos a níveis de pós-graduação. Assim sendo, Branco (2009) também reafirma que:

[...] Deve ainda destacar-se, neste período, o processo desencadeado pelas escolas de Serviço Social no sentido do reconhecimento do grau de

licenciatura e da integração da formação em Serviço Social na Universidade pública, dinâmica que marcou de forma indelével o processo de desenvolvimento acadêmico e profissional do Serviço Social em Portugal. Este movimento, que associou a nível nacional, escolas e organizações profissionais, profissionais e estudantes, na mais significativa dinâmica acadêmico-profissional do Serviço Social em Portugal [...] culminou com o reconhecimento do grau de licenciatura em setembro de 1989, e a consagração da carreira específica de Serviço Social na administração pública em 1990 (BRANCO, 2009, p. 64).

Como explicitado por Negreiros (2005, p. 58), o contexto sociopolítico pós-revolucionário exerceu uma forte influência para que ocorressem as transformações acadêmicas e profissionais do Serviço Social. A autora denomina este processo de “*refundação*” da profissão<sup>37</sup>. O Serviço Social deixou de ser uma profissão tutelada para construir a sua autonomia, sua posição, seu campo de saber na sociedade portuguesa. A profissão deixou explícito o rompimento de forma coletiva com a concepção de profissão ligada à relação de “missão”, “vocação” e “neutralidade”, para a defesa de um profissional apto e respaldado para o mercado de trabalho.

De acordo com Mendonça (2018), a partir dos anos de 1990, organizações também foram surgindo, dentre elas cabe destacar: a Associação de Investigação e Debate em Serviço Social (1992) e o Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (1993)<sup>38</sup>. Ambos os organismos foram criados como forma de amparar o Serviço Social diante do seu exercício profissional e no processo de formação acadêmica.

Estamos perante um processo de intensos conflitos que perdurou por mais de duas décadas no âmbito do Serviço Social. Cabe salientar, que a trajetória da profissão, principalmente no que se refere ao terreno político-organizativo, não se desenrolou de forma linear e homogênea, pelo contrário, foi acompanhando o jogo das relações sociais, tendo rebatimentos positivos e negativos conforme a trama de interesses que cercava a sociedade.

Por essa razão, é importante ressaltarmos, também, alguns dos instrumentos jurídicos que regularizaram e concretizaram as aquisições do Serviço Social nesse período. Para tal, apropriamo-nos do exposto por Negreiros (2005). Vejamos na Imagem 6, a seguir:

#### Imagem 6 – Aquisições Jurídicas

<sup>37</sup>Ver mais em: Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal II, organizado por Ursula M. Karsch, Editora PUC-SP/ EDUC, 2005.

<sup>38</sup> Conforme Barata (1995, p. 33), é preciso destacarmos a importância do CPIHTS para o Serviço Social Português, no que tange ao desenvolvimento da produção de conhecimentos, à promoção de encontros científicos em Serviço Social, entre outras muitas atividades. O ritmo de trabalho desempenhado permitiria recuperar a “lacuna do tempo passado”.

Ano	Instrumento Jurídico	Conteúdos
1978	Homologação pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, em 29 de maio de 1978, da proposta, apresentada pelos Conselhos Diretores (ISSSL, ISSSP, ISSSC), que, cria um curso específico de Serviço Social.	Criação e estruturação curricular de um curso específico de Serviço Social/ Plano de Estudos Unificado (PEU), destinado a ser frequentado pelas <i>auxiliares sociais</i> para obterem o diploma de assistentes sociais.
1989	- Portaria n. 793/1989 de 8 de setembro - Portaria n. 796/1989 de 9 de setembro	- Reconhece a Licenciatura em Serviço Social no ISSSL. - Reconhece a Licenciatura em Serviço Social no ISSSP.
1990	- Portaria n. 15/1990 de 9 de janeiro - Portaria n. 370/1990 de 12 de maio - Portaria n. 1.144/1990 de 20 de novembro	- Reconhece a Licenciatura em Serviço Social no ISSSC. - Reconhece retroativamente a Licenciatura aos Assistentes Sociais - Reconhece retroativamente a Licenciatura aos Assistentes Sociais
1991	- Decreto-lei n. 296/1991 de 16 de agosto	- Cria a estrutura a <i>carreira técnica superior de Serviço Social</i> na administração pública e estabelece os aspectos normativos para a transição.
1995	- Portaria n. 182/1995 de 6 de março - Portaria n. 181/1995 de 6 de março	- Reconhece o Mestrado em Serviço Social no ISSSL. - Reconhece o Mestrado em Serviço Social no ISSSP.

Fonte: NEGREIROS (2005, p. 57).

Em suma, as mudanças operadas no seio da categoria profissional foram possíveis devido à articulação de diversos atores, sejam eles: os profissionais do Serviço Social, os estudantes, as entidades organizativas, as instituições de ensino, as diferentes categorias profissionais, os docentes da área, entre outros. Houve, de fato, uma rede em prol da conquista de uma profissão capaz de se posicionar de forma crítica, sendo reconhecida, normatizada, laica, investigativa e ativa perante o movimento da realidade social.

### 3.4 A DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS: CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM COM A REALIDADE

O Serviço Social, como descrito por Iamamoto (2013), só pode ser compreendido a partir da sua inserção na sociedade, uma vez que a profissão dispõe de um caráter contraditório imbricado no âmbito das relações sociais capitalistas na e a partir da divisão do trabalho. Neste foco, é possível afirmarmos que o Serviço Social sofre e também emprega interferências na dinâmica da realidade, o que atribui um sentido histórico à própria profissão.

Cabe ressaltar, conforme Netto (1993, p. 54), que o Serviço Social, historicamente, marcou-se por sua vinculação ao pensamento e às práticas liberal-conservadoras. Como explicitado, a institucionalização do Serviço Social na Europa Ocidental e nas Américas foi um processo de “dupla face”: de um lado, demonstra por parte da elite política e religiosa a intenção

de vigiar e controlar a chamada “classes perigosas”; de outro lado, marcou a efetivação de novos direitos que a classe subalterna vinha buscando através de suas lutas e combates.

Ao abordar sobre os anos de 1960, Netto (1993) explicita que este período assinala, na nossa cultura, um verdadeiro terremoto que, por consequência, afetou “medularmente” o Serviço Social, como segue:

Os anos de 1960 foram, também para a profissão a década do terremoto, para retomar uma bela fórmula de Marx, o que parecia sólido desmanchou-se no ar valores, normas, técnicas e comportamentos profissionais – tudo foi posto em questão. A própria legitimidade do Serviço Social foi colocada em xeque (NETTO, 1993, p. 54).

Podemos destacar que os anos subsequentes foram permeados por certa acalmia e no interior da profissão assistimos um nítido cenário de recomposição, mas não de restauração, tal como explicitado por Netto (1993, p. 55):

Era impossível: na América Anglo-Saxônica, estavam dadas as pré-condições para o que veio a chamar-se ‘Serviço Social Radical’; na América Latina, o Movimento de Reconceituação não fora uma falsa promessa; e mesmo na Europa Ocidental, onde a hipoteca estatal – clerical sobre a profissão era muito ponderável, a erosão do passado era incontrolável.

Conforme Iamamoto (2014), percebemos que os assistentes sociais não ficaram alheios às conjunturas históricas de seus países, ao contrário, participaram ativamente dos processos de lutas em favor e pela liberdade do povo. Diante do fato, com a vivência dos processos democráticos, grandes passos foram dados na realidade da profissão de ambos os países aqui estudados – Brasil e Portugal. Passos esses, segundo Iamamoto (2004), que possibilitaram acumular forças na construção de novas formas de pensar e fazer o Serviço Social. Podemos destacar que foram muitos os esforços no combate ao tradicionalismo profissional, com o intuito de adequar criticamente a profissão perante as novas exigências do seu tempo.

A busca por legitimidade, por aprofundamento teórico e por uma prática renovada são frutos de um movimento crescente no interior da categoria profissional, por estarem cotidianamente confrontados com uma política econômica desfavorável aos setores populares. Como descrito por Iamamoto (2013), o Serviço Social passou a ter sede de fundamentos científicos capazes de orientar a sua atuação, para tal, mudanças na formação profissional foram se gestando como forma de fomentar essa bagagem.

Nas palavras de Iamamoto (2014), o conhecimento é indissociável do trabalho especializado, porque precisa ser considerado um meio de trabalho, sem tal visão, não há efetividade na ação, como afirma a autora:

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nesta perspectiva, o conjunto de conhecimento e habilidades adquiridas pelo assistente social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho (IAMAMOTO, 2014, p. 63).

Consideramos importante destacar que a dimensão teórico-metodológica descolada da história, do engajamento político e da base técnico-operativa não é suficiente para a construção de novas formas ao exercício profissional. Conforme Iamamoto (2014), às dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo são fundamentais e se complementam, mas uma vez isoladas entre si, configuram-se como limite à própria profissão.

Como enfatizamos, o domínio teórico-metodológico se sustenta e se frutifica ao estar conectado no âmbito das relações sociais. Para tanto, exige do assistente social um atento acompanhamento e pesquisa da realidade que o cerca, como forma de promover/elaborar alternativas que sejam capazes de transformar o exercício profissional, como afirma Iamamoto (2014, p. 273):

Apropriação do acervo teórico-metodológico legado pelas ciências sociais e humanas e pela teoria social crítica, como pressuposto para iluminar a leitura da realidade, afigura-se como requisito indispensável, mas insuficiente. A dinamicidade dos processos históricos requer a permanente pesquisa de suas expressões concretas informando a elaboração de propostas de trabalho que sejam factíveis, isto é, capazes de impulsionar a realização das mudanças pretendidas. Em outros termos, o domínio teórico-metodológico só se atualiza e adquire eficácia quando aliado à pesquisa da realidade, isto é, dos fenômenos históricos particulares que são objetos do conhecimento e da ação do assistente social.

Como vimos, a dimensão teórico-metodológica nos fornece o modo de ler a sociedade e também o modo de ler a profissão inserida nessa sociedade. Segundo Iamamoto (2014, p. 73) a pesquisa possui um importante papel no fortalecimento dos laços entre a formação e a realidade social, como forma de “soldagem das dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativa do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes ético-políticos”.

Netto (1993) descreve que os assistentes sociais devem estar preparados politicamente para analisarem conjunturas, identificar as correlações de forças e fomentar alianças profissionais e sociais. Ademais, faz a ressalva de que o assistente social politicamente ingênuo não conseguirá transformar os limites institucionais em suportes de ação profissional. O que

acabará tencionando sua ação para o voluntariado – que levará à marginalização –, ou para a rotina burocrática da profissão. Para tanto, a qualificação poderá abrir-lhe o campo da criatividade, que supera o messianismo e o conformismo.

Outro ponto importante é o campo da intervenção. Segundo Netto (1993) não há possibilidade de um Serviço Social sem intervenção, já que este é o traço constitutivo da profissão em sua dimensão prático-operativa. No entanto, o papel do assistente social não pode se resumir na intervenção. É preciso articular a intervenção com a produção de conhecimento, no intuito de transformar o assistente social em um intelectual no sentido mais forte do termo. Nesse sentido, Netto (1993, p. 56) salienta:

Sejamos inequívocos: não se trata de competir com os sociólogos, os psicólogos sociais, os antropólogos, etc. Trata-se de garantir uma prática profissional não através do corporativismo e particularismo excludentes, mas mediante uma visão que, multidisciplinar, se legitime pela sua eficácia. Nunca faremos do Serviço Social uma teoria ou uma ciência, até porque este não deve ser um estatuto, mas devemos revigorar sua natureza profissional acentuando a sua particularidade – uma intervenção cujos parâmetros são encontrados nas ciências sociais e cujo desempenho aporta esses novos problemas, novos materiais, e eventualmente, novas soluções.

Neste sentido, como continuidade deste trabalho, consideramos importante identificar, na próxima seção, a trajetória/interpretação da dimensão teórico-metodológica no âmbito da formação profissional do Serviço Social português no cenário histórico de 1974 a 1995.

### **3.4.1 *Revista Intervenção Social*: instrumento de debate, encontro e informação**

O fato de nos debruçarmos sobre as publicações da *Revista Intervenção Social* nos permite enriquecer a discussão, o conhecimento e as perspectivas do Serviço Social Português. A referida revista foi criada em 1985, no marco histórico no cinquentenário do ISSSL. Surgiu como forma de promover o diálogo e dar visibilidade às publicações científicas, principalmente no âmbito do Serviço Social e áreas afins.

Negreiros (1985), – que foi a responsável pelas primeiras 12 edições da *Revista Intervenção Social*<sup>39</sup> –, descreve no primeiro editorial que a produção teórica estava em uma fase inicial em Portugal e o objetivo desse instrumento era reforçar e desenvolver o campo da

---

<sup>39</sup>Documentos eletrônicos disponíveis online em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is>. Acesso em: 30 ago. 2021.

investigação social, com a possibilidade de promover uma nova ação profissional e, por sua vez, a análise crítica desta ação.

A revista, que pode ser encontrada disponível virtualmente em meios digitais, como mencionamos acima, conta atualmente com mais de 50 edições. Sua unidade temática abrange interesses de cunho profissional, acadêmico e social, definidos por conselho científico. Além disso, cabe acrescentar que os trabalhos podem ser publicados em português, espanhol, francês e/ou inglês.

Como forma de abarcar o lapso temporal deste estudo (1974-1995) definimos, como *corpus* de análise, uma amostra das publicações da *Revista Intervenção Social* nesse período. Ressaltamos que a revista foi criada no ano de 1985 e, até o ano de 1995, identificamos um total de 12 edições para serem analisadas. Cada edição contém publicações de formatos e conteúdos variados, assim, foram feitos dois movimentos:

1 – Seleção das publicações (artigos, pareceres, planos de estudos e dossiês) contidas em cada edição da *Revista Intervenção Social*, de relevância e dentro do escopo do nosso tema: publicações relacionadas ao Serviço Social como profissão; produções sobre o aspecto político organizativo e/ou teórico metodológico da profissão no período de 1974 a 1995; e identificação da participação de autores brasileiros em publicações ou nas referências bibliográficas contidas nas produções da referida revista.

2 – Aplicação de um Roteiro de Leitura, sob a forma de questionário, contendo quatro questões exploratórias para orientação da nossa investigação, as quais buscamos responder durante a análise de cada texto. A seguir, no quadro 2, apresentamos nossa ferramenta de pesquisa:

Quadro 2 – Protocolo de questões exploratórias para análise das revistas

a)	Qual a concepção da profissão presente na publicação?
b)	Qual a principal fundamentação teórica utilizada?
c)	Traz a concepção político-organizativa?
d)	Possui referenciais bibliográficos?

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dessa forma, a finalidade desse roteiro foi mapear os profissionais do Serviço Social português que exerceram influência naquele período; identificar as concepções de profissão e as perspectivas político-organizativa e teórico-metodológica presentes nas publicações, bem

como os possíveis vínculos com o Serviço Social brasileiro. Durante a análise das publicações, encontramos diversas ocorrências relevantes. Contudo, dada à limitação deste trabalho, selecionaremos apenas exemplos dentro do lapso temporal estipulado para este estudo, bem como referentes à temática sobre a qual estamos nos ocupando, na tentativa de responder às questões propostas no Roteiro de Leitura.

Antes de entrarmos na exposição da análise desse material, cabe destacar que, para o desenvolvimento deste estudo, também seria feita uma amostra intencional das dissertações e teses oriundas do Protocolo de Intercâmbio entre o ISSSL e a PUC-SP, por acreditarmos que este se constitui como um importante campo de pesquisa da interação acadêmica entre Brasil e Portugal. No entanto, para conseguirmos o acesso às dissertações e teses, seria necessário realizarmos uma pesquisa de campo na Biblioteca da PUC-SP (Campus Perdizes), uma vez que as produções ainda não se encontram disponíveis em seus repositórios e também não se encontram no banco de teses da CAPES, via internet, devido ao ano de publicação. Com o cenário de pandemia da COVID-19, as estruturas universitárias encontram-se fechadas, o que impossibilitou, por razões sanitárias, a visita a este espaço que contém as dissertações e teses. Entretanto, defendemos que não se exclui a necessidade de, em investigações futuras e com as devidas cautelas, aprofundarmos neste rico e vasto material de análise.

Diante disso, vale ressaltar que foi possível coletarmos na *Revista Intervenção Social* informações com boa verossimilhança, capazes de nos fornecerem um amplo conhecimento em continuidade com a temática proposta.

Como explicitado, no período entre 1985 (ano de criação da Revista) e 1995 (data final do lapso temporal deste estudo), temos um total de 12 edições. Cada edição traz de 5 a 20 títulos publicados – o que totalizou 93 produções. Cabe destacar que algumas edições foram publicadas de forma conjunta e que não houve edições em todos os anos, de forma consecutiva, como apontado no quadro 1, abaixo:

Quadro 3 – Edições da *Revista Intervenção Social*

<b>EDIÇÃO</b>	<b>ANO</b>	<b>TOTAL DE PUBLICAÇÕES</b>
1º	1985	10
2º/3º	1985	14
4º	1986	5
5º/6º	1991	20
7º	1993	6
8º	1993	5

9º	1994	9
10º	1994	5
11º/12º	1995	19

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Neste bojo de 93 publicações gerais, com a aplicação dos critérios acima mencionados, identificamos 34 produções para apreciação de nosso tema. As obras, ordenadas cronologicamente, serão nomeadas no presente trabalho sob a forma P (publicação) e o número sequencial (P1, P2, etc.). No quadro 2, abaixo, consta a bibliografia analisada correspondente aos anos de 1985 a 1995.

Quadro 4 – 34 publicações analisadas

Obra	Autor (es)	Título	Ed.	Ano	Referências
P1	BRANCO, F.J.N.; PORTA, M.; SÁ, O.; SÁ, T.; BAPTISTA, M.R.; LOFF, P.	Ópticas sectoriais de intervenção social em comunidades urbanas.	1ª	1985	Não
P2	ARAÚJO, F.; CAIADO, N.	Para uma reflexão sobre a prática profissional dos jovens assistentes sociais.	1ª	1985	Não
P3	GRIMNONPREZ, P.	Lilie: Alma – Jacquest estratégias populares.	1ª	1985	Não
P4	BAREL, Y.	O que está em jogo no trabalho social.	2ª/3ª	1985	Não
P5	BRANCO, F.J.N.	Estágios do I.S.S.S. no ano lectivo 1984/85: levantamento e elementos de caracterização.	2ª/3ª	1985	Não
P6	FERREIRA, D.R.	A importância dos estágios na formação em Serviço Social: o caso concreto dos estágios do sector trabalho no ISSS. Algumas reflexões.	2ª/3ª	1985	Não
P7	BRANCO, F.J.N.; PORTAS, M.; SÁ, O.; SÁ, T.	O ponto de vista institucional sobre o valor dos estágios.	2ª/3ª	1985	Não
P8	FERNANDES, E.	Evolução da formação dos assistentes sociais no Instituto de Lisboa.	2ª/3ª	1985	Não

P9	FERNANDES, E.	Elementos para uma cronologia do Serviço Social em Portugal.	2 <sup>a</sup> /3 <sup>a</sup>	1985	Não
P10	NEGREIROS, M.A.G.	Alguns apontamentos para a compreensão do ensino ministrado no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra.	2 <sup>a</sup> /3 <sup>a</sup>	1985	Não
P11	NEGREIROS, M.A.G.	Instituto Superior de Serviço Social do Porto: evolução histórica.	2 <sup>a</sup> /3 <sup>a</sup>	1985	Não
P12	NEGREIROS, M.A.G.	Uma profissão e sua história na cidade do Porto.	2 <sup>a</sup> /3 <sup>a</sup>	1985	Não
P13	BAPTISTA, M.V.	Novas perspectivas da participação na acção do Serviço Social.	4 <sup>a</sup>	1986	Sim
P14	Sem autor	Plano de estudos dos cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social.	4 <sup>a</sup>	1986	Não
P15	MONTEIRO, A.; RODRIGUES, M.F.P.; NUNES, M.H.V.	As práticas dos assistentes sociais num serviço de assistência pública.	5 <sup>a</sup> /6 <sup>a</sup>	1991	Sim
P16	NEGREIROS, M.A.G.	Licenciatura em Serviço Social: principais elementos de um processo.	5 <sup>a</sup> /6 <sup>a</sup>	1991	Não
P17	NEGREIROS, M.A.G.; RODRIGUES, M.F.P.; MOZZICAFREDDO, J.	<i>Memorandum</i> Tema: 1- Processo de reconhecimento e atribuição do grau académico de licenciatura; 2- A formação em Serviço Social; 3- Organização curricular; 4- Carga horária; 5- Organização académica; 6 Corpo docente; 7- Curso de Mestrado em Serviço Social.	5 <sup>a</sup> /6 <sup>a</sup>	1991	Não
P18	NEGREIROS, M.A.G.	Plano de estudos do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa	5 <sup>a</sup> /6 <sup>a</sup>	1991	Não
P19	NEGREIROS, M.A.G.	Plano de estudos do Instituto Superior de Serviço Social do Porto.	5 <sup>a</sup> /6 <sup>a</sup>	1991	Não
P20	NEGREIROS, M.A.G.	Plano de estudos do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra.	5 <sup>a</sup> /6 <sup>a</sup>	1991	Não

P21	NEGREIROS, M.A.G.; FERREIRA, D.R.; GÓIS, J.	Entrega solene dos primeiros diplomas da Licenciatura de Serviço Social.	5ª /6ª	1991	Não
P22	ANDRADE, M.	Serviço Social, habitação e autarquias: movimento e liames da prática e da teoria.	7ª	1993	Sim
P23	FERREIRA, D.R.	Que formação em Serviço Social para os anos 90.	7ª	1993	Sim
P24	NETTO, J.P.	O Serviço Social hoje.	7ª	1993	Não
P25	BRANCO, F.J.N.	Crise do estado providência, universalidade e cidadania: um programa de investigação e acção para o Serviço Social.	8ª	1993	Sim
P26	FERREIRA, J.M. L	A prática profissional do Assistente Social numa intervenção não directiva.	8ª	1993	Sim
P27	FALEIROS, V.P.	Serviço Social: trajectórias e estratégias.	9ª	1994	Não
P28	COUTO, B.	Doentes crónicos e espaço profissional do assistente social.	9ª	1994	Sim
P29	ROBERTIS, C.	Le contrat em travail social fondements ethiques et operationnalite.	9ª	1994	Sim
P30	QUEIROZ, M.J.O.V.; CORNEJO, B.A.H.	O trabalho social... da organização para o movimento: o caso da experiência CERCI.	10ª	1994	Sim
P31	NEGREIROS, M.A.G; CHITAS, H.; NETTO, J.P.; MIRANDA, B.	Sessão de lançamento do livro: As representações sociais da profissão de Serviço Social - Uma análise empírica em contexto autárquico, de Maria Augusta Geraldês Negreiros.	10ª	1994	Não
P32	NEGREIROS, M.A.G.	As representações sociais da profissão de Serviço Social.	11ª/1 2ª	1995	Não
P33	NUNES, M.H.V.	A prática de assistentes sociais: uma conversa heurística.	11ª/1 2ª	1995	Não
P34	SPOSATI, A.O.	Comentário à comunicação sobre o tema: a prática dos assistentes sociais: uma conversa heurística.	11ª/1 2ª	1995	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De antemão, de acordo com o quadro 4, apresentado acima, podemos observar que dentre as 34 publicações descritas, somente 9 trazem referências bibliográficas. Por tal razão, foi preciso nos debruçarmos sobre as fontes surgidas ao longo dos textos e/ou explicitadas em nota de rodapé.

Ao fazermos a seleção destes materiais, detectamos a notória preocupação da *Revista Intervenção Social* em estabelecer diálogos com o Serviço Social de outros países. Destacamos, sobretudo, a presença de publicações de autores franceses, norte-americanos, ingleses e brasileiros, os quais, trouxeram abordagens sobre diferentes momentos históricos e sobre variadas temáticas no campo da profissão. Além disso, a revista contém, majoritariamente, trabalhos de autores portugueses. Nas edições analisadas há variados formatos de publicações, tais como: decretos, protocolos, legislações e plano de estudos dos cursos, como forma de complementar a temática trabalhada.

Dando continuidade à nossa discussão, a partir de agora nos centraremos nas 34 produções descritas. Optamos por não separar a análise por publicações, tendo em vista que, em relação ao nosso objeto de investigação, elas não apresentariam distinções relevantes que merecessem exposição individual. Assim, as análises abrangerão todas as publicações, de forma diluída no texto.

De modo geral, ao realizarmos a observação minuciosa dos materiais, através da aplicação do roteiro de leitura, foi possível compreendermos o que estava em evidência/debate nas produções diante do período de 1974 a 1995, vejamos, com base nas publicações selecionadas:

Quadro 5 – Temáticas presentes na *Revista Intervenção Social*

<b>Tema</b>	<b>Frequência</b>
Prática profissional	7
Diálogo com outros países	6
Formação acadêmica	6
Leis, decretos e Planos de Estudos	5
Outros temas	5
Estágios	3
Organização profissional	2

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Cabe apontarmos que, no que tange aos autores utilizados dentro da amplitude das referências bibliográficas, notamos que nove nomes de teóricos portugueses apareceram em maior escala, seja no corpo do texto, em nota de rodapé e/ou ao final do trabalho, como listamos, em ordem alfabética, no quadro 6, abaixo:

Quadro 6 – Autores portugueses frequentes nas fontes bibliográficas

1	Alcina Martins
2	Alcina Monteiro
3	Alfredo Henriquez C. Bernardo
4	Dinah dos Reis Ferreira
5	Ernesto Fernandes
6	Fernanda Rodrigues
7	Francisco José do Nascimento Branco
8	Maria Augusta Geraldês Negreiros
9	Marília Andrade

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Outro ponto importante encontrado nos materiais da *Revista Intervenção Social* analisados é a presença de autores do Serviço Social brasileiro nos referenciais bibliográficos dos trabalhos, sendo seis principais nomes, como apresentamos ordenados alfabeticamente no quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Autores brasileiros frequentes nas fontes bibliográficas

1	Aldaíza Oliveira Sposati
2	José Paulo Netto
3	Maria do Carmo Falcão
4	Marilda Vilela de Yamamoto
5	Myrian Veras Baptista
6	Vicente de Paula Faleiros

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Podemos considerar que a identificação desses autores<sup>40</sup> se faz importante como uma forma de mapearmos os profissionais brasileiros que exerceram influências no interior do Serviço Social português, além de delinear os traços do que estava sendo discutido no período e os vínculos com a profissão no Brasil.

Não obstante, denotamos, diante dos materiais selecionados, a preocupação dos autores em compreenderem a profissão após 1974. Inclusive, podemos afirmar que a partir deste período compreendemos que se rompeu o chão sobre o qual a profissão se apoiou por muitos tempos, o que exigiu dos profissionais uma nova postura diante do novo.

Em consonância, a P2, a P3 e a P8 nos informam que, em seu surgimento, a profissão estava vinculada a um caráter de regulador social e, após as mudanças societárias, principalmente com a vivência da Revolução de 1974, o Serviço Social se afirmou no campo das ciências sociais. Além disso, também descrevem, a necessidade de a academia, juntamente com os estudantes e com os profissionais, estar sempre em conexão para terem posicionamentos coerentes com a realidade.

Tais publicações nos demonstram a preocupação de que a profissão possa fazer a ultrapassagem da dimensão tecnicista. No entanto, podemos destacar também, que algumas limitações/barreiras para a virada crítica da profissão surgem no cotidiano de trabalho do assistente social, que exige uma atenta reflexão dos interesses em jogo.

Ao nos perguntarmos: limitações? E o contexto revolucionário? Cabe lembrar que as mudanças no interior da profissão são movimentos de uma categoria heterogênea que, por sua vez, ganhou cada vez mais adeptos com a vivência do 25 de abril de 1974, mas havia profissionais inseguros, com receio do que se apresentava. Além disso, como trabalhado na P2, na P7 e na P13, os assistentes sociais também apontaram a burocracia como um mal que se propaga por todos os setores de trabalho – departamentos, serviços, chefias –, a profissão passava por mudanças, mas as instituições que os empregavam continuavam as mesmas.

Conforme explicitado no primeiro capítulo deste estudo, podemos acreditar que a revolução propiciou uma série de mudanças na sociedade portuguesa através do alcance da democracia. No entanto, após o período revolucionário, devido ao temor de uma sociedade socialista, também foram muitas as dificuldades postas pelo capitalismo central. Dessa forma, consideramos necessário realçar que a sociedade portuguesa não retrocedeu a fim de perder a

---

<sup>40</sup>Esta análise não se encontra esgotada. Acreditamos que é possível haver, em outros estudos, diferentes profissionais-chaves, no entanto, como forma de direcionarmos o presente debate, nos centraremos nas informações coletadas no âmbito da *Revista Intervenção Social* no período de 1974 a 1995.

liberdade do povo, mas também passou por certa acalmia devido ao cenário de conciliações com o mercado internacional.

Assim, conforme a P2, alguns determinantes para a profissão foram apontados a nível micro e macro, são eles os principais:

A nível micro – resistência à mudança de status e papel/ruptura com o passado; insegurança do abstrato ao concreto, da teoria à prática; procura de identidade profissional; A nível macro – modelo econômico de crescimento que favorece e fomenta a competição agressiva e o individualismo; incerteza – emprego transitório – (subemprego, tarefa ou contratos a prazo) e instabilidade; degradação das instituições decorrente da falta de planejamento e desorganização dos setores públicos e privado (ARAÚJO; CAIADO, 1985, p. 123-124).

Dessa forma, ao partirmos do roteiro de leitura, na busca por identificarmos a concepção de profissão presente nos materiais, fez-se notória a compreensão do Serviço Social como uma profissão inserida na realidade e a existência de entraves diante de sua ação. Como trazido pela P2 “[...] que a instituição X tem efetivamente uma proposta [...], mas que esta proposta nem sempre responde às solicitações e necessidade dos utentes” (ARAÚJO; CAIADO, 1985, p. 21). Podemos destacar, como demonstrado por essa assertiva, a percepção de que a profissão se encontra em meio a polos antagônicos.

Os textos P2, P22, P25 e P29 também nos informam que a ausência de uma política social integrada e coerente oferece limites e agrava as condições de trabalho dos profissionais do Serviço Social. Além disso, foi apontada a preocupação do Serviço Social de ser uma profissão reconhecida, de encontrar o seu lugar diante da esfera de trabalho, com isso, algumas potencialidades sobre a prática profissional foram descritas, como forma de superar as dificuldades e se desvencilhar da manipulação tecnocrática da realidade, a exemplo:

Estabelecer boas relações e relações de igualdade com os colegas de profissão; procurar determinar o espaço profissional do assistente social face a outras profissões e a estratégia global da instituição/clarificar a metodologia profissional de intervenção social; formação contínua; direito a diferença, procurar criar dependências interdisciplinares de modo a promover uma abertura a complexidade da realidade e incentivar o trabalho em equipe (ARAÚJO; CAIADO, 1985, p. 124).

Cabe realçar, que neste primeiro momento após Abril de 1974, a profissão teve uma grande preocupação com o agir profissional, o que a fez buscar novos aportes para entender a sua inserção e trabalho diante da nova realidade. Em seguida, como uma segunda fase, temos um momento mais voltado para o campo da formação acadêmica, maior aproximação com o

campo das ciências sociais, além da luta assídua, com engajamento de profissionais, estudantes, professores, associações e sindicatos, para a conquista do grau de licenciatura.

Seguindo com nosso estudo, podemos considerar que a sede pela compreensão da realidade se fazia presente nos materiais analisados como forma de amparar o trabalho profissional do Serviço Social. Dessa maneira, a exemplo, na P7 foi descrita a importância dos estágios como um instrumento que permitisse a reflexão-ação dos estudantes diante da realidade. Vejamos:

Se pretendermos profissionais capazes de intervir na realidade social de forma construtiva, teremos de lhes facultar o contato com essa realidade e o exercício supervisionado dos conhecimentos e técnicas que a Escola lhes deu [...]. O estudo permanente da realidade social em todas as suas vertentes, permite a adequação dos conhecimentos teóricos à definição de uma atuação específica. Por sua vez, a análise constante dos efeitos da ação, com utilização de instrumentos de controle da mesma, possibilita um enriquecimento dos conhecimentos adquiridos. Então, a relação dialética teoria-prática será uma realidade, permitindo ao técnico um avanço simultâneo no saber e no agir (BRANCO *et al*, 1985, p. 70-72).

Cabe destacar, que a P16, a P17 e a P23 apontaram para a necessidade da qualificação acadêmico-científica da profissão, uma vez que a sociedade portuguesa passava por profundas transformações e, por conseguinte, também a profissão de Serviço Social diante dessa realidade.

Dessa forma, fomentar o campo da investigação social se tornou algo importante para estabelecer vínculos entre a academia e a realidade social. Vejamos, conforme a P17:

O desenvolvimento teórico-metodológico da área de Serviço Social e a necessidade de fomentar a investigação e a produção de conhecimentos a partir da intervenção na realidade social portuguesa. Assegurar uma formação científica e técnica, necessárias ao desenvolvimento da capacidade de concepção e análise que possibilite a compreensão da sociedade atual e da complexidade dos seus problemas sociais (NEGREIROS *et al*, 1991, p. 113).

Como forma de avançarmos nesse campo investigativo, podemos considerar a importância do estabelecimento do Protocolo de Intercâmbio entre o ISSSL e a PUC-SP, a partir dos anos de 1986. O protocolo também se colocou como algo importante para o fomento da dimensão teórico-metodológica e político-organizativa, além de ter sido imprescindível perante a luta pelo grau de licenciatura, haja vista, que uma das exigências do Ministério da Educação era a formação a nível de Mestrado e Doutorado dos professores do Serviço Social português.

Para avançar e subsidiar o campo da investigação científica, foi possível percebermos a defesa da aproximação da profissão com o campo das ciências sociais, como forma de oferecer

a leitura da realidade. Como apresentado no quadro das publicações analisadas, grande parte não traz os referenciais bibliográficos, dessa forma, através da aplicação do roteiro de leitura, pudemos destacar algumas das principais fontes presentes nas produções. Assim, foram citados: Alain Touraine, Pierre Rosanvallon, Émile Durkheim, Claude Lévi-Strauss, Carlos Nelson Coutinho, Jeffry Galper, Peter Leonard, Lucien Goldmann, Marx Weber, Boaventura Souza Santos, Serge Moscovici, Hermann Kruse, Anthony Giddens, Karl Marx, entre outros. Além de autores oriundos de Portugal e também do Brasil, como explicitado nos quadros 13 e 14, acima.

Ainda no campo da fundamentação teórica, também destacamos a aproximação com fontes latino-americanas do Serviço Social Reconceitualizado. A P7 aponta, até mesmo, uma crítica diante dessa primeira aproximação. Transcrevemos a seguir:

A época Revolucionária dos militantes partidários, em que se devora a Reconceitualização latino-americana, sem a adaptar a mentalidade e a realidade europeia e portuguesa, sem previamente ter conceitualizado nada! (BRANCO *et al*, 1985, p. 79).

Além do mais, cabe demarcarmos, no bojo das publicações que foram analisadas, as quais trazem menção da aproximação do Serviço Social português com o Movimento de Reconceitualização latino-americano. São elas: P7; P8; P13; P24; P27 e P29. A interação com a Reconceitualização aconteceu como forma de amparar o Serviço Social português diante de sua prática profissional no primeiro momento. No entanto, como trazido na P29, esta vinculação contribuiu, ainda, para a eclosão de uma nova postura profissional, através de reordenamento da compreensão política da prática, o que também levou a uma maior vinculação da profissão com os movimentos sociais em Portugal.

Um outro ponto importante a realçar, como descrito nos materiais P14, P22, P23, P29, P32 e P33, é a recusa da dimensão tecnicista da profissão e a necessidade de uma forte qualificação teórico-científica para superar esse caráter técnico, que não é capaz de responder às necessidades dos utentes. Ademais, temos diante dessas publicações, o reconhecimento de que a profissão se insere em terrenos de disputas e que não existe neutralidade na prática profissional do Serviço Social.

É perceptível as profundas as mudanças na prática profissional a partir do contexto revolucionário, a fim de levar os utentes a se reconhecerem, com uma posição coletiva perante aos seus interesses, nas buscas por extrapolar os marcos da instituição, em amplitude nacional e com uma perspectiva de totalidade da prática cotidiana do Serviço Social, para que os direitos sociais não fossem excludentes.

Nesse sentido, ao nos debruçarmos sobre a P29, notamos como é realçado que o papel dos profissionais a favor dos interesses da população consistiria na adoção de estratégias que visassem a alteração da correlação de forças institucionais. O reforço da organização popular pressionaria a instituição como forma de dar respostas às suas necessidades. Contudo, as necessidades coletivas, sendo definidas no contexto coletivo, geraram novas formas de viver as relações sociais. As respostas imediatas foram superadas pela consciência/organização de forma que atingiu nível nacional, no sentido de influenciar a política social em geral.

Ademais, a P32 nos indica que, para uma prática crítica, estão implicadas a identificação de forças favoráveis e a formação de organizações comprometidas com a população excluída. O compromisso com o “cliente” se estabeleceria nas ações que possibilitassem mudanças nas condições de vida, que potencializassem a sua organização e participação, para que ele pudesse se exprimir como cidadão com direitos e fortalecer as bases da sociedade civil.

Nesse mesmo âmbito, cabe destacarmos também a reflexão trazida pela P33:

Entendo que é extremamente importante dar-mos conta que ao longo do tempo a pedagogia da prática se pautou pelo exercício de seletividade onde, ao contrário da universalidade que é a demanda das políticas sociais, nós assistentes sociais sempre fomos treinados no domínio de tecnologias de seleção: seleção por mérito social, seleção por adoção de critérios, não dando conta ainda o suficiente do quanto as tecnologias de seletividade utilizadas na prática, vão de encontro aos princípios democráticos do ponto de vista da universalização do direito. Então a direção pela qual exercemos esta questão da seletividade são mecanismos fortemente de reiteração dos processos de exclusão [...]. Então, eu acho que esta é uma questão extremamente séria do ponto de vista da prática, mas não só a questão da seletividade, mas também a questão mesmo da restrição do direito (NUNES, 1995, p. 125).

Diante de todo o contexto de luta em prol de uma profissão reconhecida, investigativa e laica, vivenciado pela sociedade portuguesa e pelos profissionais do Serviço Social, e através dos estudos das publicações da *Revista Intervenção Social*, depreendemos como um terceiro momento, a busca por uma profissão cada vez mais alinhada com projetos societários progressistas, em defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Para alcance desse caminho de alinhamento com os interesses da classe trabalhadora, notamos a importância da dimensão político-organizativa, que diante das publicações analisadas, mostraram-nos que a profissão se encontrava em constante movimento, em constante sede de compreensão da realidade, do ser social nessa realidade, de para quem o Serviço Social serve. E para termos essas respostas, faz-se necessário irmos ao encontro do outro, da busca de se reconhecer no outro, de dialogar e unir forças para lutar diante dos interesses comuns.

Dessa forma, principalmente na P2, P3, P8, P12, P13, P14, P18 e P22, podemos identificar a defesa dos profissionais diante da necessidade de organização e interação da profissão com as lutas sociais, com os organismos de defesa dos interesses da classe subalterna.

Dessa forma, ao esmiuçarmos as referidas publicações, percebemos a defesa dos profissionais do Serviço Social para se articularem mais, para promoverem encontros, articulações entre os institutos, pois a partir da promoção de encontros e de diálogos, seriam levantadas questões/reflexões sobre a formação e sobre a prática profissional, a fim de repensar a profissão e as dificuldades que são lançadas diante da realidade. Além disso, também notamos o emprego da importância da organização política tanto da categoria profissional, como dos outros organismos sociais para conquistarem melhores condições de trabalho e de moradia/condições de vida.

Em consonância, na P8 e na P13 é citada a importância da consciência política crítica, a importância de sujeitos coletivos e de como o reconhecimento da unificação das lutas pode inverter o conservadorismo e o burocratismo que rondam os processos decisórios.

No campo da formação, podemos considerar, conforme a P21, a conquista do grau de licenciatura como um dos importantes exemplos da dimensão político-organizativa da categoria, haja vista que o Serviço Social português teve que conquistar um grande espaço de manobra dentro e fora do país (protocolo de intercâmbio), para unir forças em prol de seu objetivo maior que, por sua vez, foi afirmado pelo Ministério da Educação em 1989 – depois de longos anos de luta. Além disso, ao trazer documentada a entrega dos primeiros diplomas em 1991, a P21 caracteriza a conquista do grau de licenciatura como um ato coletivo e que não é um fim em si mesmo. Este ato pressupõe um esforço maior para a categoria profissional de constante reflexão sobre toda a realidade.

Podemos caracterizar que outras conquistas também se deram ao longo da década de 1990, como a consolidação do curso de Mestrado e Doutorado pelas próprias instituições portuguesas. Consideramos que, assim, passa a existir uma profissão mais amadurecida e afirmada na sociedade, como realçaremos no seguimento deste trabalho. Além disso, cabe destacar que o recurso às publicações da *Revista Intervenção Social* esteve presente diante de todo o processo de desenvolvimento deste estudo, pois ela se constituiu como um grande acervo de pesquisa sobre o Serviço Social em Portugal.

### **3.4.2 O serviço social português no pós-1974: a formação em transformação e seus impactos na dimensão teórico-metodológica**

Como realçamos nos capítulos anteriores, o pós-1974 abriu os horizontes para o “novo” da sociedade portuguesa, como também para o Serviço Social inserido nessa realidade. Como visto nos materiais contidos na *Revista Intervenção Social*, a profissão estava aberta às influências de outros países, aberta para estabelecer diálogos com as outras áreas profissionais e para novas responsabilidades diante da sociedade, uma vez que foram muito requisitados para reestruturarem os postos de trabalho do serviço público.

Essa nova realidade se demonstrou com configurações muito diferentes das que a profissão estava habituada a apreender e a fazer, haja vista terem sido muitos anos sob os mandos do salazarismo. Conforme a P10, as estruturas curriculares eram alicerçadas nas áreas da Religião, Medicina, Direito e Psicologia, reforçadas por uma preparação doméstica, da importância da caridade e do assistencialismo. Havia mudanças singelas nas estruturas de ensino ao longo dos anos, mas a sua finalidade permanecia. Entretanto, ao adentrarmos nos marcos dos anos de 1960, conforme Ferreira (2021), percebemos que foi um período marcado por mudanças rápidas e sem retorno.

Podemos destacar que ainda havia um cenário de repressões por parte do regime fascista, no entanto, este se mostrava cada vez mais vulnerável para sua permanência, o que possibilitou maiores espaços para questionamentos e resistências por parte de toda a população. No campo da estrutura de formação do Serviço Social, a tentativa de distanciamento perante as orientações ideológicas-doutrinárias se colocou como um contributo relevante diante de um processo de amadurecimento da profissão com o campo das ciências sociais.

Mesmo com as limitações impostas pela ditadura, podemos perceber, como trabalhado no capítulo 1.3, que havia uma chama acesa por parte dos estudantes e docentes em repudiar as duras penas do regime para toda a população e também no campo do Serviço Social.

Dando continuidade, conforme a P8, eram limitados os acessos aos materiais e produções teóricas internacionais, as aproximações aconteciam de forma clandestina e secundária, sem acesso às fontes originais. Nesse sentido, como em Portugal o Serviço Social estava aberto à reflexão de outros países, foi possível nos aproximarmos das mudanças que emergiram no âmbito do Serviço Social latino-americano, estadunidense e inglês. No que tange à Reconceituação latino-americana, a P8 nos traz que era algo inadiável e que tal marco possibilitou à profissão novas linhas teóricas para a leitura crítica da realidade e da própria profissão inserida nesse contexto.

Podemos considerar que o Serviço Social português passava pela década de 1960 com uma mistura de influências internacionais (todas elas, tidas como ameaças aos olhos do regime fascista), o que colocava a legitimidade da profissão em questão, como descrito por Martins (2021). Assim, as influências internacionais adentraram a profissão a partir do avanço das ciências sociais, que também trouxeram consigo as matrizes positivistas: foram incorporados os métodos de caso, grupo e comunidade do Serviço Social norte-americano. Vale destacar, que o trabalho com as comunidades foi algo que se tornou crescente e cada vez mais sólido no fazer profissional dos assistentes sociais portugueses a partir deste período.

Ainda conforme a P8, o Serviço Social em Portugal buscou se desvencilhar dos mandos do regime ditatorial, através da redefinição de seu Currículo de Ensino. Como ponto de partida, apoiou-se nas experiências internacionais, com adaptações às necessidades de seu país. Sendo assim, cabe demarcarmos alguns pontos, consensuais com o Movimento latino-americano, a seguir:

- Necessidade de des-assistencializar a profissão, inserindo-a no quadro de uma intervenção científico-técnica para o desenvolvimento
- Necessidade de ligar os programas de intervenção a programas de investigação e formação permanente, condição para superar o praticismo e o divórcio tradicional entre a teoria e a prática.
- Necessidade de superar o mito da neutralidade como dimensão da prática profissional pela explicação dos pressupostos teóricos e definição dos objetivos que informam qualquer intervenção, condição para um debate e confronto propiciadores da autonomia que o exercício profissional requer (FERNANDES, 1985, p. 126).

Segundo Sousa (2016, p. 27), nesta nova fase da profissão “se configurou uma ruptura com a visão clássica e segue as propostas avançadas pelo movimento de Reconceitualização do Serviço Social, nomeadamente da América Latina”. Dialogando com o exposto, entendemos que:

Se criaram condições para o questionamento, afirmação e cientificação do Serviço Social, que tiveram nas escolas de Serviço Social, designadamente no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, o seu ponto nevrálgico, constituindo-se, à época, num dos raros contextos de aproximação às ciências sociais [...]. Registra-se por parte de alguns segmentos dentro do Serviço Social uma rejeição da apologia da neutralidade da prática profissional e a afirmação de uma dimensão necessariamente política que atravessa a profissão (AMARO, 2009, p. 31-32).

Cabe destacar que havia, perante esse cenário, consonância entre os discursos das escolas de Serviço Social sobre a necessidade de promover a virada no currículo da formação

da profissão. Dessa forma, verificamos distanciamentos crescentes com as concepções tradicionais, tal como explicitado na P10:

No entanto verificamos que a partir de 1972 a componente Ciências Sociais e Técnicas que lhe são específicas, ao «crescerem» nos diferentes planos curriculares (em particular nos currículos de Introdução às Ciências Sociais e Sociologia), traduzem um reorientar da formação que visa agora formar profissionais mais aptos a compreensão dos processos sociais, bem como das organizações onde exercem a sua atividade profissional, verificando-se uma ruptura cada vez maior com o passado (NEGREIROS, 1985, p. 150).

Pudemos notar que, com a vivência da Revolução dos Cravos, o posicionamento profissional foi revigorado, com uma formação e prática profissional em liberdade, o que possibilitou a ousadia para pensar e agir. O 25 de Abril de 1974, traduziu-se em esperança para toda a sociedade. Em nível de formação em Serviço Social, os ISSS de Lisboa, Coimbra e Porto buscaram aproveitar o tempo novo a surgir.

Segundo Martins (2009, p. 17-18), logo podemos denotar, nesse quadro revolucionário, um amplo movimento de toda a categoria profissional em exigir ações do Estado, que desde os anos de 1956 não tomava nenhuma iniciativa perante a formação em Serviço Social. Dessa forma, como uma das primeiras iniciativas, temos a busca pela integração das escolas na esfera pública, que, por sua vez, não aconteceu de forma imediata.

Cabe destacarmos, como descrito por Santos e Martins (2016), que a aproximação do Serviço Social português com o Movimento de Reconceituação da América Latina, foi de suma importância para o questionamento/crítica das bases tradicionais enraizadas na profissão. No entanto, a aproximação com a tradição Marxista não aconteceu sem equívocos devido à apropriação de leituras secundárias e traduções provenientes do próprio Movimento de Reconceituação.

Conforme Coelho (2018, p. 145), com o fim da censura foi possível conquistar maiores espaços das Ciências Sociais nas universidades portuguesas e, por consequência, no Serviço Social. Dessa forma, a profissão se aproximou de forma mais concisa dos referentes do Movimento de Reconceituação latino-americano. Ademais, a P19, aponta esta aproximação como sendo a primeira fase da formação após Abril de 1974, como segue:

A 1ª fase da formação em Serviço Social ministrada no Instituto de Serviço Social que se situa logo após o 25 de Abril e que vai até 1977/1978, inspirou-se nos temas de Trabalho Social da América Latina cuja realidade sócio-política se pretendia semelhante nalguns dos seus aspectos a realidade portuguesa (NEGREIROS, 1985, p. 160).

Cabe demarcar, segundo Coelho (2018, p. 145), que a aproximação do Serviço Social português com o Serviço Social latino-americano aconteceu por intermédio de circulações de diferentes publicações, como artigos, livros, revistas, e através da presença de assistentes sociais latino-americanos que foram a Portugal ministrar cursos. Além disso, havia a presença de assistentes sociais portugueses em situação de exílio no Brasil, como também, após o 25 de abril, constatamos a presença de assistentes sociais brasileiros em busca de refúgio em Portugal, devido à ditadura civil militar que o país enfrentava. Tal como descrito pela referida autora em uma de suas entrevistas:

Houve um movimento muito forte de contestação. E este movimento muito forte de contestação, que depois também absorveu muito o Movimento de Reconceituação que estava a ser vivido antes, uma década antes na América Latina, foi muito absorvido e foi muito importante [...] foram buscar toda a influência da América Latina e do Brasil, não é? [...] Então, também tivemos nesta altura, grandes professores que estavam refugiados em Portugal, não é? (COELHO, 2018, p. 145).

Como afirmado por Martins (2009), diante deste lapso, temos a recusa do Serviço Social diante da neutralidade da profissão defendida pela metodologia norte-americana e maior aproximação com as influências, “marxistas, pensamento crítico e do movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, reforçando-se o conhecimento nas várias disciplinas das ciências sociais” (MARTINS, 2009, p. 18).

Podemos considerar que a preocupação com o desenvolvimento da investigação social foi algo latente para a profissão, haja vista a necessidade de estar respaldada por um corpo científico, devido às exigências surgidas perante a nova realidade social portuguesa. Além disso, fomentar o campo da investigação abriria novas chances para a conquista do reconhecimento acadêmico-profissional, a busca pela laicização, além de normatizações próprias à profissão.

Martins (2009) discorre que com a promulgação da primeira Constituição Democrática da República Portuguesa<sup>41</sup> tendo entrado em vigor em 25 de abril de 1976, foi iniciada no país a construção de um Estado Social com um forte indicativo de transição para o socialismo. Nesse sentido, de acordo com Coelho (2018, p. 150), o Estado passou a centrar suas ações em políticas públicas, segurança social, saúde e educação, “o bem-estar passou a ser o valor predominante”.

---

<sup>41</sup>Foi iniciada a partir das primeiras eleições livres no país, em 25 de abril de 1975, concluída e aprovada em 2 de abril de 1976 e, em 25 de abril de 1976, entrou em vigor. Ver mais em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> . Acesso em: 25 out. 2021.

Nesse instante, pudemos notar que se assiste um crescimento do mercado de trabalho para o Serviço Social que, segundo Coelho (2018), é fruto das alianças estabelecidas pela profissão com outros campos profissionais, com os movimentos populares e também com a ampliação de funções estatais. Com essa nova dinâmica, conforme a autora, os assistentes sociais passaram a ocupar cargos nos ministérios, integrar comissões, espaços governamentais seja na administração central como, também, nas câmaras municipais e junta de freguesia<sup>42</sup>.

É importante mencionar que, como descrito por Negreiros (1985), toda essa dinâmica sócio-política favorável aos interesses da classe trabalhadora proporcionado pelo 25 de abril, foi perdendo forças à medida que novas estratégias políticas a favor da economia internacional se afirmavam. Esse cenário fez com que surgissem obstáculos na atuação do assistente social pautado em uma perspectiva crítica. Alguns distanciamentos começaram logo a aparecer perante a prática profissional do Serviço Social, haja vista que o mercado de trabalho – principalmente as empresas –, começou a exigir certo equilíbrio na relação com os trabalhadores. Semblano (2003) descreve que a atividade profissional passou a ser muito criticada por se assemelhar com atividade de militância política de esquerda.

Cabe destacar, que grande parte da movimentação popular proporcionada pelo processo revolucionário encontrou certa acalmia conforme as conquistas foram alcançadas, a exemplo: legislações trabalhistas, investimento em políticas sociais, educação e saúde. No entanto, como descrito por Netto (1986), a partir de meados dos anos de 1976, foi possível perceber uma inflexão política à direita, o que fez com que as conquistas da revolução ficassem vulneráveis. Essa regressão também impactou a profissão.

Conforme Negreiros (1985), no campo da formação profissional a aproximação com o Movimento de Reconceituação latino-americano teve seu auge diante da dinâmica proporcionada após o 25 de abril, no entanto, começou a perder forças a partir da junção de interesses do país com o mercado externo.

Santos e Martins (2016) pontuam que a formação profissional foi repensada através de encontros/eventos promovidos pelas três escolas existentes até 1979, são elas: ISSS de Lisboa, ISSS de Coimbra e ISSS do Porto. Foram dois importantes eventos: “Portugal hoje, que Serviço Social?”, promovido pela Cáritas Portuguesa em 1979 e o segundo foi o “Encontro Luso-

---

<sup>42</sup>Tal como descrito por Coelho (2018, p. 151), Freguesia é designada como sendo a “menor divisão administrativa em Portugal”. Em latim significa “filho da igreja”. Todos os conselhos/municípios têm ao menos uma freguesia. Ao trazer para a realidade brasileira, podemos afirmar que se assemelha com os bairros municipais.

brasileiro de Serviço Social”, promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos anos de 1980.

O primeiro evento, como descrito por Santos e Martins (2016), ficou marcado por um forte traço conservador, que foi capaz de estabelecer oposição diante da perspectiva crítica no Serviço Social português até então presente. Este encontro buscou enfrentar as tendências do Movimento de Reconceituação, com uma notória recusa ao marxismo e à militância política. No que se refere ao segundo encontro, ocorrido nos anos de 1980, duas vertentes principais foram trabalhadas. São elas: discussão do Serviço Social como Ciência – que mais tarde a profissão foi reconhecida como uma prática científica – e a vertente pautada na “ajuda”, que parte do pressuposto de que é necessário estabelecer uma interação com o usuário para conseguir ajudá-lo.

De acordo com Coelho (2018), o avanço do conservadorismo no âmbito do Serviço Social português não tomou dimensão maior porque nos anos 1980, como forma de alcançar a qualificação acadêmica, ocorreu um novo encontro do Serviço Social português com o Serviço Social brasileiro através da consolidação do protocolo de intercâmbio entre o ISSSL e a PUC-SP, para a realização do curso de Mestrado e Doutorado – o qual será discutido mais adiante neste estudo.

Outro ponto que impactou o campo da educação e, por conseguinte, a formação em Serviço Social em meados dos anos 1980, segundo Martins (2009), foi a inserção de Portugal na Comunidade Econômica Europeia (CEE) – atualmente, União Europeia (UE) –, o que acentuou um ambiente de adequação das estruturas básicas de uma sociedade – saúde, educação, saneamento básico, tecnologia, entre outras necessidades –, em função dos interesses econômicos, de acordo com as exigências impostas pela UE. Consequentemente, reestruturações/reduções de financiamentos nestes setores foram recorrentes na dinâmica da sociedade, característica típica do sistema capitalista.

Mesmo diante de uma realidade sócio-política e econômica instável, com defasagens principalmente no âmbito da educação, com reduções de financiamento provenientes do Estado, com as escolas tendo que elevar o valor das propinas (mensalidades), ainda assim a década de 1980 guardou grandes conquistas em torno do Serviço Social português.

Podemos demarcar que foram inúmeras as negativas do Ministério da Educação para o reconhecimento da licenciatura e para o alcance da inserção no sistema universitário público. Conforme Ferreira (2006), o ISSS de Lisboa e de Porto, resistentes para alcançarem tais conquistas, adotaram uma nova estratégia para sair do perigoso vazio jurídico. Dessa forma, foi protocolado um pedido para a passagem do Plano Curricular de 4 para 5 anos, em 1985. É

relevante destacar que este plano já vinha sendo debatido perante as escolas desde 1983/84. Devido à grande pressão por parte da direção dos cursos, dos discentes e das estruturas representativas da profissão, no mesmo ano de 1985/86, foi iniciado o novo Plano Curricular. A escola de Coimbra permaneceu sem grandes alterações institucionais no primeiro momento, conforme já trabalhado no capítulo anterior deste estudo.

Como trazido na P17, para a elaboração desse plano, havia a preocupação/ compromisso de que não existisse dicotomia entre o ensino teórico e o prático, pois ambos possuíam uma relação de interdependência. Ademais, foi reforçada a carga horária e a dimensão científica das disciplinas da área de Serviço Social na busca por fomentar a atitude investigativa da profissão. Foi também evidenciada a importância dos estágios, dos grupos de estudos e dos seminários de investigação. Podemos considerar, conforme Negreiros (1991), que o 1º e o 2º ano de curso constituiriam anos de forte formação teórica. O 3º ano seria voltado para percepção do social e para o início do cenário de intervenção profissional. Já o 4º e o 5º ano seriam voltados, principalmente, para a área de atuação profissional em consonância com a análise científica da realidade social e da intervenção do Serviço Social.

Ferreira (1993), também nos informa que simultaneamente à implementação do novo Plano de Estudos, e por não existir em Portugal curso de Pós-Graduação em Serviço Social, foi estabelecido o Programa de Cooperação e Intercâmbio entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o ISSS de Lisboa, que foi assinado em 23 de abril de 1986.

Como descrito por Ferreira (2006, p. 157) “através de uma universidade brasileira o Serviço Social obtinha o reconhecimento de efetivo nível universitário em que Portugal continuava a ser negado”. Além disso, como explicitado por Santos e Martins (2016), através do protocolo de intercâmbio foi possível uma nova aproximação com o campo crítico:

Essa parceria contribui com o processo de divulgação da vertente crítica do Serviço Social, de inspiração marxista, iniciado na década 1960/70, com a presença de alguns professores brasileiros, tais como Carmelita Yazbek e José Paulo Netto. Esse processo contribui para o fortalecimento da leitura de produções de autores brasileiros, dentre eles, Marilda Vilela Iamamoto e Vicente de Paula Faleiros (SANTOS; MARTINS, 2016, p. 327).

Dessa forma, o Mestrado e o Doutorado ficaram sob a responsabilidade da PUC/SP, sendo efetuados, parte no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, parte no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Como explicitado, esta parceria das universidades contribuiu para ambas as Instituições devido à possibilidade de articulação e comunicação de ensino e pesquisa de Serviço Social entre Brasil e Portugal. Cabe destacar

alguns dos objetivos e atividades do protocolo, conforme foi posto no Plano de Estudos dos cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social (1986, p. 101- 102):

- Qualificar recursos humanos para a docência e pesquisa, em nível de pós-graduação, para os cursos de Serviço Social de Portugal, de forma a titular, em um período de 5 (cinco) anos 20 pesquisadores e docentes;
- Definir, programas e realizar, em regime de cooperação mútua, pesquisas de substancial importância para o desenvolvimento do Serviço Social de ambos os países;
- Proporcionar aos docentes brasileiros e portugueses o intercâmbio de experiências e conhecimentos científicos entre Brasil e Portugal, propiciando o fortalecimento recíproco da formação profissional em ambos os países;
- Intensificar a publicação em língua portuguesa da produção científica do Serviço Social [...].
- Troca de informações atualizadas sobre a formação em Serviço Social e suas perspectivas no Brasil e em Portugal [...].
- Propiciar a docentes, pesquisadores e profissionais do Serviço Social condições para o aprofundamento de um processo de reflexão crítica e criativa, calcada e vivenciada na práxis, sobre os fundamentos do Serviço Social, conhecimentos filosóficos e científicos que o embasam as suas metodologias de ação.

Como vimos, o protocolo de intercâmbio possibilitou o diálogo internacional, com troca de experiências, troca de vivências e o fomento da investigação científica entre Brasil e Portugal. Além disso, destacamos que o Serviço Social português perpassou por diferentes fases de desenvolvimento teórico-metodológico, haja vista, como descrito por Yamamoto (2013), que o Serviço Social sofreu e também empregou interferências na dinâmica da realidade.

No final da década de 1980, o processo de luta foi se alargando, ganhando maiores proporções, e o Ministério da Educação não teve como impedir o reconhecimento do grau acadêmico da licenciatura em Serviço Social. No primeiro momento, foi estabelecido nas Escolas de Lisboa e Porto, em setembro de 1989. E, em janeiro de 1990, foi conferido ao ISSS de Coimbra, que através de um grande protagonismo discente, conseguiu depor a direção de seu instituto a fim de também conquistar a licenciatura.

De acordo com Negreiros (1991), como um terceiro momento, a luta se centrou para o reconhecimento do grau de licenciatura aos profissionais já formados, sendo este conquistado em 1990 para os assistentes sociais formados pelos três institutos. Cabe ressaltar que a conquista do grau de licenciatura aos cursos superiores de Serviço Social em Portugal foi resultante de longo e difícil processo junto ao Ministério da Educação. Através de muita persistência, a profissão conseguiu êxito.

Destacamos a conquista da licenciatura como um passo muito importante, haja vista ter oportunizado novas possibilidades, principalmente, no campo da formação acadêmica. Conforme Negreiros (1991), vemos que:

A licenciatura em Serviço Social vem abrir novas perspectivas quer no domínio acadêmico-científico, pelo reconhecimento do nível universitário da formação, que implica a investigação e produção de conhecimentos como condição da qualidade do ensino e da docência, quer no domínio profissional pelo reconhecimento da competência que ultrapassa a dimensão técnico-política, englobando a própria conceptualização da ação<sup>43</sup> (NEGREIROS, 1991; Editorial).

Podemos apontar que, nos anos de 1980 a 1990, como explicitado por Santos e Martins (2016), foi permitido um salto importante para o Serviço Social, através do reconhecimento de seu grau de licenciatura em 1989, de Mestrado em 1995 e, posteriormente, de Doutorado; além do crescimento de instituições de ensino superior, juntamente com o crescente interesse de alunos a cursarem; acesso à formação qualificada/continuada, organizações foram criadas, como as Associações e Centros de Investigações.

O tocante da década de 1990, também traz sérios embates à profissão, devido ao notório retrocesso/degradação do Estado Social. Esses processos articulados têm surtido efeitos regressivos no âmbito da formação, na ação profissional e no processo de organização dessa categoria. Martins (2021, p. 364) buscou chamar de “crise do processo de renovação crítica do Serviço Social português”. O enfraquecimento da conflitualidade do Serviço Social permitiu o reaparecimento do “(neo)conservadorismo e da retórica pós-moderna”.

Coelho (2018, p. 154) descreve que o “Serviço Social em Portugal não rompeu com suas bases tradicionais, mesmo que estas tenham sido questionadas pela academia e pelos profissionais”. Podemos considerar, que o período de 1974 em diante foi fundamental para a reorientação da profissão, que estava aberta aos novos projetos profissionais, matrizes teóricas, além de uma crescente caminhada no campo da investigação social.

Diante das publicações selecionadas na *Revista Intervenção Social*, foi possível identificarmos, também, a importância dos Estágios para que as inquietações/mudanças no interior do Serviço Social acontecessem e, por essa razão, como estamos direcionando o debate para o âmbito político-organizativo e teórico-metodológico do Serviço Social português, na próxima seção discorreremos a respeito dessa temática.

---

<sup>43</sup>Ver mais em: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1239/1350>. Acesso em: 21 out. 2021.

### 3.5 A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIOS PARA O ÂMBITO POLÍTICO-ORGANIZATIVO E TEÓRICO-METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS

Sabemos que a política de estágios sempre fez parte da formação em Serviço Social em Portugal, mesmo antes do 25 de abril de 1974. No entanto, este componente estrutural da formação só ganhou maiores espaços, reconhecimento e diálogo após a liberdade semeada pelo processo revolucionário. Conforme a P5 os estágios se concentravam em Lisboa e tinham o setor público como o seu principal vínculo.

Já de acordo com a P6, os estágios são de fundamental importância em unidade com a formação teórica, pois permitem que os alunos tenham o encontro com a realidade, na busca por colocar em prática o que foi apreendido na formação. Segundo a autora, é necessário reconciliar a academia com a realidade, uma vez que a política de estágios é estruturante da formação, por ser aquele componente que possibilita a ligação com a prática direta do assistente social.

Ademais, conforme a P7, para termos profissionais capazes de intervirem na realidade social de forma construtiva é preciso que lhes seja permitido o contato direto com essa realidade, com o exercício profissional do assistente social. Assim, os autores consideram que:

Na realidade, o saber fazer e o saber ser adquirem-se no exercício profissional, que não deve ser um processo rotineiro, burocrata e despersonalizante, mas um processo interventivo, criador; introdutor de mudanças criteriosas e oportunas, que permitam o crescimento individual e coletivo (BRANCO *et al*, 1985, p. 70).

Não obstante, a P7 trouxe em seu estudo alguns depoimentos, a exemplo, temos a entrevista concedida por Suzete Bichão – assistente social na Santa Casa de Lisboa – sobre a importância dos estágios como forma de promover mudanças no Serviço Social, a saber:

Esta possibilidade de análise crítica da realidade e da prática institucionalizada, tendo como quadro de referência a formação recente adquirida na Escola, pode ser um contributo utilíssimo (e já o tem sido nalguns casos) dos alunos estagiários, para o (re)pensar do exercício profissional estabelecido. Por outro lado, os estagiários poderão contribuir para a (re)programação dos currículos escolares, pela análise da eficácia dos mesmos tendo em conta as necessidades reais (BRANCO *et al*, 1985, p. 70).

Outro panorama de análise, como descrito na P7 sobre a importância dos estágios, refere-se ao *Grupo Executivo do Pisaca* (Projeto de Intervenção Social Articulado do Concelho

de Almada). A experiência de estágios de Serviço Social no Pisaca acontecia desde 1981, mas o projeto foi inaugurado em 1980. Esse projeto é voltado a reduzir os problemas sociais do Conselho, através de uma intervenção articulada entre serviços, autarquia e população organizada.

Em depoimento, Maria Goulão – assistente social do Pisaca –, aponta que a prática de intervenção exige sempre uma constante reflexão sobre a realidade de atuação. A partir disso, surgem novos conhecimentos/reflexões que possibilitam maior aproximação com o real. Sendo assim, o técnico<sup>44</sup> de Serviço Social possuía um papel de interventor “agente de mudança” independente da área de atuação. “Então, a relação dialética « teoria-prática será uma realidade, permitindo ao técnico um avanço simultâneo no - SABER e no AGIR-” (BRANCO *et al*, 1985, p. 72).

Com base em nossas análises, é notória a preocupação diante do programa de estágio para que se tenha uma ação fundamentada, pautada e coerente com as exigências do cotidiano de trabalho, para desvencilhar o estagiário de um simples “tarefeiro”, como descrito na P7 (BRANCO *et al*, 1985, p. 72). O desejável seria que ele fosse um elo para a troca de conhecimentos e experiências entre a academia-campo de estágio e a realidade. Nas palavras dos autores:

A ligação Escola/Instituição/Meio é também favorecida pela existência de estagiários, o que facilita a atualização dos Técnicos e o conhecimento direto da realidade social pela Escola, aspectos fundamentais para a formação dos profissionais (BRANCO *et al*, 1985, p. 72).

Ainda conforme os autores, um outro polo de estágio é a Clínica de Doença Renais. Dentro do corpo de profissionais desta clínica foi apontada a necessidade da incorporação de assistentes sociais nos anos de 1983, como forma de possibilitar um atendimento interdisciplinar aos seus doentes. Com isso, deram-se as aproximações com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano. Conforme descrito pelos autores:

Não havia até à data no nosso país qualquer experiência que pudesse servir de base de referência e por isso, finda a fase de observação, o projeto de trabalho foi elaborado tendo por orientação geral modelos de intervenção do Serviço Social Reconceitualizado (BRANCO *et al*, 1985, p. 74).

---

<sup>44</sup>Nesse período, o assistente social ainda era muito reconhecido como técnico. A preocupação dos profissionais era com o agir profissional/execução. Ademais, a conquista do grau de licenciatura ocorreu nos anos de 1989 através de uma travada luta da profissão junto ao Ministério da Educação. Antes disso, a profissão era considerada de nível superior, mas não concedia o grau acadêmico, o que contribuía para o reconhecimento como técnico de Serviço Social.

É possível observarmos, diante desse movimento, a busca dos assistentes sociais portugueses e do programa de estágio por um arcabouço teórico que respaldasse o profissional do Serviço Social. Podemos destacar também, que todo o processo de estágio, era acompanhado por supervisão de campo e por supervisão acadêmica, a exemplo:

[...] toda esta relação do Aluno com a realidade e, concretamente, com a realidade profissional, constitui um processo susceptível de supervisão e, do ponto de vista curricular, integra uma instância com acompanhamento pedagógico em profundidade, em pequenos grupos de 2/3 Alunos, com uma ponderação importante na avaliação individual e, conseqüentemente, com a correspondente atribuição de tempos no plano de estudos (FERREIRA, 1985, p. 63).

É importante ressaltarmos, segundo a P6 que os estágios no ISSS de Lisboa possuíam o modelo pedagógico conhecido como GEP (Grupos de Estudos e Prática). Tal grupo foi criado na tentativa de reconciliar a academia com a realidade e possuía três instâncias pedagógicas. São elas: Seminário, Estágio e Orientação de Estágio. Dos muitos objetivos postos por cada instância, os principais são:

**Seminário** – Aprofundar e integrar conhecimentos no domínio dos fundamentos teóricos, metodológicos e técnicos quer no nível da Profissão, quer ao nível da investigação em ciências sociais. Possibilitar o entendimento da realidade do mundo do Trabalho enquanto campo em que emergem os diferentes poderes da Sociedade global [...]. **Estágio** – Tem como objetivos a articulação da problemática setorial com a realidade do local de estágio e a aplicação da metodologia de intervenção. Os estágios são negociados entre o ISSS e as Instituições e Empresas que funcionam como locais de estágio [...]. **Orientação de Estágio** – feita em subgrupos de 2/3 Alunos, em sessões com periodicidade não superior a 2 semanas e com os seguintes objetivos: Análise crítica (teórico-metodológica) da prática de estágios tendo em conta, fundamentalmente, os conhecimentos da metodologia de Serviço Social; avaliação e preparação das ações; reflexão sobre as atitudes profissionais; tratamento das questões específicas. A exigência curricular da supervisão pedagógica, feita com o Professor responsável, é também um indicador significativo para se ajuizar da importância atribuída aos estágios na formação em Serviço Social (FERREIRA, 1985, p. 65-66).

Além disso, na P6 é enfatizada a necessidade de a atividade profissional estar sempre amparada por um corpo de conhecimentos e, para tanto, é necessário incentivar a investigação científica, a qual precisa andar junto com a prática, ao contrário disso, será uma investigação vazia, meramente especulativa.

Como forma de entendermos as mudanças no campo de estágio, cabe trazeremos, conforme a P10, a política de estágio do ISSS de Coimbra pré-1974 e pós-1974. Conforme a

autora, o processo de estágio que antecede o 25 de abril era voltado do 1º ao 4º ano, principalmente a visita com estudo das instituições, na tentativa de oferecer um conhecimento mais geral dos campos de trabalho e das “políticas sociais” existentes no período, como apontado:

Enquadramento pré-profissional: conhecimento do armamento social existente; conhecimento da política social setorial; conhecimento das carências sociais; desadaptações sociais e treinamento das técnicas e processos de trabalho das assistentes sociais para prosseguirem os objetivos de concretização de política social (perspectiva corretiva ou promoção) (NEGREIROS, 1985, p. 154).

A partir de 1974, é possível percebermos que o posicionamento da instituição sofre mudanças, não apontando para a necessidade de uma perspectiva corretiva por parte dos estagiários e dos profissionais na sua relação com os utentes. Expomos, nos quadros 8, 9 e 10, a seguir, os programas de estágio trazidos na P10, divididos em anos letivos para uma melhor compreensão e visualização.

O Quadro 8 traz o programa de estágio vigente nos anos letivos de 1974 e 1975.

Quadro 8 – Programa de estágios Ano letivo de 1974/75

<b>Ano letivo de 1974/75</b>	
1º ano	Nov/dez – estágios em qualquer sector com a finalidade de sensibilizar os alunos para o trabalho social através de um contacto com a realidade – trabalhos diferenciados (8 dias).
2º ano	Estágio em grupo (auto-organização: o plano é feito pelo grupo, responsabilização de grupo, autoavaliação e autocontrolo). Objetivos: formar a consciência crítica e responsabilidade coletiva que vai até à avaliação. Campos: trabalho fora das Instituições.
3º ano	Trabalho de campo. Definição de 3 zonas geográficas onde se inserem todos os grupos. Objetivo: Trabalho diferenciado e início dum trabalho de investigação científico (1ª fase do trabalho social)
4º ano	Estágio de grupo Campos: Reforma agrária (dominante) Cooperativas: Saúde Droga S.S. Universidade Etc.

Fonte: NEGREIROS, 1985, p. 154-156.

Observando o Quadro 8 pudemos perceber que existia uma divisão privilegiando quatro etapas diferentes de atividades e, cada uma com objetivos predeterminados visando a um fim específico.

Avançando, temos o Quadro 9, abaixo, mostrando-nos o programa de estágios dos anos 1975 e 1976.

Quadro 9 – Programa de estágios Ano letivo 1975/76

<b>Ano letivo 1975/76</b>	
1º ano	Estágio de Grupo – 8 dias cidade/ 8 dias campo. Objetivos: a realidade cidade/campo, contradições existentes/sensibilização dos alunos para esta problemática. Campos: fábricas, comunidades rurais e piscatórias.
2º ano	Trabalho de campo em ligação com os grupos do 4º ano (sensibilização).
3º ano	Trabalho de grupo inserido nos sectores de Produção e Política Social. Tentativa de trabalho interdisciplinar (grupos de professores das várias disciplinas).
4º ano	Trabalho de grupo com vista a uma intervenção social (prática). Objetivos: Intervenção no social em ordem à mudança, prática de metodologia científica controlada pelo processo de tomada de poder na sociedade portuguesa das classes trabalhadores numa linha de um projeto socialista. Campos: preferência a lugares e situações onde estrategicamente apareçam brechas e possibilidade de mudança. Projeto piloto, na região centro, em ordem à transformação em zona rural. Metodologia: <i>América Latina e o método Paulo Freire</i> . - Os projetos devem ser fora das instituições e claramente na linha de mobilização e organização das massas populares no seu processo de conquista do poder. Campos: Comissões de Moradores, Serviços Municipais de Habitação, P.P transformação, Cooperativas de Ensino, Serviço Prisional Junta Central de Casas do Povo Saúde: Pediatria, Covões, Oncologia e Empresa

Fonte: NEGREIROS, 1985, p. 157-159.

De acordo com o Quadro 9, percebemos que passou a haver uma sistematização maior no programa de estágio e constatamos, inclusive, que havia maior predominância de atividades coletivas, o que favorecia o câmbio de experiências.

Seguindo com nossa interpretação dos programas de estágio apresentados na P10, verificamos a seguir, no Quadro 10, as políticas de estágio adotadas nos anos de 1976 e 1977.

Quadro 10 – Programa de estágios Ano letivo de 1976/1977

<b>Ano letivo de 1976/1977</b>
<p>Objetivos: Formação de interventores sociais, pela criação de espírito dialética através duma preparação científica e universalista:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecimento científico dos sistemas sócio-políticos e culturais assim como dos comportamentos humanos e problemas sociais, bem como das estruturas que lhe são origem.</li> <li>- Criação de capacidade de trabalho em grupo e de disciplina na execução de tarefas.</li> <li>- Criação da capacidade crítica e autocrítica.</li> </ul> <p>Campos: atuação com grupos sociais, estruturas e instituições sociais (organizações de base, marginais, classes sociais mais carenciadas – nível econômico, social, cultural).</p> <p>A formação é feita no período de quatro anos em duas unidades de formação no 1º e 2º anos e 3º e 4º anos.</p>

Fonte: NEGREIROS, 1985, p. 159-161.

O Quadro 10 nos mostra outra perspectiva no programa de estágio, abrangendo objetivos gerais que se pretendia alcançar com a prática interventiva.

Posteriormente, como descrito na P10, na 2ª fase, que compreende os anos 1978/1979 e 1979/1980, já não era tão frisado o fator intervenção, mas antes o fator “estudo intenso da comunidade” (NEGREIROS, 1985, p. 161), descurando a dimensão da mobilização das populações, devido à falta de apoio institucional. O processo de intervenção se fazia na medida do possível, com objetivos mais modestos. A dinâmica da sociedade os leva a intervirem mais nas instituições, submetendo-se à lógica do mercado. Ademais, segundo a autora, no primeiro momento as próprias instituições não se mostraram muito receptíveis em receber alunos, devido à formação recebida, pela situação reformista que ainda se vivia e que tinha por tendência fazer muitos questionamentos. Dessa forma, cabe salientar, como trazido na P10:

Nestas condições a alternativa era: recuar e pôr-se a reboque das próprias instituições pouco dispostas a romper com o passado ou apostar num futuro que apontava para a nossa integração Europeia. Optou-se por sacrificar o princípio dos estágios nas instituições a qualquer preço e investir na formação teórica, já que se constatou que os estágios, nesta fase, acabaram por não atingir os objetivos para eles definidos [...] (NEGREIROS, 1985, p. 160).

Diante disso, a autora aponta que os estágios no 1º, 2º, e 3º ano foram anulados devido às dificuldades com as instituições. Buscava-se também trazer os profissionais das instituições para o âmbito das escolas, para que os princípios dos estágios não fossem abandonados, haja vista que as dinâmicas institucionais não os favoreciam. No que tange os anos de 1984/85, a P5 também nos traz um cenário de expansão dos campos de estágios, com uma diversidade de áreas de atuação, como segue:

Imagem 7 – Áreas de atuação dos campos de estágios

Áreas de actuação	Organizações		Estagiários	
	N.º	%	N.º	%
Autarquias Locais e estruturas inter-serviços de âmbito local	9	15,3	49	22,8
Organizações na área da Segurança Social	15	22,5	59	27,5
Organizações na área do Trabalho	16	27,0	42	19,5
Organizações na área da Saúde	8	13,5	31	14,5
Organizações na área da Justiça	5	8,5	19	8,8
Organizações com intervenção na problemática da mulher	2	3,4	5	2,3
Organizações na área da Acção Cultural	2	3,4	6	2,8
Organizações na área da Habitação	2	3,4	4	1,8
<b>Totais</b>	<b>59</b>	<b>100</b>	<b>215</b>	<b>100</b>

Fonte: BRANCO (1985, p. 52).

Além disso, no âmbito da P5, é realçado que o setor público continua a ser o maior empregador de assistentes sociais, abarcando 66% também dos estagiários para esse setor. Um dos polos de estágios importantes, segundo o autor, são em estruturas de organização e participação social, comportando 28,95% de estagiários vinculados à área, além de outros alunos, que não fizeram estágio neste campo, mas direcionaram seus trabalhos para este âmbito de concentração.

Cabe destacar que havia aproximadamente 41 projetos e/ou ações pertencentes ao programa de estágios. No que tange ao projeto de organização e participação social, ele era subdividido por áreas de atuação, tais quais:

Apoio à criação e/ou mobilização de estruturas organizativas da população (Comissões e Associação de Moradores, Associação de Proprietários, Associações Culturais, Grupos de Moradores, Grupos de Jovens,...). Apoio técnico às atividades de estruturas organizativas da população (grupos formais e informais...) (BRANCO, 1985, p. 58).

Podemos salientar que as transformações no Serviço Social e, por conseguinte, na política de estágio, advêm muito da dinâmica sócio-política proporcionada pela Revolução de abril. No entanto, com o estabelecimento de novas estratégias políticas na sociedade portuguesa, foram surgindo novos obstáculos à atuação. Como explicitado por Negreiros

(1985), aos entusiasmos de abril de 1974 sucederam-se os desânimos e saturações da população, o que impactou também os próprios estagiários da profissão. Assim, segundo a autora, “a esta fase ‘militante’ sucedeu a 2ª fase que apelidamos um tanto incorretamente, e à falta de melhor de ‘tecnocrática’ (NEGREIROS, 1985, p. 160).

Não obstante, Maria Teresa Abrantes – supervisora de estágio por 25 anos, que contribuiu para a formação de aproximadamente 50 profissionais –, também nos traz, na entrevista contida na P7, a evolução dos estágios, como segue:

1º - Fase de um certo paternalismo e missão... Foi a época do apostolado, das ‘meninas boazinhas’ – que guiávamos – os outros pelo bom caminho.

2º - A etapa da estruturação e organização dos Cursos de Formação de Supervisores. Surge uma orientação técnica, baseada na relação pedagógica Superior – Aluno. Interessava, sobretudo, desenvolver as capacidades dos alunos e ir passando por ‘mimetismo’, a ‘ciência’, a ‘técnica’, daquele para o estagiário.

3º- Com o desenvolvimento das Ciências Sociais- Antropologia, Sociologia, Estatística os alunos ficam com uma boa informação nestas áreas, em detrimento do Serviço Social.

4º- A época ‘Revolucionária’ dos ‘militantes partidários’ em que se devora a ‘Reconceituação latino-americana’, sem a adaptar à mentalidade e à realidade europeia e portuguesa, sem previamente ter ‘conceitualizado’ nada!

5º- Na fase atual, penso que se entrou num ‘equilíbrio’, em que se procura – ‘um lugar’ para o Serviço Social, com base científica. Atuar sim, mas planejando, programando, executando, avaliando, tendo por base um estudo e uma investigação da realidade que se vai aproximando e reformulando.

Em um quadro geral, conforme a P5 e a P9, percebemos que a política de estágios sempre se constituiu como um componente estrutural do processo de formação e, a partir de 1974, isso se tornou mais evidente devido ao vínculo ativo proporcionado pelo estágio com a realidade social a partir do 1º ano da formação em Serviço Social. É notória a preocupação dos autores com uma maior ligação da escola com a realidade e com um maior contato entre os professores e campos de estágio, para que os trabalhos dos alunos servissem, de alguma forma, como documentos para aprofundamento para os serviços.

Entendemos que os campos de estágios permitem inúmeras possibilidades para mudanças do agir profissional crítico, mas são muitos também os obstáculos, haja vista os interesses em jogo na sociedade. Dessa forma, como explicitado na P19, “é importante fazer do estágio não só uma atividade profissional, mas também de pesquisa, em que encontrem aplicação os conceitos teóricos apreendidos” (NEGREIROS, 1991, p. 143), haja vista ser um elo da formação acadêmica com a realidade social.

## 4 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL (1974-1995): CONVERGÊNCIAS, PARTICULARIDADES E PERSPECTIVAS

### 4.1 BRASIL E PORTUGAL: SEMELHANÇAS E PARTICULARIDADES DIANTE DOS PROCESSOS DITATORIAIS

De forma inicial, é importante salientarmos que ambos os países vivenciaram longos períodos ditatoriais<sup>45</sup>: no Brasil, entre os anos 1937 e 1945 e, posteriormente, de 1964 a 1985; já em Portugal foram quarenta e oito anos consecutivos, mais especificamente de 1926 a 1974. Tanto no Brasil quanto em Portugal, o temor ao avanço comunista foi o pretexto primário para a instauração das ditaduras burguesas. O apoio da Igreja Católica também se fez presente para a instauração dos regimes autoritários, devido ao receio de perder seus privilégios. Com isso, era melhor se aliar à burguesia oligárquica do que correr o risco de ser excluída dos processos decisórios dos países.

Ainda nesse panorama de semelhanças, realçamos, de acordo com Netto (2014), que o regime militar burguês brasileiro se mostrou em conformidade e solidário à ditadura salazarista. Além disso, ambos os países vivenciaram longos anos de um profundo silenciamento das forças populares, através da clara política de terrorismo de Estado. Os meios de comunicação foram essenciais para os regimes fascistas no intuito de mascararem suas atrocidades.

Todos os partidos alinhados com a esquerda foram colocados na ilegalidade e, seus integrantes, brutalmente perseguidos, torturados e até mortos. Entretanto, mesmo diante de tais atrocidades, o Partido Comunista não deixou de realizar ações clandestinas para demonstrar aos demais países o que se passava nessas realidades.

Outro ponto em comum foi a interação de exilados entre Brasil e Portugal. Netto (2014) discorre que os políticos brasileiros Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, que eram opositores do regime, exilaram-se em Portugal com o golpe de 1964. Varella (2014) também descreve que o ditador Marcelo Caetano e o seu braço direito, Américo Tomás, saíram às pressas de Portugal após a Revolução de 1974, em busca de refúgio no Brasil. Além da interação de muitos artistas, músicos, professores e militantes.

Não podemos deixar de mencionar que ambos os países tiveram a eclosão de inúmeros movimentos sociais, operários, sindicais, estudantis e comunitários em prol de melhorias das

---

<sup>45</sup>Cabe realçar que a ditadura no Brasil foi de caráter civil-militar e em Portugal seu caráter predominante foi o salazarismo.

condições de vida. Cabe também apontarmos, conforme Netto (2014), que as lutas sociais ultrapassaram o viés economicista, sendo notório o caráter político de contestação da ordem dominante.

Consideramos necessário ressaltarmos algumas diferenças que também demarcaram a conjuntura histórica do Brasil e de Portugal, principalmente no que tange à política econômica adotada pelos regimes fascistas. Sendo assim, em Portugal se consolidou uma política de caráter nacionalista, recusando toda e qualquer fonte de recursos externos para o país, o que o deixou totalmente isolado e em um profundo atraso. Já o Brasil buscou atrair todas as fontes de recursos externos, principalmente, dos Estados Unidos, que foi quem financiou o golpe de 1964. Todavia, o saldo dos regimes foi a eclosão de uma profunda crise econômica, política e social.

Outra diferença importante se refrata ao processo de instauração democrática de Portugal e do Brasil. De acordo com Varella (2012, 2014), Netto (1986), Coelho (2006), Martins (2003), dentre outros estudiosos, a população portuguesa, exaurida de tamanha pobreza, uniu-se em uma única voz, em uma única força e em um único objetivo para decretar fim ao regime salazarista de quase meio século. Como descrito no capítulo II, em 25 de abril de 1974, em função do decreto que os militares emitiram nos meios de comunicação para que toda a população não saísse de suas casas nesse dia, não se esperava a presença do povo nas ruas de Lisboa para depor o governo. Desse modo, o golpe se transformaria em um grande processo revolucionário na história de Portugal, evidenciando a presença de vários setores da sociedade civil em prol da liberdade democrática.

De acordo com Netto (2014, p. 257), a instauração democrática no Brasil aconteceu:

[...] sem quebra do sistema estatal existente, sem alteração substantiva da natureza de classe do poder político e por compromissos resultantes de acordos ‘pelo alto’ (forçados, é claro, por décadas de resistência e duras lutas sociais). Tanto no Brasil quanto na Espanha, as ditaduras não foram ‘derrubadas’ – foram derrotadas.

Conforme o autor, para que a transição acontecesse sem ameaçar o bloco militar, o poder foi transferido de forma indireta para uma figura da sociedade civil que mantinha uma boa relação com o regime. Assim, acontecia a abertura democrática que, por sua vez, era necessária, mas sem correr o risco de entregar o poder para a oposição; diferentemente do que aconteceu em Portugal, que derrubou o regime fascista através de claro posicionamento de classe. De acordo com Varella (2014, p. 15): “Portugal venceu e fez tremer a estrutura da forma de acumulação capitalista”.

Ainda em consonância com Varela (2014), a Revolução dos Cravos instaurou o fim de um país e inaugurou outro. Também inaugurou o turismo revolucionário, pois todos queriam experimentar a Revolução dos Cravos. Nas universidades, nas fábricas, nos campos, em meio a uma intensa alegria que inaugurou a esperança para toda uma geração, dentro e fora de Portugal, só se falava em liberdade e socialismo.

Outro ponto importante de Portugal e do Brasil foi o protagonismo dos partidos de esquerda no que tange a esses países. Em Portugal, logo da derrubada do regime fascista, os governos provisórios ainda eram muito heterogêneos, seus líderes tinham uma ligação forte com o Partido Socialista, com o Partido Comunista e com Partido Popular Democrático. Esses partidos se encontravam no centro dos processos decisórios do país. No Brasil, vemos o protagonismo dos partidos de esquerda para pressionar, junto à população, pelo fim do regime. Porém, não houve a posse do governo nesse momento, haja vista as inúmeras artimanhas do condomínio militar, para que ocorresse a abertura democrática sem que o poder fosse entregue nas mãos da oposição.

Parafraseando Netto (2014), a ditadura fascista portuguesa foi derrubada e a brasileira foi derrotada. Contudo, não podemos deixar de considerar que o protagonismo da classe trabalhadora em ambos os países foi o núcleo essencial para o alcance da democracia.

#### **4.1.1 As convergências do avanço neoliberal no Brasil e em Portugal: naturalização da política de retrocesso**

Como visto no capítulo anterior, a partir da Revolução dos Cravos, em Portugal, e da transição democrática, no Brasil, pairou a sensação de esperança para a classe trabalhadora diante desses países. Em Portugal, essa chama adentrava com a promulgação da Constituição Portuguesa de 1976. No entanto, nos anos seguintes (em 1982 e 1989) foram acontecendo revisões, deixando-a mais favorável ao sistema econômico e afastando qualquer possibilidade de transição para o socialismo. Aquilo que os trabalhadores procuravam construir veio a calhar, ao contrário do esperado.

O que podemos perceber, conforme explicitado por Mamede (2008), é a notória conciliação de Portugal com a economia internacional, sobretudo, a partir de 1977, ao recorrer ao Fundo Monetário Internacional. É a partir desse período que emergem no país, paulatinamente, as ideias neoliberais vindas esmagadoramente dos Estados Unidos.

Conforme o autor, a política neoliberal em Portugal veio a se confirmar com a entrada do país na Comunidade Econômica Europeia, em 1986. Dessa forma, as políticas econômicas

e sociais do país foram associadas ao neoliberalismo pelas mãos da União Europeia. Diante disso, principalmente com a revisão da Constituição de 1989, percebemos o cenário favorável ao grande capital, através das privatizações das empresas públicas, de desregulamentação financeira, desregulamentação das relações de trabalho, de falta de autonomia estatal perante o mercado internacional e de um notório descompromisso com o campo dos direitos sociais, que se acentua no quadro dos anos de 1990<sup>46</sup>, com a efetivação do mercado único de capitais sob a lógica da concorrência e competição.

De forma similar, o grande capital buscou, de forma assídua, promover retrocessos diante da realidade brasileira. Contudo, segundo Abramides e Duriguetto (2014), podemos considerar que a consolidação da Constituição Federal de 1988 significou o coroamento dos direitos civis, políticos e sociais de forma abrangente. No entanto, o avanço neoliberal nesse país se fez sentir, efetivamente, a partir dos anos de 1990, tendo esse grande símbolo de luta dos trabalhadores como seu alvo.

Conforme Behring e Boschetti (2009), com o apoio norte-americano através do Consenso de Washington, consolidou-se o processo de contrarreforma no país, desprezando as conquistas de 1988 e entregando o patrimônio público nas mãos do capital dominante. Nesse contexto, foram drásticas as consequências para os trabalhadores, convivendo com um profundo cenário de degradação das relações de trabalho, através da flexibilização, terceirização que, por conseguinte, ocasiona uma verdadeira fragmentação da classe trabalhadora, além da perda de proteção social.

Nas palavras de Yazbek (2001, p. 38), o reconhecimento dos direitos sociais passou a enfrentar um grande obstáculo para sua efetivação, ou seja, um grande recuo constitucional, devido à ambiguidade entre o “país real e o país legal”. O sucateamento dos serviços públicos, a desqualificação das políticas sociais, a degradação dos direitos trabalhistas e a refilantropização no trato da questão social são as provas do desinteresse do Estado e do capital com a sociedade. Ademais, outro exemplo do ataque à Constituição Federal de 1988 foi a implementação do “Plano Diretor” (Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado), em 1995, para conter a efetivação dos direitos que foram conquistados através de muita luta da classe trabalhadora. Com isso, foi promovida a reorientação dos gastos públicos no intuito de economizar recursos para o pagamento do serviço da dívida externa.

---

<sup>46</sup>Como descrito por Carvalho e Pinto (2015), principalmente, no ensino de Portugal, com adesão ao tratado de Bolonha, alterou-se toda a estrutura curricular e a filosofia de base dos cursos. A formação das universidades acaba por centrar-se na ideia de fileira de diplomas. Busca-se promover uma homogeneização dos cursos para atender a lógica do mercado.

Percebemos que são tempos difíceis, de um grande avanço neoliberal e o objetivo do grande capital é romper com as barreiras que impedem a sua manutenção e reprodução, romper com qualquer trava extraeconômica – principalmente no que se refere às restrições sócio-políticas (relações de trabalho, barreiras alfandegárias, geográficas, entre outras), que obstaculizam a sua liberdade de movimento.

Além do mais, promove um “falso ataque ao Estado”, haja vista que seu objetivo não é a diminuição do Estado, mas a redução de suas funções no que diz respeito aos direitos sociais. Dessa forma, como descrito por Netto e Braz (2006, p. 227), o objetivo de seus representantes é um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital”.

Segundo Netto (2006), qualquer que seja a saída, será produto de trabalho coletivo, intelectual e interventivo. Para tanto, é preciso fortalecer diálogos, haja vista que umas das artimanhas da ideologia neoliberal é a propagação de teses conservadoras, como forma de legitimar e naturalizar suas artimanhas para promover sua perpetuação.

Apesar de estarmos abordando localidades diferentes, a matriz do poder dominante é a mesma em seus fundamentos e interesses. Conforme posto por Eiras (2016, p. 10), “estamos no mesmo barco, aqui e lá, não são mais separados, encontram-se, convergem para problemas comuns: desemprego, pobreza e miséria”. Em virtude do que foi mencionado, podemos considerar que é nesse campo que se inscreve a intervenção profissional do Serviço Social, em terrenos contraditórios. Para tanto, é necessário que sejam construídas pontes diante da luta pelo alcance do verdadeiro ideal de democracia.

#### 4.2 SERVIÇO SOCIAL BRASIL E PORTUGAL (1974-1995): IDENTIFICAÇÃO DAS CONVERGÊNCIAS E PARTICULARIDADES A PARTIR DAS ANÁLISES APRESENTADAS

Antes de realçarmos as convergências e as particularidades das transformações no Serviço Social de ambos os países no quadro dos anos de 1974-1995, cabe destacar que, nestes dois países, as transformações teórico-políticas no bojo da profissão diante do referido período histórico não aconteceram da noite para o dia, pelo contrário, são frutos de uma permanente atenção e movimentação da profissão com a processualidade histórica de seus países. Este fato, já se coloca como uma convergência entre a profissão desses países, haja vista que para desembocar nas transformações a partir da década de 1970 a 1990, houve todo um movimento anterior da profissão, nos anos de 1960, que esteve em diálogo com os acontecimentos e com

o panorama de forças populares do cenário mundial, o que repercutiu também no cenário de seus países.

Além disso, a década de 1960 nos traz as primeiras aproximações entre o Serviço Social brasileiro e o português. Ainda assim, em ambos os países a profissão se mostrava heterogênea, com questionamentos de grupos profissionais que não se identificavam com as bases tradicionais. No Brasil, como trouxemos no primeiro capítulo deste estudo, pairou na profissão um clima de questionamentos e de busca por mudanças de suas bases, influenciado pelo contexto sociopolítico do país, com grandes movimentações populares. Tal clima favorável e crescente para os trabalhadores levou ao setor dominante promover uma contrarresposta, que desembocou na instauração do regime civil militar, em 1964.

Em Portugal, o panorama de não identificação da profissão com suas bases tradicionais estava muito aguerrido pelo contexto sociopolítico do país, no entanto, diferentemente do Brasil, como Portugal já vivenciava quase meio século consecutivo de ditadura, nesse período, o que percebemos é um clima de erosão do regime, devido ao acentuar da guerra colonial somado à exaustão da população portuguesa frente à ditadura salazarista.

Desse modo, conforme Martins e Tomé (2016), de forma clandestina, diante da presente realidade ditatorial nos dois países (Brasil no início do regime e Portugal caminhando para o fim), Portugal possuiu algumas apropriações dos documentos originados pelos seminários de teorização do Serviço Social brasileiro e alguns ecos sobre o que a profissão vivenciava na América Latina – Movimento de Reconceituação.

Constatamos, por meio de nossas leituras, que os espaços de manobras foram sendo alargados em Portugal devido ao panorama intenso de crise do regime salazarista e à crescente pressão popular em busca por condições dignas de vida. No âmbito do Serviço Social, percebemos uma profissão cada vez mais envolvida com movimentos sociais, com partidos políticos de esquerda, com o movimento estudantil, com a luta pela liberdade e pelos interesses de seus utentes. Cabe demarcar, como mencionado anteriormente, que muitas assistentes sociais foram perseguidas, presas e torturadas pelo regime salazarista. Entretanto, com um contexto político cada vez mais acirrado para a manutenção da ditadura, as forças comprometidas com os ideais democráticos encontraram, em 1974, o clima favorável para a derrubada do governo, através de um grande processo revolucionário.

Em contexto brasileiro, o regime ditatorial se acentuava gradativamente, com um cenário de supressão de todas as formas de liberdade, a realidade de repressão, crueldades que assolavam o país. O processo de questionamento das bases tradicionais do Serviço Social sofreu um grande esfriamento e a profissão passou a adotar uma postura de acordo com a

funcionalidade do poder dominante. Entretanto, a parcela da categoria mais alinhada com os movimentos e lutas populares, sofreu, na própria pele, as duras penas do regime. De forma similar ao que ocorreu com os assistentes sociais portugueses, como trouxemos no capítulo anterior, os profissionais brasileiros, também sofreram as duras penas do regime, devido a seu vínculo ativo com os movimentos sociais, partidos políticos, organizações comunitárias, entre outros.

Cabe realçar que, em ambos os cenários, a profissão se encontrava em movimento e atenta à dinâmica da realidade, passando por momentos de inflexão e por novas descobertas. Porém, o clima sociopolítico brasileiro ainda estava permeado pela ditadura civil militar e Portugal respirava ares de liberdade, proporcionados pela Revolução dos Cravos. Dessa forma, um outro ponto de convergência que podemos destacar é a entrada em situação de exílio do assistente social e professor brasileiro, José Paulo Netto, estando perseguido pelo regime no Brasil.

O referido professor, ao se exilar em Portugal, na segunda metade dos anos de 1970, pôde exercer grandes contributos para a realidade da profissão nesse país, como destacado por Martins e Carrara (2014), e também em sua entrevista ao subgrupo “*Interlocuções internacionais*”, exposta anteriormente, nesta dissertação. Assim sendo, em âmbito político-organizativo, a APSS, juntamente com a Comissão pró-associação, passou a incorporar seus debates e cursos que traziam a crítica ao conservadorismo para a categoria, com ênfase na necessidade da organização política dos profissionais e da produção em Serviço Social. Não obstante, possuiu um grande protagonismo na criação da revista Cadernos da APSS, que continha diversas publicações sobre as suas investigações.

Cabe destacar que com a vivência do processo revolucionário, o Serviço Social português passou a ter liberdade para dialogar, para circular materiais, livros, artigos, estando aberto às influências e às experiências internacionais. Dessa forma, a interação entre a profissão e o Movimento de Reconceituação latino-americano foi aumentada, devido à passagem de nomes importantes deste movimento pelo país, como também, através do referido professor José Paulo Netto, conforme o mesmo explicitou em entrevista:

O Herman esteve em Lisboa, eu me lembro de uma passagem [...] Fora disso [...], Ander Egg estava em situação difícil [...], foi alvo de um atentado a bomba na Argentina. A saída dele da Argentina foi dramática, ele saiu ferido e inclusive tem sequela. Colocaram uma bomba na casa dele. Ele sai pela Colômbia, Venezuela e vai para a Espanha. Ele estava, neste momento, em condições muito difíceis. Eu disse: eu estou no Instituto e posso convidá-lo. Ander Egg esteve no Instituto depois de 79 [...] eu diria que alguns autores chegaram a Portugal. Eu diria que eu ajudei nesse caminho. Fui eu que levei

para lá o material do CELATS, levei para lá o Boris Lima. Que na verdade é aí que entra um componente que, aí sim, acho muito importante, o componente Paulo Freire. Então em Portugal, Paulo Freire teve uma influência enorme. Ele esteve lá. Eu diria que Paulo Freire é um dos pedagogos mais conhecidos do século XX (informação verbal).

A aproximação do Serviço Social de Portugal com o Movimento de Reconceituação também foi identificada no percurso do segundo capítulo, principalmente com a apropriação dos materiais da *Revista Intervenção Social*. Assim, foi possível percebermos o quanto a profissão estava preocupada em se fundamentar para ter uma prática profissional coerente com as demandas postas pelos utentes. A busca por novos pressupostos como forma de corresponder suas inquietações profissionais e a aproximação com a Reconceituação que se fez necessária, contribuiu para o redimensionamento político da prática, que levou a reforçar a vinculação dos assistentes sociais com a necessidade de participação social. Em suma, a aproximação com as fontes latino-americanas também não aconteceu sem equívocos, através de fontes secundárias, o que fez muitos assistentes sociais portugueses questionarem o politicismo na profissão.

Destacamos, ainda, que a influência do Movimento de Reconceituação se coloca como um dos grandes pontos de convergências entre o Serviço Social brasileiro e o Serviço Social português. No entanto, na realidade brasileira esta influência foi abafada com a instauração da ditadura, sendo possível reaparecer somente na segunda metade da década de 1970, tendo sua expressão marcante com o método BH e a partir de um contexto sociopolítico de revigoração das forças populares – de abertura democrática no país –, graças ao qual foi possível alcançar sua virada no III CBAS, em 1979.

Levando em conta o que foi observado, vale ressaltar que o Serviço Social português também possuiu apropriações sobre o processo de renovação que o Serviço Social brasileiro vivenciava. Martins e Tomé (2016) destacam apropriações das obras de Vicente de Paula Faleiros e contribuições do Método Belo Horizonte. Um outro ponto convergente, como trazido nos debates apresentados anteriormente sobre as publicações da *Revista Intervenção Social*, foi a identificação de autores do Serviço Social brasileiro nas publicações e nos referenciais bibliográficos dos trabalhos da revista. Essa articulação demonstra o quanto o Serviço Social português estava atento ao que a profissão vivenciava em outras realidades históricas, além de evidenciar o quanto a profissão em Portugal estava aberta aos diálogos internacionais.

A vivência do marco histórico revolucionário somado às influências internacionais, com o esforço permanente da categoria diante do processo de construção do conhecimento, além da luta pelo grau de licenciatura, possibilitou à profissão promover sua virada com as bases conservadoras e o alinhamento profissional com os interesses da classe trabalhadora, no

entanto, diferentemente do Serviço Social no Brasil, não foi consolidado um posicionamento radical de oposição ao capitalismo perante tais décadas. Ademais, consideramos que todo esse movimento de ultrapassar as bases conservadoras no interior da profissão foi algo muito heterogêneo do âmbito do Serviço Social português, isto é, havia profissionais que tinham receio do novo, principalmente, devido às alianças políticas econômicas que o país passou a estabelecer com o capital dominante.

Como demonstramos no capítulo anterior, foi promovido, em 1979, o encontro pela Cáritas Portuguesa, com o tema “Portugal hoje, que Serviço Social?”. Tal encontro buscou contrapor as influências do Movimento de Reconceituação com a nítida recusa às influências marxistas e à militância política. Já o Brasil, como trazido ao longo dessa exposição, pode vivenciar, nesse mesmo período, o famoso “Congresso da Virada”, com uma notória posição e adesão ao marxismo, o que repercutiu por todas as esferas da profissão nos anos subsequentes.

Desse modo, consideramos que esta diferenciação de posicionamentos em muito se articula com a dinâmica sociopolítica vivenciada por esses países. Portugal vivenciou, a partir dos finais dos anos de 1975, um grande processo contrarrevolucionário, o que fez adequar o país aos interesses da União Europeia, articulado aos mandos do capital dominante.

Já no Brasil, nesse período, se assiste a um grande revigoramento das forças populares em defesa da democracia e, o Serviço Social, como trazido ao longo do primeiro capítulo, com uma caminhada político-organizativa mais maturada, além do crescimento dos cursos de Pós-Graduação, por conseguinte, crescimento da pesquisa, através das dissertações e teses, e com as publicações da *Revista Serviço Social e Sociedade*, foi possível alcançar uma maturidade teórico-metodológica nos anos de 1990, que repercutiu na fundamentação do Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro.

Destacamos que tais diferenças não são divergências entre a profissão no Brasil e em Portugal, haja vista que buscamos encontrar as unidades em um mar de diversidades. Desse modo, como foi apresentado ao longo do segundo capítulo, a institucionalização da profissão em Portugal aconteceu de forma diferente, como também seu reconhecimento, sua inserção na universidade, bem como sua luta assídua pela conquista do Grau de licenciatura, a qual consideramos como uma grande expressão político-organizativa da categoria. Foi mais de uma década de luta efetiva, com articulações de amplas entidades da categoria a nível nacional e internacional, o que levou, por exemplo, ao estabelecimento do Protocolo de Intercâmbio entre o ISSSL e a PUC. São esses os elementos que repercutiram no caminhar da profissão desse país para que o Serviço Social construísse sua história na história.

### 4.3 PROTOCOLO DE INTERCÂMBIO ENTRE ISSSL E PUC-SP: A IMPORTÂNCIA DESTA CONVERGÊNCIA ENTRE OS PERCURSOS

Destacamos que o Protocolo de Intercâmbio estabelecido entre o ISSSL e a PUC-SP, a partir de meados dos anos de 1980, consagrou o cenário de convergências entre a profissão no Brasil e em Portugal. Consideramos que, ao longo de toda esta dissertação, tal protocolo entre as universidades ganhou um espaço importante na visão dos autores aqui trabalhados e, também, ao nos debruçarmos sobre as publicações da *Revista Intervenção Social*.

Dessa forma, dada a não existência dos cursos de Mestrado e Doutorado em Portugal e devido à exigência do Ministério da Educação de qualificação de seus docentes para a conquista do grau de licenciatura, conforme Coelho e Guedes (2021), através de muito empenho e articulação da profissão, em 23 de abril de 1986, foi estabelecido o Protocolo de Intercâmbio entre o ISSSL e a PUC-SP para os cursos de Mestrado e Doutorado. Em fevereiro de 1987 teve início a 1ª turma de Mestrado de Serviço Social ao abrigo do referido protocolo. Como explicitado no decorrer do segundo capítulo e, também, como trazido pelas autoras:

O professor José Paulo Netto foi figura de destaque e teve interferência fundamental nesse processo. Como integrara por mais de um ano o quadro docente do ISSS de Lisboa, teve papel direto na articulação entre as duas escolas. O mesmo se deu com as professoras Úrsula Karsch (Brasil) e Maria Augusta Negreiros (Portugal), inicialmente responsáveis pelo protocolo (COELHO; GUEDES, 2021, p. 558).

Conforme trazido na P14 da *Revista Intervenção Social*, o estabelecimento do protocolo não trouxe somente a qualificação do corpo docente, mas introduziu avanços no desenvolvimento da investigação em Serviço Social, através dos projetos de pesquisas que foram realizados.

Ademais, cabe destacar os objetivos da cooperação e intercâmbio entre as universidades, a saber:

- Qualificar recursos humanos para a docência e para a pesquisa em nível de pós-graduação e para os cursos de Serviço Social de Portugal, de forma a titular 10 pesquisadores e docentes em um período de cinco anos;
- Definir programas e realizar, em regime de cooperação mútua, pesquisas de substancial importância para o desenvolvimento do Serviço Social de ambos os países;
- Proporcionar aos docentes brasileiros e portugueses o intercâmbio de experiências e conhecimentos científicos entre Brasil e Portugal, propiciando o fortalecimento recíproco da formação profissional em ambos os países;

- Intensificar a publicação em língua portuguesa da produção científica do serviço social (NEGREIROS, 1985, p. 88).

Dessa forma, como descrito por Ferreira (2006), a partir da assinatura do protocolo de cooperação, é possível constatar a entrada de professores brasileiros, principalmente vinculados à PUC-SP, para ministrar o curso de Mestrado em Portugal. O quadro elaborado pela referida autora e que reproduzimos a seguir, exemplifica as disciplinas que foram trabalhadas juntamente com os professores que ministraram as aulas.

Quadro 11 – 1º Mestrado PUC-SP/ISSSL – Plano Curricular e docentes

<b>Ciclo de Fundamentos</b>	<b>Docentes</b>	<b>Universidade</b>
Fundamentos Filosóficos e Questão de Método nas Ciências Sociais	José Paulo Netto	PUC-SP
História e Tendências Teóricas do S. Social	Myrian Veras Baptista	PUC-SP
Política Social	Manuela Silva	ISEL
Metodologia Científica	José Madureira Pinto	FEP
Análise Político- Administrativa das Organizações de Serviço Social	Úrsula Karsch	PUC-SP
Instrumentos e Técnicas de Serviço Social	Aldaiza Sposati	PUC-SP
Seminário de Dissertação	Suzana Medeiros	PUC-SP

Fonte: FERREIRA (2006, p. 191).

De acordo com Ferreira (2006), foram 20 alunos inscritos para o curso de Mestrado, destes, 13 concluíram a qualificação no programa. Apontamos, ainda, que estes alunos já possuíam, em sua maioria, carreira como docente, mas estavam em busca de qualificação, com o intuito de fomentar a luta pela licenciatura como já explicitamos. Com o fomento do programa, foram adensadas novas turmas de Mestrado e de Doutorado ao longo dos anos. No que tange ao Doutorado, a primeira turma se efetivou no ano de 1997, com os seguintes professores e disciplinas:

Quadro 12 – Doutorado – Plano Curricular e docentes

	<b>Docente</b>	<b>Universidade</b>
Globalização, Trabalho e Serviço Social	José Paulo Netto	PUC-SP
Modernidade, Cidadania e Transformação social	José Bragança de Miranda	U.N. L
Seminário de Dissertação	Aldaiza Sposati, M <sup>a</sup> Lúcia Martinelli, Úrsula Karsch	PUC-SP

Fonte: FERREIRA (2006, p. 195).

De acordo com Ferreira (2014, p. 198), esse primeiro programa de doutoramento promoveu a qualificação de 7 doutores, o que possibilitou ao Serviço Social português o reconhecimento como “área científica pelo Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior”. Ademais, Carvalho (2014, p. 327) também aponta que:

Decorrente dessa parceria foi possível em 1995 oferecer o primeiro Mestrado em Serviço Social em Portugal na Escola de Serviço Social de Lisboa, ISSSL e nos anos seguintes também em outras escolas de Serviço Social e Universidade que desenvolvem este tipo de oferta formativa em Serviço Social [...]. Resultado desse protocolo assiste-se à edição da primeira tese de doutoramento em Serviço Social a ser publicada em Portugal. A obra de Martins (1999b) sobre ‘A Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social Português’ constituindo esta uma das obras com mais impacto no Serviço Social em Portugal.

Segundo Ferreira (2014), os novos doutores na área de Serviço Social começaram a compor as comissões de avaliação do curso no país. No que tange à formação, percebemos que houve, também, um novo aperfeiçoamento dos programas de teoria e de metodologia do Serviço Social, além da busca pela conquista da abertura do curso em âmbito público.

Além disso, Coelho e Guedes (2021, p. 559), destacam que:

O curso de mestrado foi inscrito pelas agências de fomento à pesquisa dos dois países, CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), no Brasil, e JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica), em Portugal, tendo o segundo a disponibilizar bolsas de estudos a três dos 20 assistentes sociais que frequentaram o curso.

Enfatizamos, ainda, conforme Carvalho (2014), a importância da criação de Núcleos de Pesquisa, principalmente para a publicação e a divulgação de trabalhos, pesquisas, teses de Mestrado e de Doutorado. O mais antigo desses núcleos é o Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social – CPIHTS. A autora também salienta que a produção teórica do Serviço Social não se resume apenas às bases de dados de Portugal. Suas publicações estão em língua portuguesa do Brasil, em espanhol e em inglês.

Inclusive, apontamos que os anos de 1980 a 1990 foram férteis para o Serviço Social em Portugal, através do alcance do Grau de Licenciatura em 1989, a conquista de legitimação científica com a participação de um professor doutor em Serviço Social no Conselho Científico do ISSS de Lisboa, o Mestrado pelas próprias universidades portuguesas, em 1995 e, posteriormente, o Doutorado. Além disso, também constatamos o aumento de instituições de ensino no país, como também a crescente procura de estudantes, com acesso a formação qualificada/continuada.

Desse modo, a vinculação do Serviço Social brasileiro ao português, através da consolidação do protocolo de intercâmbio entre a PUC-SP e o ISSSL, foi de grande importância por ultrapassar as fronteiras das próprias universidades. Assim, conforme mencionado por Carvalho (2014), publicar e disseminar o conhecimento da profissão se faz necessário para formar uma comunidade, através do trabalho em rede, com investigações colaborativas, haja vista que também são grandes os desafios na efetivação do Projeto Ético-Político brasileiro. Em vista dos elementos apresentados, ressaltamos que é preciso unirmos forças como forma de construirmos respostas e alternativas de luta contra o grande capital.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer o debate sobre o Serviço Social na história pressupõe deixar latente que a profissão emprega e também sofre interferências no jogo das relações sociais. Dessa forma, realçar seu protagonismo, seu movimento, seu posicionamento, interação/diálogos e ação diante do marco temporal de 1974 a 1995, foi de grande importância, para reavivamos e amparamos as lutas do presente, principalmente, diante dos desafios que são colocados pelo avanço neoliberal em geopolítica mundial, como também na realidade do Brasil e de Portugal.

O caminho percorrido diante das transformações político-organizativas e teórico-metodológicas da profissão em ambos os países no quadro dos anos de 1974 a 1995, possibilitou-nos identificar o quanto a profissão no Brasil e em Portugal não ficou alheia às lutas, pelo contrário, foi coautora dos processos de mudanças sociopolíticas dos dois países. Além disso, consideramos que fizeram dessas experiências instrumentos para promover transformações nas bases da profissão, como o surgimento de um novo perfil profissional voltado para defesa dos interesses da classe trabalhadora. Salientados, entretanto, que esse perfil possuía, por sua vez, particularidades próprias ao cenário/desenvolvimento político, econômico e social de seus respectivos países.

Sendo assim, ao pensarmos o Serviço Social na história, também se faz necessário compreendermos seus diálogos. Para tanto, a identificação das convergências se colocou como um instrumento necessário, pois não se resume a compreender a profissão inserida na história de seu próprio país, como algo restrito. É preciso ir além, ultrapassar as fronteiras, descer às raízes, ir ao encontro da ordem fundante, a qual produz a realidade de contradição que assola o Brasil, Portugal e as demais latitudes do mundo.

Dessa forma, ao identificarmos as convergências, foi possível demonstrarmos a abertura da profissão para a necessidade de se reconhecer no outro, a abertura para a troca de conhecimentos, para a troca de experiências, para a necessidade do fomento da pesquisa e da organização da categoria e para necessidade de estar conectado com o movimento do real.

Como vimos, ao longo deste trabalho, a saída é coletiva, haja vista que a hegemonia da política neoliberal, acentuada nos anos de 1990, vem contribuindo fortemente para o recuo do movimento democrático e popular tanto do Brasil como em Portugal e no mundo. Conforme Silva (2009), trata-se de uma conjuntura não favorável ao estabelecimento de uma visão crítica diante da realidade e isso tem repercutido fortemente no Serviço Social em ambos os países, principalmente com o advento das teorias Pós-modernas.

Sabemos que são inúmeras as artimanhas do capital para mistificar todo o processo de exploração sofrido pela classe trabalhadora e uma análise particular da realidade dos sujeitos acentua ainda mais esse processo. Um olhar micro diante da realidade ocasiona a culpabilização por sua condição, ocasiona o discurso meritocrático e leva à fragmentação dessa classe que foi subalternizada.

Por meio de nossa investigação, tornou-se perceptível, na realidade de ambos os países, a adesão pela defesa dos interesses da classe trabalhadora, no entanto, é necessário nos atentarmos e nos conectarmos com o movimento do real, pois assim estaremos, de fato, conectados com o próprio objeto de trabalho.

Nesta dissertação apresentamos algumas questões que nos inquietaram, mas a contínua reflexão mostrou que, se as hipóteses não foram completamente corroboradas, ao menos pudemos constatar que muitas discussões poderão nos levar a novas postulações que reflitam o anseio de continuarmos avançando nesse campo de pesquisa e unindo forças para construir respostas e alternativas de luta contra o grande capital.

Assim, conforme trazido ao longo de todo o percurso construído até aqui e, também, como mencionado por Coelho e Guedes (2021), é consenso entre os autores portugueses o salto que a profissão possuiu no lapso de tempo analisado, entretanto, há muito que ainda precisa ser feito. Conforme Martins (2010), são poucos os estudos consistentes sobre o Serviço Social no cenário português diante desse período histórico, sendo assim, vemos algumas perspectivas para estudos futuros, como, por exemplo, a partir da aproximação investigativa das dissertações e teses oriundas do protocolo de intercâmbio, que nos levaria para outros universos de análises, ademais de contribuir trazendo também uma fortuna crítica sobre essa temática

Como desfecho de nossa discussão, é importante deixarmos latente o questionamento de Yamamoto (2014, p. 50): “Que reservas teórico-metodológicas e ético-políticas o Serviço Social acumulou ao longo dos anos 1980, para enfrentar a questão social na contemporaneidade e realimentar a formação profissional?” Ao levantar tal questionamento, a autora nos remete à profissão no Brasil, mas essa indagação também cabe ao Serviço Social em Portugal.

Portanto, concluímos que é essencial continuar e consolidar uma prática permanente de conhecimento, de diálogos e interlocuções sobre as sistematizações produzidas por estudiosos críticos da área, objetivando agrupar forças para fomentar o processo de resistência contra o grande capital no interior da profissão, na busca por maiores debates que acentuem o caminho alternativo rumo a uma agenda anticapitalista.

Avante!

## REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro*. 426 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016
- ABRAMIDES, M. B. C. *Maria Beatriz Costa Abramides: depoimento*. In: DINIZ, T. M. R. G. (coord.). *Serviço Social, memórias e resistência contra a ditadura: depoimentos*. CFESS, Brasília: 2017. p. 56-62.
- ABRAMIDES M. B. *O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.
- ABRAMIDES M. B.; CABRAL, M. S. *A Organização Política do Serviço Social e o Papel da CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social Brasileiro*. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador), Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). *30 Anos do Congresso da Virada*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009. p. 55-80.
- ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.). *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- AMARO, M. I. (2009). Identidades, incertezas e tarefas do Serviço Social contemporâneo. *Locus Soci@l*, (2), 29-46. Disponível em: <https://journals.ucp.pt/index.php/locussocial/article/view/10151> Acesso em: 01 nov. 21.
- ANDRADE, M. *O Estado, a Sociedade e a Questão da Habitação em Portugal—1960–1976*. Lisbon: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo & Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 1992.
- ANDRADE, M. *Serviço Social, habitação e autarquias: movimento e liames da prática e da teoria*. 7ª 1993.
- ANTUNES, R. *O que é sindicalismo*. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ARAÚJO, F.; CAIADO, N. Para uma reflexão sobre a prática profissional dos jovens assistentes sociais. *Revista Intervenção Social* 1. ed. 1985.
- BAPTISTA, M.V. *Novas perspectivas da participação na acção do Serviço Social*. 4ª. 1986.
- BAREL, Y. O que está em jogo no trabalho social. *Revista Intervenção Social* 2/3. ed. 1985.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BATISTONI, M. R. B. O Movimento de Reconceituação no Brasil: O Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 136 – 150, jul./dez., 2017.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. *Política Social – Fundamentos e história*. 6. ed. São Paulo: 2016.

BRANCO, F.J.N. Estágios do I.S.S.S. no ano lectivo 1984/85: levantamento e elementos de caracterização. *Revista Intervenção Social*. 2/3. ed. 1985.

BRANCO, F.J.N. Crise do estado providência, universalidade e cidadania: um programa de investigação e acção para o Serviço Social. *Revista Intervenção Social*. 8. ed. 1993.

BRANCO, F.; FERNANDES, E. *O Serviço Social em Portugal: Trajectória e Encruzilhada*, Lisboa: 2005.

BRANCO, F.J.N.; PORTA, M.; SÁ, O.; SÁ, T.; BAPTISTA, M.R.; LOFF, P. Ópticas sectoriais de intervenção social em comunidades urbanas. *Revista Intervenção Social*. 1. ed. 1985.

BRAVO, M. I. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.: O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista*. São Paulo. n. 100, p. 679-708. out./dez. 2009.

BRAVO, M. I. S.; RAIZER, E. C.; LEMOS, E. L. S.; ELPÍDIO, M. H. *O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social*. In: SILVA, M. L. Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistência. São Paulo: Cortez, 2019. p. 56-82.

BRAZ, M. O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. *Revista Serviço Social e Sociedade: O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista*. São Paulo. n. 100, p. 709-719. out./dez. 2009.

CARVALHO, M. I. A Pesquisa do Serviço Social em Portugal: evidências e provocações. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 325 - 336, 30 dez. 2014.

CARVALHO, M. I.; PINTO, C. Desafios do serviço social na atualidade. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 121, p. 66-94, jan./mar. 2015.

CASTAÑO, D. Mário Soares e o sucesso da transição democrática: breves notas. *Ler História*. v. 63, p. 9-31, 2012.

COELHO, J. D. *A Resistência em Portugal*. Lisboa: Avante, 2006.

COELHO, K. A. F. P. *A formação profissional em Serviço Social no Brasil e em Portugal: encontros e desencontros*. Londrina, 2018

COELHO, M. Uma experiência de transformação no sector habitacional do Estado. SAAL – 1974-1976. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 18/19/20, fevereiro de 1986.

COELHO, K. F.; GUEDES, O. D. S. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. *Serviço Social & Sociedade*, n. 142, p. 549-567, set./dez., 2021.

COIMBRA, C. M. B. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*. v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.

COUTO, B. Doentes crónicos e espaço profissional do assistente social. *Revista Intervenção Social*. 9. ed., 1994.

EIRAS, A. A. L. T. S. Prefácio/Pós-fácio. *Serviço Social, convergências e articulação internacional: perspectivas abertas*. Campinas, 2016.

EIRAS, A. A. L. T. S.; YAZBEK, M. C.; SANTOS, C. M. Os movimentos contestatórios no Serviço Social ibero europeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ, n. 40, v. 15, p. 22-39, 2017.

EIRAS, A. A. L. T. S. [et al.]. *Serviço social e ação profissional crítica*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.

FALEIROS, V.P. Serviço Social: trajetórias e estratégias. *Revista Intervenção Social*. 9. ed., 1994.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, E. Evolução da formação dos assistentes sociais no Instituto de Lisboa. *Revista Intervenção Social*, 2/3. ed., 1985.

FERNANDES, E. Elementos para uma cronologia do Serviço Social em Portugal. *Revista Intervenção Social*, 2/3. ed., 1985.

FERREIRA, A. *Por uma nova política de habitação*. Porto: Afrontamento, 1987

FERREIRA, D.R. A importância dos estágios na formação em Serviço Social: o caso concreto dos estágios do sector trabalho no ISSS. Algumas reflexões. *Revista Intervenção Social*, 2/3. ed., 1985.

FERREIRA, J. M. L. Estudos de Pós-graduação e de doutoramento em Serviço Social: A Experiência Portuguesa. *AZARBE*. n. 3, p. 197-203, 2014.

FERREIRA, M. E. F. *Serviço social e construção do conhecimento: contextos, lógicas e significados no serviço social português*. 2006. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FERREIRA, M. E. F. *Desenvolvimento Comunitário em Portugal nos anos 1960: que participação e significado do Serviço Social português? In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (org.) A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021. p. 319-344.

FILHO, R. S.; GURGEL, C. *Gestão democrática e Serviço Social: Princípios e propostas para a intervenção crítica*. São Paulo: Cortez, 2016.

GRIMNONPREZ, P. Lilie: Alma – Jacquest estratégias populares. *Revista Intervenção Social*, 1. ed., 1985.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M.V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*, v. 4, p. 161-196, 2006.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. *Marilda Villela Iamamoto: depoimento*. In: DINIZ, T. M.R. G. (coord.). *Serviço Social, memórias e resistência contra a ditadura: depoimentos*. CFESS, Brasília: 2017. p. 75-89

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (org.). Introdução. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (org.) *A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021. p. 25-70.

KAMEYAMA, N. *A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social*. Caderno Abess, São Paulo: Cortez, p. 33-76, 1998.

LOWY, M. Marxismo e cristianismo na América Latina. *Lua nova*, nº 19. São Paulo, 1989.

MAMEDE, R. P. *A crise (adiada) do neoliberalismo*. Entrevista concedida ao Huffington Post, a 16 de Setembro de 2008. Disponível em: [https://home.iscte-iul.pt/~rpme/Documentos/RPM\\_2011\\_Janus.pdf](https://home.iscte-iul.pt/~rpme/Documentos/RPM_2011_Janus.pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

MARTINELLI, M. L. *Pensar a identidade: eis a tarefa*. Um ensaio sobre a identidade profissional do Serviço Social. In: KARSCH, U. (org.). *Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal*. São Paulo: EDUC. 2005, p. 65-78.

MARTINS, A. M. C. *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MARTINS, A. M. C. Serviço Social crítico em tempo de ditadura *In: Congresso Nacional De Serviço Social*, 1, 2002, Aveiro. *Anais [...]*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002. p. 1-18.

MARTINS, A. M. C. *Investigação em Serviço Social: perspectivas actuais. In: HENRÍQUEZ, B. A.; FARINHA, M. A. (org.), Serviço Social: unidade na diversidade. Encontro com a Identidade Profissional - I Congresso Nacional de Serviço Social*, Lisboa, Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2003. p. 50-61.

MARTINS, A. M. C. 70 anos de formação em serviço social em tempos de ditadura e de democracia: da escola normal superior ao Instituto Miguel Torga. *Interações*, Campo Grande, n. 17, p. 21-44, 2009.

MARTINS, A. M. C. *Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Beja: Encadernação Progresso, 2010.

MARTINS, A. M. C. Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ. n. 40, v. 15, p. 40-56, 2017.

MARTINS, A. M. C. *Processo de renovação do Serviço Social português nos anos 1970 na perspectiva histórico-crítica. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (org.). A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021. p. 345-366.

MARTINS, A. M. C.; CARRARA, V. Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional. *Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ. n. 33, v. 12, p. 1-24, 2014.

MARTINS, A. M. C.; HENRIQUEZ, A. (org.). *Serviço Social no feminino*. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 1997. p. 15-26.

MARTINS, A. M. C.; TOMÉ, M. R. *Serviço Social português e Serviço Social brasileiro: 50 anos de contribuições históricas. In: SILVA, M.L.O. Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 365-388.

MENDONÇA, G. B. *A organização da Categoria Profissional do Serviço Social: Génese e Contemporaneidade em Portugal*. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

MONTEIRO, A.; RODRIGUES, M.F.P.; NUNES, M.H.V. As práticas dos assistentes sociais num serviço de assistência pública. *Revista Intervenção Social*. 5 /6. ed. 1991.

NEGREIROS, M. A. Programa de cooperação e intercâmbio entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. *Intervenção Social*, n. 2-3, p. 87-92, 1985.

NEGREIROS, M. A. G. Licenciatura em serviço social: principais elementos de um processo. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 5/6, p. 101–110, 1991. Disponível em: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1248>. Acesso em: 05 out. 2021.

NEGREIROS, M.A.G. Plano de estudos do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa *Revista Intervenção Social*. 5 /6. ed. 1991.

NEGREIROS, M.A.G. Plano de estudos do Instituto Superior de Serviço Social do Porto. *Revista Intervenção Social*. 5 /6. ed. 1991.

NEGREIROS, M.A.G. Plano de estudos do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra. *Revista Intervenção Social*. 5 /6. ed. 1991.

NEGREIROS, M.A.G; As representações sociais da profissão de Serviço Social. *Revista Intervenção Social*. 11/12. ed. 1991.

NEGREIROS, M. A. G. *A construção Social de uma profissão: Serviço Social, conflito e mudança*. LIVRO ESTUDOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASIL E PORTUGAL II. São Paulo: PUCSP, 2005.

NEGREIROS, M.A.G.; RODRIGUES, M.F.P.; MOZZICAFREDDO, J. *Memorandum* Tema: 1- Processo de reconhecimento e atribuição do grau acadêmico de licenciatura; 2- A formação em Serviço Social; 3- Organização curricular; 4- Carga horária; 5- Organização acadêmica; 6 Corpo docente; 7- Curso de Mestrado em Serviço Social. 5ª /6ª 1991

NEGREIROS, M.A.G.; FERREIRA, D.R.; GÓIS, J. Entrega solene dos primeiros diplomas da Licenciatura de Serviço Social. *Revista Intervenção Social*. 5 /6. ed. 1991.

NEGREIROS, M.A.G; CHITAS, H.; NETTO, J.P.; MIRANDA, B. Sessão de lançamento do livro: As representações sociais da profissão de Serviço Social - Uma análise empírica em contexto autárquico, de Maria Augusta Geraldes Negreiros. *Revista Intervenção Social*. 10. ed. 1994.

NETTO, J. P. *Portugal: Do Fascismo à revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

NETTO, J.P. O Serviço Social hoje. *Revista Intervenção Social*. 7. ed. 1993.

NETTO, J. P. O Movimento de reconceituação: 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 26, n. 84, p. 5-20, 2005.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social e Saúde*, v. 4, p. 141-160, 2006.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. *Serv. Soc. Soc.:* O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista. São Paulo. n. 100, p. 650-678. out./dez. 2009.

NETTO, J. P. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez; 2014.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

- NETTO, J. P. Tendências do Serviço Social na América Latina e no Brasil. In: MARTINS, A., SANTOS, C., SIMÕES, D., FERREIRA, J., BRAZ, M. *Serviço Social Portugal – Brasil: Formação e Exercício em Tempos de Crise*. Campinas: Papel Social, 2016.
- NETTO, J. P. *José Paulo Netto*: depoimento. In: DINIZ, T. M. R. G. (coord.). *Serviço Social, memórias e resistência contra a ditadura: depoimentos*. CFESS, Brasília: 2017. p. 53-55.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NUNES, M.H.V. A prática de assistentes sociais: uma conversa heurística. *Revista Intervenção Social*, 11<sup>a</sup>/12<sup>a</sup> ed., 1995.
- ORTIZ, F.G. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-papers e FAPERJ, 2010.
- Paula, L. G. P. *Dimensão ídeo-política da intervenção profissional do assistente social: o debate teórico sobre sua conformação*. Juiz de Fora: UFJF, Faculdade de Serviço Social, 2009.
- PAULA, L. G. P. *Estratégia e Táticas: Reflexões no Campo do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- PIANA, M. C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- Plano de estudos dos cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social. *Revista Intervenção Social*. 4. ed. 1986.
- PORTAS, M.; SÁ, O.; SÁ, T. O ponto de vista institucional sobre o valor dos estágios. *Revista Intervenção Social*, 2<sup>a</sup>/3 ed., 1985
- QUEIRÓZ, M. J. O. V.; CORNEJO, B. A. H.; O trabalho social... Da organização para o movimento: o caso da experiência CERCÍ. *Revista Intervenção Social*. n. 29, 10. ed., 1994.
- RAMOS, S. R. *A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social*. 2005. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- RAMPINELLI, W. J. A revolução traída. O império derrotado: revolução e democracia em Portugal. *Lutas Sociais*, v. 17/18, p. 210-213, 2007.
- ROBERTIS, C. Le contrat em travail social fondements ethiques et operationnalite. *Revista Intervenção Social* . 9. ed. 1994.
- ROSAS, F. *O Estado Novo (1926-1974): história de Portugal*, volume 7. Lisboa: Estampa, 1995.

ROSAS, F. O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, *Análise Social*, vol. XXXV (157), p. 1031-1054, 2001.

ROSSATTO, T. A. *A dimensão política do Serviço Social: um estudo do trabalho profissional com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, T. B. *A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação: A Práxis Política dos Estudantes e a Relação com a Formação Profissional*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Serviço Social, São Paulo – 2007. Disponível em: [nessooficial.files.wordpress.com/2012/04/a-participao-poltica-dos-estudantes-de-servio-social-na-defesa-e-na-consolidao-da-direo-social-da-formao-a-prxis-poltica-dos-estudantes-e-a-relao-com-a-forma.pdf](https://nessooficial.files.wordpress.com/2012/04/a-participao-poltica-dos-estudantes-de-servio-social-na-defesa-e-na-consolidao-da-direo-social-da-formao-a-prxis-poltica-dos-estudantes-e-a-relao-com-a-forma.pdf). Acesso em: 21 nov. 2021.

SANTOS, J. S. (2019). *A “virada” do CFAS ao CFESS e o exercício profissional hoje*. p. 83-98.

SANTOS, C. M.; MARTINS, A. *Tendências “críticas” na formação do Assistente Social em Portugal*. In: MARTINS, A.; SANTOS, C.; SIMÕES, D.; FERREIRA, J.; BRAZ, M. *Serviço Social Portugal – Brasil: Formação e Exercício em Tempos de Crise*. Campinas: Papel Social, 2016, p. 100-127.

SCHEFFER, G.; CLOSS, T. T.; ZACARIAS, I. R.; MIZOGUCHI, J. F. *O reformismo reconceituador entre a articulação latino-americana e a renovação do Serviço Social Brasileiro*. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. *A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021, p. 95-118.

SEMBLANO, I. (2003). *Serviço Social Escolar em Portugal – Trajectórias e dinâmicas nos anos 60 e 70*. Coimbra. Instituto Superior Miguel Torga (Escola Superior de Altos Estudos). Disponível em: [repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/165/4/Trabalho final dissertação mestrado1.pdf](https://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/165/4/Trabalho%20final%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado1.pdf). Acesso em: 16 jan. 2017.

SILVA, M. O. S. S. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005

SILVA, M. O. S. S. (coord.). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. O. S. S. Trinta anos da revista Serviço Social e Sociedade: Contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 100, p. 599-649, 2009.

SILVA, M. O. S. S.; CARVALHO, D. B. B. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007.

SILVA, B. M. R. S. *Assistentes sociais e estudantes de Serviço Social na luta contra o regime ditatorial no Brasil (1964-1985)*. 2019. Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro: PUCRIO, 2019. Disponível em: [https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio\\_resumo2017/relatorios\\_pdf/ccs/SER/SERBet%C3%A2nia%20Maria%20Ramos%20da%20Silva.pdf](https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/SER/SERBet%C3%A2nia%20Maria%20Ramos%20da%20Silva.pdf). Acesso em: 21 nov. 2021.

SILVA, P. G. *O Serviço Social na Revolução: agência política e intervenção dos assistentes sociais na transição democrática em Portugal (1974-1980)*. Lisboa: Escola de Sociologia e Políticas Públicas, 2016.

SIMIONATTO, I. *Serviço Social, reação conservadora e o ataque ao marxismo*. In: SILVA, M. L. Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistência. São Paulo: Cortez, 2019. p. 117-134.

SOUSA, M. I. J. *Serviço social e democracia local: desafios do cotidiano dos assistentes sociais*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2016. Tese de doutoramento. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/11591>](http://hdl.handle.net/10071/11591). Acesso em: 01 nov. 21.

SPOSATI, A.O. Comentário à comunicação sobre o tema: a prática dos assistentes sociais: uma conversa heurística. *Revista Intervenção Social*. 11/12. ed. 1995.

SPOSATI, A. *A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador), Conselho Regional de Serviço Social - S. Paulo (CRESS- 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). 30 Anos do Congresso da Virada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009. p. 81-106.

VARELA, R. “Um, dois, três MFA...”: o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos- do prestígio à crise. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63, p. 403-425, 2012.

VARELA, R. *História do povo na revolução portuguesa: 1974-75*. Lisboa: Bertrand, 2014.

VINAGRE, M. A “Virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional. *Serv. Soc. Soc.*: O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista. São Paulo. n. 100, p. 720-737. out./dez. 2009

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. *Temporalis*. ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, p. 33-40, jan./jun., 2001.